



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CLARISSA GASPAR MASSI

**OS DESAFIOS NA REALIZAÇÃO DO CURSO DE
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A
REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JATAIZINHO - PR**

Londrina
2022

CLARISSA GASPAR MASSI

**OS DESAFIOS NA REALIZAÇÃO DO CURSO DE
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A
REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JATAIZINHO - PR**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia pelo PPGEÓ/UEL.

Orientadora Profa. Dra. Eloiza Cristiane Torres

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C591 Massi, Clarissa Gaspar.
OS DESAFIOS NA REALIZAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JATAIZINHO - PR / Clarissa Gaspar Massi. - Londrina, 2022. 423 f. : il.

Orientador: Eloiza Cristiane Torres.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.
Inclui bibliografia.

1. Políticas Públicas da Educação Ambiental; Escola Pública; Educação Emancipadora; Formação Docente. - Tese. I. Torres, Eloiza Cristiane. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

CLARISSA GASPAR MASSI

**OS DESAFIOS NA REALIZAÇÃO DO CURSO DE
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A
REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JATAIZINHO - PR**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia pelo PPGEQ/UEL.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Profa. Dra. Eloiza Cristiane Torres
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Luciano Nardini Gomes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Mauricio Moreira dos Santos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Jorge Sobral da Silva Maia
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro –
UFRJ

Londrina, 31 de março de 2022.

Dedico este trabalho às minhas professoras maravilhosas de
Jataizinho- Paraná

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus pela vida, por sempre me sustentar e me orientar, e principalmente por sempre colocar pessoas maravilhosas no meu caminho. Esta pesquisa é prova disso!

A minha mãe Silvia Cavalli Gaspar Massi, por sempre ter sido a minha fortaleza, e ao meu pai Antonio Adão Massi (*In Memoriam*) que sempre foi o meu maior incentivador nos estudos, onde juntos, foram meus maiores exemplos de bondade, generosidade, perseverança, superação, amor e honestidade.

Ao meu irmão Edson Henrique Gaspar Massi, meu companheiro de eventos, produções acadêmicas, conselhos, orientações, por todo apoio, por ser um dos meus maiores exemplos de competência profissional e que foi peça fundamental nesta pesquisa e ao meu irmão Matheus Henrique Gaspar Massi, pelo incentivo, pelas nossas conversas e que já está sendo o nosso novo companheiro de produções acadêmicas e de eventos. Aos meus irmãos-amigos (assim como o nosso pai queria) pelo amor a nossa família, respeito, determinação, superação e coragem.

Ao meu cunhado Anderson Shimpó, por todo amor, carinho e por trazer leveza à nossa família.

A minha Vó Stella Cavalli e Vô Casimiro Gaspar, por todo amor.

A minha prima Christiane Lankaites e ao meu príncipe Lorenzo, por todo amor.

A família Hoffmann, a família que me acolheu, Tio Silvinho, Tia Lê, e principalmente a Ellenn, minha Sis, por ser sempre meu porto seguro, uma das minhas maiores incentivadoras, por todo amor, carinho, por ter me apoiado e auxiliado nesta pesquisa, e ao Guilherme Danna, por todo carinho.

Ao Fenício Salla, Ivone Massi Salla, Gustavo Massi Salla e Fabricio Massi Salla, pelo carinho, atenção e gratidão por terem nos amparado e cuidado da minha família.

A minha orientadora Profa Dra Eloiza Cristiane Torres, por ter aceito meu projeto, pelas orientações, conversas, pela gentileza, por sempre me ouvir, pelo carinho, por ter estado ao meu lado em vários momentos ruins da minha vida e ter me dado forças, por ser um dos meus maiores exemplos de humildade dentro da academia, ética, alegria, leveza e competência.

A Professora Dra Léia Veiga e ao Alan, pela amizade, orientações,

conselhos, alegrias e comilanças. Especialmente a Profa Dra Léia, que é uma das pessoas que mais admiro, por ser uma das minhas maiores conselheiras e ouvintes.

A Profa Dra Anna Kist, pela amizade, pelos conselhos e por todo carinho.

A Profa Dra Tatiane Dal Bosco, pela amizade, pelo carinho, por ter participado do curso, por ser um dos meus maiores exemplos de competência profissional, e de uma bondade imensa.

A Dra Fabiana Campos, pelos conselhos, pelo carinho, e por ser, um dos meus maiores exemplos de competência, força e coragem.

A Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna, promotora de justiça, pelo apoio na presente pesquisa, por servir como representação e símbolo de força e competência para os cidadãos do município de Jataizinho. Agradeço também, pelo carinho, atenção, apoio, por ser um dos meus maiores exemplos de coragem, competência, honestidade e ética.

A Profa Dra Patricia Rosa, pelos conselhos desde o meu mestrado, pelo apoio e carinho.

A Profa Dra Ana Claudia Duarte Pinheiro, minha madrinha acadêmica, uma das minhas maiores incentivadora. Agradeço por todo o apoio, conselhos, carinho, orientação, no decorrer desses 14 anos.

A Wanderleia Coelho, agradeço por todos conselhos, pelo carinho e por sempre me ouvir.

Ao Prof Dr Genebaldo Freire Dias, pelo carinho, atenção, tamanha generosidade, humildade e conselhos.

Ao Prof Dr Marcos Sorrentino, pelo carinho e atenção.

Ao Prof Dr Jorge Sobral, por todo carinho, atenção, por todas orientações, pelos aprendizados, conselhos, por todo acolhimento, por sempre me escutar. Você foi fundamental na minha pesquisa, na minha trajetória na área da educação ambiental e continua sendo essencial na minha formação.

Ao Prof Dr Frederico Loureiro, por todos conselhos, orientações, pelo carinho, pela atenção, gentileza, por me ouvir. Agradeço por deixar usar seu nome quando não sou ouvida. Obrigada por me mostrar e nos mostrar, esse trilhar da educação ambiental. Agradeço também por me mostrar esse lado mais humano e humilde da academia.

A Priscila Sousa Anunciação e ao Edinan Alves Calza, pelo carinho e

por terem participado do curso, e serem incentivadores em deixar o Município de Jataizinho mais colorida.

A Patricia Gongora, por todo carinho, apoio, atenção e por também ter sido fundamental nesse projeto.

A Andreia Virginia, Flavia Nunes, Simone Vallini, Cibele Xavier e Gabriel Cortez, Danieli de Araujo, Lilian Riquelme, pela amizade, conselhos e carinho.

Ao Dirceu Urbano, prefeito de Jataizinho na gestão da pesquisa, pelo apoio e por sempre nos receber.

Ao Adriano Antonholi, Diretor do Departamento do Meio Ambiente na gestão da pesquisa, agradeço pelo apoio, por ter participado de maneira efetiva do curso. Obrigada pelo carinho, atenção e respeito.

Ao Celso Ribeiro, Diretor do Departamento da Educação na gestão da pesquisa, por ter abraçado o projeto e sempre nos ouvir e atender as nossas solicitações na medida do possível.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação de Geografia da UEL.

Agradeço aos membros da banca examinadora, pelo interesse e disponibilidade.

Aos meus amigos da Pós Graduação em Geografia.

Ao pessoal da Secretária da Pós Graduação em Geografia, especialmente ao Anderson do Nascimento, pela atenção e carinho de sempre.

E para elas, as verdadeiras estrelas deste projeto, as minhas professoras maravilhosas de Jataizinho, especialmente a: Cenira Silva, Célia Silva, Flavia Nunes, Inalda Pereira, Joice Lacerda, Isabel Keiko, Generosa Bogo, Marlei Marques, Lourdes Silva, Dayane Cristina, Andreia Virginia, Eliane Gomes, Carmen Sobreira, Susane Schiavon, Simone Aparecida de Andrade, Maria Clementina Viginotti, Naime Pereira, Rosimar Bialta.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Por isso continuo me perguntando: “Por que sou professor?” É uma pergunta que ouço com frequência também entre meus pares. A resposta talvez possa ser encontrada numa mensagem deixada por um prisioneiro de campo de concentração nazista na qual, depois de viver todos os horrores da Guerra – “crianças envenenadas por médicos diplomados; recém nascidos mortos por enfermeiras treinadas; mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades” – ele pede aos professores que “ajudem seus alunos a tornarem-se humanos”, simplesmente humanos. E termina: “ler, escrever e aritmética só são importantes para fazer nossas crianças mais humanas”. (...) Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo com consciência e sensibilidade. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. Diante dos falsos pregadores da palavra, dos marqueteiros, eles são os verdadeiros “amantes da sabedoria”, os filósofos de que nos falava Sócrates. Eles fazem fluir o saber - não o dado, a informação, o puro conhecimento - porque constroem sentido para a vida das pessoas e para a humanidade e buscam, juntos, um mundo mais justo, mais produtivo e mais saudável para todos. Por isso eles são imprescindíveis.

(GADOTTI, 2003)

RESUMO

MASSI, Clarissa Gaspar. **Os desafios na realização do curso de formação em Educação Ambiental Crítica para a Rede Municipal da Educação de Jataizinho-PR.** 2022. 423 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado-Doutorado), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

O presente estudo abordou o cenário histórico e contraditório da problemática ambiental e da Educação Ambiental - EA, articulando-o às concepções que fundamentam o processo educativo. Ao avaliar o cenário histórico e a construção das políticas públicas da EA, este foi sofrendo transformações no decorrer dos anos em razão das influências neoliberais, verificando-se um silenciamento ou ocultamento da EA nos últimos anos. Demonstrou-se que as políticas públicas, como por exemplo a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, e as determinações internacionais para delineamento de políticas públicas brasileiras, induzindo a uma percepção ideológica à educação escolar, à formação e a atuação docente e à EA, sem considerar pela emancipação humana. Em seguida, foi discutido sobre os desafios da realidade da EA nas escolas, ultrapassando pelas fontes de informação que os professores buscam para desenvolver o processo educativo ambiental, as fragilidades das políticas públicas de cunho neoliberal, as pressões do setor privado na educação pública e a formação continuada proporcionada aos professores atuantes. A peculiaridade em empregar a EA Crítica no presente trabalho é fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético, como um instrumento para a práxis pedagógica baseando-se no entendimento de que ela pode oferecer contribuições para que as professoras envolvidas no processo pudessem evidenciar a integração envolvendo a sociedade e natureza. Deste modo, o objetivo geral foi de desenvolver um curso de formação utilizando a abordagem crítica de educação ambiental junto as professoras nas escolas municipais de Jataizinho-PR. A tese que se defende neste estudo foi que o curso de formação de professoras em EA se pautar na perspectiva crítica como fundamentação para compreender o enfrentamento de elementos concretos que constituem o processo formativo como está inserido na realidade atual. Indica-se a importância da participação da Diretoria do Meio Ambiente, Diretoria da Educação e do Ministério Público, para que os projetos de EA sejam efetivos, e que podem ser realizados de maneira permanente, interdisciplinar e inclusive fora das salas de aula. Além de considerar o real papel do trabalho docente, qual seja, o compromisso com a formação e a emancipação humana. Deste modo, torna-se possível ter avanços na formação e ação docente no que concerne à práxis revolucionária da Educação Ambiental Crítica.

Palavras-chave: políticas públicas da educação ambiental; escola pública; educação emancipadora; formação docente.

ABSTRACT

MASSI, Clarissa Gaspar. The **challenges in carrying out the training course in Critical Environmental Education for the Municipal Education Network of Jataizinho-PR**. 2022. 423 p. Thesis (Doctorate in Geography) – Center for Exact Sciences, Graduate Program in Geography (Master's-Doctorate), State University of Londrina, Londrina, 2022.

The present study addressed the historical and contradictory scenario of the environmental issue and Environmental Education - EA, articulating it to the concepts that underlie the educational process. When evaluating the historical scenario and the construction of public policies on EE, it has undergone changes over the years due to neoliberal influences, with a silencing or concealment of EE in recent years. It was demonstrated that public policies, such as the National Curricular Common Base - BNCC, and international determinations for the design of Brazilian public policies, inducing an ideological perception of school education, training and teacher performance and EE, without consider for human emancipation. Then, it was discussed about the challenges of the reality of EE in schools, going beyond the sources of information that teachers seek to develop the environmental educational process, the weaknesses of neoliberal public policies, the pressures of the private sector in public education and the continuing education provided to active teachers. The peculiarity of employing Critical EE in the present work is based on Historical-Dialectical Materialism, as an instrument for pedagogical praxis based on the understanding that it can offer contributions so that the teachers involved in the process could evidence the integration involving society. and nature. Thus, the general objective was to develop a training course using the critical approach of environmental education with teachers in municipal schools in Jataizinho-PR. The thesis defended in this study was that the EE teacher training course is based on a critical perspective as a basis for understanding the confrontation of concrete elements that constitute the training process as it is inserted in the current reality. The importance of the participation of the Environment Directorate, Education Directorate and the Public Ministry is indicated, so that EE projects are effective, and that they can be carried out in a permanent, interdisciplinary way and even outside the classrooms. In addition to considering the real role of teaching work, that is, the commitment to human education and emancipation. In this way, it becomes possible to make advances in teacher training and action regarding the revolutionary praxis of Critical Environmental Education.

Key-words: public policies for environmental education; public school; emancipatory education; teacher training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Jataizinho	148
Figura 2 – Localização das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil em Jataizinho.....	153
Figura 3 – Fases da pesquisa	169
Figura 4 – Apresentação do projeto para os professores de Ibiporã.....	173
Figura 5 – Mensagens das professoras no grupo do whats app.....	180
Figura 6 – Demonstração das mensagens na plataforma do google Classroom.....	186
Figura 7 – Professora ministrando a primeira aula na Biblioteca Cidadã.....	191
Figura 8 – Professoras participando da atividade de cartografia social	192
Figura 9 – Atividade ministrada pela pesquisadora e pelo prof Jorge Sobral.....	193
Figura 10 – Professoras participando da construção da árvore dos sonhos.....	194
Figura 11 – As folhas contendo os sonhos das professoras	195
Figura 12 – As pedras contendo os obstáculos para a realização dos sonhos.....	196
Figura 13 – Processo de empoderamento e mudanças socioambientais	199
Figura 14 – Professora convidada demonstrando os diversos materiais para construir um fantoche.....	199
Figura 15 – Teatro realizado pelas professoras	201
Figura 16 – Teatro realizado pelas professoras	202
Figura 17 – Muro antes de ser pintado pelos professores e alunos	202
Figura 18 – Aluna do curso de artes com os professores e alunos pintando o muro.....	204
Figura 19 – Muro finalizado.....	206
Figura 20 – Tela de coleta manual fornecido pela professora.....	207
Figura 21 – Professores medindo o distanciamento da árvore	209
Figura 22 – Professores plantando as árvores.....	209
Figura 23 – Professores com as mudas plantadas	210
Figura 24 – Consulta pública da Minuta Programa Estadual de Educação Ambiental do Paraná.....	210

Figura 25 – Professoras participando da Consulta Pública da Minuta Programa Estadual de Educação Ambiental do Paraná	212
Figura 26 – Atividade realizada pela Profa Dra Tatiane Dal Bosco	213
Figura 27 – Professores participando da dinâmica da teia.....	214
Figura 28 – Estagiário demonstrando sobre o processo de monitoramento de resíduos recicláveis e os ecopontos.....	215
Figura 29 – Apresentação sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental	216
Figura 30 – Visita da palestrante nas escolas.....	216
Figura 31 – Reunião com o prefeito e com os diretores do departamento de Educação e do meio ambiente, Wanderleia do CAOP, da pesquisadora e representante do MP	217
Figura 32 – Estrutura do Ministério Público do estado do Paraná	218
Figura 33 – Apresentação da Promotora de Justiça	219
Figura 34 – Apresentação do engenheiro ambiental Edson.....	220
Figura 35 – Apresentação da Assessora Patricia	222
Figura 36 – Atividade realizada com os professores.....	223
Figura 37 – Alunos participando do desfile de 7 de setembro.....	225
Figura 38 – Alunos participando do desfile	226
Figura 39 – Alunos apresentando sobre o consumismo e capitalismo.....	226
Figura 40 – Alunos apresentando sobre consumo e consumismo	227
Figura 41 – Aluno carregando a faixa com os dizeres: “Tudo ao nosso redor faz parte do meio ambiente	229
Figura 42 – Alunos participando do desfile com a faixa: Com a união de todos faremos a diferença.....	229
Figura 43 – Alunos participando do desfile com os dizeres: “Devemos valorizar e preservar o rio Tibagi”	231
Figura 44 – Alunos carregando a faixa com os dizeres: “Dengue se você agir podemos evitar”	231
Figura 45 – Caminhão da coleta seletiva participando do desfile	232
Figura 46 – Alunos apresentando o teatro	233
Figura 47 – Alunos gravando as falas do teatro no estúdio	234
Figura 48 – Professoras e familiares participando de mutirões de limpeza em espaços públicos.....	235
Figura 49 – Professores pintando o muro do estádio de futebol	236

Figura 50 – Professores e alunos do Colégio Estadual Parigot de Souza pintando o muro do estádio.....	237
Figura 51 – Professores, voluntários, prefeito e o Diretor do Departamento do Meio Ambiente	238
Figura 52 – Pesquisadora dando Entrevista para o jornal meio dia da rede globo	241
Figura 53 – Professores de Jataizinho, diretor do departamento do meio ambiente, a pesquisadora e sua orientadora, participando do evento	243
Figura 54 – Professores apresentando seus trabalhos no EPEA	247
Figura 55 – Matéria publicada na agência UEL de notícias	248
Figura 56 – Página Edu Ambiental Jataizinho.....	249
Figura 57 – Divulgação dos dias da coleta de materiais recicláveis e distribuição do papa pilhas nas escolas	252
Figura 58 – Divulgação sobre o crime de queimar resíduos sólidos	253
Figura 59 – Atividade da árvore dos sonhos realizada pelos professores	255
Figura 60 – Cartazes confeccionados e em exposição pelos alunos, sobre a dengue, meio ambiente e saúde	256
Figura 61 – Alunos participando do projeto de plantio de plantas Ornamentais.....	257
Figura 62 – Antes e depois da pintura na escola	257
Figura 63 – Antes e depois da pintura na escola	258
Figura 64 – Professores exibindo as paredes pintadas por dentro da escola e no ginásio	258
Figura 65 – Muros pintados com a participação dos alunos	259
Figura 66 – Frases apresentadas nos muros: Cuidar da Terra é tarefa de todos” e “a cooperação faz a diferença”	260
Figura 67 – Palestra com o Diretor do Meio Ambiente.....	265
Figura 68 – Exposição dos trabalhos realizados pelos alunos.....	261
Figura 69 – Alunos e professores participando da passeata de conscientização socioambiental das questões locais de Jataizinho	266
Figura 68 – Palestra sobre os cuidados com o nosso ambiente escolar e seu entorno	266

Figura 69 – Palestras com os agentes da saúde	266
Figura 70 – Palestra sobre coleta seletiva com o secretário do meio ambiente Adriano Antonholi	267
Figura 71 – Passeio ecológico na zona rural e as margens do rio Tibagi	268
Figura 72 – Árvore dos sonhos	268
Figura 73 – Roda de conversa	269
Figura 74 – Confeção de cartazes sobre o meio ambiente e sobre o combate a dengue.....	269
Figura 75 – Os cartazes sendo expostos nos muros da escola para acesso da comunidade.....	270
Figura 76 – Pintura do muro.....	271
Figura 77 – Corações com mensagens de conscientização ambiental.....	271
Figura 78 – Enfeitando o ambiente escolar.....	272
Figura 79 – Massinha ecológica. Brincando com a natureza	272
Figura 80 – Atividade precisamos uns dos outros.....	273
Figura 81 – Atividade sobre gerenciamento de resíduos sólidos	274
Figura 82 – Caminhada entorno da escola apresentando temas ambientais para a comunidade.....	275
Figura 83 – Contação de estórias da natureza	276
Figura 84 – Preparando a terra e o jardim para plantar	276
Figura 85 – Alunos enfeitando os vasos	277
Figura 86 – Ensinando a plantar	277
Figura 87 – Construindo o jardim	277
Figura 88 – Professora ensinando sobre as camadas do solo.....	278
Figura 89 – Feira de ciências	279
Figura 90 – Alunos assistindo o curta-metragem Ilha das Flores.....	286
Figura 91 – Maratona	293
Figura 92 – Maratona	297

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Políticas Públicas nacionais referentes à Educação Ambiental	79
Quadro 2	– Matrículas no ensino regular segundo a modalidade de ensino e a dependência administrativa.....	154
Quadro 3	– Docentes na educação básica segundo a modalidade de ensino e a dependência administrativa.....	154
Quadro 4	– Projetos desenvolvidos em Jataizinho-PR	158
Quadro 5	– Informações projeto Cooperjovem	160
Quadro 6	– Cronograma das aulas	184
Quadro 7	– Professores convidados	188
Quadro 8	– Educação Ambiental no Ensino de Arte	205
Quadro 9	– Artigos aceitos e apresentados pelos professores no EPEA	239

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAOP	Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CF	Constituição Federal
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
EA	Educação Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPEA	Encontro Paranaense de Educação Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PROFA	Programa de formação de professores alfabetizadores
PEAAF	Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
REMTEA	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental
SEMA	Secretária Especial do Meio Ambiente
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDEST	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
2	O ESTADO E AS CONTRADIÇÕES PRESENTES NA DINÂMICA DAS RELAÇÕES DO MODELO DE ESTADO CAPITALISTA	36
2.1	A CRISE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	42
2.2	MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?	50
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO BRASILEIRO	74
2.4	Os 10 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	92
2.4.1	Caminhos e Descaminhos da Educação Ambiental	102
2.5	DESENCONTROS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	117
2.5.1	O Ocultamento da Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular	118
2.6	POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARANÁ.....	124
2.7	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO FORMAL	139
2.8	GESTÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM JATAIZINHO – PR	148
2.8.1	Rede Municipal de Educação do Município de Jataizinho PR.....	152
2.9	CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	162
2.10	PROCEDIMENTOS ADOTADOS	165
2.11	ETAPAS DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	170
3	CURSO FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS	175
3.1	ETAPAS DO CURSO	178
3.1.1	Ambientação na Plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem	179
3.1.2	Questionário Inicial	181
3.2	Ambientação na Plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem	183
3.2.1	Curso Presencial	187
3.2.2	Atividade Presencial 1 - Educação Ambiental e Formação de Professores: Mapas Vivenciais, Mapa Mental e Cartografia Social.....	190

3.2.3	Atividade Presencial 2 - Educação Ambiental da Teoria a Prática	202
3.2.4	Atividade Presencial 3 - Teatro e Educação Ambiental.....	200
3.2.5	Atividade Presencial 4 – Educação Ambiental e Artes	203
3.2.6	Atividade Presencial 5 - Arborização Urbana para a Ética do Cuidado na Escola	208
3.2.7	Consulta Pública da Minuta Programa Estadual de Educação Ambiental do Paraná	211
3.2.8	Atividade Presencial 7 - Coleta Seletiva Solidária: Experiência da UTFPR Londrina.....	213
3.2.9	Atividade Presencial 8 - Políticas Públicas de Educação Ambiental	215
3.2.10	Atividade Presencial 9 Ministério Público Meio Ambiente e Sociedade.....	217
4	ALGUNS RESULTADOS REALIZADOS PELOS PROFESSORES DE MANEIRA CONJUNTA	224
4.1	DESFILE 7 DE SETEMBRO	224
4.2	MUTIRÃO DE LIMPEZA.....	233
4.3	PINTURA ESTÁDIO DE FUTEBOL.....	234
4.4	PARTICIPAÇÃO NO XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EPEA E IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	237
4.5	CRIAÇÃO DE PÁGINAS NAS REDES SOCIAIS	246
4.6	RESULTADOS APRESENTADOS PELAS ESCOLAS.....	250
4.6.1	Relatório 1 - Escola Municipal Professor Vicente Rodrigues Monteiro.....	250
4.6.2	Relatório 2- Escola Municipal Princesa Isabel.....	263
4.6.3	Relatório 3 - Relatório Parcial- Escola Municipal Dom Pedro.....	280
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
	REFERÊNCIAS	310
	ANEXOS	320

ANEXO A – Projeto de redução de danos decorrente do uso abusivo de agrotóxicos.....	321
ANEXO B – Carta do Fórum de Políticas Socioambientais do Estado do Mato Grosso.....	344
ANEXO C – Questionário aplicado.....	347
ANEXO D – Ata da reunião sobre o plano municipal de Educação Ambiental em Jataizinho	367
ANEXO E – Recomendações administrativas – MP	368

PRÓLOGO

Meu pai Antonio Adão Massi (in memoriam), agricultor, sempre demonstrou a importância da relação preservação da natureza – ser humano agricultura – produção – saúde humana.

Desde muito pequena, observava meu pai dizendo sobre a importância das áreas de preservação permanente rurais para os corpos d'água, animais e etc.

Sempre mostrou com muito orgulho a qualidade e quantidade da água da mina, que se encontrava no sítio do meu avô.

Mesmo sendo o sítio pequeno, ele nunca reclamava que uma determinada proporção, deveria ser protegida - sendo elas, as reservas legais. Meu pai, um homem simples, que não havia terminado a faculdade, filho e neto de homens simples, que não estudaram, sempre enxergou e compreendeu a importância da preservação da natureza e da sua relação com o homem e com a qualidade e existência da vida.

Muitos anos depois, já na faculdade em direito, estudei legalmente sobre aquilo que meu pai falava há muitos anos atrás.

No final de 2009, no momento em que uma professora estava presente em minha banca da graduação em direito com o tema: me perguntou: Mesmo existindo tantas leis ambientais, e fiscalizações e mesmo assim, ainda existia tantos impactos causados no meio ambiente, qual seria uma alternativa para que tais problemas fossem minimizados? Minha resposta sem dúvidas foi a Educação Ambiental! Sempre pensei, que as pessoas tendo conhecimento dos seus direitos e deveres, dos impactos causados pelo homem, pudessem refletir e atuar de uma maneira melhor, mais pacífica, mais responsável. Acreditava e continuo acreditando que através da educação as pessoas podem transformar a sua realidade, e isso se inclui, os problemas ambientais.

Entretanto somente o direito, é incapaz de discutir sobre a educação ambiental. A partir deste momento, comecei a estudar e fazer cursos em outras áreas.

No ano de 2014, iniciei um projeto voluntário em Educação Ambiental para as crianças de 06 a 14 anos, do projeto Serviço de Fortalecimento de vínculos na Casa do Caminho, instituição filantrópica, não formal, localizada em Londrina-PR.

Me senti incapaz de trabalhar um tema tão complexo e interdisciplinar sozinha, por isso, contei sobre esse projeto para a minha até então orientadora na especialização em direito ambiental, a Professora Ana Claudia Duarte Pinheiro que estava fazendo o doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina e me apresentou para sua professora a Dra Eloiza Cristiane Torres, no qual ministra até hoje a disciplina de Educação Ambiental da pós graduação lato sensu em geografia da UEL. Ela trabalha a parte teórica com seus alunos na UEL e realiza as atividades práticas na Casa do Caminho. A professora Eloiza, que foi minha orientadora no mestrado e é a minha atual orientadora no doutorado, abraçou este projeto com muito carinho e é a responsável por este projeto existir até os dias atuais.

Um ano depois fiz minha dissertação do mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, com o tema: Educação Ambiental Crítica como ferramenta na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Tanto as atividades do projeto, quanto da pesquisa, foram muito importantes para as crianças, professores e demais funcionários da instituição. No final da pesquisa, verifiquei a importância em trabalhar com os professores, pois eles poderiam disseminar seus conhecimentos para um número maior de pessoas.

Em 2015 participei do Grupo de Estudos Avançados do Meio Ambiente, na época coordenado pela Profa Dra Patricia Rosa da UEL, onde tive a oportunidade em assistir uma palestra realizada pelo Prof Dr Jorge Sobral da Silva Maia na Universidade Estadual de Londrina, que me fez perceber que não conhecia outras concepções sobre educação ambiental, porém, havia mencionado termos como: “ emancipação, transformação, cidadania”, termos esses que soaram em meus ouvidos, como se eu tivesse encontrado as respostas para minhas dúvidas. Ledo engano! Rs Minhas dúvidas e angústias continuaram e continuam até hoje.

Diante desse quadro e de outras contradições vivenciadas, senti a necessidade de me dedicar a uma avaliação mais sistematizada em relação a formação dos professores, às políticas públicas de educação ambiental e o seu desdobramento na escola, com fundamentos teóricos e metodológicos que pudessem auxiliar no entendimento desses contextos, sob um viés crítico.

Utilizando o referencial teórico materialismo histórico dialético possibilitou-me aquilo que buscava: a apreensão e compreensão dessas questões de forma mais crítica. Apreensão esta que será apresentada nesta tese.

No presente trabalho também será demonstrado os obstáculos em se

inserir e trabalhar com a educação ambiental nas escolas, principalmente com a linha crítica. É importante ressaltar que fui aprendendo sobre educação ambiental crítica juntamente com as professoras, a cada atividade, cada texto, me fizeram enxergar um novo horizonte. Para nós, que não tivemos uma formação na área da educação, não é uma tarefa fácil percorrer este caminho da linha crítica, por isso muito me preocupa a grande quantidade de cursos de formações existentes, que não disponibilizam materiais na área da educação e sim como gestão ambiental. Como diz o prof Sobral e ficou muito claro no processo de desenvolvimento deste curso: “a educação ambiental, antes de ser ambiental é educação”.

Cada vez que lia algum texto, percebia o quanto ainda me faltava compreender mais sobre o assunto. Acredito que o processo de formação seja esse, no qual, vamos aprendendo constantemente, principalmente com o outro, com os textos, vivências, apoios, erros e acertos.

Aliás, tive o privilégio em aprender, ouvir, desabafar, receber todo o tipo de orientação, apoio, incentivo e carinho dos Professores Jorge Sobral e Frederico Loureiro. Eu realmente tive a oportunidade de beber todo o conhecimento diretamente da fonte.

Ao mesmo tempo em que estudava, e que trabalhava com a prática com as professoras maravilhosas de Jataizinho, também participei como integrante da Rede de Educação Ambiental do Paraná, como membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Londrina- PR, e também participei de vários eventos na área da educação ambiental, inclusive como membro da comissão. Infelizmente, tive a impressão em que mesmo dentro desses locais, em diversas vezes, nossas vozes não são ouvidas e, existe uma lacuna muito grande entre a teoria e a prática, sendo ainda muito marcante a concepção conservadora da Educação Ambiental. Enquanto pesquisadora, acredito que seja importante a realização de pesquisas analisando a concepção da educação ambiental dos integrantes dos Conselhos do Meio Ambiente Municipais e futuramente formações sobre educação ambiental. Acredito que isso possa ser um grande passo, para os Municípios.

Outro ponto marcante, foi vivenciar que, em alguns eventos de educação ambiental, são destinados para os acadêmicos e professores das Universidades e não para os professores da rede básica, que em sua grande maioria estão há muito tempo, longe das Universidades e possuem dificuldades em

desenvolver trabalhos científicos. Quem sabe, seja importante repensar nesse processo de inserção ou algum tipo de formação para os professores da rede básica e até mesmo com relação ao valor da inscrição, na participação desses eventos. Aliás são os professores da rede básica que desenvolvem de maneira efetiva a educação ambiental, e não os professores das Universidades e muito menos as Secretarias do Meio Ambiente, assim como, já escutei o contrário, em inúmeras vezes em organizações de eventos de educação ambiental e em Conselhos Municipais do Meio Ambiente.

Espero que com este trabalho, no qual irá demonstrar muitas dificuldades encontradas na prática, mas também muitas alegrias, e transformações na vida das pessoas e de um Município, possa servir como um estímulo, ou simplesmente como um norte, para que outras escolas possam aprender com nossos erros e com nossos acertos. Espero também que os professores da rede da educação básica, sejam mais valorizados e ouvidos.

Este trabalho só deu certo, porque houve uma parceria entre o Departamento da Educação, o Departamento do Meio Ambiente, o Prefeito, Universidades Públicas, Ministério Público e principalmente o acolhimento das minhas professoras Maravilhosas de Jataizinho, que foram e são as verdadeiras estrelas, por terem abraçado este projeto e desenvolvido de maneira tão amorosa essa pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

No Censo Escolar de 2001, o primeiro a inserir uma questão sobre educação ambiental, demonstrou que 61,2% de todas as escolas brasileiras declararam trabalhar com este tema e, posteriormente, no ano de 2004, este percentual foi elevado para 94% (VEIGA; AMORIM; BLANCO, 2006).

Os resultados desses dois censos demonstram que, a Educação Ambiental está presente em muitas escolas. Também, o estudo intitulado ‘O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?’, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), em escolas de Ensino Fundamental e Médio de todo o país, também identificou dados importantes sobre o tema (TRAJBER; MENDONÇA, 2006). Este estudo demonstrou que na região Sul do país a maior motivação para a realização da Educação Ambiental, está relacionada à iniciativa de um professor ou grupo de professores (64%) e que está significativamente presente há mais de dez anos, por diversos motivos.

No entanto de acordo com Tozoni-Reis et al (2013), Trajber e Mendonça (2006), a maioria das escolas no Brasil a educação ambiental não é desenvolvida como uma prática permanente e interdisciplinar. De uma maneira geral, ela é utilizada através de uma concepção conservadora e abordada com maior frequência nas disciplinas de ciências e geografia, além disso, uma grande parcela da sociedade confunde educação ambiental com ecologia.

A educação ambiental acaba sendo tratada com ações pontuais e fragmentadas do currículo, e em sua grande maioria realizadas por meio de “comemorações” como o Dia da Árvore, Dia do Índio, Dia do Meio Ambiente, Dia da Água etc. Além disso, através de sugestões de determinadas ONGs, empresas privadas e grande mídia, de maneira superficial, como, por exemplo, os movimentos O Dia Mundial Sem Carro, Pegada Ecológica, A Hora do Planeta: 60 minutos no escuro etc. Tais atuações, de modo geral, evitam reflexões mais críticas sobre os problemas ambientais, colaborando para disfarçar as causas da degradação ambiental nas sociedades capitalistas atuais (MAIA; TEIXEIRA, 2015).

Em relação ao cenário normativo brasileiro, a educação ambiental encontra-se prevista em diversas normas legais, como na Constituição Federal de

1988, na Política Nacional do Meio Ambiente, na Política Nacional da Educação Ambiental, dentre outros. Tais normas estabelecem de maneira explícita que a educação ambiental deve ser inserida em todos os níveis no âmbito formal.

A Lei 9.795/99 regulamentada pelo Decreto 4.281/02 que instituiu a Política Nacional da Educação Ambiental, estabelece que a educação ambiental esteja a cargo do Ministério do Meio Ambiente – Departamento de Educação Ambiental – em sua organização não formal vale ressaltar que em 2019 este departamento foi extinto, sendo atribuída a Secretaria do Ecoturismo enquanto ao Ministério da Educação – Coordenação Geral de Educação Ambiental – em âmbito formal. Ambos se reúnem para o planejamento e realização da educação ambiental no Brasil no Grupo Gestor da Política Nacional da Educação Ambiental. Porém, mesmo que regulamentada desde 2002, a inclusão da educação ambiental na escola (âmbito formal) tem se demonstrado como um difícil processo (TOZONI- REIS; CAMPOS, 2014).

Mesmo existindo diversas políticas públicas que abordam sobre a obrigatoriedade da inserção da Educação Ambiental em todos os níveis, por que na atualidade, ela é ainda muito frágil? Quais são os motivos da mesma ainda ser trabalhada como questões pontuais, e em sua maioria, ser trabalhada nas áreas de ciências e geografia nas escolas públicas? Se a inserção da Educação Ambiental na escola está a cargo dos professores: como estes se preparam para tal? Será que é possível desenvolver um curso de Formação de Professores como educadores ambientais criando possibilidades para que o professor assuma a posição de agente social e político?

A partir dos elementos demonstrados, a presente pesquisa objetivou desenvolver um curso de formação de professores em educação ambiental pautado na linha crítica, enxergando o meio ambiente pela sua totalidade, de maneira permanente. Especificamente busca-se:

- a) identificar as percepções de educação ambiental compreendidas pelos professores e a maneira como é abordada dentro da sala de aula;
- b) examinar a trajetória das políticas públicas de educação ambiental em nível federal;
- c) aplicar e avaliar o desenvolvimento e eficácia do curso de educação ambiental na formação continuada de professores dentro e fora da sala de aula.

O curso a ser apresentado no decorrer da pesquisa, foi criado inclusive, diante das próprias frustrações e obstáculos vivenciados pela pesquisadora - uma vez que a mesma possui sua formação no direito e mestrado em geografia, possuindo dificuldade na leitura e compreensão dos materiais sobre educação ambiental que utilizavam a abordagem crítica – com isso, procurou-se desenvolver um curso em que trabalhasse a abordagem crítica com a práxis contendo conteúdos teóricos e práticos, inspiração para os professores, bem como fundamentando-se de acordo com as lacunas encontradas nas pesquisas realizadas por Trajber e Mendonça (2006), Tozoni-Reis et al (2013).

Ressalte-se que essa “dificuldade” na leitura e compreensão dos materiais sobre educação ambiental que utilizavam a abordagem crítica ocorre justamente pela ausência de formação em educação ambiental, principalmente na formação inicial (e muitas vezes na formação continuada) dos professores e professoras.

No cenário nacional, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002) – documento que se estabelece em um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cursos de formação de professores –, não há menção explícita à Educação Ambiental e à formação do professor para sua inserção na escola (BRASIL, 2002). As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia – Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, em seu art. 4º, parágrafo único – fazem referência geral ao conhecimento ambiental-ecológico (BRASIL, 2006).

De acordo com Gatti e Barreto (2009, p. 130), nos cursos de formação de professores, foi identificado que nos cursos de Pedagogia analisados, de um modo geral, há “um bloco de disciplinas que respondem às demandas contemporâneas”, dentre elas aquelas que buscam atender aos temas transversais, sendo um deles a Educação Ambiental. Nos cursos de licenciatura analisados, houve a identificação de uma única proposta diferenciada que previa a realização de investigações, dentre elas “[...] investigações dentro da temática meio ambiente Educação Ambiental” (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 151). A partir de dados exibidos por Untaler e Barolli (2012), pode-se analisar que a formação ambiental dos vindouros professores ocorre de

maneira isolada, fragmentada e incipiente.

A formação inicial e continuada dos professores é requisito para a concretização da Educação Ambiental na escola básica. Nesse aspecto, a tese que defendemos é a formação crítica como condição para a Educação Ambiental de professoras e professores, pois ela configura-se como instrumento para que as/os docentes compreendam a crise como socioambiental e tenham elementos para realizarem a práxis pedagógica emancipadora necessária à EA nas escolas públicas.

É notório que a teoria se presume como um conjunto de teses – na direção de elaborações detalhadas e amparadas pela própria prática – e, assim sendo, este estudo insere-se como uma colaboração ao campo em relação à importância de aprofundar a análise e o enfrentamento aos desafios colocados à EA na formação do professor em específico a perspectiva crítica e de solidificar os pressupostos críticos nas Universidades e escolas públicas.

A tese que subscreve a análise, demonstra que a criação de um curso de formação em educação ambiental para os professores com fundamentos teóricos e práticos, utilizando a abordagem crítica, possuindo o apoio dos professores das Universidades Públicas, do Departamento da Educação e do Meio Ambiente, e do Ministério Público, podem sim, obter êxito para que a educação ambiental seja abordada de maneira crítica e permanente, dentro e fora da sala de aula. Fazendo com que aja o enfrentamento dos problemas socioambientais resultantes do modo de produção capitalista e professores mais emancipados buscando transformações na sua realidade.

Isto posto, o presente curso foi desenvolvido com base no referencial teórico crítico utilizado na modalidade a distância com carga horária de 30 horas distribuídas em 5 módulos em EaD e uma formação presencial, contando com convidados especialistas em diversas áreas, com carga horária de 30 horas.

O curso a distância encontrava-se disponível na Plataforma Google Classroom, contendo material teórico e vídeos para a formação do educador ambiental, também estavam disponíveis: sugestões de planos de aulas, vídeos, livros, músicas e poesias, para que o professor pudesse trabalhar na sala de aula. Paralelamente, foi desenvolvido o curso na modalidade presencial, com atividades mensais, contando com a presença de professores convidados no decorrer do ano de 2019.

A ferramenta metodológica adotada para a coleta de dados para as professoras do 4º ano das escolas Municipais, foi um questionário, projetos, e depoimentos. No cenário mais abrangente, as pesquisas bibliográfica e documental deram o suporte para a obtenção dos dados almejados.

O curso ofertado de maneira on-line, estava disponível para todos os funcionários das 4 (quatro) escolas municipais. Participaram do curso de maneira on-line, 45 (quarenta e cinco) cursistas, entretanto, somente 23 (vinte e três) concluíram o curso.

De modo presencial, através do Departamento de Educação, foram convocados os professores da 4ª do ensino fundamental das 4 (quatro) Escolas Municipais. Entretanto, de maneira presencial, somente participaram os professores e coordenadores de 3 (três) Escolas Municipais. Sendo eles: 6 (seis) professoras da 4ª série do ensino fundamental, uma coordenadora de cada escola, e 3 (três) assessoras pedagógicas do Departamento da Educação, totalizando 12 participantes. De maneira voluntária, participaram a coordenadora da CMEI Ieda Tanaka e o Diretor do Departamento do Meio Ambiente, assim, o curso contou com a participação de 14 (quatorze) integrantes de modo presencial.

Vale ressaltar, que estes 14 integrantes, também participaram do curso de maneira on-line. Ou seja, dos 23 (vinte e três) participantes que concluíram o curso de maneira on-line, 14 (quatorze) deles, faziam parte do curso de maneira presencial. Esses 14 participantes, participaram de todas as etapas do curso.

Ao lidar com a questão do método científico, espontaneamente depara-se com a problemática que envolve o conhecimento e a relação envolvendo o sujeito e o objeto no processo de produção científica. Entre esses e outros pontos, a rigidez teórica, vinculada a uma concepção de mundo é decisivo na direção do percurso metodológico para a procura da compreensão do objeto a ser estudado.

Ou seja, é necessário ressaltar que o conhecimento está introduzido em um campo heterogêneo, com concepções diferenciadas de mundo, que diversificam também os padrões e o caminho metodológico de cientificidade.

Nesse sentido, apesar de todo processo científico seja, por significação, um movimento de descobrimento, de exploração para a compreensão de algo ainda velado à razão, a opção da trajetória de pesquisa está diretamente ligada

a um modo, localizado num tempo histórico, de pensar o social, a ideia de sujeito e a relação com o mundo natural, isto é, a relação homem e natureza.

Isto quer dizer que a forma de entender a história, a sociedade, os sujeitos e sua relação com esses elementos, origina a opção da direção metodológica numa pesquisa científica.

Analisando essas características, este estudo destaca o materialismo histórico dialético, tendo em vista as categorias essenciais deste aporte teórico e metodológico. Dentro dessa corrente, compartilhando da mesma perspectiva, está a Educação Ambiental Crítica, que considera a necessidade de repensar as relações socioambientais de maneira mais estrutural (LOUREIRO, 2012). Considerado também como Estado burguês, em conflito entre diversos agentes que disputam a hegemonia.

Utiliza-se a categoria lugar, de acordo com o entendimento de Harvey (1996), sendo uma construção social que deve ser compreendida como uma localização e como uma configuração “de permanências relativas internamente heterogêneas, dialéticas, dinâmicas contidas na dinâmica geral de espaço-tempo de processos socioecológicos”. O autor busca em Marx um esclarecimento sobre o lugar e a sua importância no sistema capitalista:

[...] para Marx o lugar se define dentro da Geografia histórica da acumulação de capital como um dos constituintes do mundo espaço-temporal de intrincadas relações sociais e valorações universais [...] a construção do lugar estaria ligada (direta ou indiretamente) com o capital e representaria um ‘momento de consolidação de um regime de relações sociais, instituições e práticas políticoeconômicas de inspiração capitalista [...] busca-se compreender, deste modo, o local como uma expressão do global (FERREIRA, 2000, p. 71).

A presente pesquisa apresenta os resultados de uma investigação que tem como objetivo principal a análise do curso criado pela pesquisadora, de formação de educadores ambientais para os professores e professoras da Rede Municipal da Educação de Jataizinho no estado do Paraná. A opção pela escola pública, se refere ao fato de ser o grande elemento formador de humanidade. Permite construir um processo de formação do cidadão crítico, capaz de realizar ações de transformação dos fatores causais do cotidiano, é necessário trabalhar dentro da escola, e neste caso em específico, nas escolas dos filhos dos proletariados.

Também evidenciou os obstáculos ocorridos ao longo da proposta, na tentativa de inserir um curso de formação em educação ambiental dentro de um

Município, de uma escola, ressaltando a importância não apenas da formação destinada aos professores, mas também dos secretários da educação e do meio ambiente e dos promotores de justiça das varas da educação e do meio ambiente, assim, visando a educação ambiental como um meio de transformação e emancipação da sociedade.

Por meio de um estudo de caso, numa perspectiva crítica, procurou-se compreender quais os procedimentos e os obstáculos encontrados no cotidiano dos professores a trabalhar com educação ambiental dentro das escolas de modo permanente.

A escolha da cidade de Jataizinho como recorte e fonte delimitadora de pesquisa foi em virtude da parceria com a Promotora de Justiça Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ibiporã-PR, que também serviu como mediadora com os contatos dos diretores do departamento de educação e meio ambiente do Município. O interesse da Promotora de Justiça também se deu, devido ao Projeto de Redução¹ de danos decorrente do uso abusivo de agrotóxicos em Jataizinho-PR (Anexo A).

Conforme demonstrado no relatório, o trabalho foi definido em quatro eixos: diagnóstico, assistência técnica e extensão rural, educação ambiental e fiscalização. Com isso, devido a existência do eixo de educação ambiental, e os danos demonstrados no relatório, a Promotora de Justiça entendeu ser fundamental, o apoio na presente pesquisa.

Jataizinho está localizado ao norte do Paraná a 399,69 km da capital e possui 161,977 Km² de extensão geográfica. Situado às margens do rio Tibagi, faz fronteira com os municípios de Assaí, Uraí, Ibiporã e Rancho Alegre (JATAIZINHO, 2015). Segundo IBGE (2020) o município possui aproximadamente 12.638 mil habitantes.

No âmbito educacional, Jataizinho conta com dois centros municipais de educação infantil, quatro escolas municipais de ensino fundamental anos iniciais, uma escola especial e duas escolas estaduais que atendem ao ensino fundamental

¹ Em 10 Dezembro de 2015 foram iniciados, com reunião do Fórum Sobre Agrotóxicos, promovida em Ibiporã, os trabalhos de Combate ao Uso Abusivo de Agrotóxicos nesta comarca. O objetivo da primeira ação foi expor as consequências do uso indiscriminado de agrotóxicos para a saúde e para o meio ambiente e promover o debate a respeito das medidas necessárias a coibir essa prática.

anos iniciais e finais e ao ensino médio. O Ensino Fundamental anos iniciais é a etapa com o maior número de matrículas, de acordo com os dados apresentados pelo IPARDES (2022, p. 19).

Com o propósito de apresentar esses dados de forma sistematizada, esta Tese estrutura-se em uma apresentação, seguida pela introdução, por quatro capítulos e uma conclusão, conforme delineado a seguir.

O primeiro capítulo traz a discussão sobre o conceito de Estado e Sociedade Civil à luz da contribuição gramsciana, passando por um breve histórico relacionado entre as crises estruturais inerentes ao sistema capitalista e as decorrentes transformações de reforma no Estado.

Foi necessário situar historicamente as modificações no ideário de sociabilidade, que incorporou os componentes ideológicos do modelo neoliberal. Essa compreensão é relevante, tendo em vista que, a partir dessas mudanças, a educação ambiental foi uma importante estratégia utilizada a partir da década de 90, como forma de educação política, na disseminação dos pressupostos ideológicos imbuídos desse novo modelo de sociabilidade capitalista.

Possuindo como início o movimento histórico da realidade com base em seus determinantes ao processo educativo ambiental, analisa-se a trajetória de desenvolvimento do debate ambiental e da EA, conectado às abordagens e concepções presentes na EA. Não somente se tratando de uma exposição linear e cronológica, nesse caminho também, planeja-se a confrontar as fragilidades históricas e ainda encontradas nesse campo e, por decorrência, na educação pública por meio da defesa do ambiente para o desenvolvimento do processo educativo ambiental.

Defende-se que a discussão sobre a EA não alcança o caráter concreto sem que se compreenda as fragilidades ainda existentes na área, os debates empíricos que percorreram as políticas e os documentos nacionais e internacionais e que continuam a nortear a compreensão de professoras e professores sobre o que constitui um processo educativo ambiental. Esse debate avança produzindo o modelo das relações entre a lógica neoliberal, correspondida no Brasil na instituição do modelo gerencial de Estado, o campo da educação ambiental e as políticas públicas descritas nessa área. Deste modo, a Educação Ambiental Crítica permite uma análise estrutural, que admite o entendimento das influências dos acontecimentos políticos e

sociais, na conjuntura das políticas públicas, nesta pesquisa, orientada ao ensino formal.

A coligação dessas determinantes na análise da educação ambiental no ensino formal, nessa perspectiva crítica, indica para a superação dos discursos e percepções do senso comum, os quais universalizam o pensamento de que a realização da educação ambiental na escola depende de fatores pertinentes tão somente a esfera da educação, como se não existisse outros elementos, em um cenário mais amplo, implicações econômicas, políticas e institucionais.

No mesmo capítulo também apresenta o cenário das Políticas Públicas Ambientais no Brasil, destacando os principais pressupostos teóricos, visando apresentar o panorama histórico dos vinte anos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Os resultados ofereceram entender que a educação ambiental se demonstra desvinculada da realidade das escolas da rede municipal, estruturada em políticas edificadas verticalmente, de maneira abstrata e concebidas, sem haver um diálogo com a realidade das escolas.

Possuindo a influência de várias matrizes ideológicas, as políticas públicas de educação ambiental demonstram-se influenciadas por distintas agências públicas e da sociedade civil, distanciadas do cenário educacional como um todo e do projeto político pedagógico. No presente capítulo, também será apresentado dados sobre o Município de Jataizinho-PR, das escolas municipais e os projetos de educação ambiental, especialmente de formação de professores, sendo realizadas pela sociedade civil.

O terceiro capítulo apresenta o Curso de Formação de Educadores Ambientais para os professores da Rede Municipal de Jataizinho-PR. Importante ressaltar que, este curso foi desenvolvido sem nenhum tipo de financiamento, sendo a presente pesquisadora somente bolsista CAPES. Inicialmente será apresentado a estrutura do curso teórico, como foi desenvolvido, a trajetória da tentativa da realização do curso nos municípios do estado do Paraná, em Londrina, em seguida em Ibiporã e finalmente sendo realizado em Jataizinho.

Serão apresentados os obstáculos para a execução do curso, inclusive as dificuldades encontradas, como a burocratização no município de Londrina, a baixa adesão de professores na participação do curso de educadores

ambientais no município de Ibiporã, ausência de plataformas de cursos em Jataizinho, por isso a construção e utilização da plataforma google classroom, e as dificuldades dos professores na utilização dos computadores e e-mails, no Município de Jataizinho.

Por fim, serão demonstradas as atividades presenciais ministradas pelos professores convidados das Universidades Públicas. Todas as atividades presenciais estavam conexas com o conteúdo teórico apresentado na plataforma do google classroom, e principalmente, as questões socioambientais discutidas no decorrer do curso, foram trazidas de acordo com a vivência e realidade dos próprios professores da rede básica, ou seja, não se tratou de um curso pronto, mas sim, sendo desenvolvido por etapas, tanto na teoria quanto na prática. O curso foi todo adaptado de acordo com a realidade dos professores do município, sendo um dos meios utilizados para essa análise, a aplicação de um questionário realizado com base na pesquisa de Trajber e Mendonça (2006), no qual também, serão comparadas algumas respostas com a referida pesquisa.

No presente capítulo também será demonstrado a importância da articulação, do desenvolvimento e execução dos projetos de educação ambiental, com articulação do Ministério Público, Departamento da Educação e do Meio Ambiente.

Na presente pesquisa, será apresentado a importância da presença do Ministério Público nos projetos de educação ambiental nos Municípios.

Por fim, no último capítulo serão apresentadas participação das professoras em eventos, especialmente no Encontro Paranaense de Educação Ambiental em 2019, a revitalização das escolas e de alguns espaços públicos, desfile de 7 de setembro com o tema: educação, meio ambiente e cidadania, e os relatórios enviados pelas professoras, contendo algumas atividades realizadas por elas, dentro e fora das escolas.

Nestes relatórios, serão demonstradas principalmente a forma como os (as) professores (as) passaram a abordar as questões ambientais com os alunos. Por fim, também foi replicado o questionário, para também verificar se houve mudanças no entendimento das professoras. Também serão apresentados alguns depoimentos de algumas professoras, da Promotora de Justiça e do Diretor do Departamento do Meio Ambiente, que participaram de maneira ativa de todo o curso.

Notando em outro aspecto sobre a abordagem científica, este estudo pode contribuir como projeto piloto para as Secretarias da Educação de outras

idades, colaborando com o desenvolvimento dos processos dentro do curso de formação, os avanços e dilemas, podendo, assim, produzir aprendizados significativos para esses que estão diretamente ligados a essa atividade e para outros que possam interessar-se pelo tema.

2 O ESTADO E AS CONTRADIÇÕES PRESENTES NA DINÂMICA DAS RELAÇÕES DO MODELO DE ESTADO CAPITALISTA

Refletir sobre a realidade importa em analisar que esta é o resultado de diversas mediações, determinadas pela conjuntura histórica que está inserida e, portanto, pressupõe compreendê-la dentro de uma totalidade histórica, na qual está em jogo uma rede de dinâmicas complexas: sociais, políticas, econômicas, que engendram e opõem essa realidade. Dentro dessa corrente, partilhando da mesma perspectiva, está a Educação Ambiental Crítica, que considera a necessidade de repensar as relações socioambientais de maneira mais estrutural (LOUREIRO, 2012).

A partir desse entendimento, em que se demonstra a premência de uma análise que faça as relações entre os vários elementos que dialogam com o objeto de investigação, neste estudo, em se tratando da educação ambiental, que é um campo do conhecimento humano na dimensão educativa que tematiza o ambiente, considerou-se imprescindível, neste primeiro capítulo, conceituar Estado e Política Pública, com base no quadro teórico escolhido.

O Estado² se caracteriza historicamente como um produto da sociedade que, em certo momento do seu desenvolvimento histórico, encontra-se dividido em benefício de seus interesses antagônicos. Verifica-se a importância da existência de um poder superior para constituir a ordem, de maneira que a sociedade não realize uma batalha interminável na procura de poder (ENGELS, 1984).

Por Estado “deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2000, vol. 03, p. 159). Ou seja, concebê-lo em uma composição ampliada, o que Gramsci denomina de Estado ampliado ou integral.

Nesta formulação, a ideia de consenso está implícita, uma vez que coloca nessa dimensão a percepção complexa dos direcionamentos de diferentes agentes e atores – os aparelhos privados de hegemonia, numa direção de disseminar para as diversas classes da sociedade um modelo de sociabilidade que seja de interesse da classe dirigente. Nesse ínterim, partilhando da ideia de uma sociedade

² No entender de Lênin (1983, p. 5): “O Estado é o produto da manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados.”

diversa e contraditória por essência, Gramsci apresenta, nessa problemática do Estado ampliado, a categoria de correlação de forças, atravessada pelos contextos econômico e ideológico, na dinâmica da luta de classes.

A concepção gramsciana de Estado ampliado (sociedade política e sociedade civil) é, portanto, um campo de intensas relações de força, espaço de disputa da hegemonia e de luta de classes.

O momento unificador entre sociedade política e sociedade civil se expressa na realização da supremacia por um determinado grupo social, através do domínio ou da direção intelectual e moral. A relação de supremacia mais consensual e menos coercitiva é própria da correlação de forças entre as classes sociais na disputa pela hegemonia em diferentes conjunturas (SIMIONATTO; COSTA, 2012).

Como governo, o Estado também é dirigente no viés da coerção, por intermédio dos aparelhos coercitivos, além dos hegemônicos, formando essa dupla natureza na sua noção geral.

Na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado é igual a sociedade política mais a sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 2000).

Nessa coalisão ou unidade dialética entre o Estado e a sociedade civil e seu papel sedimentado em conjunto como ordenador da difusão de uma determinada ideologia, nesta pesquisa ponderou-se na composição de análise: o seu papel 'Educador'.

Como explicita Gramsci (2000, p. 65), o "Estado tem e pede o consenso, mas também 'educa' este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente." Essa classe dirigente é a classe burguesa, que "põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se 'educador'" (GRAMSCI, 2000, p. 171).

Neste aspecto, destaca-se o caráter ontológico (histórico e social) e o caráter dialético do método. Ou seja, para esse campo epistemológico, pensar a realidade resulta em aceitar que esta é fruto de várias intervenções, definidas pela conjuntura histórica que está introduzida e, deste modo, implica compreendê-la dentro

de um contexto histórico, na qual está em jogo uma rede de dinâmicas complexas: sociais, políticas, econômicas, que produzem e fazem parte dessa realidade.

Nessa conciliação política e de educação política em que o Estado juntamente com a sociedade civil procura estratégias educativas e formativas em consonância, foi importante ter em mente nesta pesquisa os processos não-aparentes nessa ocasião, os que se universalizam e conservam a hegemonia, os voltados a ações de conformação da sociedade, de novos tipos de humanidade.

Essas ações, designadas por Neves (2013, p. 02) de “Pedagogia da Hegemonia”, colocam em destaque o pano de fundo da propagação da pedagogia do consenso, com vistas a um novo modelo de sociabilidade a serviço do capital.

O termo Pedagogia da Hegemonia está ligado à constituição de Gramsci de Estado Ampliado e Educador, resultante da politização da sociedade civil e do reaparelhamento do Estado, com intuito do domínio da direção cultural, intelectual, política e ideológica, de maneira a organizar um novo ideário que considere um novo tipo de ser humano, apropriado a um novo tipo de trabalho e processo produtivo, na lógica neoliberal.

Isto posto, o conceito de Estado utilizado nesta pesquisa considera-o como sendo esse movimento de um todo e complexo de atividades, no qual se apresenta em dinâmica e emaranhado com a sociedade civil, também complexa, ou seja, o Estado para além da sociedade política.

Nesse patamar, segundo afirma Gramsci (2000, p. 212), o “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”.

Neste aspecto, à política pública, o destaque permaneceu nos debates e na análise no tocante da preservação do caráter público da política, demonstrando a dialética do traço privatista e particularista das políticas públicas. As análises empreenderam os estudos teóricos relacionados ao conceito ideológico, político e histórico da construção e operacionalização das políticas.

Partindo do pressuposto de que a estrutura do Estado capitalista manifesta a correspondência de forças na sociedade, o conflito nasce, deste modo, como um esclarecimento destas tensões. Munido de um contexto e uma construção histórica, o conflito não pode, assim sendo, ser entendido somente pontualmente.

Estruturalmente, deparam-se em disputa “distintos projetos de apropriação e significado do mundo material” (ACSELRAD, 2004, p.14), formando-se, nesta situação, em um tema, acima de tudo, político.

Ainda que se compreenda o Estado como representante de interesses de uma classe dominante, é importante considerar as ambiguidades que, por vezes, se apresentam nas ações do Estado, no sentido de realizar concessões que feririam os interesses diretos da classe capitalista.

Segundo Harvey (2006), tais ações são necessárias para se manter o controle das classes subjugadas e resolver a contradição de sobreviver enquanto Estado democrata – apoiado pela maioria –, e, ao mesmo tempo, atender a interesses de uma minoria. É nesse sentido que Gramsci, ao tratar da base materialista da hegemonia, compreende a classe hegemônica como verdadeiramente política, dado que esta irá além de seus interesses econômicos imediatos para representar o avanço universal da sociedade ao conceder reformas que mantêm a sua liderança, mas que, por outro lado, atendem a interesses e exigências de outras classes (BOTTOMORE, 2001, p.178). Harvey (2006, p.89) sublinha, no entanto, que seria inapropriado considerar o Estado como uma “entidade autônoma mística”, internamente coesa e automaticamente contrária a interesses locais. Na visão do autor (ibid, p.91), o Estado pode ser melhor compreendido enquanto “categoria abstrata, talvez apropriada para se generalizar sobre a coletividade dos processos pelos quais se exerce o poder”.

Segundo uma vasta literatura marxista que se seguiu a Lenin, o Estado, apresentando-se como representante do “bem comum”, consiste, na prática, em um instrumento de criação e imposição de uma hegemonia de classe. Tal hegemonia, segundo Williams, poderia ser definida como:

[...] todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. [...] Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes [...] (WILLIAMS, 1979, p.113-114).

A partir deste ponto de vista, compreende-se que os mecanismos de dominação de classe no Estado burguês podem expressar-se de distintas formas,

inclusive algumas muito sutis e difusas. Como exemplo, teríamos os direitos trabalhistas concedidos à classe trabalhadora.

Gruppi argumenta que Gramsci, em seu conceito de hegemonia, buscou abarcar não só a expressão da dominação de uma classe através da estrutura econômica e da organização política de uma sociedade, “mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, p. 3). A hegemonia, neste caso, se expressa pela difusão de ideologias, ou concepções de mundo, que dizem respeito a determinado grupo da sociedade. Tal grupo, para atingir a hegemonização de toda a sociedade, adquirindo a adesão da maioria, necessita tornar-se dominante de forma conjunta na esfera econômica e política – justificando um certo ordenamento –, assim como no âmbito da cultura. A hegemonia coloca-se, portanto, como direção e domínio através da estrutura política e econômica, assim como sobre o modo de pensar e compreender o mundo, objetivando a persuasão para possibilitar a construção de um consenso “para um universo de valores, de normas morais, de regras de conduta” (GRAMSCI, 2008).

Outro conceito gramsciano importante para entender as estratégias da nova pedagogia da hegemonia é o de Estado educador. De acordo com Loureiro e Cunha, 2011 (apud Neves e Sant’anna 2005, p. 27), ao compreender o conceito gramsciano de hegemonia, debatem a função do Estado na construção do consenso, quando “na condição de um Estado educador, o Estado capitalista desenvolveu e desenvolve uma pedagogia da hegemonia, com ações concretas na aparelhagem estatal e na sociedade civil.” Os autores assinalam como pontos importantes desse período do Estado neoliberal: remarcação da participação qualificada por soluções individuais, desmantelamento e/ou refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, incentivo estatal à ampliação de grupos de interesse não diretamente vinculados às relações de trabalho, e, por fim, ação orgânica de entidades internacionais, em particularl o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Através deste conceito é possível compreender as novas estratégias e dominação de classe da burguesia brasileira na atualidade. A burguesia, de modo direto e através do Estado gerencial, sem afastar a utilização da coerção, passou a usar abundantemente táticas de aquisição do consenso. Esse movimento só começa

a ser compreendido com maior clareza quando os estudos oficiais passaram a divulgar o crescimento das Fasfil (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos) no Brasil dos anos 2000 (NEVES, 2011).

Isto posto, é através desse processo que se asseveram e disseminam ideologias. É necessário observar que a hegemonia de uma classe dominante é continuamente repensada e reforçada por meio de um cruzamento de relações sociais, discursos e instituições, ultrapassando uma organização de coerção física para alcançar os âmbitos moral e intelectual de domínio.

Deste modo não se refere somente a respeito do controle do Estado, em um sentido estrito, e seus aparelhos de coerção, mas de modelar a dominação também através de maneiras mais primorosas na formação de senso comum, até mesmo na esfera econômica, propagando ideologicamente uma suposta homogeneidade da sociedade e anulando as contradições e os conflitos latentes. Nesse sentido, a cultura torna-se fundamental no exercício da dominação, uma vez que “valores e crenças mobilizam ações, engendram identidades sociais e condicionam a compreensão de interesses coletivos” (MOORE, 1996, p.127), induzindo não apenas o campo das representações, bem como do funcionamento e modificação da sociedade, ou seja, a sua dimensão material.

Seguindo essa orientação, Bourdieu (1994, p.117) afirma que logo o Estado se transforma, “o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico” (BOURDIEU, 1994, p.117), diante a comprovação da lei, cercado pelo disfarce da universalidade e da igualdade de arranjos na estrutura social. O Estado, analisado aqui como mensageiro dos valores dominantes, desempenha o papel de “objetivar, codificar, delegar e garantir” valores difusos na estrutura subjetiva da sociedade, atuando uma “unificação teórica” dos conhecimentos e do discurso, provocando acomodação social e abrangendo o conflito (BOURDIEU, 1994, p.121; p.114). Nesse cenário, o Estado, que exerce a função de julgador entre os interesses contrários (HARVEY, 2006), passa a ter que atuar além da simples coerção, alcançando esferas mais sensíveis de dominação na procura de legitimidade.

Neste embate por hegemonia, isto é, uma competição por uma liderança cultural-ideológica, que também se encontra no campo ambiental. Seguindo a concepção, na qual os sujeitos se estabelecem em classes sociais estruturalmente desiguais – com seus referentes interesses e ideologias – e tal constituição se reflete

na estrutura do Estado, a questão ambiental não pode ser entendida somente como a ação de manusear processos naturais ou dominar as externalidades do processo produtivo da sociedade industrial, a não ser com relação a um assunto mais abrangente de caráter ideológico e político (DIEGUES, 2000; O'CONNOR, 2002; BOURDIEU, 1989, p.28).

2.1 A CRISE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

O sistema de produção capitalista nasceu com base em dois alicerces correlacionados: crescimento ilimitado e acumulação de riqueza na forma de capital. Fundamentado pelo crescimento dos lucros, determinava, algumas normas para se desenvolver: retorno dos investimentos em um prazo curto ou margens de lucro muito altas para situações mediante o retorno em prazos mais longos; crescimento econômico ao menor valor admissível, inserindo exploração e miséria de grande parte da população mundial; e, elevada e célere absorção de recursos e energia, desdobrando-se em uma alta produção de rejeitos e efluentes descartados no ambiente (FOSTER, 2005).

Todavia, este padrão de desenvolvimento, conforme em que gerou desperdícios e impactos do meio ambiente, evidenciou ter alcançado certos limites (DUPUY, 1980) proporcionando prever a sua incoerência intrínseca: uma lógica expansionista de acumulação ilimitada estava fundamentada em um ambiente com tempo de reposição de seus recursos superior do tempo do capital e, por vezes, finito, produzindo aquilo que Foster chamou de conflito entre ecologia e capitalismo (FOSTER, 2005).

A importância de se debater o modelo de desenvolvimento foi primeiramente tratada em Estocolmo, em 1972, e de maneira formal e explícita, em 1987 no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido como o Relatório Brundtland sobre o Nosso Futuro Comum. Neste relatório estabeleceu o termo “desenvolvimento sustentável” para designar um novo modelo de desenvolvimento, por meio do qual a sociedade permaneceria a produzir e desenvolver-se, entretanto respeitando o meio ambiente. O entendimento de desenvolvimento sustentável concebeu-se a partir da recomendação do

contentamento das necessidades das gerações presentes sem o comprometimento das gerações futuras e suas respectivas necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988). Este debate referente ao modelo de desenvolvimento predatório e a sua consonância, na qual, deveria requerer a relação de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento (ibid, p. 43), encaminhou para o centro da discussão econômica, política e social as questões ambientais, será melhor abordado no próximo tópico.

Apesar disso, o novo padrão de desenvolvimento (eventualmente denominado de “sustentável”) não conseguiu examinar o próprio modelo de desenvolvimento fundamentado na exploração sucessiva da natureza e dos seres humanos, visto que este acompanha sendo uma ampla “fonte de acumulação material e geradora de crescimento” (GUIMARÃES, 2004).

As consequências não sustentáveis do desenvolvimento são “percebidos como solucionáveis por meio da utilização de novas tecnologias e de um planejamento racional” (ZHOURI et al, 2005, p.12). De outro modo, a constatação da indispensabilidade de transformações estruturais na base industrial e de acumulação, que já comprovou ser, no longo prazo, ambientalmente catastrófica (FOSTER, 2005), persiste em delimitar o debate ao manuseamento institucional dos problemas ambientais. Conforme Hajer (1997, p.12), determinados críticos radicais do relatório Brundtland, exigiram que toda opinião sobre desenvolvimento sustentável nada mais é do que uma estratégia retórica para mascarar a estratégia de sustentar o desenvolvimento ao invés de se conduzir às causas da crise ecológica.

Isso quer dizer que o debate se resume à diminuição da perda de energia e matéria-prima abrangidas no processo econômico-industrial, assim dizendo, a utilização de materiais mais eficientes, redução do consumo de energia e produção de rejeitos, privilegiando os usos locais e a importância da despesa total da cadeia produtiva, os sujeitos do mercado aceitam discutir e procurar soluções técnicas para o problema. Apesar disso, para determinadas percepções mais críticas, estas soluções não deixam de ser parciais, uma vez que existe um elemento tácito a toda esta lógica, ou seja, o modo de produção e seu regime de propriedade, que define o uso que será dado à riqueza produzida. Questiona-se sobre os meios, mas não sobre as finalidades para os quais a sociedade adquire-se dos meios (HACON, 2011).

O entendimento do atual panorama da crise deve ultrapassar sobre “esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo” (GUIMARÃES, 2002, p. 62). Bennet (1976, p. 62) classifica a “crise de civilização” como uma “transição ecológica” e menciona:

Entre outros aspectos, a transição implica em termos tecnológicos na tendência a utilizar quantidades cada vez maiores de energia, ainda que com níveis cada vez mais elevados de entropia. Nas suas dimensões filosóficas, a transição levou à substituição de “imagens” tais como de contemplação e respeito pela natureza pela instrumentalização do mundo natural. Ecologicamente, se caracterizou pela incorporação da natureza na cultura, assim como pela quebra das relações de subsistência local, que significa não só a acumulação de bens para fins não relacionados com a sobrevivência biológica, como também a possibilidade de consegui-la através da incorporação de ambientes naturais cada vez mais distantes da comunidade local.

A lógica utilitária que ultrapassa o discurso aclamado pela denominada modernização ecológica nasceu na década de 80, dirigida pela ascensão de políticas ambientais (HAJER, 1997), na qual a procura pela associação envolvendo a esfera ambiental e o científica levou a ecologia científica a declarar com persistência a sua aptidão de empregar conhecimento de modo direto “à gestão social dos espaços naturais”, transferindo o seu objeto de interesse para a contribuição técnica à gestão do território (FABIANI, 1997, p.299).

De acordo com Hajer (1997), o debate político da modernização ecológica alcançou ampla anuência dos governos e interferência nas políticas ambientais inseridas a partir do início da década de 90 por orientar-se a esfera empresarial abordando sobre a questão ambiental pela perspectiva tecnocrata e modernista, formando-se, em última instância, em um desafio para os negócios. De outro lado, o discurso da modernização ecológica impede o tratamento da variável social e, por consequência, a observação das contradições intrínsecas do próprio sistema capitalista que se caracteriza no exercício como impossível de ser dirigido, dada a sua descartabilidade intrínseca. De acordo com o autor, embora que alguns partidários possuam pressupostos morais, a modernização ecológica necessariamente segue uma lógica utilitária: no seu cerne está o entendimento de que o controle da poluição é lucrativo (HAJER, 1997, p.26).

Deste modo, a modernização ecológica se restringe a regular a técnica garantindo o sucessivo desenvolvimento econômico, a começar da reconciliação com os problemas que envolvem o meio ambiente. Sem eximir da lógica econômica imperativa, novas sugestões tecnológicas incidem do mercado, na direção de oferecer uma resposta para a crise ambiental que, contudo, não abrangem o problema essencial da lógica capitalista intrínseco a todos estes novos processos indicados. Como determinado por Acselrad (2004, p.23):

[E]mpresas e governos tendem a propugnar as ações da chamada “modernização ecológica”, destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e a ativar mercados. Tratam assim de agir basicamente no âmbito da lógica econômica, atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, “economizando” o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas. Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico.

Ao limitar-se o debate envolvendo o meio ambiente a um campo puramente técnico, procura-se despolitizar a discussão com relação a utilização dos recursos naturais, desocupando-se do espaço público e oferecendo caminho para a lógica de mercado. Tal lógica não apenas democratiza as dificuldades e responsabilidades intrínsecas à crise ambiental, ao conduzi-la para a esfera individual ao oposto do público, como se apodera do discurso da sustentabilidade para produzir mais riquezas e fundamentar a sua globalização financeira ao desfrutar das estruturas e redes criadas pelo Estado moderno (BOEHMER-CHRISTIANSEN, 1995, p. 279). Como efeito da carência de debate e crítica à racionalidade técnico-burocrática, tem-se um meio ambiente adaptado à desregulamentação neoliberal e à atuação do mercado.

O entendimento sobre o meio ambiente como um espaço afastado de elementos socioculturais distintos no qual os sujeitos deparam-se em sucessivos conflitos pela sua apropriação material e simbólica leva à compreensão de uma natureza abstrata e singular de responsabilidade igual de todos, e à consequente desconsideração do espaço como campo de debates argumentativos, na qual o universalismo pregado organiza-se, de fato, na exigência de uma concepção particular. De acordo com Fuks (2001, p.42), embora a defesa do meio ambiente se recomende como universal, de fato se refere a “classes de maior poder aquisitivo objetivando ‘perpetuar seus próprios valores e proteger seu estilo de vida à custa do pobre e desprivilegiado’”.

O meio ambiente, vinculado no direito internacional como um bem comum da humanidade, na prática, apresenta-se como um bem coletivo limitado a um certo grupo com maior poder aquisitivo e escolaridade que, ao asseverar as suas circunstâncias fundamentais de sobrevivência, dá à questão ambiental ampla importância (FUKS, 2001). Para o autor, a universalidade da causa ambiental deve ser examinada de modo que os benefícios da preservação do meio ambiente são distribuídos de maneira desigual e, na prática, manifesta o projeto de uma classe em tornar hegemônicos os seus valores e interesses.

Desse modo, Boehmer-Christiansen (1995, p.283) assevera que, de modo geral, as melhorias no meio ambiente prevalecem aos ricos, enquanto as atividades que causam mais impactos negativos se dão em áreas habitadas pelos politicamente fracos. Ao redor de um ideal hipoteticamente comum a todos, o que se verifica é uma disputa dos discursos com relação as suas devidas competências potenciais de universalização (ACSELRAD, 2004) e um coerente benefício dos mais fortes, da perspectiva política, econômica e ideológica, capazes de atribuir as suas demandas próprias e particulares como se tratando de um benefício universal.

Partindo-se de um tema universal – tendo como suposição que todos os seres humanos precisam da natureza para sua sobrevivência –, estabelece-se uma conduta comum a todos os sujeitos. De modo acrítico, desprezam-se as discordâncias socioculturais – que inspiram, por exemplo, no modo como as pessoas agirão sobre o meio ambiente, causando maior ou menor impacto –, ou as diferenças econômicas – que influenciam no nível de consumo, e, em seguida, transformam o grau de responsabilização pelo impacto total nas bases materiais da Terra. Desta forma, difunde-se uma coletividade superficial que acarretará, na prática, a socialização dos problemas, enquanto os benefícios distribuem-se de maneira desigual (HACON, 2011).

No desenvolvimento de universalização das origens e validação de discursos a ciência exerce uma importante função, na maneira em que possui amparo satisfatório diante a sociedade para estabelecer e disseminar verdades primordiais. É necessário contemplar para o caso de que “conhecimentos singulares” formam-se a partir de debates e transações, para finalmente se constituir uma hipotética consonância, que pode ser ligeiramente transmitida por meio da mídia e da universidade, por exemplo (HACON, 2011).

Na perspectiva científica, a área ambiental classifica-se concomitantemente por um elevado grau de incertezas – que, contrariamente, persuadem políticas públicas concretas e seguras –, bem como por um ilusório véu de posicionamento e neutralidade, desconsiderando o fato de a ciência ser efetivada por seres humanos e estes formarem, constantemente, em partidos interessados (BOEHMER-CHRISTIANSEN, 1995). Deste modo, o desígnio das áreas preferenciais para a análise não pode ser entendido como neutra e apolítica, bem como as respostas apresentadas como verdades incondicionais. Ao inverso, é importante conhecer o discurso como necessariamente fracionado e ambivalente (HAJER, 1997) podendo, deste modo, ocasionar como imprevisível na preponderância de um ponto de vista sobre outro mediante da tomada de decisão política.

Nas últimas décadas o meio ambiente vem sendo inserido às principais agendas governamentais e pesquisas em centros de ciência e tecnologia (BOEHMER-CHRISTIANSEN, 1995). É necessário observar, apesar disso, para a função exercida pela sociedade nas decisões relativas à distribuição de recursos, até mesmo em pesquisas científicas e inovações tecnológicas, e o seu estágio de atuação nas instâncias decisórias e comando de fato exercido.

Ao ser elaboradas as opções que deliberam, por exemplo, maior incentivo a determinadas áreas da ciência em prejuízo de outras, deparam-se em questão valores que norteiam a referida opção e determinam aquilo que é proeminente para a sociedade como um todo. Analisando-se que a sociedade não forma-se de um todo e sim de elementos com interesses diferentes, ao atingirem se alternativas em razão do todo, de fato concretizam-se escolhas em nome das minorias que conseguiram validar seus discursos sob o falso véu da universalidade (HACON, 2011).

Seguindo essa linha, a percepção gramsciana de hegemonia vai abranger a compreensão cultural e moral do mundo, partindo mais adiante da predominância na esfera econômica e política. Para constituir-se um pensamento exclusivo como universal é indispensável orientar um modo de pensar e de conhecer que, por meio de indução, deve guiar para um suposto consenso (GRUPPI, 1978). De acordo com Boehmer-Christiansen (1995, p.281), as sociedades permanecerão a progredir de maneira econômica, entretanto é necessário atentar para as diretrizes que orientarão tal processo e para o conhecimento de um “benefício comum a todos”

de fato ilusório, que, na prática, se trata de um benefício para as elites na direção das políticas globais.

O conhecimento científico posiciona a problemática da inclusão de outros saberes. Na esfera de uma perspectiva positivista, na qual domina o enaltecimento dos especialistas científicos que possuem o referido conhecimento, deparam-se aqueles que se orientam em um saber tradicional, enraizado nas experiências de vida e no conhecimento empírico da natureza. Para tais pessoas que não se incluem no âmbito científico, da sua referente linguagem ou metodologia, ocorre a ausência de qualificação e um lugar de desvantagem no desenvolvimento de validação dos seus discursos. Diante a esta separação de conhecimentos, o Estado emprega-se do discurso científico na orientação de legitimar suas atuações, transmitindo o tema da arena política para a técnica (ACSELRAD, 2004).

Com relação a conservação ambiental, a constituição do discurso científico deve ser situada no tempo e espaço contemporâneo. De modo geral, muitos anunciam em prol da conservação, se tratando desta, uma das linhas mais semelhantes da ideologia predominante na sociedade atual (LOUREIRO et al, 2009). Apesar disso, é necessário considerar a presença de percepções diferentes com relação ao que deve ser conservado e como deve ocorrer esta conservação, bem como deve-se reconhecer que os diferentes atores terão competências distintas de validar suas convicções no espaço social. Logo, é necessário entender, quais as compreensões de natureza por trás de cada um destes discursos, uma vez que estas, estarão relacionadas de maneira direta às soluções tomadas.

Além da percepção conservacionista referente a natureza, segundo Hajer (1997) a modernização ecológica possuiria uma importante função no pensamento ambiental moderno, manifestado pelo pronto consentimento desta corrente pela sociedade bem como pela sua interferência na construção de políticas públicas globais.

O discurso da ecoeficiência destaca a adequada utilização dos recursos naturais, observados sob o ponto de vista da escassez, adicionando-se ao entendimento dos impactos como calculável, competindo à ciência tal valoração. Estas duas colunas do pensamento hegemônico ambiental, isto é, a ecoeficiência e o preservacionismo, amparam-se, por um lado, em uma percepção da natureza fundamentada pelo imaginário de bem abstrato, limitado e desprotegido, devendo ser

preservado e cuidado longe do interminável desejo humano por recursos nas designadas áreas protegidas; e, por outro, na convicção de que os problemas ambientais podem ser contornados pela tecnologia. Nos embates por apropriação do território, as representações hegemônicas de Natureza se restringem a separá-la em “Natureza a conservar” versus uma “Natureza ordinária, aberta aos apetites econômicos” (ACSELRAD, 2004, p.21).

Segundo Gramsci (GRUPPI, 1978), a dominação não ocorre somente desde a estrutura econômica e política, bem como, com o início das direções ideológicas e da maneira de conhecer. Desse modo, é fundamental discutir a função do Estado, visto como representante dos interesses de uma classe dominante e legitimador dos seus ideais, envolto por um falso manto de objetividade que possibilita justificar e legalizar a dominação.

A trajetória de disputa pelo poder abrange na figura do Estado, uma vez que este reúne diferentes espécies de capital (de força física, econômico, cultural, simbólico) e, assim, possui intervenções nos numerosos campos adequados a estes capitais. Desta maneira, a constituição do Estado vai de encontro à formação do campo de poder percebido como espaço de jogo no interior do qual os possuidores do capital (de diferentes espécies) disputam de maneira evidente pelo poder sobre o Estado, visto que este manifesta-se em poder sobre as diferentes esferas da sociedade, permitindo atribuir princípios duráveis de visão, divisão e classificação do mundo (BOURDIEU, 1994, p.108).

É no ente do Estado que se estabelece o discurso hegemônico difuso nas diferentes esferas do espaço social, sendo as políticas públicas o caminho pelo qual as ideologias dominantes são, tanto da percepção da atuação como também do discurso. O Estado possui também como papel, sendo um transmissor dos interesses de determinado grupo, em prejuízo de outro, adaptando na sua imagem os antagonismos de classe (LENIN, 1983).

No tocante ao conflito ambiental, observa-se, que a natureza é inserida no centro dos conflitos sociais indicando que o meio ambiente se constitui também pelo homem, seja na sua concepção, enquanto parte da natureza, ou através das suas ações no ambiente. Sendo assim, a questão ambiental ultrapassa os limites da gerência dos recursos naturais para adentrar o campo das disputas sociais por sentidos culturais. Por outro lado, a inclusão do homem nesse cenário se dá não do

ponto de vista universal e apolítico, mas a partir da sua inserção no espaço social, das relações aí estabelecidas e dos distintos papéis vividos. À medida que as condições de degradação do ambiente se agravam, em razão do modelo de desenvolvimento ancorado – no âmbito da lógica capitalista – na exploração inesgotável dos recursos humanos e naturais, a Natureza torna-se cada vez mais importante nas agendas governamentais. Aqueles que não compartilham os conhecimentos científicos relativos a estas mudanças se sentem desabilitados para o debate e, portanto, excluídos das decisões referentes ao tema.

Nesta perspectiva, a preocupação com o meio ambiente pode ser utilizada como manipulação política, de acordo com a ausência de informação necessária e a sua interpretação no universo de interesses e ideologias sobrepostas. Neste cenário de inseguranças e discursos por vezes elitizados, diminui-se a possibilidade de entendimento dos diferentes aspectos do problema e debates das admissíveis saídas, abrindo espaço para a propagação de ideologias pertencentes a grupos limitados que se desdobram para o restante da sociedade nas diversas áreas.

2.2 MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

Em razão dos modelos produtivos, o conceito de desenvolvimento permaneceu durante muito tempo relacionado ao crescimento econômico sem analisar as diversas formas dos sistemas sociais, políticos e econômicos. Presumia-se que o acréscimo de riquezas poderia melhorar as condições de vida da população.

Para Loureiro e Lima (2012) existem distintas maneiras de definir sobre desenvolvimento sustentável. Para os autores, tal termo

conceito central dos difundidos discursos ecológicos, expressos pelos mais diversos setores da sociedade na contemporaneidade. No geral, tais discursos são compostos por um conjunto de argumentos e intenções que sinalizam para uma finalidade: obter um desenvolvimento qualificado por uma preocupação, qual seja, crescer economicamente sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas, garantindo a existência social e de outras espécies a longo prazo. Essa poderosa proposição aparentemente consensual manifesta-se nas práticas educativas, centradas em um espírito solidário, em uma noção de valores universalmente válidos que orientam a humanidade, e em soluções tecnológicas e gerenciais de um ambiente reificado (LOUREIRO LIMA, 2012, p. 280).

No contexto da crise ambiental da sociedade, permeado por uma série de problemas e conflitos ambientais, que abordam não somente a relação do homem

com a natureza, mas, as diversas questões de ordem política, econômica, os valores, princípios, a cultura, modos de produção, a diversidade, entre outros que constroem esta sociedade, é fundamental o entendimento da questão ambiental, através de uma leitura crítica da realidade, nas suas diferentes dimensões. Desta forma, é preciso romper com pensamento racional, tecnicista e conservadora herdado pela modernidade, buscando compreender a complexidade ambiental, para construção de um saber ambiental que permita o entendimento e o embate às questões que se apresentam na contemporaneidade.

Este modelo de desenvolvimento capitalista acarreta os impactos no meio ambiente, promovendo a degradação, a poluição e a exclusão social, tanto nas áreas urbanas como nas rurais.

Diante o cenário, verifica-se que o desenvolvimento deveria possuir um conceito que superasse o ponto de vista econômico, inserindo o governo, além dos atores sociais e privados. O Desenvolvimento Sustentável surgiu para explanar diversas concepções e preocupações existentes por volta da década de 70, devido à gravidade dos problemas que causam riscos às condições de vida no planeta. Em 1972, uma das primeiras organizações a assinalar os riscos do crescimento econômico contínuo foi o Clube de Roma (SILVA, 2008).

A discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, pode ser lembrada em alguns eventos ambientais que abordaram sobre os objetivos e metas, partindo do Clube de Roma (1972), que organizou o relatório “Os limites do crescimento”, no qual os importantes resultados destacavam a relação envolvendo o esgotamento dos recursos naturais, a explosão demográfica e o crescimento econômico, de acordo com uma lógica de mercado que diminui a responsabilidade pela degradação aos indivíduos e ao uso de tecnologias (LOUREIRO; SILVA, 2019).

Em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, os chefes de vários países debateram sobre o indispensável cuidado com o ambiente, expondo que:

Chegamos a um momento na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Por ignorância ou indiferença podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade, condições

melhores de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem (ONU/DECLARAÇÃO, 1972, p. 2).

O resultado foi a formação de uma Declaração composta por 26 princípios, na qual se assegurava que “os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma” (ONU/DECLARAÇÃO, 1972, p. 1). Restou claro a indispensável compreensão de que não é mais possível abranger o ambiente natural dissociado do social e, o que acarretaria no modo em que o desenvolvimento econômico seria desenvolvido. Entretanto, as questões complexas referente as condições socioeconômicas que estimulavam os problemas ambientais ainda permaneciam.

No Brasil, o debate ambiental se iniciou ainda na década de 1970, sob o controle do regime civil-empresarial-militar. Não como um roteiro popular ou nacional, contudo, como demanda posicionada internacionalmente a partir das conferências e encontros concretizados. Na Conferência de Estocolmo o Brasil foi escasso ao destacar sua apreensão prioritária com o crescimento industrial no país (ALMEIDA, 1998), não considerando a relevância de reexaminá-lo possuindo como intenções à diminuição dos impactos ambientais.

É fato, de que a conduta brasileira manifestada naquele período resumia a da grande parte dos países em desenvolvimento, uma vez que, existia uma intensa discussão na Cúpula referente até que momento seria admissível assegurar a necessidade de diminuição de crescimento econômico, já que os países desenvolvidos estavam estabilizados, a medida que, os em desenvolvimento procuravam, com muito esforço, atingir os estágios de desenvolvimento dos países como parâmetro do hemisfério norte.

Os países desenvolvidos indicavam o aumento populacional desenfreado e a pressão que ele desempenhava sobre os recursos naturais como a causa principal da problemática ambiental; portanto, nada mais ‘lógico’ do que se pensar na restrição do aumento populacional e econômico dos países periféricos (SILVA, 2010). Ressaltou-se a tentativa de fundamentar os problemas ambientais como sendo inventados por motivos externos aos processos produtivos, pelo crescimento populacional ou pela conduta humana, em geral” (SILVA, 2010, p. 167). Evidentemente, esse não foi um ponto de vista acatado de maneira unânime, o que

evidenciou as desavenças eminentes envolvendo os países reunidos com base na extensão do capital que todos procuravam.

Os eventos de EA a partir dos anos 1970 repercutiram no que Layrargues e Lima (2014) chamaram como macrotendência conservacionista. Ela se surgiu no Brasil entre meados desta década, com fundamentação nos entendimentos originárias do contexto europeu. Fundamenta-se na ingenuidade quanto a compreensão da problemática ambiental e, deste modo, conecta a EA a concepção naturalista, isto é, à preservação da natureza em seus elementos ecológicos com apelo à dimensão afetiva. Como se origina em um cenário de excessiva discussão sobre os problemas ambientais como decorrências das condutas humanas, considera que pela modificação de comportamentos, diminuindo a crise global emergente à solução através de atitudes individuais.

O contexto preconizado verificou-se que era necessário examinar e, em um plano prático, confrontar com olhar pretendendo-se superar as restrições colocadas pelo padrão capitalista de produção que conduz a economia, a política e as demais áreas sociais, como requisito para refletir sobre os problemas ambientais. Para a EA passou-se a ser imprescindível admitir sua função de processo educativo, o que se estabelece como político, demonstrando as circunstâncias reais da crise socioambiental. Devido a isso, mesmo insistindo nos modelos anteriormente citados, foi a partir da década de 1990 que se verificou uma reorganização no modo de disseminar as razões concretas da problemática socioambiental. Pesquisas como o de Moretto e Schons (2007), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU, 2016) descreveram a conexão entre pobreza e degradação ambiental e passaram a demonstrar, o que ocasionava os problemas ambientais era o modo de produção hegemônico, e não as populações pobres. Na realidade, eram elas que sofriam as consequências desse modelo produtivo e da degradação ambiental de maneira mais danosa (SILVA, 2010).

Deste modo, encontra-se na Declaração de Estocolmo, em seu princípio 9, a clara alternativa pela percepção desenvolvimentista (tecnocentrista), ao salientar:

As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e dos desastres naturais colocam graves problemas. A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a

transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer. (ONU/DECLARAÇÃO, 1971, p. 4).

Se nessa perspectiva, os países desenvolvidos extinguirem seu mercado por meio do emprego dos países em desenvolvimento, não se preocupando com impactos e legislações ambientais – ainda introdutórios naqueles países –, por outro, os países em desenvolvimento observaram nessa ‘substituição’ o trajeto para se introduzirem no mercado e ampliarem a taxa de empregos, sem analisarem as degradações ambientais:

Este movimento se dá no interior de um amplo processo de exportação de capitais, a partir do qual as grandes corporações internacionais transferiram para os países periféricos partes de suas plantas produtivas – especialmente aquelas que demandavam maior utilização de trabalhadores [...]. Na esteira desse processo, verifica-se a transferência de indústrias poluidoras para os países periféricos [...] (SILVA, 2010, p. 170).

Em 1974, surge a proposta do ecodesenvolvimento, criada por intelectuais como Sachs e Strong, que incluiu, além das questões econômicas e sociais; as questões culturais, políticas e ambientais, à noção de desenvolvimento (LEFF, 2005).

Segundo Sachs, as dimensões social, cultural e psicológica, estão interligadas e são responsáveis pela transformação de comportamento dos sujeitos na sociedade. Estas são persuadidas pela dimensão política, assinalada especialmente, pelos jogos de poder e pela dimensão econômica, tendo em vista o paradigma de consumo e trabalho imposto pela sociedade capitalista, os quais afetam a dimensão espacial. A dimensão ecológica, surge como resultado dos impactos negativos que estão conduzindo os ecossistemas a desequilíbrios inquietantes com relação à manutenção da vida no Planeta (MENDES, 2009).

Ligado ao Desenvolvimento Sustentável, ainda em 1972 a definição de outro conceito utilizado à própria economia, o Ecodesenvolvimento, que:

[...] designava ao mesmo tempo um novo estilo de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, norteado por um conjunto independente de postulados éticos, a saber: atendimento de necessidades humanas fundamentais (materiais e intangíveis), promoção da autoconfiança (self-reliance) das populações envolvidas e cultivo da prudência ecológica (VIEIRA, 2007, p. 12).

O Ecodesenvolvimento estava ligado às “primeiras iniciativas voltadas para a promoção de outro tipo de crescimento econômico e de uma repartição qualitativamente diferente dos seus frutos” (VIEIRA, 2007, p. 11). De acordo com o autor, a partir deste momento se revelou a concepção tecnocrática da economia e passou-se a dar importância – pelo menos em tese – os indicadores qualitativos nas avaliações dos custos socioambientais, levando em consideração o grau de difícil entendimento dos elementos abrangidos. Com o intuito de planejamento, iniciou-se as características socioecológicas, unificando os desígnios das várias áreas de conhecimento ao desenvolvimento, como econômica, social, ecológica e política, recusando a determinação de padrões universalistas de desenvolvimento econômico, utilizados até então.

Deste modo, foi colocado em debate o entendimento de que o gerenciamento dos recursos naturais e do fornecimento das matérias-primas necessitariam se tornar os orientadores dos modos de exploração plausíveis, analisando as tecnologias, as degradações negativas da produção ao ambiente e à população. Assim sendo, o elemento ecológico é que definiria as regras para o desenvolvimento, até mesmo, no campo econômico. As necessidades essenciais de grande parte da sociedade – pobre e marginalizada – passariam a ser admitidas pelos atores da abordagem de ecodesenvolvimento como a variável mais necessária a ser considerada e, simultaneamente, a mais complexa de se conduzir na esfera do planejamento e da gestão (VIEIRA, 2007).

Ainda com a percepção tecnocrática de ambiente adotada na Declaração de Estocolmo foi também durante a Conferência que se destacou a necessidade de abordar a conexão envolvendo ambiente e educação, alcançando, em nível mundial, na preparação de um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Entretanto, como o debate permaneceu-se em um entendimento tecnocrático de ambiente e desenvolvimento, incentivou o Programa e o processo educativo ambiental a uma percepção, tanto na área teórica, quanto prática.

Neste patamar, é importante refletir que: a observação realizada anteriormente não é contrária quando se avalia que o próprio ponto de vista da Declaração de Estocolmo era tecnocrata e que, paralelamente, ocorreu a propagação da concepção de Ecodesenvolvimento que negava tal percepção?

A incoerência encontra-se no caso de que esse entendimento não alcançou uma anuência universal – e, numa apreciação mais radical, pouco alterou as bases do mercado produtivo e financeiro –, o que permaneceu a produzir obstáculos aos simpatizantes e à eventualidade de uma vinculação “benéfica” envolvendo desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental. Relacionado ao que foi demonstrado anteriormente, o que ocasionou com esses conceitos foi o mesmo que com as vertentes de Educação Ambiental: constituíram ‘novas’ maneiras de compreender a problemática posta, sem que de fato uma superasse a outra, assunto no qual, irá ser abordado posteriormente.

Nesse sentido Vieira apresenta (2007) ao se referir à Sachs e asseverar que os progressos intelectuais atingidos a partir da Conferência de Estocolmo foram bem mais céleres e concretos do que as atuações práticas de direção das resoluções celebradas e, por resultado, o posicionamento oficial provocado pelo evento permaneceu a disseminar a concepção desenvolvimentista a benefício do crescimento do capital. De fato, acreditava-se que o novo entendimento ocasionado com os conceitos de Desenvolvimento Sustentável – mais disseminado – e de Ecodesenvolvimento passaria a guiar as ações de planejamento e gestão das instituições, entretanto o que prosseguiu foi uma combinação catastrófica de reducionismo economicista, desinformação, conformismo e inércia institucional (VIEIRA, 2007, p. 19). Segundo Vieira (2007, p. 20), a perspectiva divulgada com o Ecodesenvolvimento:

[...] só acontecerá na medida em que formos capazes de superar a hegemonia alcançada atualmente pelas doutrinas neoliberais, ao lado de abordagens de planejamento e gestão que primam pelo viés analítico-reducionista e pela multiplicação de intervenções remediais, pontuais e fragmentadas.

No cenário de tomada de consciência da crise civilizatória, surgiu o termo desenvolvimento sustentável, que se consolidou em 1987, por meio do Relatório Brundtland³ ou “Nosso Futuro Comum”, resultado dos trabalhos da

³ O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (Fonte: ONU)

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), formada por 21 países-membros da ONU, que pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do Planeta no sentido de compatibilizar desenvolvimento e a conservação ambiental. O relatório o “Nosso Futuro Comum”, estabelece como sendo aquele capaz de satisfazer as necessidades gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

Como necessidade em dar continuidade ao debate ambiental, após a Conferência de Estocolmo, o Secretário-Geral da ONU convidou, em 1983, a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para designar e presidir a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Essa comissão foi fundamental a discussão e estabeleceu, em 1987, o Relatório de Brundtland, designado “Nosso Futuro Comum”. Esse documento teve relevância por ocasionar a esfera internacional o conceito de Desenvolvimento Sustentável, definido como “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 2018).

Muitos estudiosos defendem a importância do Relatório de Brundtland como sendo uma atuação que envolveu a ONU no debate ambiental de modo decisivo e, ao mesmo tempo, tornou evidente a apreciação da polarização envolvendo os países em torno do crescimento econômico mundial. Em sentido oposto, permaneceu-se o debate ambiental nutrido por um ‘círculo vicioso’, uma vez que, se por um ponto de vista escancarava-se os problemas ambientais, por outro se argumentava a precisão de estimular o crescimento econômico para suprir às necessidades de todos, como se o padrão de crescimento dos países desenvolvidos a ser adotado pelas nações em desenvolvimento fosse requisito à modernização, à qualidade de vida e à preservação ambiental (cujo entendimento baseava-se no cunho cientificista de que pelos progressos da ciência e da tecnologia os problemas ambientais seriam solucionados). Afastou-se do debate a responsabilidade do padrão produtivo e de crescimento dos países industrializados sobre a destruição ambiental (SILVA, 2010).

O tema Desenvolvimento Sustentável é apontado por muitos autores, como sendo o preferido na área ambiental a partir da Conferência como uma nova rotulação à crise ambiental, uma vez que não modifica suas colunas e, embora não insira ao debate os requisitos sociais, como o tema que envolva a pobreza, fortaleceu

a divulgação do discurso intencional e ardiloso sobre a culpa dos países pobres em causar impactos ao ambiente – ou que, em um campo particular, significa culpabilizar os sujeitos expropriados historicamente ao acesso as várias necessidades básicas, contendo o direito a um ambiente de vida saudável.

Um exame crítico e semelhante pode ser realizado ao conceito de Desenvolvimento Sustentável e sua aplicabilidade. Silva (2010) demonstra o cenário mundial no qual foi introduzido, assegurando que:

Na verdade, a formulação Desenvolvimento Sustentável representa uma tentativa de oferecer respostas à problemática do meio ambiente a partir de uma crítica às teorias desenvolvimentistas, hegemônicas no pós-guerra, sem, no entanto, inscrevê-las no contexto da crítica ao modo capitalista de produção; em outras palavras, trata-se de uma tentativa de articular expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e redução da pobreza. (SILVA, 2010, p. 166).

Loureiro (2012) relembra que ao relacionar desenvolvimento ao conceito sustentável ocorre o risco de permanecer entendendo o primeiro termo como:

- 1) Sinônimo de crescimento econômico e produção de mercadorias, associando o bem-estar ao consumo de massa; dessa forma, nos vemos num ciclo que se autoalimenta, induzindo a expansão de mercado;
- 2) Série sucessiva de etapas a serem cumpridas; não sem sentido, como já apontamos, os países em desenvolvimento tinham como pressuposto mimetizar o modelo de desenvolvimento dos países mais ricos e industrializados;
- 3) Desenvolvimento capitalista, enquanto única opção existente; já que é dessa premissa que os países desenvolvidos partiram e se mantêm.

Essa divergência na maneira de determinar sobre a problemática ambiental que a detinha adaptada ao crescimento econômico reproduziu sobre os resultados das ações antrópicas no meio onde as pessoas vivem e, além disso, na 'natureza ainda intocada', sendo fundamentada pela perspectiva na linha conservacionista, ou seja, "uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do "conhecer para amar, amar para preservar". Isso provavelmente ocorreu devido no período inicial na crise ambiental, era mais fácil visualizar a degradação de ambientes naturais e as pesquisas nas áreas das ciências ambientais naquele período ainda eram insuficientes para compreender a complexidade das relações entre sociedade e natureza. Os problemas ambientais eram vistos como sequelas de um

projeto inevitável de modernização, passíveis de serem reparados, pela propagação de informação e de educação sobre o meio ambiente, ou pelo uso dos produtos do desenvolvimento tecnológico (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 27)

A tendência conservacionista está vinculada a uma “pauta verde”. São “representações conservadoras da educação e da sociedade porque não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais” (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Conforme os comportamentos de sensibilização que valorizam pela relação direta dos indivíduos com os elementos ecológicos, essa linha possui como ponto central a preservação e conservação dos elementos da fauna e da flora, que suportam com as interferências humanas. Tradicionalmente ela se caracterizou acessível e proeminente, uma vez que foi com esse tipo de abordagem que a problemática ambiental tomou forma mundialmente e se evidenciou em movimentos ambientalistas.

Porém, sua delimitação está em diminuir a problemática socioambiental a seu resultado ao invés de focar em sua causa, bem como é compreensível na discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável –, isto é, compreende a importância de ações práticas, influências imediatas no meio degradado e explorado, contudo pouco retrata sobre as razões estruturais dessa degradação.

Enfatizam-se os esforços no final do processo, na influência no ambiente procurando transformar essa situação ou denunciando uma instituição exploratória que se privilegia do acúmulo de capital por meio da exploração dos elementos naturais, ao invés de enfrentar as bases do sistema produtivo e econômico.

É necessário refletir sobre as concepções e dimensões que se relacionam ao conceito de sustentabilidade, para procurar a construção de outro mundo, com base em outras formas de relação que se desenvolvem entre os seres humanos e a sociedade.

Na década 1990, a discussão sobre desenvolvimento sustentável se consolidou com a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada pela em 1992, pelas Organizações das Nações Unidas. Como consequência dessa conferência, foi criada a Agenda 21 Global fundamentada em compromissos em direção ao desenvolvimento sustentável para o século XXI. Em 2002, a ONU

organizou a conferência Rio+10 (Johanesburgo-África do Sul), com a desígnio de discutir as consequências da concretização dos compromissos acordados em 1992. Nesse momento, aconteceu um empenho maior de empresas pela procura desenfreada por uma representação positiva no mercado do ecologicamente sustentável, o que passa progressivamente a incorporar, no tratamento do desenvolvimento sustentável (LOUREIRO; SILVA, 2019).

Observa-se que foi também a partir de 1990 que a inclusão de uma nova definição no discurso ambiental aconteceu, o de Sustentabilidade. Sua disseminação ocorreu nos debates da década de 1990, principalmente com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.

Essa nomenclatura, é confundida de maneira frequente com o conceito de Desenvolvimento Sustentável e Ecosocioeconomia. O entendimento sobre Sustentabilidade possui origem nas perspectivas ambientalistas a partir de duas correntes: (1) conservacionista e preservacionista, propagada por cientistas, filósofos, naturais e políticos no século XIX; e (2) no cerne da corrente tradicional, contudo, a partir da década de 1960, passou por transformações polissêmicas com a politização do tema e se fracionou em duas concepções: (1) gestão ambiental; e (2) ecologização do sistema social. [...] A sustentabilidade provocaria em uma percepção holística sobre os sistemas do planeta, visando associar as dimensões social, econômica, ecológica, geográfica, e cultural concomitantemente nos debates, análises e atuações orientadas ao desenvolvimento (WILDHAGEN, 2015, p. 5).

Conforme mencionado, as duas correntes se associam, dentro da discussão sobre a Sustentabilidade, de acordo com que Loureiro (2012), sobre o sentido material e o sentido simbólico das necessidades existentes quando adota-se o termo. Assim dizendo, considerando-as no âmbito econômico e cultural, respectivamente.

De acordo com o referido autor (2012, p. 56), este conceito possui origem das Ciências Biológicas, compondo tais necessidades, por exemplo, “subsistência (garantindo a existência biológica); proteção; afeto; criação; produção; reprodução biológica; participação na vida social; identidade e liberdade.”, isto é, não seria suficiente a preocupação com uma das dimensões para que a sustentabilidade fosse obtida, considerando todas as necessidades e os limites ecológicos às ações humanas.

Não resta dúvida, de que o conceito de sustentabilidade é provocador, complexo e incitante. Se faz refletir sobre as diversas dimensões e suas relações. Entretanto a questão pertinente ao se levar um conceito biológico para a política e a economia não se referiu apenas em permitir a dinâmica do cenário ecológico como uma circunstância objetiva de qualquer atividade social, todavia pensar em um desenvolvimento que fosse perene e atribuir responsabilidade pela vida das pessoas no futuro a partir do que o cidadão executa no presente. Em um período de tanto destaque no imediatismo e na brevidade, sugerir o contrário é algo notadamente ousado e possui sua relevância (LOUREIRO, 2012, p. 57).

Contudo, sua magnitude e pouca efetividade o fizeram reincidir num problema parecido ao dos conceitos antecedentes (Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável), sendo compreendido de maneira plural e, concomitantemente, como se fosse homogêneo. A progressão conceitual ocasionou consigo contrassensos que ultrapassam a esfera terminológica e se determinam no plano dos objetivos e finalidades, isto é, admitiram uma conduta teleológica que por vezes permanece pouco avaliado.

Ao ser inserida no discurso de tantos atores sociais, com diversos planos e percepções de mundo, é imprudente defender que a Sustentabilidade se tornou um conceito uniforme e sem contradições. Mais uma vez, implica-se na pluralidade reconhecida que ultrapassa o conceito. Partiu-se de um – ou dois – *slogan(s)* e recaí-se em um diverso. Ao tratar-se de Sustentabilidade é necessário possuir como objetivo central determinar qual seu verdadeiro desígnio. Para Loureiro (2012, p. 62) o ponto de partida para alcançá-la está no questionamento “quem importa, qual projeto de sustentabilidade e com que fim”?

A discussão sobre a sustentabilidade é hegemonicamente caracterizado por uma presunção de acordo envolvendo não somente os atores sociais, de inter-relação harmônica, mas entre economia, política e condições ecológicas. Os problemas sociais e ambientais são limitados a problemas técnicos e gerenciais. Como se compõe no campo de sociedades democráticas, seus procedimentos abrangem táticas metodológicas denominadas de participativas (LOUREIRO, 2012).

Novamente, ao se inventar um novo conceito plural, surgiu a discrepância na maneira de compreender o debate ambiental e produção de ações

para confrontar as problemáticas. Em uma clara demonstração referente a propagação de um discurso muito presente no ideário sustentável encontra-se a defesa pela “participação” social. Como modelo desse contrassenso Loureiro (2012, p. 67) interroga “afinal, será que o sentido dado à palavra [participação] pelo Banco Mundial é o mesmo que o sentido assumido pelo MST?”.

De maneira complementar, Vieira (2009) assegura que mesmo na Sustentabilidade pode existir uma direção mais na orientação de um enfrentamento *ex post* de sintomas isolados da crise socioambiental, fundamentando-se em um entendimento reducionista de sustentabilidade, ou seja, vinculado à reprodução da lógica intensa do capitalismo globalizado, do que de seu enfrentamento radical, indo às raízes do problema.

O escoamento do sentido político determinou que mesmo com a Sustentabilidade era necessário conhecer quais os objetivos reais que orientavam as alegações e as ações sustentáveis de cada proponente para não cair em armadilhas e contradições. Um exemplo disso foi como, desde 1990, estabeleceu-se ao processo educativo ambiental a necessidade de que fossem abordadas características individuais e disciplinatórias como escolha viável para combater os novos obstáculos ambientais. Isso provocou uma nova concepção estabelecida por Layrargues e Lima (2014, p. 29) como pragmática:

[...] que abrange, sobretudo, as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 1980 e no contexto brasileiro desde o governo Collor de Mello nos anos 1990. [...] sua trajetória apontou ideologicamente para um viés pragmático (LAYRARGUES, 2002), agindo como um mecanismo de compensação para corrigir as “imperfeições” do sistema produtivo baseado no consumismo, na obsolescência planejada e na descartabilidade dos bens de consumo. [...] essa macrotendência que responde à “pauta marrom” por ser essencialmente urbano-industrial, acaba convergindo com a noção do Consumo Sustentável, [...] e demais expressões do conservadorismo dinâmico que operam mudanças superficiais, tecnológicas, comportamentais. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30-31).

Essa transformação comportamental se molda na adequação dos sujeitos à maneira de vida vigente, por ocasiões culpabilizando-os e recusando a configuração da sociedade como motivo dos problemas ambientais.

A invenção de tecnologias é uma necessidade do sistema e, sendo assim, identifica-se como uma maneira de mitigar os danos já causados e os do futuro,

intensificando um camuflamento das origens dos problemas. Deste modo, mesmo que a ciência e a tecnologia possuam papéis essenciais na resolução e na diminuição de diversos problemas, tanto na área ambiental quanto em outras, é possível analisar que tais produções humanas não são ofertadas para toda sociedade e mesmo assim se sustentam em custos expressivos, restringindo-se ao acesso de uma pequena parcela da população que, concomitantemente, recebe por estes serviços enquanto detentores dos meios de produção. Nessa perspectiva, é indispensável colocar a ciência e a tecnologia a disposição da classe trabalhadora visto que elas são aparelhos de dominação de classes pela elite predatória (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Observa-se, contudo, que tal abordagem para a EA possui como decorrência mais uma vez, ao adequar os sujeitos à realidade, agora reforçado por pautas crescentes das sociedades urbanas – em particular no Brasil – através da transmissão de conteúdos para serem adquiridos com a intenção de se reduzir os danos ao ambiente consequentes das ações individuais predatórias e de condutas inapropriadas. É a maneira de tentar reparar os problemas com fundamentação na sobrelevação da ‘ignorância’ dos sujeitos como opção à redução dos problemas ambientais. Entretanto, nem mesmo a compreensão de conteúdos como se preconiza consente a eles o entendimento em profundidade do real, uma vez que, prossegue-se a vincular a crise socioambiental aos comportamentos individuais e não à maneira coletiva de organização da vida como requisito para sustentação do próprio sistema do capital (LAYRARGUES; LIMA, 2014)

Os embasamentos dessas linhas podem ser observados no centro dos debates dos eventos de EA. No ano de 1975, com o I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, passou-se a reconhecer internacionalmente a EA como campo educativo amplo que abarcava dimensões sociais, políticas, culturais, capaz de gerar novos valores e atitudes. Como já mencionado, naquele mesmo ano foi lançado o PIEA que contribuiu com a organização de reuniões internacionais e regionais que culminaram na Conferência de Tbilisi, em 1977. As discussões ocorridas durante o evento permitiram o início do rompimento com os aspectos puramente ecológicos e reducionistas da questão ambiental, os quais delimitavam a própria EA. Segundo Assis (1991, p. 59) foi definido que cientes de que “aspectos biológicos constituem a base natural do meio humano”, era preciso ainda considerar “que as

dimensões socioculturais e econômicas e os valores éticos definem [...] as orientações e os instrumentos com os quais o homem poderá compreender e utilizar melhor os recursos da natureza” (ASSIS, 1991, p. 59).

De acordo com o entendimento destacado em Tbilisi foram repensadas as estratégias para o desempenho na e com a sociedade sobre os temas socioambientais e, ao dar relevância internacional a área, determinou-se 41 recomendações à EA. O documento já apontava indícios oportunos sobre, por exemplo, a compreensão de ambiente com base na relação envolvendo sociedade e natureza. Entretanto, a concepção ainda era inicial do ponto de vista da maneira como se compreende os bens naturais, permanecendo-os na lógica de recursos que precisam ser utilizados – mesmo que de um modo ‘menos danoso’ – para satisfazer as necessidades humanas, ou melhor, de determinados grupos.

No documento subjugaram-se certos aspectos a outros, uma vez que o sentido de preservação ambiental prosseguiu respondendo ao desenvolvimento socioeconômico – assim como aconteceu com conceito de Desenvolvimento Sustentável. Em compensação à expansão dos problemas ambientais e às esferas abrangidas, destinou-se a EA o objetivo de incentivar a autodisciplina, causando a resolução dos problemas ambientais no âmbito individual e pessoal, novamente.

Nesse sentido, a concepção utilitarista da natureza conserva-se conexas a uma propagação das insurgências, com fundamentação numa suposta racionalidade – como se este não fosse um requisito inerente à sociedade – que pode usar a natureza de modo menos predatório e mais propício ao ser humano. Examina-se, deste modo, que mesmo com indicativos conceituais pertinentes, as ações de EA se conservaram conectadas a uma concepção acrítica de educação, conexas ao que Layrargues e Lima (2014) denominaram como conservadora (que abrange tanto a macrotendência conservacionista quanto a pragmática).

No entanto, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio-92) surgiu um novo episódio para a EA e a definição de uma concepção para embasá-la. Importantes documentos foram formulados, como a Agenda 21 que constituía a necessidade de novos modelos de desenvolvimento econômico – mesmo que não examinasse o padrão societário de desenvolvimento, também não determinasse um ponto de vista mais radical quanto às injustiças socioambientais – e a importância de se demarcar os caminhos que seriam adotados a partir do século

XXI com relação às questões ambientais. Sua importância foi tão relevante que passou a servir como modelo para que os 179 países que a assinaram constituíssem as suas agendas. Avaliando esse documento Maia (2018a, p. 80) assegura que:

Os temas tratados eram diversos e versavam sobre ambiente, saneamento, habitação, saúde, educação, ainda a pobreza, a biodiversidade entre outros também significativos. Tratava do papel dos vários agentes sociais, suas ações e propostas. Envolveu governos, instituições privadas, cientistas, indígenas, sindicatos e como isso, buscava fornecer os subsídios norteadores de princípios para melhorar as condições de vida das populações e de seus ambientes com vista ao desenvolvimento sustentável.

Suplementarmente, existiu o Fórum das ONGs – evento que ocorreu simultaneamente à Conferência –, consequência de uma fusão de movimentos ambientalistas e sociais no Brasil naquele período que trouxe admiráveis subsídios à EA:

A expressão das ONGs no Brasil relacionadas à temática ambientalista se consolidou nesse momento, entretanto, a formulação dessas organizações é anterior e decorrente de um momento político específico brasileiro, o fim da ditadura civil-empresarial-militar. Fontes (2006, p. 2019) contextualiza que as ONGs foram “Protagonizadas por muitos ex-exilados, trariam uma modificação substancial nas formas de organização popular – apoiadas, em sua maioria, em fontes de financiamento internacional: não mais estavam coligadas a partidos e a um projeto social e político comum, mas a demandas específicas. Do ponto de vista de sua sustentação, em sua maioria, vinculavam-se a entidades ligadas às igrejas (cristãs), à benemerência internacional ou, ainda, a setores diretamente empresariais, fortemente internacionalizados (Dreifuss, 1986). A filantropia internacional apoiava diretamente a construção de ONGs, assim como a grande maioria de seus projetos.”.

Esta fusão fortaleceu uma nova esfera de ativismo político dentro de uma área maior que, desde o final da década de 70, tem buscado o fortalecimento dos setores que se referem como populares da sociedade civil. Através deste Fórum, estes setores procuraram não somente fazer o confronto à fala oficial governamental sobre meio ambiente e desenvolvimento, que seria exibida na UNCED, contudo, assinalando disparidades em relação à instância oficial e aos setores empresariais que se demonstravam ecologicamente norteados, formando um novo sujeito político coletivo e fortalecê-lo (HERCULANO, 1996, p. 91).

O Fórum foi formado por instituições e movimentos ambientais, mas também sociais, como de negros, de indígenas, de mulheres, de jovens etc., além de sindicatos, associações de profissionais, instituições e centros de pesquisas,

pastorais, dentre outros. Das 935 entidades presentes no fórum, somente 350 se consideravam como entidades ecológicas/ambientalistas (HERCULANO, 1996).

De modo geral esse evento demonstrou certos elementos relevantes. Inicialmente, na tentativa de abranger distintos segmentos como um modo de resistência ao que estava acontecendo oficialmente na Rio-92 entre os líderes e representantes participantes. Ademais, nele estabeleceu-se outro documento de importância, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, assinalando o panorama da EA ao firmar posição pela educação crítica e histórica com vistas à mudança social (TOZONI-REIS, 2006; 2008), distinto do que foi assentado pela agenda oficial da Rio-92 que, entre outros elementos, baseava o discurso na defesa pelo Desenvolvimento Sustentável.

Entretanto, o tom de 'militância ambientalista' que se tentou dar ao Fórum não se fixou de fato:

[...] havia uma pletera de entidades informais, formadas por jovens, cuja linha de atuação era a denúncia e algumas manifestações públicas; do outro lado estavam fundações ambientalistas "ricas", as "king-ongs", como a SOS Mata Atlântica e as ONGs de assessoria aos movimentos populares, que se sentiram ameaçadas pelas disputas e pelo sarcasmo dos egressos da política estudantil e temiam que todo seu capital social, cultural e simbólico, toda "uma vida de investimentos" pudesse ser deles arrancada e enxovalhada. Disputava-se espaço de visibilidade e de crescimento de carreiras. Neste sentido, democracia e elitismo se misturavam: havia uma contradição dialética entre as propostas democráticas e a estrutura do campo. (HERCULANO, 1996, p. 123).

A ausência de qualidade ocorreu por diversos fatores que abrangeram desde desacordos políticos até a desigualdade dos integrantes das entidades. Isso repercutiu na ausência de concretização de uma frente de desempenho que alcançasse enfrentar o que permanecia (e continua) hegemonicamente colocado no debate ambiental através de uma atuação contínua nas diversas instâncias sociais e políticas de poder, ultrapassando o evento.

Diante o exposto, ainda que oriente pela utilização do conceito de Sociedades Sustentáveis, é importante não fazê-lo de forma ingênua no sentido de acreditar que no atual cenário social baseado predominantemente pela expansão do capital através do neoliberalismo, os sujeitos, entendidos como cidadãos político-sociais, tenham autoridade pela opção de seus modos de produzir e consumir.

Ainda que os sujeitos possam atuar de maneira individual, decidir seus modos de consumo e sobre o que consumir, a manutenção da sociedade baseada pelo padrão de produção capitalista é que permanece, essencialmente, como inicial e principal determinação do processo envolvendo o produzir e consumir. Isto é, a atuação dos comportamentos individuais assume somente um posicionamento quanto ao consumo em relação à produção no modelo organizativo social.

Entretanto, ao verificar as abrangências das ações e sentidos individuais não nega-se a participação política das/os cidadãs/ãos. Ela é fundamental para a procura da transformação do atual modelo econômico e socioambiental, entretanto, mesmo nos dias de hoje, verifica-se como as ações participativas são delicadas, mesmo que apontem um avanço. Tal como Robinson *et al.* (2011) evidenciavam sobre as Sociedades Sustentáveis envolverem a sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e político, Loureiro (2012, p. 63) destaca que:

Nesta perspectiva, há necessidade de se pensar em várias vias e organizações sociais, constituindo legítimas formações socioeconômicas firmadas sobre modos particulares, econômicos e culturais, de relações com os ecossistemas existentes na biosfera. Tem como premissa a diversidade biológica, cultural e social e a negação de qualquer homogeneização imposta pelo mercado capitalista ou pela industrialização. Assim, a sustentabilidade depende da multiplicidade de manifestações culturais e autônoma dos povos na definição de seus caminhos e escolhas, em relações integradas às características de cada ecossistema e território em que se vive.

É importante mencionar que a Agenda 21, documento oficial que inseria o Capítulo 36 destinado à Educação Ambiental, versava sobre a sustentabilidade articulando-a ao crescimento econômico dos países no ponto de vista econômico liberal (ou neoliberal), ou seja, o Desenvolvimento Sustentável, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento celebrado pelos representantes da sociedade civil organizada, delineava a sustentabilidade na perspectiva crítica e transformadora manifesta como ponto de partida para a construção de 'Sociedades Sustentáveis', cujo o embasamento alicerçava-se em sociedades que procurassem superar a lógica neoliberal.

A Educação Ambiental crítica no Brasil foi estimulada por um cenário histórico politizante e de maior complexidade onde aconteceram a redemocratização após duas décadas de ditadura militar; o nascimento de novos movimentos sociais

anunciando novos conflitos e reivindicações envolvendo as questões ambientais; a Conferência do Rio em 1992 e o amadurecimento de uma consciência e de uma cultura socioambiental que associava o desenvolvimento e o meio ambiente, os conhecimentos disciplinares em novas sínteses e as lutas de militâncias ecológicas e sociais. Por sua vez, essa linha, agrupa as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A abordagem crítica compreendida para Loureiro (2004, p. 66) como a aquela que se inscreve

e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção e etc.

Conforme mencionado, a EA Crítica abrange as abordagens anteriores através da superação dos limites que elas transportam. Possui como meios para alcançar o objetivo principal: a superação da crise socioambiental através da superação da atual forma de organização social da vida que se sustenta no modelo capitalista de produção.

Ao passo que a abordagem crítica na qual supera as demais, – “parte de análises críticas das relações entre os grupos sociais e deles com o ambiente em que vivem, compreendendo-as como relações históricas, cuja marca é a desigualdade social e a degradação ambiental” (TOZONI-REIS, 2008, p. 158). Somente através dessa percepção faz sentido refletir sobre a crise socioambiental e, também, denominar a Educação como Ambiental, já que a adjetivação ‘ambiental’ classifica tal processo educativo e o especifica. Como assevera Maia (2018, p. 81), a EA “guarda uma especificidade que a define. Esta especificidade é o ambiente. Neste sentido, a caracterizamos como um processo educativo que tematiza o ambiente”.

Isto posto, é fundamental explicar os percalços conceituais, epistemológicos e metodológicos com o desígnio de ultrapassar as fragilidades das compreensões até então norteadoras da EA e assíduas nos eventos relevantes da

área embora se apresenta como indispensável. Compreender a realidade histórica dialeticamente não é algo hegemônico na sociedade e, devido a isso, uma boa parte das professoras e professores não enfrenta a luta de classes como intrínseco ao ambiente, sequer aos problemas ambientais, muito menos à EA. Observa-se que no campo essa discussão pode (parecer) estar esgotado, porém na realidade do desenvolvimento da produção teórica e das ações de EA não está.

Outro requisito de extrema importância é o entendimento que toda e qualquer discussão sobre a questão ambiental a partir da esfera da educação ambiental, necessita considerar que a discussão sobre seu objeto passa, inicialmente, pela educação (TOZONI-REIS, 2004). Com isso é preciso compreender a educação ambiental como uma área do conhecimento que necessita conhecer os embasamentos da pedagogia como ciência da e para a educação ambiental (AGUDO; MAIA; TEIXEIRA, 2015, p. 02).

Devido ao fato da EA Crítica ainda não ser hegemônica, verifica-se que tal entendimento torna-se negligenciada nas próprias políticas públicas brasileiras dessa área teórica e prática, o que impõe decorrências concretas aos processos educativos ambientais.

O viés crítico se desenvolve em oposição aos elementos que constituem as tendências conservadora e pragmática pois ao contextualizar e politizar o debate ambiental, problematiza as contradições dos modelos de desenvolvimento e da sociedade.

Esta tendência tem buscado construir elementos de superação do reducionismo analítico, ao incorporar na perspectiva complexa aspectos culturais, individuais e subjetivos que ressignificam a noção de política no contexto dos “novos” movimentos sociais e do ambientalismo.

De maneira resumida, pode-se dizer que os que adotam o posicionamento conservador desprezam as profundas transformações nas estruturas de classe e nas relações de poder na sociedade –de modo geral, desejam que, tais circunstâncias, ou seja, o status quo, se mantenha, ainda que este posicionamento esteja encoberto por um “conservadorismo dinâmico” – termo utilizado por Loureiro e Lima (2002, p. 125) e que se representa, de acordo com o autor, “ por um perfil reformista, superficial e reducionista” e continua “ o conservadorismo dinâmico opera

por mudanças aparentes e parciais nas relações sociais e nas relações entre a sociedade e o ambiente enquanto conserva o essencial”.

Enquanto a vertente emancipatória fundamenta-se em um posicionamento crítico, de caráter libertário e tem como base um compromisso de transformação das relações de poder envolvendo os indivíduos na sociedade, bem como nas relações (individuais e coletivas) destes últimos na natureza e no meio ambiente, solicitando, ao contrário de habituação, transformação; ao contrário de reforma, renovação. Loureiro (2004), denomina a Educação Ambiental transformadora como sendo:

[...] aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao saber educativo, impliquem em mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais [...] (LOUREIRO, 2004, p. 89).

Perante tantas incertezas no modo de compreender a problemática ambiental, de sugerir resultados e de acarretar o processo educativo ambiental, numa tensão envolvendo os sujeitos que entendiam que esses requisitos só poderiam ser abrangidos com a superação do sistema capitalista e, em compensação, aqueles que procuravam se apoderar do discurso progressista para realimentar o próprio sistema, que nasceu outro conceito, o de Sociedades Sustentáveis, que assim como os já mencionados precisa ser discutido:

A princípio, o conceito de *sociedades sustentáveis* se mostra menos permeável a entendimentos contraditórios ou a uma associação entre sustentabilidade e crescimento econômico de livre mercado, do que o de *desenvolvimento sustentável*. Além disso, igualmente se mostra mais democrático à medida que possibilita a cada sociedade definir seu modo de produção, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura e de seu ambiente natural (por isso, é posto no plural). E tem sido fartamente utilizado por setores mais à esquerda, criando uma identidade com movimentos de caráter emancipatório (LOUREIRO, 2012, p. 63).

Portanto, Loureiro (2012, p. 64) assevera que para que seja admissível defender este padrão no cenário concreto há que se confrontar no espaço público e político o poder constituído. Por esse motivo, “a disputa é inerente ao processo e a construção de uma nova hegemonia [e, portanto, é] condição para a democracia”. Nessa direção, o que emerge como reflexão é a necessidade de entender os objetivos reais das (supostas) ações sustentáveis em direção à outra realidade societária, desprendendo-se de *slogans* ambientais. O sentido não está em

afirmar que determinada ação ou planejamento é sustentável se os objetivos não os delinham a ponto de considerar dialeticamente os aspectos sociais, ecológicos, econômicos e políticos.

Diante o cenário, é importante observar e refletir sobre o que é o ambiente na sociedade atual e as consequências que um entendimento sobre ele pode ter para a repercussão do processo educativo ambiental.

No entanto é nessa ocasião que também se começa o estímulo ao debate sobre a sustentabilidade ligada a outros temas associados à questão social (exclusão social, pobreza, desigualdade social), o que, no âmbito da ONU, foi organizado em 2000, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que surgiram da Declaração do Milênio das Nações Unidas, escolhida pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000 (LOUREIRO; SILVA, 2019).

Conforme já mencionado, o conceito estabelecido em grande parte das políticas públicas está relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável, sendo fundamental algumas considerações a respeito dos entendimentos e concepções relacionadas a ele.

No ano de 2015, o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (A/70/L.1) foi assinada por representantes de 193 Estados que fazem parte da Organização das Nações Unidas – ONU, reconhecendo como um elemento imprescindível para o desenvolvimento sustentável à erradicação da pobreza extrema em todas as dimensões e formas que apresentadas em nosso planeta.

O documento possui um plano de ações destinado tanto às pessoas, ao planeta e para a prosperidade, fortalecendo a paz mundial, sendo assim, os países se comprometeram nos próximos 15 anos a realizarem medidas que proporcionem transformações.

A Agenda 2030 é compreendida como um documento que propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes a serem alcançados pelos países membros até o ano de 2030. Na Agenda 2030, a implementação da aprendizagem para os ODS está assegurada por meio da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e balizada pelos seguintes aspectos: integração da EDS em políticas, estratégias e programas; integração da EDS em currículos e livros didáticos; integração da EDS na formação de professores;

ensino da EDS em sala de aula e outros ambientes de aprendizagem; e avaliação dos resultados de aprendizagem da EDS e da qualidade dos programas de EDS (UNESCO, 2017).

Deste modo, almeja-se uma educação ambiental para a sustentabilidade socioambiental readquirindo o sentido do ecodesenvolvimento como um processo de mudança do meio natural que, através de técnicas apropriadas, no qual evita desperdícios e destaca as potencialidades deste meio, atendendo a satisfação das necessidades da sociedade, dada a variedade dos meios naturais e dos cenários culturais.

A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Vivemos processos de exclusão nos quais há uma ampla degradação ambiental socializada com uma maioria submetida, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados. Cumpre à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente) (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRARO JUNIOR, 2005).

É necessário se conceber a educação ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que têm como objetivo a construção de uma sociedade sustentável nas dimensões ambiental e social (TOZONI-REIS, 2008, p. 157).

Estamos vivendo em um momento altamente propício e necessário para que a humanidade reveja outros caminhos – desde abril de 2020 o mundo parou devido ao COVID-19 e desde então, mudanças significativas já são percebidas pelos seres humanos com relação a natureza e a saúde humana. Percebe-se que não há maneiras de retornar ao que era antes e que as mudanças são urgentes - no sentido de novas formas de estar no mundo. Sem essa mudança, a possibilidade de extinção da nossa espécie (outras espécies já têm sido extintas num ritmo acelerado), ou pelo menos, de grande sofrimento para bilhares de seres, incluindo humanos, é evidente. Assim, um novo mundo é necessário.

Para promover a busca do pensamento crítico e integral, a educação é uma peça chave, trabalhando com a emancipação e transformação do sujeito,

buscando o desenvolvimento de agentes críticos que compreendam sua realidade e atuem como agentes de mudanças para uma sociedade sustentável.

Sobre o conceito de emancipação humana em Karl Marx, é uma devolução do mundo humano e das relações humanas ao ser humano. A emancipação política é a diminuição do ser humano a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta, a pessoa moral e a cidadão abstrato. Ela não é a emancipação humana, pois a emancipação humana está sujeita aos elementos de superação da cisão do ser humano envolvendo o indivíduo egoísta e cidadão abstrato e que nas suas relações individuais e empíricas se torne um ser genérico (SOUZA; DOMINGUES, 2012).

De acordo com Löwy, a verdadeira “emancipação universal, a emancipação humana é a única capaz de superar as contradições da sociedade civil-burguesa, porque é a Aufhebung do conflito entre existência individual sensível e a existência genérica dos homens” (LÖWY, 2002, p. 97).

Esta emancipação determina a extração dos fundamentos econômicos da sociedade civil-burguesa e a extração da alienação política, uma vez que, são estes componentes que preservam uma situação de não emancipação. Sobre as condições para a emancipação humana, segundo Marx, ela depende:

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política (MARX, 2010, p. 54).

Deste modo, ela motiva-se na exigência de conciliação envolvendo o ser humano e a natureza, entre o ser humano e a comunidade e entre o ser humano e o ser humano. A partir de A questão judaica emancipação humana constitui-se na supressão, superação e transcendência (BELTRAME, 2019).

O que realizar, por onde se deve iniciar e o que se deve alcançar, podem encontrar soluções nas políticas públicas estruturantes aptas a orientar e validar as ações sugeridas.

Assim sendo, busca-se uma Educação na concepção crítica voltada ao exercício da cidadania, a problematização da realidade, o diálogo, a emancipação e a transformação da sociedade.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO BRASILEIRO

As Políticas Públicas são princípios norteadores da atuação do Poder Público, e são diretrizes, procedimentos e regras que estabelecem as relações envolvendo o Estado e os atores sociais a que se destinam a utilização de recursos públicos e os benefícios sociais, materializados em programas, financiamentos e leis que manifestam o caráter e as prioridades de certo regime político (TEIXEIRA, 2002).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar esta ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUSA, 2006, p. 26).

As políticas públicas significam praticar o poder político frente a diversos interesses de atores sociais conflitantes em agendas limitativas de gasto, equilíbrio, envolvendo receitas e despesas, abrangência de atores sociais e especialmente a possibilidade de efetivação do exercício da cidadania, na medida em que a elaboração, implantação e legitimação dessas políticas se realizem cada vez mais com a participação dos setores organizados e/ou emergentes da sociedade civil e com o fortalecimento de canais institucionais tradicionais (TEIXEIRA, 2002).

As mudanças na área da educação e do meio ambiente devem partir do entendimento de que as mesmas se encontram inseridas na dinâmica de uma sociedade capitalista, regulada na relação de exploração envolvendo o capital e trabalho, ao mesmo tempo em que é um local que potencializa a luta de classes, por meio da disseminação do conhecimento instruído e da formação de sujeitos políticos.

Analisa-se que as atuações do Estado, quanto às normas que constitui para a educação e o meio ambiente, não possuem neutralidade. Isso ocorre, pois tais temas possuem a finalidade de atender os interesses econômicos do país.

Diante o que foi discutido nos capítulos anteriores, é necessário fazer um resgate das políticas públicas com o tema de educação ambiental para que se constitua uma ética da sustentabilidade resultante das lutas ambientalistas.

Ao analisar as conjecturas da cidadania e questões que envolvem o meio ambiente, a política pública pode ser compreendida como um conjunto de procedimentos formais e não formais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, bem como, visa à formação e ao aperfeiçoamento do bem comum. Seu nascimento encontra-se nos pedidos oriundos de vários sistemas (mundial, nacional, estadual, municipal) e seus subsistemas políticos, sociais e econômicos, nos quais os assuntos que atingem a sociedade se tornam públicas e constituem correntes de opinião com pautas a serem debatidas em fóruns específicos (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRARO JUNIOR, 2005).

Quanto as políticas públicas para a educação pública no Brasil, uma das suas peculiaridades do modo de produção capitalista mais marcante no modelo econômico e social, é a desigualdade social. Este padrão determina, ideologicamente, uma ação limitada do Estado – particularmente dos governos - na concretização das políticas públicas, de maneira geral onde também se demonstra a desigualdade social.

Isto posto, mesmo que os anseios sociais, econômicos e políticos das classes que ascendem ao poder, não representam as pretensões das várias classes sociais.

Nesse entendimento, as políticas públicas de educação podem possibilitar tanto a sustentação das diretrizes gerais definidas pela legislação, como podem promover ações políticas de educação no contexto de sua concretização. As políticas públicas retratam o modo de como a estrutura vigente se organiza, na formulação e realização das leis e políticas, nas próprias estruturas institucionais, o contexto sócio-histórico de sua criação, o próprio contexto político e econômico em que estão inseridas. Em síntese, “em qual circunstância”, “quais são as finalidades”, “quem representa”, “qual a estrutura” deste Estado que estabelece tais instrumentos; ou, invertendo a questão, como tais leis e políticas orientam o desempenho e mesmo a estrutura, as relações de poder, no interior deste Estado (TOZONI-REIS; JANKE, 2019).

Diante de um cenário mundial de capitalismo globalizado, frente à necessidade de expandir os mercados em todo o mundo e requerer uma maior direção desses mercados por parte do capital, observa-se um aumento do deslocamento de internacionalização das ferramentas de controle social, desde a constituição de organismos internacionais quanto da própria estrutura econômica global que exercem pressão normativa, fiscalizatória e compulsória nos mercados nacionais. Deste modo, gradualmente o mercado internacional que por força do capital é o sujeito do capitalismo, quem conduz decisões em diversas áreas, sejam elas econômicas, políticas ou sociais (TOZONI-REIS; JANKE, 2019).

Em 1965 na “Conferência de Educação” na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, foi utilizada pela primeira vez a expressão “Educação Ambiental”. A Conferência Internacional sobre Meio Ambiente de Estocolmo (1972), salientou que “É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais”.

Na Conferência de Estocolmo em 1972, a temática da Educação Ambiental passa a fazer parte da Agenda Internacional, por recomendação desta Conferência é criado no Brasil em 1973 a primeira Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), vinculada à Presidência da República. Inicia-se o processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil como política pública, através da antiga Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, vinculada ao Ministério do Interior. Entre suas atribuições constava esclarecer e educar a população brasileira para utilizar de maneira adequada os recursos naturais, com o objetivo de conservar o meio ambiente (BRASIL,).

A partir da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973, tendo como uma de suas atribuições o desenvolvimento de capacitações da sociedade para as questões ambientais e da construção da Lei Federal n.º 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), se constitui um novo cenário nacional (SORRENTINO; et al., 2005).

No ano de 1977 realizou-se a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Geórgia, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A Conferência determinou recomendações sobre a educação ambiental, dispondo seus objetivos, estratégias e princípios. Deste modo, ressaltando sua função crítica, transformadora e

interdisciplinar, associando as questões humanas, culturais, éticas em ligação ao ambiente:

[...] ainda que seja óbvio que os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do meio humano, as dimensões socioculturais e econômicas, e os valores éticos definem, por sua parte, as orientações e os instrumentos com os quais o homem poderá compreender e utilizar melhor os recursos da natureza com o objetivo de satisfazer as suas necessidades; A educação ambiental é o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais; um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente; o Propósito fundamental da educação ambiental é também mostrar, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem ter consequências de alcance internacional. Neste sentido, a educação ambiental deveria contribuir para o desenvolvimento de um espírito de responsabilidade e de solidariedade entre os países e as regiões, como fundamento de uma nova ordem internacional que garanta a conservação e a melhoria do meio ambiente; (BRASIL, 1997).

Somente após a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilise, a educação ambiental foi introduzida como estratégia para orientar a sustentabilidade ambiental e social do planeta.

No Brasil, o debate ambiental foi inserido no início da década de 70, no período em que o país ainda vivenciava o regime militar. Por pressões internacionais, em um cenário em que o tema ambiental já estava consolidado internacionalmente como um assunto de extrema importância a ser analisado no quadro de desenvolvimento socioeconômico mundial, os debates pertinentes a esse assunto conquistaram um caráter público de visibilidade no país.

Este cenário decorreu por consequência dos eventos internacionais que inseriram os problemas ambientais na pauta das agências internacionais e para a agenda política dos Estados nacionais, refletindo na formação de leis, programas e instituições governamentais para a gestão do meio ambiente (MUCENIECKS; 2016).

Essas validações “são sempre recontextualizadas e reinterpretadas pelos Estados-nação” (MAINARDES; 2006, p. 52), deste modo, é possível entender a fase da criação da política, no qual de acordo com Lotta (2010), é o período em que

os governos tomarão decisões referentes aos problemas sociais em debate no processo de construção de políticas.

Nas disputas da esfera política e social, observa-se que “uma política pública represente a organização da ação do Estado para a solução de um problema ou atendimento de uma demanda específica da sociedade” (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 290). Assim, ressalta-se que a urgência no âmbito político da Educação Ambiental no Brasil é caracterizada pela participação e pelo diálogo democrático com os diversos sujeitos da política: movimento ambientalista, sociedade civil, professores, estudantes, escolas e universidades com atividades educativo-ambientais.

Os debates para a criação da legislação nacional que aconteceram a partir das décadas de setenta e oitenta, foram essenciais para a etapa do desenvolvimento da política. O quadro 1 demonstra uma síntese das principais políticas públicas nacionais referentes à Educação Ambiental.

Quadro 1- Políticas Públicas nacionais referentes à Educação Ambiental

Ano	Políticas Nacionais de Educação Ambiental
1981	Política Nacional do Meio Ambiente (PNUMA)
1988	Constituição Federal do Brasil
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)
1997	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)
1999	Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)
2003	Programa Nacional de Educação Ambiental (PronNEA – 1ª edição)
2010	Programa Federal Mais Educação
2012	Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos
2012	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
2013	Programa Dinheiro Direto na Escola – Escolas Sustentáveis (PDDE-ES)
2014	Programa Nacional de Escolas Sustentáveis – versão preliminar.
2018	Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) – 5ª edição

Fonte: VIEIRA, MORAIS e TORALES CAMPOS, 2020 Org. Autora, 2021

Iniciou-se os primeiros trabalhos de educação ambiental nas políticas educacionais, na região norte do país, visando incluir nos currículos da educação básica (antigo 1º e 2º graus) as questões ambientais. Além do desenvolvimento cursos de especialização em educação ambiental, seminários sobre a Universidade e Meio Ambiente, bem como a produção e distribuição de materiais educativos relacionados à área ambiental (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRARO JUNIOR, 2005).

Em meados da década de 1980, foram realizados os primeiros encontros nacionais, atrelados também a uma crescente organização de movimentos ambientalistas em âmbito nacional.

Em 1981, foi promulgada a Lei Federal 6.938 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, estabelecendo a inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a sua promoção nas comunidades, para participação ativa de todos na preservação do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a presidência da primeira-ministra norueguesa GroBrudtland. Conforme já abordado, no ano de 1987 a comissão publicou Nosso Futuro Comum, que ficou conhecido como Relatório Brudtland. Desde a formação desse relatório, houve uma substituição do termo ecodesenvolvimento para a definição de desenvolvimento sustentável e estabelece alicerce para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais (ONU,).

Nos anos de 1988 a Constituição Federal⁴ do Brasil foi promulgada no governo de José Sarney (PMDB) através do artigo 225, estabelecendo a obrigatoriedade do Poder Público de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”, com o objetivo de assegurar a ação do Estado na implantação da educação ambiental nas instituições educativas e nas comunidades (BRASIL, 1988).

A educação ambiental surge como um processo educativo que orienta a um saber ambiental concretizado nos valores morais e éticos e nas normas políticas

⁴A Constituição de 1988 foi, portanto, a primeira a tratar deliberadamente da questão ambiental, trazendo mecanismos para sua proteção e controle, sendo tratada por alguns como “Constituição Verde” (SILVA, 2004, p. 46)

de convívio social e de mercado, na qual resulta aos temas que envolvem benfeitorias e danos da apropriação e da utilização da natureza (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRARO JUNIOR, 2005).

Motivado por uma concepção conservacionista, no ideário político predominou a reflexão das relações ecológicas desarticuladas da totalidade social, em um contexto técnico relacionado a solucionar os problemas ambientais ou, para os que eram resistentes, em algo que impedia o desenvolvimento do país (BRASIL, 2008). Verifica-se que a educação ambiental foi inserida no Brasil pelo caminho hegemônico de conservação dos recursos naturais, em uma perspectiva técnica e comportamentalista.

Na década de 1990, no Brasil, ocorreram os primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental; o Ministério do Meio Ambiente instituiu o ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental; o MEC, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, um documento no qual a temática ambiental foi inserida como um conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar; o Senado aprovou a Lei n. 9.795/99, para oficializar a presença da EA em todas as modalidades de ensino. Com isso, originou-se uma pluralidade de atuações e entendimentos político-pedagógicas que foram formando, criando e recriando o seu objetivo, fundamento e objeto (TAMOIO, 2008).

Na mesma década foi constituído um conjunto de leis educacionais e documentos fundamentais: a Lei Federal n.º 9.394 de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e prevê a formação básica do cidadão assegurando a compreensão do ambiente natural e social; a Carta Brasileira para a Educação Ambiental durante a Rio-92, com participação do Ministério da Educação e Cultura (MEC); O lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, em 1997, como subsídio às escolas para tratar de temas sociais urgentes, os quais estabelecem que os conteúdos de meio ambiente devem ser integrados às áreas; a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei n.º 9.795), em 1999, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 4.281 de 2002.

Nesta colcha de retalhos de novos documentos basilares das políticas públicas, a Educação Ambiental foi estimulada no país pela junção de vários atores sociais, com ênfase ao movimento ambientalista e a Rede Brasileira de Educação Ambiental, que se concretizou no processo de organização da Rio-92 dentro do Fórum

Brasileiro, de ONGs e diversos movimentos sociais. No decorrer dos anos, o desempenho dos educadores ambientais se formou como instrumento de luta para fomentar iniciativas de normatização mais progressista, democrática e equânime da Educação Ambiental.

Diante o contexto observa-se que o campo já estava muito bem estruturado para a publicação da Política Nacional de Educação Ambiental, consubstanciado na Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, depois regulamentada pelo Dec. 4.281 de 25 de junho de 2002. Por meio dela, o Brasil consagrou-se como o primeiro país da América Latina a ter uma política nacional específica para Educação Ambiental (MILARÉ, 2015).

Neste viés, ainda em vigência da PNEA, não foi verificado a criação de unidades organizacionais nos órgãos ligados ao MMA, para organizarem as ações de Educação Ambiental na ocasião em que o seu número foi expressivamente aumentado (QUINTAS, 2009).

O aumento no desempenho das políticas públicas de Educação Ambiental obteve apoio do Órgão Gestor da Educação Ambiental, formado em 2003, por meio do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação e Cultura. Essa parceria interministerial possibilitou a fundação de programas e projetos junto às redes públicas de ensino e outros espaços educadores, tais como as unidades de conservação e comitês de bacias hidrográficas (SORRENTINO, *et al.*, 2005).

Ao passo que o número de órgãos vinculados aumentou de três para cinco, a quantidade de unidades diminuiu de duas para uma; não existiu o acréscimo nos fundos orçamentários para a promoção da Educação Ambiental no IBAMA; não impossibilitou-se que uma vivência realizada com sucesso de Educação Ambiental com base na gestão ambiental pública desenvolvida na prática pelos educadores do IBAMA fosse desmontada pelo “esquecimento” da Educação Ambiental nos alicerces regimentais do IBAMA e ICMBIO e a consecutiva distração dos educadores; quando da regulamentação da Medida Provisória nº366 de 26/04/07, nesta mesma data; e também, não se alcançou modificar este “esquecimento”, nos alicerces regimentais do IBAMA e do ICMBIO (QUINTAS, 2009).

A educação ambiental não tem sido reconhecida, historicamente, como uma ferramenta de gestão ambiental pública, fundamental para o seu controle social, que é complementar aos de comando e controle (o licenciamento, a fiscalização o ordenamento do uso de recursos naturais, a criação e gestão de unidades de conservação etc).

Embora estabelecido na Constituição Federal do Brasil de 1988, como sendo uma das incumbências do Poder Público para garantir a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Educação Ambiental vem sendo secundarizada nos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente.

A educação ambiental, se estabelece como "mão esquerda do Estado"⁵na qual compõe trabalhadores sociais, educadores, professores, cujas condutas são desprezadas pela denominada "mão direita do Estado" (áreas de finanças, de planejamento, bancos). Ao atuar na reparação dos danos socioambientais da lógica de mercado, os agentes da "mão esquerda", em grande parte das vezes, podem se sentir sonhadores e com desprestígio em razão das contradições vivenciadas de maneira enraizada na sociedade, como ausência de recursos, em combate pela biodiversidade vivenciando lado a lado com o avanço das fronteiras agrícolas por monoculturas, transgênicos e agrotóxicos, enormes obras que geram uma grande quantidade de impactos, retrocessos em leis ambientais, dentre outros (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRARO JUNIOR, 2005).

Isto posto, é necessário o convencimento de que atuações educacionais produzam resultado no engajamento e na formação de grupos sociais na luta pela melhora da qualidade vida motivada em valores pós-materialistas, que discutam as necessidades materiais simbólicas de consumo e encontrem outras alternativas de felicidade e vida.

De acordo com esse entendimento, a função do Estado na educação ambiental poderá ser subsidiária e estabelecido através de um diálogo democrático com indivíduos distintos desta política.

Sem discordar da precisão em diminuir as administrações que possuem quantidade de cargos exagerados, é necessário aumentar os serviços

públicos sociais, revigorando a "mão esquerda" do Estado. A reforma de Estado, que compromete o acréscimo de sua eficácia, não prejudica a sua redução, uma vez que os âmbitos da regulação pública como educação e ambiente é nítida a carência de se expandir horizontal e verticalmente o Estado brasileiro (SACHS, 2007).

As atuações em educação ambiental contam com entes colegiados na esfera federal e estadual, para que o planejamento e gestão possam ser definidas democraticamente, com participação e controle social desde a elaboração à avaliação de políticas públicas em educação ambiental; como o Órgão Gestor da PNEA e seu Comitê Assessor na esfera federal, ao lado da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, e a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) na esfera estadual, além dos espaços coletivos de organização social como as Redes de Educação Ambiental em suas múltiplas abrangências temáticas ou regionais (BRASIL, 2006)

Observa-se que estas temáticas não são desarticuladas entre si e na sua maioria são temas abordados e integrados em projetos de educação ambiental desenvolvidos na sua perspectiva crítica, que buscam trabalhar através da totalidade, de uma perspectiva socioambiental.

Em relação à temática da diversidade, foi com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que a Educação Ambiental passa a integrar as políticas educacionais do Brasil, através dos temas transversais, sendo definidos pelo MEC, a ética, a saúde, o meio ambiente, a orientação sexual, a pluralidade cultural, o trabalho e consumo (BRASIL, 1997).

Para a realização dos programas e continuação de formação, Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente DEA/MMA possui como estratégia a articulação, o direcionamento e o apoio a coletivos educadores, concebidos como conjuntos de instituições com habilidade para atuar em processos de formação (universidades, movimentos, ONGs, federações sindicais, pastorais, Secretarias de Estado, NEAs do IBAMA, EMBRAPAs, órgãos estaduais e federais de pesquisa e extensão etc.) (BRASIL, 2006).

O processo de formação desses educadores ambientais é norteado por três eixos pedagógicos inseparáveis: a intervenção socioeducacional como práxis

pedagógica, a regulamentação de comunidades interpretativas e de aprendizagem e o acesso a conteúdo e ferramentas relacionadas à problemática socioambiental de cada assunto.

O Departamento de Educação Ambiental – Ministério do Meio Ambiente procura desenvolver ferramentas de apoio transversal às CIEAS, aos municípios educadores sustentáveis, aos coletivos educadores, aos programas de formação de educadores tais como o SIBEA, às "salas verdes", aos documentos de subsídio técnico, publicações, plataformas de educação à distância, salas virtuais, suporte a oficinas de trabalho, dentre outras. Também, concentram-se na junção das parcerias para o cumprimento das propostas e agendas com várias instituições e grupos sociais de cada Estado para o estabelecimento das CIEAS, com as instituições que agem com formação de educadores ambientais, com grupos de municípios, com instituições de governo (BRASIL, 2006).

O programa do Ministério da Educação propõe a formação de um processo permanente de educação ambiental no âmbito escolar. Através de modalidades de ensino presenciais, à distância e semi-presenciais, as ações abrangem as secretarias de educação estaduais e municipais, comunidade escolar, sociedade civil e universidade (SORRENTINO; TRAJBER; MENDONÇA; FERRARO JUNIOR, 2005).

Em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), no ano de 2003, foi apresentada a primeira versão do Programa Nacional de Educação Ambiental. O órgão Gestor da PNEA e seu Comitê Assessor, composto por representantes do MEC, do MMA e diversas representações da sociedade, protagonizado pela Rede Brasileira de Educação Ambiental e pelos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental, foram os responsáveis pela organização (BRASIL, 2005) Este documento foi desenvolvido por meio do diálogo direto com a sociedade, com base no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Assim, ocorreu a revigoração da institucionalização da Educação Ambiental como política pública de caráter participativo descentralizado (RAYMUNDO *et al.*, 2017).

No mesmo ano, visando ampliar e fortalecer a EA como parte do processo de formação cidadã, foi lançada a campanha Vamos cuidar do Brasil, juntamente com Conferência Nacional do Meio Ambiente, através do Ministério

da Educação e do Ministério do Meio Ambiente, idealizada pela ministra do meio ambiente Marina Silva, possuindo uma versão adulta e uma para jovens (BRASIL, 2018).

Na educação formal, o Órgão Gestor da PNEA, por intermédio do MEC, possui a finalidade em amparar os professores para que possam se tornar educadores ambientais para atuar na formação de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional tendo como fundamento valores relacionados à sustentabilidade em suas múltiplas concepções (BRASIL, 2007).

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), foi constituído, como continuidade da Conferência, uma grande ação presencial de formação de professores para fortalecer a implantação da educação ambiental a partir de uma ética ecológica que possibilite mudanças empoderadoras dos indivíduos, grupos e sociedades (BRASIL, 2005).

Na área de formação de educadores ambientais, o Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente, em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental e o Programa Nacional de Educação Ambiental, criaram propostas de formação de educadores ambientais (BRASIL, 2005). Os dois operam juntamente aos seus públicos específicos utilizando a perspectiva crítica, popular e emancipatória e almejam desvelar processos continuados articulados com processos transformadores a partir de uma visão sistêmica e permanente do processo educacional, em detrimento de cursos pontuais ou de um ativismo vazio (SORRENTINO, et al 2005).

A articulação metodológica sugere o conhecimento integral e que se expande de maneira contínua. A concepção da pedagogia da práxis (MMA-DEA) e da pedagogia de projetos coletivos e transformadores (MEC-CGEA) orientam como eixos pedagógicos que materializam a formação dos educadores ambientais. As compreensões de coletivos de participação política e de aprendizagem solidária também apresentam como identidades destacadas nas propostas (BRASIL, 2005).

Entre os anos 2000 e 2010 ocorreram consideráveis avanços nas políticas públicas educacionais com a inserção da EA nos currículos e em programas voltados para as escolas e para a sociedade em geral, dentre eles: o Programa Parâmetros em Ação – meio ambiente na escola; a criação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA) nos estados da federação, os

Coletivos Educadores, os Coletivos Jovens de Meio Ambiente e as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida. Também a realização de eventos como os fóruns locais da Agenda 21, os Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental e as Conferências Nacionais de Meio Ambiente; bem como a ampliação das Redes de EA temáticas nos estados, regiões e municípios do país (BRASIL, 2014).

Também foram lançados pelo Governo Federal, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), programas de incentivo a escolas sustentáveis: o Programa Mais Educação em 2010 e o Programa Dinheiro Direto na Escola – Escola Sustentável (PDDE-ES) em 2013, que contemplam, dentre suas propostas, o desenvolvimento da sustentabilidade socioambiental nas escolas. Estes programas destinaram recursos financeiros às escolas públicas municipais, estaduais e distritais que possuíssem alunos matriculados na educação básica, visando favorecer a melhoria da qualidade do ensino (FRIZZO; CARVALHO, 2018).

No ano de 2012 foram aprovados dois relevantes documentos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que corroboraram a necessidade do desenvolvimento da Educação Ambiental no cenário escolar: as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos pela Resolução CNE/CP n.º 01/2012, que tem como um de seus princípios a sustentabilidade socioambiental; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino Superior e Educação Básica prevista a Resolução CNE/CP n.º 02/2012, que incentivam a materialização da Educação Ambiental na perspectiva crítica, e estabelece as maneiras de inserção de conhecimentos de temas e práticas pedagógicas relacionadas com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Ministério da Educação estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Art 2º:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Ainda conforme a Resolução nº 2, na tradição da Educação Ambiental Brasileira e Latino Americana, o atributo “ambiental” é utilizado para

demarcar um campo político de valores e práticas, reconhecendo o papel transformador e emancipatório da Educação. Layrargues (2004, p. 66), menciona:

Parto do princípio que a Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção etc.

Sobre o caráter crítico, reflexivo e transformador da Educação Ambiental, a Resolução nº 2, resolve:

TÍTULO I, OBJETO E MARCO LEGAL, CAPÍTULO I, OBJETO;

Art. 1º II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

TÍTULO II, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS, CAPÍTULO I

Art. 12º V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais; CAPÍTULO II, OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL,

Art. 14º III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual; Art. 17º, I - estimular: b) pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética.

Ao analisar as Políticas Públicas no âmbito Federal, que orientam as práticas em Educação Ambiental, observa-se que as políticas apontam uma perspectiva crítica e transformadora, de caráter socioambiental vinculado a prática social, a valores éticos, morais e políticos.

Apesar disso, a Educação Ambiental apresenta um campo de práticas e concepções diferenciados, muitas vezes, reproduzindo um discurso neutro, despolitizado e sem diálogo, reduzindo o papel da Educação Ambiental a “instrumentalização”, ou a transmissão de conteúdo. Entre a transformação e

instrumentalização nos fazeres da Educação Ambiental forma-se um território diversificado, que disputam projetos distintos de sociedade (KIST, 2010).

Segundo Silva (2009, p. 43),

Se os discursos e documentos da EA, como o dos princípios norteadores ou os Tratados, apontam para a transformação social, não se pode abolir a discussão de qua(is) forma(as) estão constituídos. Portanto, problematizar o capitalismo é uma necessidade e urgência afinal trata-se de elemento essencial e hegemônico mundial.

Para Burgguer (2004, p. 87),

A educação deve pertencer ao domínio do pensamento crítico e, em sendo assim, deveria proporcionar os meios básicos para tornar os alunos capazes de distinguir o conteúdo dos diferentes discursos, independente das formas sob as quais possam se apresentar.

A educação deve proporcionar as condições necessárias para que os educandos possam compreender de forma crítica, complexa, ampliando o olhar e a percepção sobre o mundo em que ele, sendo capaz de reconhecer as diferentes concepções de mundo e sociedade vinculadas a conteúdos e discursos educativos.

Enquanto política pública, certas características de atuação do Ministério da Educação condizem mais na compreensão da intervenção direta, pois esta, recai especialmente sobre a educação pública, que possui toda a sua constituição como política efetivada de maneira direta pelo Estado. O desafio é inserir a educação ambiental no cotidiano da educação pública em todos os níveis de ensino.

No ano de 2014, foi apresentada a proposta brasileira do Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES), com inspiração no modelo inglês *Sustainable Schools*, organizada pela Coordenadoria Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação em parceria com as Universidades Federais do Mato Grosso – UFMT, Mato Grosso do Sul – UFMS e Ouro Preto – UFOP (STEUCK, WEILER & MOTA, 2015).

Esta proposta obteve diversas mudanças, mas sustentou-se oficialmente nos documentos nacionais: Decreto n.º 7.083/2010 – Programa Federal Mais Educação; Resolução CNE/CP n.º 02/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; Resolução n.º 18/2013 – PDDE Escola Sustentável; Programa Nacional de Escolas Sustentáveis – PNES/2014 – Versão preliminar.

Ressalte-se a função da Educação Ambiental, nestes documentos, no estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, por meio da articulação entre currículo, espaço físico/edificações, gestão e relações escola-comunidade (BRASIL, 2012; BRASIL, 2013; BRASIL, 2014).

A urgência de novas concepções teórica e metodológicas e o progresso das ações na esfera da Educação Ambiental, determinaram a criação no ano de 2018, de uma nova versão do ProNEA. Este novo documento teve por desígnio a atualização dos marcos legais e normativos e recomendação de novas direções importantes com relação aos desafios para validar o compromisso e a participação no desenvolvimento da Educação Ambiental, com vista a ações promotoras da sustentabilidade no país. De tal maneira, este documento requereu uma renovação nos coletivos de educadores ambientais, uma vez que significava uma preocupação governamental com a formação da cidadania.

A política passa por transformações no decorrer da sua etapa da implementação e se interrelaciona com o contexto da estratégia política. Em 2019, no início da nova gestão do Governo Federal Presidente Bolsonaro, a estrutura regimental e organizacional do MMA e MEC relativos à Educação Ambiental foram alteradas por meio do Decreto Nº. 9.672/2019 (BRASIL, 2019a) que atribui a Educação Ambiental à Secretaria de Ecoturismo do MMA, no apoio à coordenação e definição de políticas públicas no seu Departamento de Fomento e Projetos. E, o Decreto 9.665/2019, que vincula a Educação Ambiental à Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica da Secretaria de Educação Básica (MEC) corroborou com essas alterações, revogado pelo Decreto 10.195/2019 no mês de dezembro, vigente (BRASIL, 2019b).

Ao realocar a Educação Ambiental, esta deixa de ser abordada como uma política pública e programa, para ser qualificada como uma ação ou projeto, o que constitui a perda de recursos humanos e financeiros para suas ações, bem como, para sua capacidade de articulação institucional e de formação nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Em resposta às ações políticas, a Carta aberta da Rede Brasileira de Educação Ambiental encaminhada aos novos gestores do MMA e MEC em 2019, apresentou o detalhamento e os problemas que se encontram no atual quadro das políticas públicas de Educação Ambiental no país, construídas no decorrer dos últimos

anos por educadores ambientais, especialistas, sociedade civil organizada e órgãos públicos ambientais e educacionais.

No documento é demonstrado a relevância cada vez maior dos processos de conservação da natureza e da sustentabilidade ambiental, bem como, são demonstradas algumas sugestões para a materialização dos importantes compromissos do Estado com as políticas, programas e ações na área da Educação Ambiental (REBEA, 2019). Entretanto, mesmo havendo uma grande publicização e discussões pelos atores políticos e midiáticos, a Educação Ambiental permanece na Secretaria do Ecoturismo no MMA e na Secretaria da Educação básica do MEC, vinculada às temáticas da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Nesse patamar, os conflitos de influência na esfera central em relação aos recursos para o cumprimento das diretrizes da PNEA, resultou na perda institucional e estratégica do seu Órgão Gestor. Esse episódio intervém de modo direto no processo de efetivação da PNEA, tornando-se “simbólica, com ausência de espaço institucional determinado, o que resulta na ausência de uma política pública estruturante e um espaço de não ação, o que, no médio e longo prazo, pode ter reflexos na esfera estadual e municipal

Nesse contexto, é possível afirmar com as análises mencionadas e de acordo com os estudos e documentos recentes (Brasil, 2019b, Sorrentino, Maranhão & Diniz, 2019, Silva & Loureiro, 2020), assinalam para uma conjuntura de mudanças em que se manifesta o silenciamento da Educação Ambiental e uma desarticulação institucional no âmbito federal como implicações das políticas adotadas pelo atual governo.

No documento final da BNCC, que orienta as redes de ensino e as instituições públicas e privadas, não insere a Educação Ambiental de maneira obrigatória na elaboração dos currículos escolares e projetos políticos pedagógicos, reduzindo a temas contemporâneos transversais.

Tais alterações curriculares são influenciadas por ideais neoliberais e meritocráticos, que possuem a pretensão da secundarização da educação e a desqualificação da formação cidadã pela falta de abordagem crítica no processo educativo (SILVA; LOUREIRO, 2020). De outro modo, o desmonte do órgão Gestor da PNEA retrata uma ruptura no caráter político dos agentes da política, e ocasiona desafios aos estados e aos municípios para buscarem maneiras de efetivação de suas

políticas de Educação Ambiental e descobrirem caminhos para mantê-la viva.

A partir destas constatações observa-se que os resultados das alterações dos textos da política e estruturas seriam notados na prática, pela avaliação dos impactos nos currículos e práticas pedagógicas, nas interfaces setoriais da PNEA e especialmente nos temas que provocaram a demanda na agenda política como a justiça social, o direito à educação e a sustentabilidade e/ou questões mais amplas.

São muitos os desafios encontrados para que a educação ambiental seja realizada de forma permanente, articulada, continuada, para que possa ter sinergia entre as iniciativas e trabalhando com a totalidade. O Sistema Nacional de Educação Ambiental deveria dialogar com o Sistema do Meio Ambiente, com o Sistema de Recursos hídricos, e estabelecessem uma relação de alteridade com tais sistemas, caso contrário, todas as contribuições não obteriam êxito.

2.4 OS 20 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste capítulo pretende-se apresentar, alguns dispositivos presentes na Política Nacional da Educação Ambiental -PNEA, sendo importantes para analisar a realidade da educação ambiental no Brasil, em específico em Jataizinho-PR, bem como, pretende-se continuar demonstrando alguns aspectos do processo histórico da referida Lei, uma vez que a mesma completou 20 anos no ano de 2019.

A Política Nacional de Educação Ambiental tramitou por aproximadamente por 6 anos nas duas casas legislativas federais: Câmara dos Deputados e Senado Nacional. Inicialmente, a proposição PL-3792/93 – que “dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, foi assinada e protocolada pelo então deputado federal, Fábio Feldmann (PSDB-SP), ressalta-se que neste período o Brasil era governado pelo Fernando Henrique Cardoso.

A criação da Política Nacional de Educação Ambiental, evidencia a implantação das políticas internacionais sobre os aparelhos de Estado, e substanciam a relevância das mesmas nas políticas públicas nacionais. Assim, a concepção da lei surge como uma necessidade frente as políticas internacionais, influenciada pela materialização do pensamento ambientalista, em específico pelos eventos

internacionais ambientais e de educação ambiental, particularmente pela Rio-92 (JANKE, 2012).

É necessário demonstrar algumas análises referente a criação da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999.

Para Layrargues (2002) determinados elementos não permitem mencionar que o processo de construção da Lei tenha seguido o princípio da participação. Como ferramenta garantida pela política, o correto seria que seu processo também pudesse ter contado com ampla participação da sociedade para formação de uma ferramenta tão necessária.

(...) por mais que houvesse um nebuloso e disperso desejo na sociedade pela criação de uma política pública para a educação ambiental, esta ocorreu de cima para baixo desde o início, quando se elaborou sua versão original. A tramitação contou com a realização de algumas audiências públicas e consultas à população, casuais e informais. Por isso, não seria incorreto afirmar que a Política Nacional de Educação Ambiental apresenta sinais de assistencialismo, pois ela foi literalmente concedida pelo Estado à Sociedade (LAYRARGUES, 2002, p.03).

A ausência da participação social na criação desta Lei, possui como consequência, ausência de importantes contribuições fornecidas pela sociedade, de modo que, ficam além da realidade de sua implementação (JANKE,2012).

A lei considerada como uma forma assistencialista do Estado na fundação das políticas públicas de educação ambiental, demonstra certo oportunismo de governo, que, respondendo as pressões internacionais envolvendo as questões ambientais globais, permite conectar-se a políticas internacionais, que, embora tenham sido utilizadas como propaganda governamental, no período posterior não foram adequadamente inseridas para fazerem valer, especificamente, as determinações de seu contexto. Tornando-se, nítido, um mecanismo ideológico (LAYRARGUES, 2002).

Verifica-se que diante do desenvolvimento dos governos capitalistas, a formação de uma lei para formalizar a política nacional de educação ambiental no Brasil ocorreu mediante a pressão do esverdeamento dos governos internacionais, pela inserção do conceito de desenvolvimento sustentável - este integralmente ligado à manutenção do modelo econômico capitalista, permitindo a manutenção e expansão dos mercados para o capital – em face de uma tendência contra hegemônica, em

benefício da mudança do modelo econômico dentro do conceito de sustentabilidade, ou sociedades sustentáveis (JANKE, 2012).

Neste ponto observa-se a principal contradição na constituição desta lei que irá embasar a política nacional de educação ambiental. Se, por um lado, ela acata as demandas das sociedades internacionais capitalistas, por outro é uma lei de interesse social.

O processo de formação da proposta, iniciado pelos educadores do IBAMA em 1992, sem possuir o embasamento da Lei 9795/99 e do seu decreto regulamentador, possivelmente, seria parado e inviabilizado pela hegemonia de uma cultura organizacional, que beneficia o entendimento tecnicista/legalista de gestão ambiental pública e menospreza a participação e o controle social como ferramenta de democratização e aperfeiçoamento da ação do Poder Público no ordenamento da apropriação dos recursos naturais na sociedade.

Neste viés, a PNEA disponibilizou a fundamentação legal para inserir a Educação Ambiental como um programa específico nos Planos Plurianuais (PPA) [2000/2003 e 2004/007] e contemplar a seleção de educadores ambientais no concurso público do IBAMA, ainda, que em número inferior às necessidades. Também, deu a necessária sustentação legal para a inclusão de programas de Educação Ambiental, como condicionantes, nos licenciamentos de competência do IBAMA (CGEAM/CGPEG/IBAMA, 2006).

De outro modo, a PNEA ao proporcionar base legal para a prática da Educação Ambiental no contexto da gestão ambiental pública revelou-se uma condição necessária. Sob os pontos de vista político-organizacional e político administrativo, a existência da Lei 9.797/99 e do Decreto 4.281 de 2002, não foi suficiente para influenciar decisões tanto para o fortalecimento e consolidação da sua prática nos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente, quanto para evitar sua desestruturação no IBAMA e no ICMBIO.

Layrargues (2002, p. 2) chama atenção para um aspecto fundamental da PNEA:

[...] há um traço distintivo que surpreendentemente a coloca numa condição *sui generis* vis-à-vis as demais: ela já parte de um quadro de ausência absoluta de oposição política, ao menos de modo explícito. Não houve e nem há, em qualquer setor social brasileiro, alguma manifestação ou movimento de oposição ou resistência à institucionalização de uma política nacional de

educação ambiental, ou na melhor das hipóteses, em oposição a alguns de seus termos; ao contrário das demais políticas públicas (de meio ambiente, biodiversidade, recursos hídricos, recursos pesqueiros, resíduos sólidos, entre outras), que necessariamente envolvem interesses conflitantes em disputa, colocando frente à frente visões e argumentos opostos. Não há, em torno da definição dos rumos da matéria, interesses contraditórios que polarizem, por exemplo, setores representantes do mercado e da sociedade, de acordo com seus interesses, suas estratégias e lógicas de ação, exigindo, portanto, a presença do Estado como instância mediadora da negociação em busca de consenso.

A ausência de oposição política se alinha a alguns temas desta política. Por meio dela se manifesta uma vasta abrangência de atores que necessitam realizar a EA em uma extensa quantidade de instâncias (conforme art. 3º); e, simultaneamente, protege a pluralidade político-pedagógica para o desenvolvimento da EA (como no art. 4º, inciso III). Deste modo, a PNEA assevera que todos devem realizar a EA, em todos os segmentos da sociedade. Na tentativa de assegurar que a EA transcorra os diversos setores sociais e, concomitantemente, como sendo de responsabilidade de todos não é um problema em si, uma vez que o acesso tanto à educação quanto ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é previsto nos artigos 205 e 225 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Entretanto, essa extensão reforçou o que Layrargues (2012) apresenta como “crise de identidade” da EA nos anos posteriores à Lei. Ainda hoje, observa-se, a intenção de colocar o pluralismo teórico-metodológico existente na EA e estabelecido na PNEA como correspondente à neutralidade, o que exauri as ações e coloca a EA num terreno perigoso, uma vez que ela se transforma em um instrumento que pode enfrentar ou consentir o *status quo*, em outros termos a própria crise ambiental. Deste modo a EA se sustenta numa espécie de obrigação de todos, ainda sem ser dever de alguém.

No cenário normativo, pela primeira vez, foi instituído a definição normativa de “educação ambiental”, até então a mesma era apenas mencionada nas normas legais. Esta lei estabelece um trajeto para a prática da educação ambiental e na sua regulamentação (Decreto 4281/02) apresenta os Ministério da Educação e do Meio Ambiente como órgãos gestores dessa política.

A Lei 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA estabeleceu políticas, ações estratégicas oficiais da Educação Ambiental e definições, conforme previsto na Lei, cap. I, art. 1º:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Conforme previsto no artigo 2º da referida Lei, a educação ambiental “é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”. Deste modo, Milaré (2015, p. 961) afirma que “a Educação Ambiental passa a constituir um direito do cidadão, assemelhado aos direitos fundamentais, porquanto estreitamente ligado aos direitos e deveres constitucionais da cidadania”.

Devido a isso, fundamenta-se a presença da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e modalidades, seja ele de caráter formal e não formal. No ensino formal, ou seja, na educação escolar, a Educação Ambiental deve ser instituída, nos currículos de maneira interdisciplinar nas instituições de ensino público e privado, desde a educação básica (educação infantil, ensino fundamental) até a média, educação superior, especial, profissional, educação de jovens e adultos; sendo uma prática integradora, contínua e permanente, não podendo ser implantada como disciplina específica, salvo alguns casos, como nos cursos de pós-graduação, como previsto no art 10 § 2º e no ensino não formal (MASSI, 2018).

A educação ambiental apresenta uma gama de práticas e ações, que ultrapassam as barreiras que existem entre a educação-formal e não-formal, formando vínculos, unindo a escola e a comunidade em torno dela. Estas ações em sua maioria são realizadas através de atividades que abrangem diretamente alunos, dentro e fora da escola.

A reflexão dos problemas ambientais locais constitui este tipo de vínculo, proporcionando novas relações envolvendo a escola e a comunidade, desenvolvendo o entendimento da realidade sócio ambiental que se apresenta em torno das mesmas. Isto posto, tanto no ensino-formal quanto no ensino não-formal, a Educação Ambiental possui como objetivo transformações sociais e culturais no conjunto da sociedade, tanto no que se refere à questão da sensibilização, quanto também na tomada de decisões e ações frente aos problemas socioambientais enfrentados (CARVALHO, 2004).

Os princípios básicos para Educação Ambiental se encontram na referida Lei 9795/99; entre eles, cita-se, conforme o art. 4º:

- I. Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a sua interdependência entre o meio natural, o meio socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III. pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo
- VII. abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Quanto aos trabalhos desenvolvidos nas escolas segundo Guimarães (2004b) e Carvalho (2006) existe uma grande dificuldade em realizá-los de forma transversal e interdisciplinar. Esta dificuldade encontrada se refere ao resultado da fragmentação das concepções pedagógicas empregadas pelos educadores, que adotam a concepção conservadora, na grande parte dos casos, a favor da criação da Educação Ambiental como disciplina específica. Esta tendência proporciona o desenvolvimento de trabalhos e de ações isoladas e pontuais, que não fazem parte da realidade que encontra-se a escola.

Ao se tratar dos trabalhos realizados em Educação Ambiental de uma maneira interdisciplinar, transversal ou multidisciplinar, conforme estabelece a Lei 9.795/1999, estes são conceitos que devem atravessar os debates envolvendo os trabalhos de Educação Ambiental.

Nesse cenário, a multidisciplinaridade é uma alternativa, que pode mediar um grupo social relações mais complexas, sendo assim, a interdisciplinaridade surge como alternativa viável, mas cheia de resistências e percalços, pois também trata-se de um conhecimento contra-hegemônico e que, no campo das práticas educacionais, é muito propagandeado, mas com imensas dificuldades de se estabelecer como proposta trabalhada (BARCELLOS, 2009, p. 32).

Os conceitos de multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade não se caracterizam em conceitos simples; alguns autores como Guimarães (2004b) e Carvalho (2006), asseveram que diversas vezes são

confundidos, e são localizados diversos trabalhos nas escolas versando sobre trabalhos multidisciplinares como transversais.

A multidisciplinaridade se refere às tentativas de trabalho em conjunto dos professores, envolvendo as disciplinas em que cada um aborda sobre os temas de acordo com sua própria expertise, apresentando, algumas vezes bibliografia, práticas de ensino e métodos de avaliação. Nesta situação, as pessoas, em específico as disciplinas do currículo escolar, pesquisam perto, mas não juntamente. O conceito abordado é de sobreposição de disciplinas (ALMEIDA FILHO, 1997).

Já a transdisciplinaridade põe a pessoa, o sujeito da prática diária, no caso, da prática pedagógica, como eixo das interações (ALMEIDA FILHO, 1997), deste modo, “podendo identificar a necessidade de historicizar as interações. Sujeitos - ou indivíduos - históricos, sociais, agentes sociais” (PIRES, 1998).

A transdisciplinaridade vai para além da multidisciplinaridade, uma vez que engloba e transcende as disciplinas, supera as fronteiras entre as ciências, e traz à tona diferentes cosmovisões e percepções. Um exemplo de abordagem transdisciplinar é perceber as questões com diferentes pontos de vista e percepções, despidos de quaisquer preconceitos ou conceitos.

Quanto à interdisciplinaridade segundo Barcellos (2009):

O prefixo “inter” parte de um conceito para um contexto, não apenas para indicar a pluralidade, uma justaposição; evoca também um espaço comum, fator de coesão entre diferentes saberes. Os profissionais das diversas disciplinas devem estar animados de uma vontade comum, cada qual aceitando esforçar-se fora do seu domínio próprio e da sua própria linguagem técnica, aventurando-se num domínio do qual não é o proprietário exclusivo. Destaca-se nesta perspectiva, que não necessariamente, uma efetiva ação interdisciplinar deve dizer respeito apenas às relações entre domínios de estudos e disciplinas, mas, precisa afetar politicamente também as estruturas institucionais existentes (BARCELLOS, 2009, p. 32).

A interdisciplinaridade não é uma ciência nem ciência das ciências, mas se refere a um modelo metodológico que dirige ao encontro de especialistas de várias áreas do conhecimento, na tentativa de se encontrar respostas a novos problemas por meio de trocas de informações, de resultados, de metodologias etc (JAPIASSU, 1976).

Em relação aos objetivos propostos para os trabalhos em Educação Ambiental, a legislação estabelece, conforme art. 5º da Lei 9795/99:

Desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. b. garantia da democratização das informações ambientais; c. estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

A educação ambiental deve possuir um caráter continuado, que caracterize um processo de conscientização da sociedade sobre as inter-relações entre os diversos elementos da natureza, as causas de desequilíbrios, e as repercussões globais dos impactos ambientais produzidos localmente.

Quanto aos seus objetivos, encontram-se estabelecidos no art. 5º :

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) foi instituído no ano de 1998, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, possuindo como alicerce norteador a sustentabilidade ambiental na construção de um país de todos. A finalidade do ProNEA consiste na articulação de ações coordenadas da Educação Ambiental, execução de Políticas Públicas e a efetiva participação democrática de cidadãos para a Educação Ambiental no intuito de colaborar para a construção de sociedades sustentáveis com agentes participativos em todo o território nacional (BRASIL, 2005).

O ProNEA possui como diretrizes a transversalidade, transdisciplinariedade, descentralização espacial e institucional, sustentabilidade socioambiental, democracia e participação social, aperfeiçoamento e fortalecimento

dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que possuam a conexão com a Educação Ambiental, possuindo como alguns dos princípios:

- Concepção de ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio natural e o construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade.
- Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais, transfronteiriças e globais.
- Respeito à liberdade e à equidade de gênero.
- Reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas.
- Enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório.
- Compromisso com a cidadania ambiental.
- Vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento; entre os valores éticos e estéticos; entre a educação, o trabalho, a cultura e as práticas sociais.
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.
- Garantia de continuidade e permanência do processo educativo.
- Permanente avaliação crítica e construtiva do processo educativo (BRASIL, 2005).

O ProNEA desenvolve trabalhos adotando as linhas de ação e Estratégias:

Gestão e planejamento ambiental no país, formação de educadores ambientais, comunicação para Educação Ambiental, inclusão da Educação Ambiental nas instituições de ensino, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos.

Entre os objetivos estabelecidos pelo ProNEA, cita-se:

- Promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.
- Fomentar processos de formação continuada em educação ambiental, formal e não-formal, dando condições para a atuação nos diversos setores da sociedade.
- Contribuir com a organização de grupos – voluntários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – que atuem em programas de intervenção em educação ambiental, apoiando e valorizando suas ações.
- Promover campanhas de educação ambiental nos meios de comunicação de massa, de forma a torná-los colaboradores ativos e permanentes na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente.
- Difundir a legislação ambiental, por intermédio de programas, projetos e ações de educação ambiental.
- Criar espaços de debate das realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias

sustentáveis e garantindo a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais.

- Estimular e apoiar as instituições governamentais e não-governamentais a pautarem suas ações com base na Agenda 21.
- Acompanhar os desdobramentos dos programas de educação ambiental zelando pela coerência entre os princípios da educação ambiental e a implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis.
- Estimular a cultura de redes de educação ambiental, valorizando essa forma de organização.
- Garantir junto às unidades federativas a implantação de espaços de articulação da educação ambiental.
- Promover e apoiar a produção e a disseminação de materiais didático pedagógicos e instrucionais.
- Produzir e aplicar instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do ProNEA, considerando a coerência com suas Diretrizes e Princípios (BRASIL, 2005).

Também merece ser ressaltado o Programa Nacional de Formação de Educadores ambientais (PROFEA), instituído pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) com fundamento nos princípios contidos na Política Nacional de Educação Ambiental e no Programa Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2006).

Este programa foi criado para orientar as ações da sociedade e do governo, gerando e estimulando uma dinâmica que integre os processos nacionais de Educação Ambiental, contribuindo para a construção de Sociedades Sustentáveis, tendo o intuito de qualificar as políticas públicas federais de Educação Ambiental.

O PROFEA possui como objetivos:

- Contribuir para o surgimento de uma dinâmica nacional contínua de Formação de Educadoras (es) Ambientais, a partir de diferentes contextos;
- apoiar e estimular processos educativos que apontem para a transformação ética e política em direção à construção da sustentabilidade socioambiental;
- fortalecer as instituições e seus sujeitos sociais para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em processos formativos, ampliando o envolvimento da sociedade em ações socioambientais de caráter pedagógico;
- contribuir na estruturação de um Observatório em rede das Políticas Públicas de formação de Educadoras (es) Ambientais, através da articulação permanente dos Coletivos Educadores (BRASIL, 2006).

O PROFEA trabalha com conceitos e princípios que são essenciais para a materialização da perspectiva da Educação Ambiental, onde se resalta:

Autonomia, a Alteridade, a Complexidade, a Democracia, a Identidade, a Inclusão Social, a Justiça Ambiental, a Participação e o Controle Social, o Pertencimento, a SocioBioDiversidade, o Saber Ambiental, a Sustentabilidade, a Emancipação, o Território, a Solidariedade e a Potência de Ação. Tais conceitos tem nos remetido a escolas de pensamento como a

Hermenêutica, a Teoria Crítica, o Ambientalismo e a Educação Popular. Estes conceitos e princípios, por sua vez, implicam em alguns princípios e estratégias metodológicas para a formação de educadoras (es) ambientais como a Ação Comunicativa, a Pedagogia da Práxis, a Intervenção educacional, a Intervenção Psicossocial, a Pesquisa-Ação-Participante, a Pesquisa-Ação, a Pesquisa Participante, os Coletivos Educadores, a Inter e transdisciplinaridade, o Laboratório Social, os Círculos de Cultura, a Sociologia das Emergências, a Vanguarda que se autoanula, as Estruturas Educadoras, a Construção do Conhecimento, a Comunidade de Aprendizagem, a Comunidade Interpretativa e o Cardápio de Aprendizagem(BRASIL, 2006).

O entendimento de educação sugerida pelo PROFEA tem como fundamento a educação libertária e emancipatória de Paulo Freire, entre outros, na Educação Popular, nas práticas dos movimentos sociais, nas teorias sociais e no ambientalismo, e reconhecendo o direito a participação e o caráter político da educação, almejando uma educação emancipatória.

Posteriormente a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), foi constituída a Coordenação Geral de Educação Ambiental no Ministério da Educação e a Diretoria de Educação Ambiental, no Ministério do Meio Ambiente, como instâncias de execução da Política Nacional de Educação Ambiental.

Neste contexto, a educação ambiental é estabelecida nas políticas públicas no Brasil, nas duas maneiras, como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), uma vez que, ao passo que na esfera do Ministério da Educação pode ser compreendida como uma estratégia de desenvolvimento da educação pública, enquanto no Ministério do Meio Ambiente se trata de um papel do Estado totalmente novo.

2.4.1 Caminhos e Descaminhos da Educação Ambiental

Após 20 anos da promulgação da PNEA a Educação Ambiental, retrocede em questões organizacionais à condição de 30 anos atrás. Diante das circunstâncias apresentadas, pode-se observar que os obstáculos para a concretização da PNEA, na área da gestão ambiental federal, se encontram no plano político.

Isto demonstra a importância dos educadores em procurar em a legitimação da Educação Ambiental como uma ferramenta de gestão ambiental pública, juntamente à sociedade e ao corpo técnico dos órgãos ambientais. Para tanto

é necessário especificar o desígnio, a percepção e os resultados de uma Educação Ambiental com foco na gestão ambiental pública.

Deste modo, existiria mais oportunidades de concretização desta vertente de Educação Ambiental da PNEA como política de Estado, segundo estabelece a Constituição Federal de 1988 e, em decorrência, da sua instauração depender menos dos governantes do momento.

A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), tornou-se uma nova unidade administrativa do MEC, surgiu em julho de 2004, no governo Lula através do Decreto n 5.159. Contava com a união da Secretaria de Inclusão Social e da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, possuindo como objetivo a construção de uma nova política de alfabetização e educação de jovens e adultos trabalhando com políticas para a inclusão e diversidade (KIST, 2019).

A SECAD foi constituída como sendo um espaço de articulação e diálogo envolvendo os movimentos sociais e o MEC, procurando atender as demandas dos movimentos por uma política pública educacional. A secretaria possuía a missão de promover uma agenda de diversidades e articular programas, projetos e ações pertinentes à educação de jovens e adultos, a diversidade étnico-racial, educação escolar indígena, gênero e diversidade sexual, educação do campo e a educação ambiental (CARREIRA, 2017).

A criação da SECAD está ligada aos compromissos constituídos historicamente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) juntamente aos movimentos sociais, sendo a sua formação concebida no primeiro mandato do governo do Lula (2003-2006). Em seguida, no ano de 2007, se funde com a Secretaria de Educação Especial do MEC, passando a ser designada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secad) (CARREIRA, 2007).

Promulgado no ano de 2012, o Decreto n.º 7.690 em seu artigo 20, verifica-se suas atribuições:

I – planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial; II- implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar

indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial; III – coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e IV – apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais (BRASIL, 2012);

Deste modo, a Secad passa operar na incorporação de diversos projetos e programas, na formação inicial de professores e apoio a criação de materiais didáticos e pedagógicos respeitando as diferentes modalidades, também respondendo por políticas e ações, dentre elas, as relativas à Educação Ambiental

Ainda segundo Carreira (2017), o contexto dos anos 90 foi marcado pelo diálogo entre os movimentos sociais, proporcionando a construção de redes, articulações e espaços constantes de intercâmbio e ações políticas. A autora ressalta que a criação da secretaria ocorreu devido à pressão dos movimentos sociais e organizações populares pelo direito à educação.

Deste modo, seu início foi assinalado efetivamente através de uma relação tensa com o objetivo de inclusão educacional com base em políticas de ações afirmativas. Devendo, estas ações serem entendidas como reconhecimento do direito a igualdade de oportunidades educacionais que abrangem as condições de acesso e a qualidade do ensino ofertado.

No ano de 2004, o MEC elaborou a revisão antecipadamente do Plano Plurianual (PPA 2004-2007), possuindo como objetivo a adequação das metas do plano a nova agenda estratégica, que inseria alterações na secretaria que foram discutidas entre a Secad e os movimentos sociais. Entre estas alterações ressalte-se a criação do Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania, abrangendo vários eixos que a secretaria atuava, a agenda da Educação Ambiental ficou vinculada ao programa Brasil Escolarizado, de responsabilidade da SEB, passando a integrar o programa somente no PPA 2007-2011 (KIST, 2018).

No período de 2007 a Secad passa a se tornar Secadi, e possui como um dos objetivos intensificar e fortalecer nas escolas a educação ambiental, entretanto, a política da Educação Ambiental na secretaria teve início em meio a diversos conflitos envolvendo o governo federal e o movimento ambientalista.

Como principais atuações desenvolvidas podem-se mencionar as Conferências Infanto-juvenis de Educação Ambiental, sendo as comunidades quilombolas, indígenas e os povos do campo sendo incentivadas a participarem em todas as etapas, como também nas Comissões de Educação Ambiental e Com-Vida (Qualidade de Vida).

Neste cenário, no dia 27 de janeiro de 2010, o Decreto nº 7.083/2010, sobre o Programa Mais Educação, foi assinado pelo Presidente Lula, no qual estabelece no artigo 3º os objetivos do Programa Mais Educação e no artigo 4º as suas finalidades. No artigo 3º inc V estabelece:

V - convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

Art. 4º O Programa Mais Educação terá suas finalidades e objetivos desenvolvidos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante prestação de assistência técnica e financeira aos programas de ampliação da jornada escolar diária nas escolas públicas de educação básica. § 3º No âmbito local, a execução e a gestão do Programa Mais Educação serão coordenadas pelas Secretarias de Educação, que conjugarão suas ações com os órgãos públicos das áreas de esporte, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente e de juventude, sem prejuízo de outros órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e municipal, do Poder Legislativo e da sociedade civil.

Conforme o exposto, a Secadi visava articular e dirigir às políticas, os avanços concretizados pelos movimentos sociais e diversos programas, através do Programa Mais Educação, abrangendo a Educação Ambiental, envolvendo escola e comunidade.

Com relação a formação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, iniciou-se no ano de 2004 através da coordenação da Secad, sendo regulamentada somente em 2012 no período da Conferência Mundial Rio+20. No ano 2010, foi criado o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (Fundea), como também o Programa Escolas Sustentáveis, os cursos de formação continuada e a proposta da construção de um Sistema Nacional de Educação Ambiental.

O Ministério da Educação, ao dirigir a PNEA, ao lado do Ministério do Meio Ambiente e por meio do Órgão Gestor, possui responsabilidade pelas políticas públicas relacionadas ao sistema educacional. Devido a isso, a eleição da escola como espaço prioritário das políticas para a inserção da Educação Ambiental é a

opção correta. Entretanto, os gestores da PNEA admitem que esta deve inserir-se nas políticas públicas estabelecidas pelo MEC a partir de quatro ações recomendadas problematicamente como estruturantes: Conferência Nacional de Meio Ambiente, Formação Continuada de Professores, Coletivos Jovens, Rede de Educação para a Diversidade (LAMOSA; LOUREIRO, 2011).

Apesar dos progressos que marcaram este período, a constituição da política de educação ambiental também foi caracterizada por uma ocasião de contradições, tensões, conflitos e rupturas, como resultado das diversas ações realizadas nos governos de Lula e Dilma (PT) devido à retomada do projeto desenvolvimentista. Dentre estes atos podem-se ressaltar as relacionadas à ampliação do agronegócio, a construção de obras em áreas de proteção ambiental, a liberação da soja transgênica para exportação, a transposição do Rio São Francisco.

Este panorama demonstra as contradições existentes na política governamental pertinente à agenda da sustentabilidade socioambiental e a da educação ambiental. As contradições e embates envolvendo a sustentabilidade e os caminhos que foram selecionados para o desenvolvimento econômico do Brasil resultou na saída da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva no ano de 2008 e em seguida em 2009 do Partido dos Trabalhadores (CARREIRA, 2007).

A sustentabilidade e os Planos Nacionais de Educação, ao se comparar ao PNE 2001-2010 apresentou avanços, o PNE 2014-2024 não apresentou metas e desafios, permanecendo a mesma como uma diretriz genérica (CARREIRA, 2007).

Embora as propostas referentes à educação ambiental terem sido encaminhadas pela Secadi, as mesmas não foram aprovadas com a fundamentação de não se adaptarem a nova versão suscinta e objetiva do documento. Carreira (2007) sinaliza alguns pontos que ampararam para que a Educação Ambiental não fosse favorecida no Plano:

- i) Os conflitos internos da educação ambiental e a escolha de um projeto desenvolvimentista nos governos de Lula e Dilma como foram citados anteriormente, resultando em dificuldades de articulação política com os movimentos sociais de educação durante o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação. ii) A pouca incorporação da agenda ambiental especificamente pelo MEC. iii) Os setores contrários as questões de sustentabilidade no país, deputados ligados à bancada ruralista, as mineradoras, como também a outros setores da economia. Ainda em relação sustentabilidade ambiental autora aponta algumas questões relativas à maneira como neste período foi sendo discutido sobre a qualidade da educação.

1) Como algo irrelevante ou que, no máximo, gera uma solidariedade passiva a causa dos ambientalistas; 2) Como algo ameaçador, que se opõe ao desenvolvimento do país e a expansão do emprego e do mercado de consumo; 3) Como elogio despolitizado, valor a ser promovido, sem que se mexa nas hierarquias sociais, nos padrões de consumo e nos modelos de desenvolvimento; 4) Como algo específico, restrito a uma abordagem periférica e residual para determinados segmentos e grupos da população como, por exemplo, as comunidades tradicionais; 5) Como algo que deve ser assumido como integrante do direito humano à educação de qualidade, que provoque mudanças nas concepções de desenvolvimento e de cidadania, na interação entre e natureza, nos padrões de consumo e na própria relação com os territórios e com o mundo do trabalho, em contextos marcados por mudanças climáticas e pelos seus intensos impactos no acirramento das desigualdades sociais (CARREIRA, 2007).

Tozoni-Reis assegura que a PNEA, após seus 20 anos de existência, ainda precisa ser aprimorada em muitos aspectos:

[...] como não poderia ser diferente em nossa sociedade, ela resultou de um processo político cujas contradições e disputas, acomodadas, trouxeram alguns ganhos para a educação ambiental no Brasil, mas também muitas fragilidades. São muitas essas fragilidades, mas podem ser aglutinadas em torno da principal disputa empreendida: o financiamento público da educação ambiental no Brasil. [...] Outras questões mais específicas podem aqui também serem apontadas. A educação ambiental escolar, por exemplo, embora presente na PNEA, foi tratada segundo entendo, sem a importância necessária: faltam a ela diretrizes e bases mais sólidas para o enfrentamento dos obstáculos e dificuldades que temos em relação à sua inserção nas escolas, especialmente se considerarmos o fato de que nosso Sistema Nacional de Educação é muito precário como “sistema” e como “nacional”. (MAIA, 2018b, p. 91).

E acrescenta:

Outro importante tema tratado pela PNEA é a constituição do Órgão Gestor da PNEA como seu executor. Segundo minha avaliação faltam também diretrizes e bases mais claras, não somente para sua constituição – que até é bem organizada lá -, mas principalmente para sua competência. Se juntarmos esses dois temas – educação ambiental escolar e Órgão Gestor da PNEA, podemos observar claramente que esse órgão avançou muito pouco na inserção da EA na escola. O conjunto de atividades por ele realizadas neste tempo todo não passa, segundo entendo, de um conjunto de Programas de EA de Governo e não de Políticas Públicas de Estado, no caso escolar de Políticas Públicas de Educação para a educação ambiental. (MAIA, 2018b, p. 91-92).

No ano de 2012, a Unicef, a Unesco e a Estratégia Internacional para Redução de Desastres (UNISDR) publicaram um manual sobre adaptação à mudança climática e redução de risco de desastres no setor educacional. Neste material apresenta um estudo de caso sobre o País intitulado Brasil: um líder em envolvimento dos jovens com foco nos excluídos, no qual ressalta os avanços da educação brasileira na incorporação das questões ambientais e das mudanças climáticas com base na Política Nacional de Educação Ambiental.

O estudo mencionado demonstra a força tomada da parceria realizada entre os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente em defesa do direito dos jovens à participação (UNICEF 2012, p. 169-178). No mesmo ano, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), que vêm sofrendo um processo de esvaziamento, assinalavam para a importância de “contribuir para

[...] o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e a proteção das comunidades”. (DCNEA - Resolução CNE nº 02/2012).

Até o início de 2016, antes da interrupção de mandato presidencial e mudança na presidência da república, é possível apontar algumas prioridades feitas nas políticas federais, que possuíam a responsabilidade de garantir o ambiente como bem comum e promover a sustentabilidade, sob as premissas de participação e controle social. Estas, em tese, mas nem sempre correspondendo à realidade, dada as contradições da sociedade e do Estado brasileiro, estariam referenciadas nos pressupostos da perspectiva crítica e transformadora da educação ambiental. As principais iniciativas federais podem ser assim descritas:

- Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação (MEC) – implementação do Programa Nacional de Escolas Sustentáveis – este visa transformar as escolas em espaços educadores sustentáveis, em que o fazer pedagógico crie uma cultura da sustentabilidade por meio de ações em quatro eixos: currículo, edificações, relação escola-comunidade e modelo de gestão. A metodologia envolve o apoio a projetos que melhor se enquadram à proposta no Brasil e a aplicação da metodologia de criação de Com-Vidas e Agenda 21 escolar, que já vem sendo utilizada há mais de uma década pelo MEC (SECAD, 2004).

- Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – Possui uma política diversificada em suas frentes de atuação, envolvendo educomunicação, principalmente por meio dos projetos *Nas Ondas do São Francisco* e *Telecentros*, participação no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e programas e ações de formação de educadores ambientais (MMA, 2014). A formação se subdivide em:

- Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (Peaaf), voltado para a construção coletiva de estratégias de enfrentamento dos problemas socioambientais rurais, tendo como sujeitos os agricultores familiares. O Peaaf, que resulta originalmente de demandas de movimentos sociais do campo, realizou oficinas públicas no processo de definição de prioridades e tem realizado projetos por meio de contratação via edital e em parceria com estados. Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Encea), resultado de um amplo processo de discussão com gestores e educadores ambientais, estabelece um conjunto de diretrizes e estratégias de atuação em UCs, realizadas pelo MMA e pelo ICMBio (MMA/ICMBio, 2012). Essa estratégia de realizar processos educativos, comunicacionais e educomunicacionais entre UCs, seus gestores, e a comunidade do entorno é complementada por políticas próprias do ICMBio. Este, por intermédio de duas de suas coordenações, atua com a educação no processo de gestão ambiental, enfatizando a formação de conselhos gestores de UCs – tal como previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e dos conselheiros e a promoção de processos educativos que garantam a gestão participativa e a atuação dos grupos sociais na gestão territorial e seus instrumentos (LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013).

- Licenciamento Ambiental – Entre 2014 e início de 2016 foi realizado um trabalho de consultoria que fez um levantamento e análise dos projetos de educação ambiental no licenciamento federal e estadual, ajudando o MMA a ampliar o conhecimento sobre esse tema novo e a definir, via Conama, normas gerais. Esse trabalho começou a ser discutido e apresentado publicamente, mas ainda sem desdobramentos efetivos na condução da política pública federal para a área. A educação ambiental no licenciamento é uma área de atuação que vem se consolidando, com projetos estruturados via universidades públicas (UFS, UFES,

UFJF, UFRRJ, UFRJ, UENF) ou empresas de consultoria. No caso federal, tais projetos ou programas estão sob acompanhamento rigoroso e responsabilidade do Ibama, possuindo como normativas principais a Nota Técnica (NT) n. 01/2010 – CGPEG/DILIC/IBAMA, que regula a educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás *off-shore*, e a Instrução Normativa (IN) n. 02/2012, que estabelece as diretrizes gerais para todo o Ibama, tendo como referência a NT, que já é em si o reflexo de um acúmulo de dez anos de construção de uma proposta consistente em termos teóricos e de compreensão da aplicação da educação ambiental nos instrumentos da política ambiental brasileira (LOUREIRO, 2009).

Nos estados, o cenário é muito diverso, existindo alguns em que o órgão ambiental determina, minimamente, as diretrizes da execução, inspirado ou não nas normas do Ibama, o que facilita o cumprimento da condicionante com finalidade pública. Mas em alguns estados e municípios, dada a precariedade dos órgãos ambientais, a hegemonia de posições voltadas para a negação dos conflitos ambientais e ênfase nas ações individuais, e a falta de entendimento da educação ambiental como algo estruturante da gestão ambiental pública, isso não ocorre, facilitando que a educação ambiental seja um meio de promoção de atividades pontuais e não problematizadoras da realidade territorial ou de instrumentalização e disseminação de ideologias desenvolvimentistas para favorecer o empreendimento.

Por força de seus históricos institucionais (e competências legais) e das trajetórias dos protagonistas do processo de institucionalização da educação ambiental, as políticas via ICMBio e Ibama buscam maior ajustamento aos pressupostos críticos da educação ambiental, questionando os rumos do desenvolvimento e o conteúdo do discurso da sustentabilidade e procurando garantir a promoção do ambiente como bem de uso comum, por intermédio da participação popular, controle social, mobilização e organização social (LOUREIRO; SAISSE, 2014; LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013).

Tal posicionamento, por vezes, entra em tensionamento internamente ao órgão, dadas as disputas entre diferentes projetos políticos e societários, e com as orientações gerais do MMA e do MEC, cujas políticas buscam seguir as diretrizes gerais da PNEA, mas de um modo compatibilista com as orientações desenvolvimentistas do governo federal, enfatizando mais as parcerias público-privadas, as chamadas práticas sustentáveis, os comportamentos individuais e a

resolução pragmática de problemas. Cabe reforçar que os tensionamentos internos a cada órgão são previsíveis, uma vez que toda estrutura de Estado é uma composição de forças sociais com motivações e interesses diferenciados, composta também por quadro técnico com trajetórias variadas.

As políticas públicas na área da Educação vêm sofrendo transformações prejudiciais. Desde 2017 verificam-se graves retrocessos com implicações para o desenvolvimento das políticas de educação, especialmente as relacionadas à Educação Ambiental.

Entre numerosos retrocessos encontra-se a revogação do parágrafo da Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que abordava sobre a inclusão dos princípios da proteção e defesa civil e a Educação Ambiental de maneira integrada aos conteúdos obrigatórios, nos currículos dos ensinos fundamental e médio. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018 quase extingue as temáticas e recomenda “incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais”.

No dia 02 de janeiro de 2019 a Secadi foi extinta, no segundo dia do governo do Presidente Jair Bolsonaro, através do Decreto nº 9.465, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.

O decreto estabelece em seu art. 12 as competências da Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica, entre elas, destacam-se as referentes à educação ambiental (Brasil, 2019).

II - subsidiar a formulação das políticas curriculares de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, observados os temas transversais e a educação ambiental, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular; IV - orientar e fomentar, em âmbito nacional, em articulação com sistemas de ensino e instituições voltadas para a educação, o desenvolvimento de políticas, programas e ações para a educação integral, a educação ambiental e os temas transversais; (Brasil, 2019).

A extinção da secretaria representa um grande retrocesso pelo direito à educação com qualidade e equidade e para as políticas públicas educacionais voltadas para a diversidade, entre elas a educação ambiental. O

fechamento da Secadi ocorreu devido às reestruturações dos Ministérios propostas pelo Governo Jair Bolsonaro (PSL).

Devido a essa nova estrutura foi extinto os departamentos da EA que coordenavam o órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (criado pela lei 9.795 de 1999), responsável pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, ficando a EA limitada à Secretaria de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente.

No Brasil, entre as alternativas que se mostraram historicamente, trilhamos caminhos complexos com avanços e recuos, mas predominantemente vivemos a partir de 2016, intensificada em 2019, uma “onda” de retrocessos no âmbito dos direitos de cidadania e nas políticas ambientais, com o avanço de forças sociais de extrema direita. Particularmente naquilo que diz respeito à questão ambiental, a retirada ou flexibilização de instrumentos de regulação estatal, a liberação de atividades extrativistas e do agronegócio em áreas protegidas e territórios indígenas e quilombolas (vistas como improdutivas para o capital), e a redução de direitos trabalhistas, virou uma exigência para a realização de seu projeto político (LOUREIRO, 2019, p.3)

A desestruturação da Educação Ambiental no governo do Presidente Temer e a extinção da Secadi no início do governo do Presidente Bolsonaro causando o desmonte da Educação Ambiental nos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação evidenciam que estes governos não compactuaram com a concepção da educação ambiental popular, crítica, emancipatória e transformadora dos governos do Lula e da Dilma.

Foi no governo do Presidente Lula, a partir do segundo mandato que iniciou-se os retrocessos e as contradições envolvendo o apoio aos movimentos sociais, com melhorias no aspecto educacional em relação às diversidades. Os exacerbados retrocessos nos últimos governos foram resultados das decisões e ações em prol do projeto político que dialogava e privilegiava o capital, dando prioridade ao desenvolvimento com base na exploração dos recursos naturais (KIST, 2019).

Em relação à educação ambiental, diante deste momento histórico, da perda de direitos socialmente construídos coletivamente, algumas mobilizações foram articuladas entre entidades e instituições ligadas a educação ambiental repudiando essas determinações impostas pelo novo governo logo após a sua posse.

No dia 2 de janeiro de 2019, tivemos a extinção do Órgão Gestor da Educação Ambiental dos Ministérios da Educação (MEC) e do Meio Ambiente (MMA). Indignados, educadores ambientais ligados ao Grupo de Trabalho 22 da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (ANPEd) formaram um grupo na rede social 'what'sup?', para facilitar os diálogos que necessitavam ser ágeis em função da rápida mudança nas políticas ambientais do governo Bolsonaro. Isso permitiria uma ação mais célere de controle social participativo, buscando obstruir ações que debilitassem a política ambiental (SATO, 2019).

O grupo contava com cerca de 250 participantes majoritariamente de universidades públicas, mas com a presença significativa de várias organizações não governamentais, redes e movimentos. Recebeu o título de Observatório da Educação Ambiental (Observare) e desenvolveu as táticas de articulação⁶ e mobilização ao controle social participativo. Muitas cartas, abaixo-assinados e notas foram escritos coletivamente diante das várias agressões sofridas. Todo conteúdo foi entregue aos locais responsáveis do Governo Federal, por meio de protocolos e registros fotográficos. Além disso, foi confeccionado e disseminado pelas redes sociais, diversos cartazes, figurinhas, cartuns e materiais pedagógicos. Em períodos de retrocessos, o Observare representou uma criação de resistência importante dos educadores ambientais brasileiros (SATO, 2019).

A publicação de uma nota da comunidade acadêmica brasileira ligada ao campo da educação ambiental direcionada ao Presidente da República, ao Ministro da Educação, ao Ministro do Meio Ambiente, a Sociedade Brasileira e a Comunidade Internacional, sendo o documento entregue e protocolado no Ministério de Meio Ambiente no dia 14/01/2019.

Esta nota foi assinada pelo Grupo de Trabalho em Educação Ambiental (GT22) da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd)⁷ e demais 294 signatários, posicionando-se contra a extinção dos setores

⁶ A palavra 'articulamento' difere da ação completa da articulação e infere que estamos ainda em processo de construção e desconstrução, sem a necessidade de sermos completos, fixos ou imutáveis. São ações, participação e esperanças conjuntas que agregam o sentido político de buscar a guinada conceitual e praxiológica para que os valores da justiça, liberdade e tolerância sejam eixos de uma sociedade plural (SATO, 2019).

⁷ Fonte: <https://observatorioea.blogspot.com/2019/01/manifesto-da-educacao-ambiental.html>

responsáveis pela educação ambiental e solicitando que sejam reinstituídos os órgãos gestores nos dois Ministérios.

O manifesto considera um desmonte das políticas públicas educativas voltadas à dimensão ambiental, considerando as contradições entre os compromissos que foram firmados pelo presidente na campanha em dialogar com a sociedade de forma democrática e as primeiras ações do governo. Desta forma desrespeitando o processo de construção de mais de 30 anos do campo da educação ambiental. Conforme se verifica abaixo, em um dos trechos que compõem o documento.

Verifica-se este episódio como sendo um grave desmonte, reducionista de uma dimensão educativa considerada na atualidade pela sociedade brasileira, assim como pela comunidade internacional, como fundamental para o enfrentamento da grave crise socioambiental. As medidas do Executivo provocam mudanças estruturais que impedem e dificultam o cumprimento das leis que garantem a educação ambiental como uma política pública do Estado brasileiro, assim como desconhecem todo o processo que construiu e consolidou a educação ambiental no Brasil (KIST, 2019).

Outra experiência coletiva de resistência se formou em Mato Grosso, entre diversas entidades e movimentos sociais. Estavam na organização de 30 dias de mobilização (maio e junho de 2019): a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA)⁸, a Associação dos Docentes da UFMT (ADUFMAT)⁹, o Fórum de Direitos Humanos e da Terra (FDHT), o Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), e o próprio Observare, com seus representantes no âmbito do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA).

No dia 21 de Janeiro de 2019, o Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, através dos seus membros divulgam uma nota técnica direcionada aos Ministros do Meio Ambiente e da Educação, do Governo Bolsonaro. É estabelecido o artigo 2º do Decreto nº 4.281/2002 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, conforme verifica-se,

Fica criado o Órgão Gestor, nos termos do art. 14 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, que será dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação. § 1º Aos dirigentes caberá indicar seus respectivos representantes Responsáveis pelas questões de Educação Ambiental em cada Ministério. § 2º As Secretarias-Executivas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação proverão o suporte técnico e administrativo

necessários ao desempenho das atribuições do Órgão Gestor. § 3º Cabe aos dirigentes a decisão, direção e coordenação das atividades do Órgão Gestor, consultando, quando necessário, o Comitê Assessor, na forma do art. 4º deste Decreto.” E no artigo 4º : “- Fica criado o Comitê Assessor com o objetivo de assessorar o Órgão Gestor (BRASIL, 2002).

A nota técnica⁸ demonstra que a Educação Ambiental encontra-se superior as ideologias e posicionamentos, que se forma como um importante instrumento da gestão socioambiental, amparando no desenvolvimento da sustentabilidade, articulando os vários interesses para o bem de todos com base nos preceitos dispostos pela Constituição Federal. Reforçam a necessidade para sua concretização, do acompanhamento nas áreas de meio ambiente, saúde, cultura, ciência e tecnologia, entre outras, a partir de uma boa gestão pública (KIST, 2019)

Os membros que assinaram a nota informam que o Órgão Gestor é responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, sendo regida entre o Ministério de Meio Ambiente e o Ministério da Educação, conforme estabelecido pela lei à cima referida.

Possuindo o objetivo de qualificar a Educação Ambiental Brasileira os mesmos se colocam a disposição para fornecer esclarecimentos necessários ao Manifesto das CIEAS - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental das unidades federativas do Brasil ao Presidente da República, Ministros do Meio Ambiente e da Educação, à Sociedade Brasileira e Comunidade Internacional, manifestando a preocupação com o Decreto 9672/2019. O documento também destaca as leis e políticas públicas em relação à EA, a coordenação do Órgão Gestor entre os Ministérios da Cultura e do Meio Ambiente e do Ministério da Educação, tornou-se para toda a América Latina e outros países um grande exemplo.

O manifesto foi protocolado em Brasília no dia 14 de janeiro de 2019, também refere-se a extinção do órgão Gestor da Educação Ambiental, que descumpra a lei 9.795, no qual acarretará na intervenção do Ministério Público e coloca-se a disposição para esclarecer, colaborar e aperfeiçoar as questões propostas.

Dentre outras ações e mobilizações, ocorreu à solicitação de uma audiência no dia 12 de fevereiro de 2019 com o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles visando discutir e esclarecer os caminhos que o novo governo sugere para a

⁸Fonte: (<https://observatorioea.blogspot.com/2019/01/comite-assessor-do-orgao-gestor-da.html>)

Política Nacional de Educação Ambiental e do Programa Nacional de Educação Ambiental.

O pedido foi encaminhado em nome do Observatório de Educação Ambiental, o GT 22 de EA da ANPED, a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e as 50 Redes Temáticas, Territoriais e de Juventude; as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental e a Frente Ampla Democrática Socioambiental (FADS).

Em abril de 2019, foi publicado uma Nota de repúdio pela extinção de coletivos democráticos - decreto nº 9.759/2019 que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Revoga o Decreto que instituiu a Política Nacional de Participação Social; não houve justificativa para este ataque aos direitos socialmente construídos pelos movimentos e grupos sociais, considerado um ataque a democracia brasileira.

Em junho de 2019, os participantes do Fórum de Políticas Socioambientais do Estado do Mato Grosso, redigiram uma carta a fim de denunciar as diversas ações do governo ao nível federal, com inúmeros retrocessos que ferem a desejada sustentabilidade planetária, disponível no anexo B.

Diante o cenário, um ponto importante a ser discutido se refere a qual educação ambiental será regulada, possuindo o atual governo um ponto de vista de que ela não deve ser popular, crítica e emancipatória? Os governos posteriores, podem ou não compactuar com essa perspectiva, com isso espera-se, no seio da sociedade civil, um conjunto articulado que não aceite o abandono de ações de Estado que subsidiem esta perspectiva.

Conforme já demonstrado, devido aos debates envolvendo o tema meio ambiente, houve a criação de mecanismos legais relacionados a temática, também implicando em alterações no sistema educacional, principalmente no que se refere a Educação Ambiental.

Nesse viés, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1998, estabelecem a Educação Ambiental como tema transversal. Em caderno específico, orienta como incorporar a dimensão ambiental nos currículos escolares (BRASIL, 1998). As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (DCNEA), abordam a Educação Ambiental de maneira transversal e a preservação do meio ambiente como sendo responsabilidade de todos os sujeitos, dever do exercício

da cidadania para o bem comum (BRASIL, 2013). Nesta mesma linha, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) defende a necessidade de uma sociedade sustentável (BRASIL, 2017).

2.5 DESENCONTROS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Desde a elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, no dia 22 de dezembro do ano de 2017, no qual foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular BNCC a ser respeitada obrigatoriamente durante as etapas e respectivas modalidades na esfera da Educação básica (BRASIL, 2017), até mesmo após a publicação da sua última versão, a BNCC tem suscitado discussões e controvérsias por parte dos educadores, visto que a mesma conduz os interesses de aprendizagem para atender o mercado de trabalho, além de limitar a autonomia das escolas e, por consequência, a atuação dos professores.

A construção de uma BNCC em nível nacional produz efeitos em várias esferas do campo educacional, como por exemplo: na formação de professores, na elaboração dos materiais didáticos e nas avaliações educacionais. A construção deste documento, resulta na centralização e a homogeneização do complexo processo educacional brasileiro.

Na introdução, a BNCC apresenta-se como um documento normativo no qual determina as aprendizagens fundamentais que devem ser desenvolvidas nas escolas de Educação básica “de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)” (BRASIL, 2017, p.7).

Entretanto, verifica-se na prática que a experiência dos professores e os currículos em desenvolvimento são desprezados nessas BNCC. Sendo que a questão local, a diversidade, a negociação de sentidos, a autonomia da escola não se encontra no texto das BNCC (GALIAZZI, 2018).

Os documentos que aclamam as compreensões políticas de uma pseudo educação, relacionada ao individualismo e na sociedade de consumismo devem ser discutidas, durante o processo de formação inicial ou continuada, nas salas de aulas das mais variadas realidades (PAZIANI, 2017).

Diante desse cenário, verifica-se que a BNCC estabelece um currículo hegemônico, que despreza os conhecimentos desenvolvidos na escola, as vivências dos profissionais e a realidade socioespacial da escola, o qual é necessário ser considerada para constituir o processo educativo. No momento em que se recusa o lugar de pertencimento da escola, também recusa os próprios saberes tradicionais que surgem e que poderiam repercutir em aprendizagem.

Com a implantação da BNCC, o mesmo se torna um modelo de referência para a formulação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das instituições de ensino de todo o país, e desta proposta antidemocrática, é imprescindível o debate crítico da BNCC nos cursos de formação de professores e nas escolas de Educação básica, associado as discussões que estão surgindo em várias organizações civis como; Associação Nacional de Pesquisadores em Educação - ANPED, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE e Associação Brasileira de Currículo- ABC, as quais têm gerado documentos críticos a esta BNCC (GUALIAZZI, 2018).

2.5.1 O Ocultamento da Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular

Conforme já demonstrado na presente pesquisa, a Educação Ambiental é tida como um dos temas contemporâneos que devem ser inseridos nos currículos e às propostas pedagógicas das escolas, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entretanto, verifica-se que a palavra “Educação Ambiental” aparece somente uma única vez na introdução da BNCC.

A EA encontra-se presente na Introdução do documento, na página 19, explicitando a vinculação da BNCC com o currículo. Nesse cenário, a mesma, é limitada a um tema que deve ser inserida ao currículo e às propostas pedagógicas. É desse modo que surge a EA, e posteriormente, no decorrer do texto, desaparece por inteiro. A menção da lei, parecer ou resolução não oferece componente sobre como a EA será abrangida, proferida, estruturada, concretizada nas interações em sala de aula. Entretanto, mesmo estando presente na BNCC, isso não assegura a consolidação da EA nos currículos. Deste modo, esta citação sem um delineamento mais cuidado, faz entender como total sequestro da EA, que proporciona silenciamentos em um documento oficial (SILVA; LOUREIRO; 2019).

Causa estranhamento esta quase rejeição da Educação Ambiental na BNCC, uma vez que, conforme já discutido, a obrigação de sua inserção no âmbito da educação formal conforme disposto na CF/88, em diversas legislações, inclusive na PNEA, dispendo que a EA deve estar presente em todos os níveis do ensino, maneira interdisciplinar e permanente, bem como, sua importância no processo de formação e de disputa e de conquistas, consolidando nas políticas públicas nacionais e internacionais.

O ocultamento da Educação Ambiental na BNCC é produzido, principalmente, pela função político-pedagógico da Educação Ambiental, possuindo caráter emancipatório e transformador e ao problematizar as relações sociais da atualidade, operando na realidade vivida, em que o processo de conscientização se classifica pela ação com o conhecimento, pela competência de fazer escolha, por se ter compromisso com o outro e com a vida (LOUREIRO, 2006).

É importante destacar que a perspectiva crítica da EA se confronta com a política neoliberal que se expande no Brasil, que encontra-se em acordo com o sucateamento da Educação básica, com a alienação dos trabalhadores e na exploração do ser humano e da natureza.

O reconhecimento e a obrigatoriedade da Educação Ambiental na Educação básica e no ensino superior, ocorreu no ano de 2012, mediante a publicação da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, em conformidade com a 2ª LDB (BRASIL, 1996) e com a PNEA (BRASIL, 1999), foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental- DCNEA.

A educação ambiental é definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais em seu Art. 2 como:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012).

Os conteúdos referentes a Educação Ambiental devem ser incluídos nos currículos da Educação básica e da educação superior pela transversalidade, conforme previsto, no art 16, na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

Ambiental, “mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2012).

Porém, verifica-se que os temas ambientais são abordados na BNCC de maneira reduzida, limitando-se, significativamente, nas disciplinas de Ciências da Natureza e Geografia.

Ao avaliar a primeira versão da BNCC, Santinelo et al. (2016, p.106) asseveram que “a base curricular deve ser consistente e clara quanto ao papel de todos os componentes curriculares perante a Educação Ambiental”.

A análise da segunda versão da BNCC realizada por Andrade e Piccinini (2017) apoiam essas observações e ressaltam que a inclusão da Educação Ambiental não é expressiva e não é localizada em diversas disciplinas, entre elas Português e Matemática, elementos curriculares, são disciplinas com maior espaço no currículo escolar.

Na BNCC também se verifica o predomínio das correntes naturalista e conservacionista. A abordagem referente às correntes é apresentada na cartografia elaborada por Sauvè (2005, p.17) como “uma maneira geral de conceber e de praticar a educação ambiental”. A corrente mais antiga é a naturalista, centrada na preservação e na relação com a natureza. A intenção central da EA é de reconstruir uma relação com a natureza. Na corrente conservacionista prevalecem características voltadas para a conservação dos recursos naturais, com enfoque cognitivo pragmático (SAUVÈ, 2005). A corrente conservacionista encontra-se relacionada às áreas do conhecimento das Ciências da Natureza, da História e da Geografia.

Verifica-se que os temas voltados as unidades temáticas em que o objeto do conhecimento e as aptidões a serem produzidas orientam-se para a identificação da diferença existente entre o espaço doméstico, os espaços públicos e as áreas de conservação ambiental.

No componente curricular História, existe uma unidade temática titulada de Trabalho e sustentabilidade na comunidade, que possui o objeto de conhecimento a sobrevivência e a relação com a natureza. Nesta as habilidades abordam sobre a identificação das diversas configurações de trabalho e os impactos proporcionados nas comunidades. A relação trabalho-sustentabilidade nas estruturas de classes sociais precisa de um debate crítico (SILVA, LOUREIRO, 2019).

Os termos “diversidade ambiental” e a “qualidade ambiental” são abordados com relação a concepção conservadora, uma vez que, ambas são ressaltadas na unidade temática: “Natureza, ambientes e qualidade de vida” no ensino de Geografia.

No documento também se demonstra a diversidade ambiental como tema de estudo representa a modificação das paisagens no ensino de Geografia, uma vez que, a qualidade ambiental é evidenciada como objeto de conhecimento para reconhecer e comparar os elementos da qualidade ambiental dos cursos de água e dos oceanos (esgotos, efluentes industriais, marés negras etc.) (BRASIL, 2017).

Segundo pesquisa realizada por Santinelo e al (2016) as questões ambientais são tratadas de maneira superficial com preponderância da concepção ecológica. Observa-se também, que a Educação Ambiental não foi esquecida na BNCC, e não se trata dos temas socioambientais não possuem interesse educativo, trata-se de opção política situada no distanciamento crítico da educação dos temas próximos ao cotidiano socioambiental das escolas, especialmente as públicas (ANDRADE; PICCININI, 2017).

Nessa mesma linha, o termo socioambiental é demonstrado na BNCC com uma concepção mais ecológica, de modo que as palavras-chave “socioambiental” e “sustentabilidade socioambiental” encontram-se localizadas na área das Ciências da Natureza, sendo dirigidas pelas unidades temáticas: Vida e evolução e Terra e universo. As unidades temáticas que encontram esses termos são relacionadas ao estudo de temas que envolvem os seres vivos e os elementos de corpos celestes, novamente evidenciando o predomínio da concepção conservadora (BEHREND; COUSIN; GALIAZZI, 2018).

O tema sustentabilidade é utilizado nove vezes e sustentável, duas vezes, no decorrer da BNCC. Com relação ao tema Sustentável, ele é apresentado duas vezes, uma na Introdução da BNCC e outra no componente curricular Arte. No componente curricular Arte (anos iniciais), na unidade temática Artes Visuais, demonstra o objeto de conhecimento Materialidade com uma habilidade que caracteriza a palavra sustentável para classificar a utilização de materiais e de técnicas em Educação Ambiental. O tema sustentabilidade é exibido na BNCC nos seguintes componentes curriculares: Matemática, Ciências e História (SILVA; LOUREIRO, 2019).

A sustentabilidade no componente curricular Matemática é apresentada como uma habilidade da unidade temática Probabilidade e Estatística, oferecida no objeto de conhecimento designado de Leitura e interpretação de tabelas e gráficos (SILVA; LOUREIRO, 2019).

Em sua pesquisa Santinelo et al. (2016), verifica o domínio da perspectiva conservadora de Educação Ambiental relacionada à ecologia, sustentabilidade, e diversas vezes excluindo seus aspectos social, ético, econômico, político, tecnológico e cultural, que visam emancipar o pleno exercício da cidadania.

A caracterização do termo socioambiental para Loureiro (2012, p.83) na BNCC está equivocada, uma vez que “o meio ambiente é uma síntese de relações sociais com a natureza em um determinado recorte espaço-temporal, o social é uma construção intrínseca”. No entanto, ele ainda assinala, que em determinadas situações, o termo é tratado para materializar e demarcar o campo político, considerando as relações sociais como fonte da crise ambiental (LOUREIRO, 2012).

Nessa linha teórica, a concepção socioambiental compreende o meio ambiente como sendo “um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais” (CARVALHO, 2012, p. 37). Nessa relação todos se transformam reciprocamente, uma vez que, o meio ambiente é considerado como espaço relacionado a presença humana surge como um sujeito que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela (CARVALHO, 2012).

Os termos “consciência socioambiental” são mencionados nas seções que abordam sobre as aptidões específicas para o Ensino Fundamental nas áreas das Linguagens, das Ciências da Natureza e da Geografia. Demonstram que os alunos devem construir fundamentos na defesa de posicionamentos que promovam a consciência socioambiental (BEHREND; COUSIN; GALIAZZI, 2018).

Verifica-se que a Educação Ambiental apresentada na BNCC, reforça as concepções naturalista e conservacionista, orientadas pela conscientização ecológica, uma vez que, estas linhas acabam não discutindo as questões sociais, políticas, econômicas e culturais indissociáveis de sua origem e dinâmica, pois não abordam os costumes de classe e as várias responsabilidades dos atores sociais emanharados na crise (LAYRARGUES; LIMA 2011).

Com relação as Ciências a Sustentabilidade é tratada a partir da utilização inteligente e responsável dos recursos naturais. A sustentabilidade também é ressaltada a partir da necessidade de integração com os demais temas, como ambiente, saúde e tecnologia com exemplos de como pode ser executada tal integração. Entretanto, são assuntos gerais, e com isso necessitam de abordagens mais críticas. Nos anos finais a sustentabilidade surge como integrante de uma das habilidades do oitavo ano, na unidade temática Matéria e Energia, do objeto de conhecimento que compõem o uso consciente de energia elétrica, e nono ano, a unidade temática Vida e Evolução no objeto de conhecimento preservação da biodiversidade (SILVA; LOUREIRO, 2019).

Importante destacar, que a educação ambiental demonstrada na BNCC não possui articulação com a Educação Ambiental crítica e transformadora (SILVA; LOUREIRO, 2020).

Essa tendência utilitarista dos recursos naturais, destaca que a sustentabilidade deve passar a ser também percebida como garantia para a existência biológica baseada na “proteção; afeto; criação; produção, reprodução biológica, participação na vida social, identidade e liberdade” (LOUREIRO, 2012, p. 56).

Diante o cenário, conforme já apresentado, verifica-se a contrariedade da BNCC com as normas legais que abordam sobre a educação ambiental, observando a ausência de que a EA abrange o meio ambiente em sua totalidade, respeita à diversidade de saberes e visa trabalhar com a autonomia e a participação dos cidadãos, na medida em que rompe com as relações de poder e dominação.

De acordo com Silva e Loureiro (2019) pode-se afirmar que o escoamento da EA, nos modelos como esta foi constituída nas Leis brasileiras, com teor crítico, colabora para a formação produção de um texto da BNCC, em conexão com os ODS, que não proporciona as ligações histórica, social, ética, política, cultural, econômica, que consolidam os problemas ambientais. O que corrobora o teor político do documento com o cunho de aprovação e aceitação de um padrão de sociedade com foco na acumulação de capital e não em satisfazer a necessidades de todos.

Diante a formação histórica, e os trajetos percorrido pela Educação Ambiental, compreende-se seu percurso através das políticas públicas no âmbito da concepção da interdisciplinaridade e da transversalidade para Educação básica. Entretanto, é nítido o retrocesso da educação no Brasil e que a recente BNCC

negligencie às políticas públicas e a garantia constitucional que visa a inserção da EA nas escolas.

2.6 POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PARANÁ

No caso mais específico do Paraná - estado onde foi desenvolvida a presente tese - localizado na região sul do Brasil, houve a implementação de uma Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA/PR / Lei n.º 17.505/2013), regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 9.958/2014 e pela Deliberação CEE/CP n.º 04/2013 que institui as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino.

Esta normativa estabelece as ações a serem desenvolvidas nas instituições de ensino públicas e privadas que atuam em todos os níveis e modalidades do Sistema Estadual de Ensino do Paraná. A direção participativa na preparação do documento foi uma oportunidade fundamental de mobilização das comunidades e dos coletivos de educadores ambientais, que deu origem a um o político e institucional mais favorável e legitimador das ações de sustentabilidade ambiental.

A partir da década de 1990, o Paraná seguiu o caminho traçado no âmbito internacional e nacional na educação ambiental, com a mobilização de gestores e técnicos dos setores públicos, movimentos ambientalistas e Organizações Não-Governamentais (ONGs). No ano de 1992 realizou-se, sob a organização da Rede de Educação Ambiental do Paraná – REA/PR, os Encontros Paranaenses de Educação Ambiental EPEA, que criou-se um espaço considerado de integração e debate da área da Educação Ambiental (ROSA; TROVÃO; COELHO, 2017).

Este evento que teve sua primeira edição em 1998, contou com a parceria da Rede Paranaense de Educação Ambiental e identificou-se como uma prática articuladora importante para a educação ambiental do Paraná com repercussões na esfera regional e nacional.

Como consequência, constituiu-se o movimento pró-Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (pró-CIEA). Formado em 2004, seu desempenho incentivou a organização para a construção da minuta do CIEA e que foi fundamental para a conscientização acerca da importância de espaços participativos

na formação de Política Estadual de Educação Ambiental e sua implementação (ROSA; TROVÃO; COELHO, 2017)

Nesta época, foram realizados encontros, seminários e oficinas e o chamamento dos órgãos públicos para a criação de suas agendas 21. Em 2004, foi criado o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná por meio de decreto estadual⁶. Neste período a Secretaria de Estado de Educação (SEED) criou a Agenda 21 Escolar.

Neste contexto verifica-se a necessidade da criação da Política de Educação Ambiental do Estado do Paraná que ainda contou com os pressupostos legais do Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabeleceu a regulamentação da Política Nacional e seus instrumentos de gestão tais como: Órgão Gestor Nacional, Comitê Assessor, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEAs, Rede de Educação Ambiental - REAs e Polos de Educação Ambiental.

Em 2004 alinhado ao Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONAE), foi promovido a integração de educadores de instituições públicas e representantes da sociedade civil para a discussão acerca da ação integrada e a implantação da Educação Ambiental, no Estado do Paraná (ROSA; TROVÃO, COELHO; 2017).

Entre 2004 e 2006 os grupos elaboraram a minuta de proposta de criação do CIEA que foi encaminhada para o Governo do Estado. Devido a entendimentos políticos diferentes, a proposta foi recusada. O desacordo ocorreu em detrimento de diversos aspectos pertinentes à composição e a representatividade no que ao segmento composto pelas empresas de economia mista.

Devido a isso, buscou-se outros meios de atuação para garantir a constituição da política pública e, paralelamente, manter os educadores ambientais estimulados e articulados. Uma destas iniciativas foi a Câmara Técnica de Educação Ambiental no Conselho Estadual de Meio Ambiente.

No ano de 2007, iniciou o processo de mobilização e articulação da Política de Educação Ambiental no estado do Paraná, quando o Conselho Estadual de Educação - CEE foi notificado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente e Urbanismo CAOPMAHU, vinculado ao Ministério Público do Estado do Paraná. O mesmo requereu informações quanto ao cumprimento da Lei Federal de Educação Ambiental no que se refere à

transversalidade da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades do ensino (ROSA; TROVÃO; COELHO, 2017).

O papel do Ministério Público e, em especial do CAOPMAHU, é de acompanhar a instauração da Política Estadual de Educação Ambiental e das Normas Estaduais de Educação Ambiental para o sistema de ensino do Paraná. Os meios desenvolvidos são: desenvolvimento de orientações, resoluções e procedimentos administrativos que norteiem o desempenho dos promotores e a constituição de um grupo de trabalho específico com representações sociais para proporcionar contribuições à constituição das leis municipais.

Em 2010, com a missão de elaborar a Política Estadual de Educação Ambiental, por recomendação do Ministério Público do Paraná, foi desenvolvido o grupo institucional constituído por técnicos da área de Educação Ambiental das Secretarias de Meio Ambiente, Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde e Agricultura, empresas de governo, pesquisadores, representantes da Rede de Educação Ambiental (REA) e de ONGs.

Este grupo foi coordenado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA) e pela Coordenação de Projetos Especiais da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA). Para a elaboração foram utilizadas todas as colaborações dos Encontros Paranaense de Educação Ambiental, dos Encontros das REDES, das Conferências Estaduais e Conferências Juvenis.

No mesmo ano, o texto preliminar do Projeto de Lei da Política Estadual de Educação Ambiental, foi discutido e aprovado no encontro Estadual em Faxinal do Céu, nos dias 30 e 31 de agosto de 2010, contando com a participação de segmentos da sociedade organizada. No mesmo ano, o projeto de Lei foi encaminhado ao Conselho Estadual de Meio Ambiente para análise e em janeiro de 2013 foi aprovado por meio da Lei nº 17.505/2013 que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental e regulamentado pelos decretos nº 9958/14 concomitantemente as normas estaduais para o ensino de educação ambiental no Estado (ROSA; TROVÃO; COELHO, 2017).

No ano de 2011, no primeiro ano do mandato do governador do estado do Paraná, Beto Richa, a partir do segundo semestre foi realizada a primeira reunião com as instituições governamentais para articulação das ações do Conselho Estadual de Educação com as instituições que juntos elaboraram a minuta de projeto

de lei da Política Estadual de Educação Ambiental. Estavam articulados no processo da criação da Lei o movimento Pró-Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Estadual de Meio Ambiente, o Ministério Público do Paraná e o Conselho Estadual de Educação (ROSA; TROVÃO; COELHO, 2017).

No mesmo ano, com a constituição da terceira comissão especial temporária foi possível impulsionar os trabalhos desta comissão. No mês de setembro, deste ano, foi realizada a primeira reunião com as instituições governamentais e com a mesma equipe que elaborou a minuta de projeto de lei da política estadual de educação ambiental, considerando necessária esta articulação enquanto componente fundamental no sucesso da implementação da Política Estadual de Educação Ambiental.

Ainda em 2011, no XIII EPEA, realizado na cidade de Ponta Grossa, no período de 10 a 12 de agosto, a minuta de texto do projeto de lei foi submetido à consulta dos diversos representantes da educação ambiental no estado presentes no evento.

Nestes anos os gestores públicos e educadores ambientais do Paraná atuaram de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental e, ao elaborarem, a Política Estadual, incluíram iniciativas e boas práticas realizadas ao longo desta trajetória como respostas as demandas ambientais da época. Houve, portanto, influência das práticas de manejo de solo, gestão de resíduos sólidos e de recursos hídricos na construção do projeto. Dentre estas boas práticas consideraram-se: a ação integrada das políticas públicas como as de saneamento, habitação e agricultura; a relevância da gestão compartilhada para obtenção de resultados efetivos e as experiências obtidas por meio dos trabalhos decorrentes da Agenda 21 Escolar no que concerne aos mecanismos de mobilização da comunidade escolar para busca de soluções às problemáticas socioambientais locais e a formação de gestores públicos e conselheiros locais (ROSA; TROVÃO; COELHO, 2017).

Estas práticas tornaram-se as diretrizes para a Política Estadual que estava sendo formada, especialmente, em relação à articulação entre a Educação Ambiental formal e a não formal, a adoção do território da Bacia hidrográfica como eixo estruturante das ações e a representatividade dos Comitês de bacia no CIEA.

Foi resultado, também, deste processo a proposta de ampliação do Órgão Gestor da referida Política Estadual visando à integração das Secretarias Estaduais de Abastecimento, Saúde, Ciência e Tecnologia. Destaca-se que tal proposta foi inserida no texto da atual Lei da Política Estadual de Educação Ambiental

sendo o Órgão Gestor composto por cinco Secretarias do Estado de Meio Ambiente, Educação, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Abastecimento e Saúde.

No mesmo período foram promulgadas as Normas Curriculares para o Ensino de Educação Ambiental no Estado do Paraná. As Normas constituídas na Deliberação nº 4/2013, determinam orientações sobre como a Educação Ambiental deve ser utilizada nas instituições públicas e privadas, em todos os níveis e modalidades do sistema estadual de ensino, e versa sobre as dimensões do espaço físico, da gestão democrática e da organização curricular.

No dia 11 de janeiro de 2013, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Lei nº 17.505 que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental, direcionando para a formação de sua regulamentação, possuindo a intenção de certificar sua fundação pelas instituições governamentais. Esta Lei ao ser aprovada fortaleceu os trabalhos da Comissão Temporária (PARANÁ, 2013)⁹.

A política estadual de educação ambiental reconhece o papel da educação ambiental para “formação humana dos sujeitos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural com suas condições físicas, emocionais, intelectuais culturais e econômicas” e que como sujeitos transformam estes espaços e condições (PARANÁ, 2013).

Para tanto, adota a organização curricular como sendo essencial para a superação da fragmentação e compartimentalização dos conhecimentos vigentes nos sistemas de ensino. Esta fragmentação é reproduzida e tem reflexos na matriz social em que estamos inseridos e sendo assim, requer debater o paradigma filosófico educacional.

Assim, a organização curricular para a educação básica considera que a educação ambiental seja inserida,

I no contexto da interdisciplinaridade e transversalidade, ao tratar de temas de meio ambiente e sustentabilidade socioambiental; II como conteúdo dos

⁹ Recepcionando aos parâmetros descritos pelo Parecer CNE/CP nº 14/12, e fundamentando a Lei Estadual nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental, foi aprovada a Deliberação nº 04/13 em 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema de Ensino do Paraná.¹⁰ Em 23/11/12, no Salão de Atos do Parque Barigui, organizado pela Secretaria de Assuntos Metropolitanos e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba, Instituto de Planejamento Urbano e Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba, órgão do Governo do Estado do Paraná. 11 Portaria nº 05/2013.

componentes curriculares/disciplinas na dimensão socioambiental; III pela inserção dos conteúdos relacionados à integração das políticas públicas nas áreas tratadas em educação, meio ambiente, agricultura, saúde, cultura, entre outras; IV por meio dos conteúdos multidisciplinares e interdisciplinares, a partir da escola como referência de liderança socioambiental no espaço geográfico da bacia hidrográfica; V pelo favorecimento de práticas educativas ambientais em áreas de conservação ambiental, fortalecendo a abordagem da percepção dos impactos socioambientais no âmbito da educação contextualizada, da conservação da biodiversidade e de vivências na natureza; VI por meio de ações socioambientais, elencadas em seus Projetos Político-Pedagógicos, e/ou em seus Planos de Trabalho Docente, desenvolvidos nas instituições de ensino de Educação Básica com a participação da comunidade (PARANÁ, 2013).

Para o ensino superior a educação ambiental, no que trata a Deliberação,

I deverá ser inserida como conteúdo nos componentes curriculares/disciplinas, em todos os cursos de graduação e pós-graduação, podendo, em casos específicos, também se constituir em componente curricular/disciplina;
II deverão ser contemplados os conhecimentos, saberes e práticas relacionados aos temas socioambientais como conteúdos, quando a Educação Ambiental for tratada como componente curricular/disciplina; III deverá ser garantida pela transversalidade, mediante inserção de temas ou pela combinação entre transversalidade e componentes curriculares/disciplinas (PARANÁ, 2013).

Ressalte-se que, são admitidas outras maneiras de inserção da educação ambiental na organização curricular no âmbito da educação profissional técnica de nível médio e do ensino superior, considerando a natureza destes cursos.

A Deliberação trata com destaque a necessária articulação entre a pesquisa e a formação como determinantes para o êxito na implantação da Política Estadual de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.

Para tanto, indica que as atividades de pesquisa devem estar vinculadas a Rede Paranaense de Educação Ambiental, que os órgãos públicos de fomento e financiamento à pesquisa busquem apoiar os projetos de pesquisa nesta área, visando, em especial, o desenvolvimento de tecnologias mitigadoras de impactos negativos ao meio ambiente e a saúde. Em síntese, as Normas Estaduais de Educação Ambiental para o Sistema de Ensino devem garantir parâmetros para que as instituições educacionais, enquanto liderança social “constituam-se em espaços educadores sustentáveis, integrando currículos, gestão e edificações em relação equilibrada com o meio ambiente, tornando-se referência para seu território da bacia hidrográfica” (PARANÁ, 2013).

Ainda em 2013, foi posta como preferência a conclusão da minuta de regulamentação desta Lei e certifica a aprovação no Conselho Estadual de Educação da Deliberação de Educação Ambiental, para o Sistema Estadual de Ensino. Foram realizadas sessenta e uma reuniões e quatro eventos de consulta, designados de Seminários de Regulamentação da Política de Educação Ambiental do Paraná e da Minuta de Deliberação de Educação Ambiental para o Sistema Estadual de Ensino, atendendo o estado em 04 regiões, nas cidades de Curitiba, Londrina, Cascavel e Paranaguá¹⁰.

Estavam presentes nestes seminários aproximadamente seiscentos participantes entre representantes de prefeituras municipais, professores da educação básica e ensino superior, reitores de universidades, gestores públicos e representantes da sociedade organizada. A Comissão Especial Temporária finalizou o texto de minuta da Deliberação de Educação Ambiental. Foi garantida a participação dos setores governamentais e não governamentais nos eventos de consulta, recebendo as contribuições para a construção coletiva desta minuta, possuindo a finalidade de expressar os interesses da sociedade e da comunidade escolar neste importante instrumento de política pública para a Educação Ambiental (ROSA; CARNIATTO, 2015).

Para tanto, a educação ambiental como integrante curricular terá que superar a fragmentação e compartimentalização dos saberes disciplinares, na “perspectiva crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação das ações das instituições de ensino” (PARANÁ, 2013). Diante este cenário, verifica-se, que a educação ambiental na organização curricular escolar é um dos desafios, ainda não solucionado na prática.

A Deliberação Estadual de Educação Ambiental não teve como pretensão resolver e encerrar esta polêmica, até porque esta disputa envolve aspectos relacionados aos diferentes paradigmas que fundamentam as abordagens teóricas e metodológicas em disputa no campo da educação ambiental (ROSA; CARNIATTO, 2015).

¹⁰ Em 26/04/13 em Curitiba; em 08/05/13 em Londrina; em 21/05/13 em Cascavel e em 04/06/13 foi realizado em Paranaguá.

A Deliberação Estadual destaca que, são permitidas outras maneiras de inserir a educação ambiental no currículo da educação profissional técnica de nível médio e do ensino superior, considerando a natureza destes cursos.

Ressalta o texto para a importante articulação envolvendo a pesquisa e a formação como elementos para se alcançar um resultado satisfatório no estabelecimento da Política Estadual de Educação Ambiental na esfera do Sistema Estadual de Ensino. Entretanto para obter êxito, é necessário que as atividades de pesquisa devem estar relacionadas a Rede Paranaense de Educação Ambiental. Além disso, é de extremamente importância que os órgãos públicos de fomento e financiamento à pesquisa procurem apoiar os projetos de pesquisa nesta área.

É de competência do Sistema Estadual de Ensino do Paraná desenvolver a formação continuada de professores e gestores a partir de suas práticas educativas como ferramenta pedagógica e metodológica na concepção da sustentabilidade socioambiental. Evidencia a importante função das Instituições Estaduais de Ensino Superior, como sujeitos realizadores desta formação e articulação com a educação básica e órgãos governamentais, buscando aperfeiçoar a prática docente no campo do ensino da pesquisa e da extensão (PARANÁ, 2013).

Em poucas palavras, esta Deliberação Estadual de Educação Ambiental possui o dever garantir padrões para que as instituições educacionais se transformem em espaços educadores sustentáveis, visando incorporar os currículos, gestão democrática institucional e ações de sustentabilidade em relação às edificações e desempenhem modelos de boas práticas ambientais e liderança social no território da bacia hidrográfica em que estão inseridas tais instituições.

Em cumprimento às Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo que a formação para a educação ambiental deve ocorrer a partir dos cursos de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na educação básica, com objetivo de qualificar a atuação escolar e acadêmica na perspectiva ambiental e de sustentabilidade (ROSA; CARNIATTO, 2015).

O Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental estabelecido pelo Decreto nº 9958, em janeiro de 2014, institui que a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental seja formada por vários segmentos da sociedade, devendo ser regulamentada por decreto (PARANÁ, 2014).

Deste modo, no mês de março, com a fundação o Órgão Gestor desta Política, foram realizadas atividades de monitoramento e implementação da Política Pública de Educação Ambiental. Foi realizada parceria com a SEMA e o Ministério de Meio Ambiente - MMA, e que foi planejada uma Oficina de Conteúdos para Constituição do CIEA.

A Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia celebrou uma reunião com o Conselho de Reitores das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, almejando a demonstração e procedimentos de inserção desta Política, sendo definido pela realização de diagnóstico das atividades de educação ambiental nestas Instituições, por meio de aplicação de um formulário para levantamento das condições socioambientais, nas três dimensões: espaço físico, gestão e organização curricular (ROSA; CARNIATTO, 2015).

O CAOPMAHU foi responsável por essa mobilização, possuindo como finalidade construir um espaço de participação e reflexão sobre a realidade socioambiental em tais instituições, juntamente com os reitores destas Universidades, visto que, são responsáveis pela formação de profissionais nas diversas áreas de desempenho da sociedade. Ressaltou-se a importância destas Instituições em desenvolverem uma prática docente voltada à capacitação de profissionais com aptidão crítica e engajados com a construção de sociedades sustentáveis (ROSA; TROVÃO; COELHO, 2017).

A inserção da Política Estadual de Educação Ambiental viabiliza a construção de relações inovadoras na área do ensino, da pesquisa e da extensão, com a sua devida importância para a formação inicial dos profissionais que atuam na educação básica.

Ainda em 2014, foram celebradas reuniões buscando a construção de um plano de trabalho para inserção da Política Estadual de Educação Ambiental, como a minuta de regimento interno para funcionamento do Órgão Gestor; a organização dos encaminhamentos para a instalação do CIEA e a implantação das ações estabelecidas pela Deliberação Estadual de Educação Ambiental para o sistema de ensino.

Deste modo, foi definido pela construção de uma Comissão de Implementação da Política Estadual de Educação Ambiental e pela sua vinculação ao

CAOPMA/MPPR, por meio da criação de um Grupo de Trabalho de monitoramento e acompanhamento desta política pública.

No mesmo ano, foi caracterizado por transformações no cenário da gestão do governo estadual, ocasionando a descontinuidade das políticas de governo.

Os compromissos relacionados a área da educação ambiental foram colocados em segundo plano, tratados sem devida consideração a instâncias não deliberativas por parte dos dirigentes públicos, que se encontravam no poder. Os técnicos que operavam na área de educação ambiental perderam autonomia de atuação, ou foram realocados para outras funções e atividades (ROSA; TROVÃO; COELHO, 2017).

No ano de 2015, no segundo mandato do governo Beto Richa, foi caracterizado pelos debates com a relação à implantação da educação ambiental no Plano Estadual de Educação e nos planos municipais de educação.

Quanto ao Plano Estadual de Educação – PEE15 foram realizadas audiências públicas na Assembleia Legislativa do Paraná, com destaque para a atuação da Frente Parlamentar Ambientalista e do Ministério Público do Paraná, por meio do CAOPMA. A educação ambiental ficou inserida no artigo 2º ao tratar das diretrizes, na redação do item X “dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental”. Ressalte-se, que os elementos ambientais e de educação ambiental foram tratados no tema de diversidade e sustentabilidade socioambiental (ROSA; CARNIATTO, 2015).

Neste mesmo cenário houve avanço na inclusão da educação ambiental no contexto dos planos municipais de educação que estavam em processo de aprovação pelo legislativo municipal como uma meta neste plano, possuindo como sugestão a redação encaminhada pelo CAOPMA, por meio dos promotores locais de justiça, com a notificação para inserção da meta de Implantação de Políticas Municipais que motivaram a intersetorialidade na execução da Educação Ambiental, conforme as estratégias de estabelecer a lei municipal de educação ambiental e o sistema de educação ambiental; garantir a concretização e a implantação de projetos, programas, planos e ações de Educação Ambiental de acordo com a Lei Nacional 9.795 a Lei Estadual 17.505 e a Lei Municipal, e estabelecer políticas permanentes, de acordo com a Lei Nacional, Estadual e Municipal, que estimulem e ofereçam sólidas exigências de formação continuada aos profissionais da educação, para que

se concretizem os princípios, alcançando os objetivos da Educação Ambiental (COELHO; TROVÃO; ROSA, 2019).

No dia 28 de abril de 2015, nas atividades do GTEA/CAOPMA-MPPR, em suas reuniões mensais aprovou a realização do I Seminário de Educação Ambiental, possuindo a participação dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Na reunião de avaliação deste Seminário e das atividades deste Grupo de Trabalho, realizada em 26 de junho de 2015, resultou nos encaminhamentos de: produzir instrumentos buscando garantir a continuidade das ações de educação ambiental; constituir o Núcleo Metropolitano de Educação Ambiental de Curitiba para integração das ações municipais; realizar Seminário com as práticas da Educação Ambiental não formal; realizar um plano de formação de gestores públicos, privilegiando os municípios; promover a formação continuada de professores; alinhar os Projetos de Educação Ambiental às Leis Ambientais; fortalecer a intersetorialidade das ações de Educação Ambiental na esfera da Secretaria Estadual de Educação e integrar as áreas de saúde, educação, meio ambiente, agricultura; realizar o segundo Seminário de Educação Ambiental Metropolitano com os municípios que participaram do I Seminário; atuar de forma integrada e ativa junto aos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Educação; entre outros encaminhamentos (COELHO; TROVÃO; ROSA, 2019).

No ensino formal, a educação ambiental promoveu avanços, como as reuniões e encaminhamentos com a Secretária Estadual de Ciência e Tecnologia SETI, para implementar a Deliberação Estadual de Educação Ambiental nas instituições de ensino superior.

No ano de 2015, foi criada em âmbito nacional a Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), responsável por acompanhar a Política Nacional e as Estaduais, constituindo uma plataforma brasileira de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental, que servirá como uma forma de análise do estudo espacial do ciclo destas políticas públicas. Esta ferramenta possibilitará o cadastramento de informações e a coleta de dados no tocante ao desenvolvimento e da institucionalização de políticas públicas de Educação Ambiental e constituirá o Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação (COELHO; TROVÃO; ROSA, 2019).

No mesmo ano, a SEED e a SETI, articularam-se e constituíram o Grupo Gestor de Educação Ambiental com a finalidade de integrar e desenvolver conjunto de ações nas áreas de Educação Ambiental no âmbito da educação formal. Para tanto, a SEED propôs o “Programa Seed: espaço educador sustentável”, para orientar tanto as instituições de ensino a fazerem a transição para escolas sustentáveis, como os Núcleos Regionais de Educação e a própria SEED a tornarem-se “espaços educadores sustentáveis” (PARANÁ, 2019).

Após a criação da Política Estadual de Educação Ambiental, evidencia-se a importância de um planejamento mais específico que ofereça subsídios para que os objetivos sejam efetivamente alcançados. Deste modo, a elaboração deste Programa Estadual de Educação Ambiental se constituiu num desafio para que, de maneira coletiva e participativa, fossem apontados os melhores caminhos para a construção de uma sociedade que valorize a biodiversidade, participe ativamente na sustentabilidade em ambientes urbanos, em todas as temáticas ambientais (PARANÁ, 2019).

As Câmaras Técnicas de Educação Ambiental existem dentro da estrutura do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná – CERH-PR, em caráter permanente, desde 16/05/2012 e do Conselho 50 PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO PARANÁ MINUTA - 2019 Estadual de Meio Ambiente do Paraná – CEMA-PR, criada em 2017; e, ainda, que o conjunto de bacias hidrográficas do Paraná tem sua representação dentro da CIEA-PR (Decreto Estadual Nº 9958/2014) (PARANÁ, 2019).

Em 2018 no início do processo de elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental, tudo apontava que o mesmo seria elaborado, aprovado e estabelecido pelo estado sem a realização das consultas públicas. Porém a Rede de Educadores Ambientais do Paraná, mesmo sendo integrante da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, não conseguiu efetivar a participação popular na validação do programa.

Portanto, juntamente ao Grupo de Trabalho, pode ser realizado a formação das fundamentações legais que derivaram em uma Recomendação Administrativa do Ministério Público para o Secretário Estadual de Meio Ambiente, oferecendo orientações para a realização de uma agenda de consultas públicas produzida pelo Órgão Gestor, CIEA e Universidades Estaduais em sete regiões do

estado, conforme disposto na lei e no decreto que regulamentam a Educação Ambiental.

O órgão gestor é o responsável pela gestão da Política de Educação Ambiental, bem como, do desenvolvimento do programa de educação, do qual fazem parte cinco secretarias de estado incumbidas pelas políticas pública ambientais, sociais, educacionais e de saúde pública. Entretanto, é preciso destacar que os representantes destas secretarias também compõem o grupo de trabalho, assim, havendo interações entre estas duas instâncias (COELHO; TROVÃO; ROSA, 2019).

Com relação ao fortalecimento do grupo e de seus representantes, a comunicação com os municípios ainda apresenta obstáculos. Haja vista, que de modo geral, as secretarias municipais que não são relacionadas à educação e ao meio ambiente não possuem a compreensão da Educação Ambiental como um instrumento de formação, articulação e gestão para a construção de sociedades sustentáveis. Este entendimento comprova que os impasses que a Educação Ambiental, geralmente enfrenta, se fundamenta por uma visão complexa e interconectada que se confronta ao pensamento binário e fragmentado da maior parte das ciências contemporâneas (COELHO; TROVÃO; ROSA, 2019).

No interior do Paraná, os processos de formação ocorrem de maneira frequente, porém isoladas, isso ocorre devido a Lei Estadual ainda se encontrar em processo de implementação e o Sistema Paranaense de Educação Ambiental ainda estar sendo desenvolvido.

O Programa Estadual de Educação Ambiental durante o ano 2019, realizou as consultas públicas em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Paranaguá, Curitiba, Jacarezinho e Cascavel, a minuta do programa também se encontrava disponível para consulta pública, sendo que as sugestões poderiam ter sido encaminhadas até o dia 10 de outubro de 2019 por meio do questionário disponível no site ou pelo e-mail. A Diretora de Políticas Públicas Ambientais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Paraná - SEDEST - a Prof^a Dr^a Fabiana Cristina de Campos foi a mediadora das consultas públicas, e compartilhou o resultado no dia 15 de outubro no XVII Encontro Paranaense de Educação Ambiental que foi realizado na Universidade Estadual de Londrina.

Importante destacar que o grupo de professores que participou do curso de formação da presente pesquisa, também participou da audiência pública no

dia 04 de setembro em Londrina, na Universidade Estadual de Londrina, e compartilharam informações com a Dra Fabiana Campos.

No tocante a avaliação dos processos formativos, o desafio encontrado, se trata da necessidade de instituir indicadores qualitativos e indicativos que ofereça auxílio na análise e orientem no desenvolvimento dos próximos passos. Entende-se que o processo avaliativo deve ser desenvolvido junto com o Órgão Gestor e CIEA.

A dimensão da comunicação é um grande desafio enfrentado no Paraná. O avanço desenvolvido até o momento se refere a construção do Portal Ambiental, que compõe o Sistema de Educação Ambiental do Estado. Este Portal, foi criado pelo Órgão Gestor do Paraná, está sendo implantado e pretende agrupar e espacializar informações sobre as ações de Educação Ambiental no estado. Entretanto, quanto ao protagonismo dos sujeitos como produtores críticos e criativos da informação não há ações desenvolvidas (COELHO; TROVÃO; ROSA, 2019).

O desafio encontrado envolvendo o pensamento complexo do meio ambiente, implica na maioria das vezes, pouco apoio por parte dos municípios, uma vez que os mesmos, tendem a agir de maneira disciplinar, institucional e setorial.

O Programa Estadual Educação Ambiental do Paraná (PEEA PR)¹¹ tem como principal objetivo ser referência para o planejamento e implementação de ações decorrentes da política estadual de Educação Ambiental, estabelecida pela Lei Estadual nº 17.505/2013 e regulamentada pelo Decreto nº 9.958/2014. O PEEA-PR foi elaborado de forma participativa e colaborativa, apontando diretrizes, princípios, objetivos e linhas de ação para a Educação Ambiental no Paraná.

O Programa é resultado do trabalho conjunto entre o Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA-PR, instituída em dezembro de 2016, Grupos de trabalho e contribuições voluntárias para subsidiar a construção colaborativa do documento.

Constitui em um documento norteador para o planejamento de estratégias no Estado, que vise a orientar os projetos e ações socioambientais sustentáveis, que possam ser realizadas e implementadas no âmbito público, privado,

¹¹ Para maiores informações sobre o Programa Estadual de Educação Ambiental do estado do Paraná, encontra-se disponível em: <https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Programa-Estadual-de-Educacao-Ambiental-PEEA>

sociedade civil e academia. Ainda possui o escopo de servir de padrão para o estabelecimento das políticas públicas no Estado. Estabelece diretrizes e ações que atendem à legislação ambiental vigente, para que o Paraná se torne referência em sustentabilidade, observando-se as agendas e acordos internacionais, tais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, Agenda 2030 e Agenda 21, Convenção da Diversidade Biológica e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (PARANÁ, 2019).

O programa foi formado de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), a saber: • Transversalidade e Interdisciplinaridade; • Descentralização Espacial e Institucional; • Sustentabilidade Socioambiental; • Democracia e Participação Social; • Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a Educação Ambiental (PARANÁ, 2019)

O PEEA-PR possui 5 linhas de ação: Linha de ação 1 Gestão e Planejamento da Educação Ambiental – Monitoramento e Avaliação de Políticas, Programas e Projetos de Educação Ambiental. Linha de ação 2 Educação Ambiental Não Formal no Estado do Paraná. Linha de ação 3 Educação Ambiental por meio do Ensino Formal no Estado do Paraná. Linha de ação 4 Comunicação para Educação Ambiental (PARANÁ, 2019).

Na esfera do Poder Público, estabelece as competências para as Secretarias de Estado envolvidas e que atuam como Órgão Gestor de Educação Ambiental no Paraná, cujo compromisso é de efetivar a Educação Ambiental no Estado: Meio Ambiente, Educação, Saúde, Agricultura e Abastecimento Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Finalmente, assinala suas diretrizes, linhas de ação e estratégias em caráter de corresponsabilidade, entre os entes públicos e privados envolvidos, ganhando uma dimensão ampla, imprescindível não apenas para o entendimento crítico dos problemas, mas também para delinear a passagem para suas soluções, num processo contínuo e crescente de responsabilidade conjunta (PARANÁ, 2019).

Em abril de 2022, no estado do Paraná, encontra-se em fase de implementação o Programa Estadual Educação Ambiental do Paraná (PEEA-PR).

É importante destacar que a participação do Ministério Público como órgão de controle social, tem sido decisiva no sentido de fazer com que a Política

Estadual de Educação Ambiental tenha avançado no estado do Paraná.

2.7 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO FORMAL

Os estudos realizados sobre a inserção da Educação Ambiental nas escolas brasileiras de ensino fundamental demonstraram a necessidade desse processo ser mais pesquisado e debatido.

De acordo com Veiga, Amorim e Blanco Cossío (2005) o Censo Escolar de 2001, o primeiro que inseriu o questionamento sobre educação ambiental, verificou-se que 61,2% de todas as escolas brasileiras alegaram trabalhar com esse tema. Os mesmos autores demonstraram no ano de 2004, que tal percentual saltou para 94%. De acordo com essas pesquisas, conclui-se, que atualmente a educação ambiental está presente em muitas escolas.

Segundo a pesquisa denominada, “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?”, realizada pelo MEC/INEP (TRAJBER; MENDONÇA, 2006) nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil identificou dados importantes sobre esse tema. O relatório da pesquisa apresenta, a região Sudeste possuindo um percentual significativo de escolas que iniciaram seus trabalhos com educação ambiental por iniciativa de um professor ou grupo de professores, em decorrência de um problema ambiental do bairro ou por iniciativa dos alunos. Os principais motivos na inclusão dessa prática nas escolas foram a presença de Pesquisa em Educação Ambiental, professores com formação superior e especializados, professores “idealistas” que agem como lideranças e, logo após, a formação continuada de professores.

A grande maioria desses trabalhos são realizados na escola por meio de projetos ou através da inserção dos temas em disciplinas específicas, geralmente nas aulas de Ciências ou Geografia (água, lixo e reciclagem e poluição e saneamento básico) (TRAJBER; MENDONÇA, 2006). Este cenário evidencia que nas escolas existe uma tendência em confundir educação ambiental com ensino de ciências.

De modo geral, os professores são incentivados a desenvolver trabalhos com Educação Ambiental, pela definição oficial de diretrizes para sua fundação nas escolas, pela polêmica do tema ambiental divulgado pelos meios de

comunicação, mas observa-se a carência de conhecimentos apropriados, tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo (TOZONI-REIS et al, 2011).

A referida pesquisa também demonstrou que uma das grandes dificuldades para a inserção da educação ambiental nas escolas é a carência de recursos materiais, para o aprofundamento dos temas ambientais e educacionais, inclusive para a formação permanente dos professores. Não havendo material adequado procuram fontes que nem sempre são adequadas e com qualidade científica, por consequência, atrapalhando o desenvolvimento deste processo (TOZONI-REIS et al, 2011).

A Educação Ambiental é inserida por maneiras bem distintas nas escolas, sendo muitos os fatores determinantes dessas propostas educativas. Com isso, verifica-se, que alguns temas são relevantes para a identificação dessa inserção para essas pesquisas, como por exemplo: que tipo de profissional está envolvido com a Educação Ambiental nessas escolas, qual sua formação e atuação? quais os temas mais recorrentes? há quanto tempo as escolas desenvolvem essas práticas? como estruturam essa inserção, que propostas pedagógicas a caracterizam? entre outros.

Segundo a pesquisa realizada pelo MEC/INEP, intitulada como “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?”, a maioria dos trabalhos realizados nas escolas ocorrem por meio de ações pontuais, como por exemplo o dia da água, semana do meio ambiente, não possuindo caráter permanente como prevista na Política Nacional de Educação Ambiental ou através da inclusão dos temas em disciplinas específicas, em especial na disciplina de Ciências. De acordo com esse cenário, as escolas confundem educação ambiental com ensino de ciências, sendo que deveria ser abordada em todas as áreas (TRAJBER; MENDONÇA, 2006).

De modo geral, os professores desenvolvem trabalhos com EA, devido a definição de diretrizes para sua implantação nas escolas, ou pela temática ambiental, que é muito divulgada pelos meios de comunicação, porém carecem de conhecimentos apropriados. O estudo mencionado também verificou que uma das grandes dificuldades para incluir a EA nas escolas é a falta de materiais para o aperfeiçoamento de temas ambientais e educacionais, até mesmo para a formação continuada dos professores (TOZONI-REIS et al, 2011).

Não havendo material apropriado e em quantidade para concretizar os trabalhos, os professores acabam buscando várias fontes, nem sempre com a

apropriada qualidade científica, o que vem afetando o trabalho realizado. Tal prática pode empobrecer os trabalhos de educação ambiental nas escolas.

De acordo com vários autores como Tozoni-Reis et al (2013), Trajber e Mendonça (2006) a maioria das escolas no Brasil, a educação ambiental não é desenvolvida como uma prática permanente e interdisciplinar. Além disso, de uma maneira geral, ela é abordada através da percepção comportamental.

De acordo com a pesquisa realizada por Tozoni-Reis (et al 2012), demonstram importantes resultados sobre a inserção da educação ambiental na escola, organizados em cinco categorias: concepção de educação ambiental; atividades desenvolvidas; dificuldades encontradas; fontes de informação e sugestões para fontes de informação.

Na referida pesquisa concluiu-se que mesmo a Educação Ambiental na escola tenha sido objeto de legislação e de diferentes políticas públicas, ainda não está introduzida na educação escolar de maneira expressiva (TOZONI-REIS, 2012).

Além de organizar o estudo sobre o ambiente de maneira não eventual na escola, é necessário incluí-lo nos currículos escolares, abordando - o como conteúdo de forma crítica e reflexiva – de formação humana plena. Ao juntar esses dados à afirmativa de que a Educação Ambiental é interdisciplinar, conclui-se que sua inserção na escola, de forma plena, ocorre pela incorporação de seus conteúdos ao trabalho escolar, ultrapassando as barreiras das disciplinas fragmentadas, os conhecimentos que serão apropriados pelos alunos, para se organizar de forma interdisciplinar.

A Educação Ambiental pode colaborar com a organização interdisciplinar dos conteúdos escolares ao entender que essa nova estruturação não constituía supressão dos conteúdos específicos, muito menos o afastamento das disciplinas, mas uma maneira de organização superior (FOLLARI, 1995), na orientação de superar a compartimentalização dos saberes escolares em disciplinas isoladas e estanques, que não se comunicam entre si.

Na prática educativa, observa-se que mesmo os professores possuindo conhecimentos, embora os materiais sejam procurados em diversas fontes, demonstram-se fragmentados e superficiais do ponto de vista do necessário domínio dos saberes escolares para a inclusão da temática ambiental (TOZONI- REIS, at al 2011).

Esse distanciamento também foi constatado pelo referido estudo, ao realizar a identificação e análise das fontes de informação que os professores utilizam para a sua formação e trabalho docente. Os resultados revelaram, a partir dos dados coletados, a dificuldade de um número significativo dos professores em identificar suas fontes de informação para a sua formação e trabalho docente em educação ambiental. Grande parte dos entrevistados considerou como fonte de informação para a sua formação em educação ambiental, os próprios recursos didáticos utilizados em sala de aula com seus alunos; inclusive foram também citadas como fontes de informação em educação ambiental as atividades desenvolvidas em sala de aula. Estes dados indicam certa dificuldade de diferenciação dos professores entre fonte de informação, recursos didáticos e atividades desenvolvidas (TOZONI-REIS; TEIXEIRA; MAIA, 2011).

Entretanto, tais questões são discutidas de maneira branda e parcial frente aos debates gerais sobre formação de professores em reestruturação de cursos de licenciatura, terminadas ou em curso nas universidades.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002) – estabelece um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem verificados na estruturação institucional e curricular de cursos de formação de professores, não encontrando-se nenhuma referência explícita à Educação Ambiental e à formação do professor para sua inserção na escola (BRASIL, 2002). As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia – Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, em seu art. 4º, parágrafo único – fazem referência geral ao conhecimento ambiental-ecológico (BRASIL, 2006) (sendo a pedagogia a formação das professoras que participaram da presente pesquisa).

Observa-se que é necessário, considerar as consequências desses documentos para a formação de professores de disciplinas específicas, haja vista as reformulações que nortearam e norteiam os cursos de formação de professores no Brasil.

Com relação aos cursos de formação de professores, verificou-se que nos cursos de Pedagogia avaliados, de uma maneira geral, existe um bloco de disciplinas que respondem às demandas contemporâneas, dentre elas aquelas que procuram atender aos temas transversais, sendo um deles a Educação Ambiental (TOZONI-REIS, et al, 2012).

De acordo com os resultados demonstrados por Untaler e Barolli (2012), pode-se analisar que a formação ambiental dos futuros professores acontece de modo isolado, fragmentado e introdutório.

A formação inicial dos professores é fundamental para a concretização da Educação Ambiental na escola básica. Nesse viés, observa-se importância da formação inicial crítica como condição para a Educação Ambiental crítica. Isso quer dizer, transcender as racionalidades e pareceres que influenciam debates e ações na área de formação de professores.

Alguns pesquisadores tratam a respeito da extensão da pesquisa e a proposta do professor sobre a reflexão e outros assinalam a importância em esclarecer o teor da reflexão ou de estendê-lo, articulando-o ao conceito de justiça social.

Contreras (2002, p. 157) traz um questionamento importante:

A dúvida é se os processos reflexivos, por suas próprias qualidades, se dirigem à consciência e realização dos ideais de emancipação, igualdade ou justiça, ou se, da mesma maneira, ao não se definirem em relação ao compromisso com determinados valores, poderiam estar a serviço da justificativa de outras normas e princípios vigentes em nossa sociedade, como a meritocracia, o individualismo, a tecnocracia e o controle social.

Entretanto a anuência da racionalidade prática é demonstrada por diversos autores como a transformação necessária para que ocorra a formação de novos professores reflexivos, construtores de saberes autônomos e profissionais.

Em oposição à imprescindível revolução e propor um olhar diferente para os problemas da formação de professores, sugerindo e analisando quatro propostas: 1- Por uma formação de professores a partir de dentro; 2- Pela valorização do conhecimento docente; 3- Pela criação de uma nova realidade organizacional; 4- Pelo reforço do espaço público de educação (NOVOA, 2013).

A prática e a reflexão construíram-se de maneira efetiva, com referências para refletir e propor a formação de professores no Brasil, inclusive para propostas oficiais como as Diretrizes Nacionais para formação de professores da educação básica (BRASIL, 2002), estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 1 (decorrente do CNE/CP nº 9/2001) e a Resolução CE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002.

O entendimento sobre as competências, formação pautada no princípio da ação-reflexão-ação e a resolução de situações-problema, definição da carga horária de prática e estágios recomendam de maneira clara, a predominância

da racionalidade prática nesses documentos, em orientações nas reestruturações recentes nos cursos de licenciatura (TOZONI-REIS; CAMPOS, 2014).

Para haver o rompimento na formação de professores em busca de uma Educação Ambiental crítica, é importante discutir não somente sobre a racionalidade técnica, mas sim, com a racionalidade prática.

A filiação da epistemologia da prática e da pedagogia do professor reflexivo ao universo ideológico neoliberal e pós-moderno, articulados ao construtivismo. Para o autor,

[...] do ponto de vista pedagógico, os estudos na linha do professor reflexivo surgiram na América do Norte e na Europa quase que como uma ramificação natural do tronco comum constituído pelo ideário escolanovista. A diferença reside em que o escolanovismo clássico e o construtivismo concentram seu foco de análise na aprendizagem (ou construção do conhecimento) realizada pelo aluno ao passo que os estudos sobre o professor reflexivo concentram seu foco de análise na aprendizagem (ou construção do conhecimento) realizada pelo professor (DUARTE, 2003, p. 610).

É importante observar que um conjunto de princípios articulados (aprender a aprender, professor reflexivo, reflexão sobre a prática, saberes profissionais e prática como fonte maior e mais importante da constituição do profissional, dentre outros) seduziram (e seduzem) formadores de professores e tornaram-se predominantes nos estudos sobre formação de professores, a partir da década de 1990 no Brasil (TOZONI-REIS, 2015). Esse poder de sedução de alguns referenciais (aliado ao processo de alienação) é bem analisado por autores como Rossler (2000).

A formação de professores possui como legado do século XX o neoescolanovismo, o neotecnicismo, o neoconstrutivismo e o triunfo da lógica mercantil, amparada pelos conceitos de qualidade, produtividade, racionalização e otimização de recursos (MARTINS, NEVES 2010).

Para Tozoni Reis (2015) é impossível a construção de uma proposta de formação de professores para a Educação Ambiental crítica com fundamento em referenciais filiados à ideologia neoliberal. Recusa-se as pedagogias que contestam os interesses de manutenção desta sociedade, embora não seja simples, pois existe um cenário de “refluxo das teorizações educacionais críticas [...] e o desenvolvimento, no campo acadêmico, de um pensamento de direita renovado e refinado em suas formulações[...].” (DELLA FONTE, 2014, p. 379).

É fundamental a necessidade de estabelecer a compreensão e a ação de formação de professores em propostas que assumam a superação da sociedade regida pelo capital.

Utilizar sugestões que abordam sobre a crítica à hegemonia do capitalismo, que busquem a articulação dialética envolvendo a educação e a sociedade, a educação e a política; fazendo com que o sujeito se identifique como ser histórico e condicionado e a intencionalidade do ato educativo (CAMPOS et al., 2011). Neste viés, destacam-se em especial a Pedagogia Histórico-Crítica.

A Pedagogia Histórico-Crítica possui sua fundamentação no materialismo histórico-dialético, possuindo como essência o conceito de trabalho e na articulação envolvendo teoria e prática (BATISTA; LIMA, 2012), possuindo a compreensão da educação como “trabalho não material, relacionado a ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, e habilidades” e a escola como sendo a instituição que possui incumbência da socialização de conhecimentos gerados e acumulados pela humanidade, possuindo como elemento central o saber objetivo, metódico e científico (SAVIANI, 2005).

No cenário do processo de humanização, a educação escolar é interpretada no processo de humanização, ao “[...] produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens” (SAVIANI, 2005, p. 13), possuindo o papel de socializar saberes para proporcionar o ingresso à cultura erudita, possuindo a função de garantir os conteúdos que possibilitem aos educandos entender e participar da sociedade de maneira crítica, possuindo o diálogo envolvendo os professores e alunos, o respeito ao desenvolvimento psicológico dos alunos e ultrapassando a concepção de senso comum (MARSIGLIA, 2011).

Na construção do corpo teórico sólido para a formação de professores para a Educação Ambiental, a Pedagogia Histórico-Crítica, traz para o processo de formação inicial ou continuada, algumas noções necessárias:

- concepção de indivíduo que compreenda seu processo de humanização, sua historicidade e a relação entre materialidade e subjetividade;
- problematização da categoria trabalho;
- compreensão do ambiente – natural e social – como espaço histórica e socialmente construído e dos determinantes econômicos e históricos das relações das sociedades com o ambiente;

- problematização da necessidade de transformação da relação entre as sociedades e o ambiente construída sob o modo de produção capitalista como possibilidade concreta de sustentabilidade socioambiental;
- domínio didático e metodológico, que possibilite a abordagem integrada de temáticas sociais e ambientais; e
- análise dos conceitos apropriação e objetivação, explicitando o contexto de alienação das sociedades predatórias – social e ambientalmente (TOZONI-REIS; CAMPOS, 2014, p. 133).

Conforme o panorama, é essencial uma formação teórica crítica sólida envolvendo a apropriação de conhecimentos relacionados à História, à Psicologia, à Sociologia à Filosofia da Educação, à Didática e aos conteúdos peculiares, ao estudo da natureza histórico-cultural do desenvolvimento humano (MARTINS, 2009) e a apropriação de conceitos como: “[...] dialética, totalidade, contradição, mediação, historicidade, universalidade, sociabilidade, conhecimento, materialismo, idealismo, empírico, abstrato/concreto, trabalho, atividade consciente, objetivação, apropriação, humanização [...]” (DUARTE, 2010, p. 69).

Deste modo, verifica-se que a superação superficial e habitual e do “senso comum pedagógico” são oportunas, alcançando o conhecimento científico e rigoroso de diversas dimensões dos professores, ferramentas técnicas e políticas necessárias ao trabalho do professor, que necessitam ser apropriados no processo de formação, uma vez que, o domínio dos fundamentos científicos e filosóficos que permite a compreensão ampla da Educação Ambiental e o desenvolvimento de uma Educação Ambiental crítica, trazendo a possibilidade de interpretação da realidade e, por isso, articula-se radicalmente com a prática social, sendo esse o ponto de partida e de chegada.

O pensamento filosófico precisa ter radicalidade, rigor e globalidade, reflexão e análise aprofundados, com base nos fundamentos, nas raízes e matrizes, a partir do estabelecimento criterioso de relações e de sistematização e de enunciados rigorosos e coerentes, sendo ampla e abrangente. Ela viabiliza a compreensão unitária, coerente, articulada e intencional da prática educativa (SAVIANI, 1983).

Essa reflexão (filosófica, crítica) tem uma orientação explícita e dotada de compromisso político com a transformação, envolvendo a “consciência dos valores e significados ideológicos implícitos” e a “crítica da introjeção dos valores dominantes”, reconhecendo suas origens e efeitos (CONTRERAS, 2002, p. 165-168).

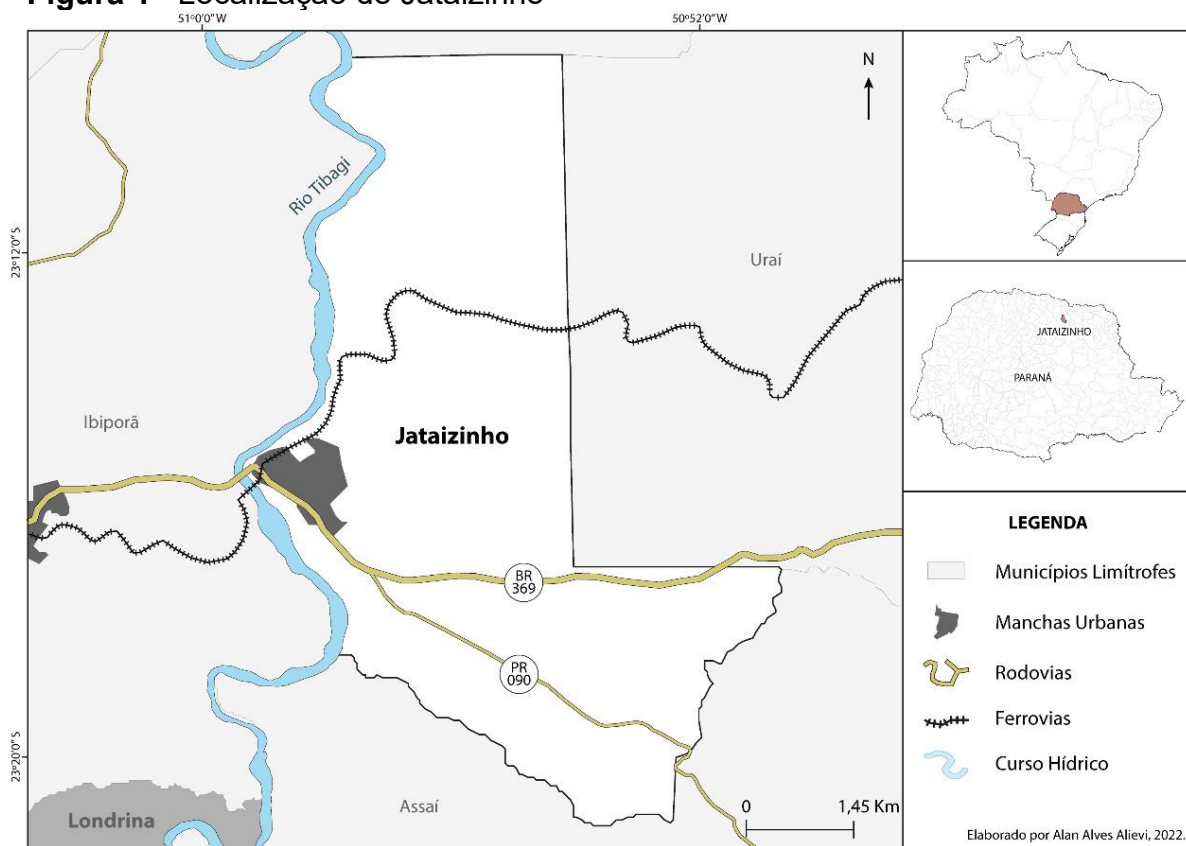
Essa pesquisa além de demonstrar a ausência da inserção da educação ambiental nas escolas no Brasil em específico em Jataizinho-PR, também

irá demonstrar a importância da formação não apenas dos professores, mas principalmente dos promotores de justiça da vara do meio ambiente e da educação, secretários e gestores públicos de maneira geral.

2.8 GESTÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM JATAIZINHO - PR

O curso foi realizado no município de Jataizinho, localizado ao norte do Paraná a 399,69 km da capital e possui 161,977 Km² de extensão geográfica, conforme figura 1. Localizado às margens do rio Tibagi, faz fronteira com os municípios de Assaí, Uraí, Ibiporã e Rancho Alegre (JATAIZINHO, 2015).

Figura 1– Localização de Jataizinho



Fonte: IBGE, 2015. Org. A autora, 2022.

Primeiramente, é necessário o entendimento de como a gestão escolar é inserida nas escolas municipais de ensino fundamental do município de Jataizinho, tendo em vista as apresentações mais gerais para a gestão de escola pública, planejadas no cenário nacional e demonstrada nos capítulos anteriores.

A seguir, serão demonstradas as características históricas do município cuja premissa reside em espacializar o município de Jataizinho, bem como, apresentar o cenário Municipal escolar local, para o melhor entendimento da realidade vivida pelas professoras que participaram do curso de formação objeto da presente pesquisa.

Na primeira metade do século XVII, Jataizinho pertencia à Espanha e se constituiu enquanto Redução Jesuítica de São José, às margens do rio Tibagi. Devido aos Bandeirantes, que por ali, procuravam ouro, pedras preciosas e índios, ocorreu a expansão de território e o local se tornou um pequeno porto comercial ligado à exploração de diamantes (JATAIZINHO, 2015).

Em 1851, D. Pedro II, constituiu a criação da Colônia Militar de Jataí, isso ocorreu devido aos conflitos fronteiriços existentes entre os países vizinhos, interesses imperialistas da Inglaterra e novamente a política de povoamento. Neste momento, Joaquim Francisco Lopes foi designado pelo Barão de Antonina para a sua construção e vias de acesso. A Colônia Militar também obteve extrema importância estratégica na vitória dos países aliados contra o Paraguai (JATAIZINHO, 2015).

Frei Timóteo de Castelnuovo, devido ao grande número de nativos da região, é o responsável pela construção do Aldeamento São Pedro de Alcântara, que é inaugurado em 1855. Em poucos anos, torna-se o mais importante aldeamento da Província do Paraná e, em 1865, se transforma na sede da Vice-Prefeitura do Sul Brasileiro, permanecendo sob a Jurisdição de Frei Timóteo de Castelnuovo os aldeamentos catequizes de todo o Paraná e São Paulo (JATAIZINHO, 2015).

Em 1870 foi inaugurada a primeira escola da colônia, destinada apenas a meninos, o primeiro professor se chamava Antônio Correia Bittencourt. Somente em 1884, as meninas tiveram acesso à escolarização sob a tutela da professora leiga, Idalina Edelvina Bandeira Fernandes, que lecionava as crianças do aldeamento e da colônia militar e as catequizava.

Após o final da guerra, a Colônia Militar não possuía mais importância e, com o fim do regime monárquico, os aldeamentos foram abandonados. Em 1895 Frei Timóteo falece aos 72 anos e a localidade regride populacional e comercialmente.

A vinda de novas famílias do novo empreendimento de colonização do Governo Republicano, aliado ao capital internacional das companhias colonizadoras Jatahy, como era denominada foi de extrema importância para a efetiva

colonização do Norte do Paraná. Este núcleo tornou-se o portal de entrada de muitas famílias que vinham de várias regiões do Brasil e do exterior “em busca de seu próprio pedaço de chão para plantar as sementes de um futuro melhor”. Os imigrantes chegavam atraídos pelas propagandas da alta qualidade das terras, que eram vendidas a longo prazo e a preços baixos (JATAIZINHO, 2015).

Jatahy possuía uma enorme extensão territorial e, de seu território, foram desmembradas várias áreas que até hoje são prósperos municípios: Londrina, Rolândia, Araçongas, Mandaguari, Maringá, Ibiporã, Assai, Cornélio Procópio, Uraí, Sertanópolis, Jaguapitã e Rancho Alegre. A travessia sobre o Rio Tibagi, em direção ao “Norte Novo” tinha que ser feita por balsa ou por canoas, pois não havia ponte ferroviária (JATAIZINHO, 2015).

No ano de 1920, é criado o Município de São Jerônimo, e Jataí torna-se um de seus distritos, pela Lei Estadual nº 1.918, de 23 de fevereiro de 1.920 (JATAIZINHO, 2015).

A primeira emancipação política do município ocorreu em 1.929 pela Lei de nº 2.614, de 14 de março de 1.929. Seu primeiro prefeito foi o Sr. Emilio Muller Neiva de Lima, que governou o município até 1.931. Em 1.932, Jatay tornou-se Comarca. Nas décadas de 40 e 50, a cidade chegou a ser considerada a “capital nacional das cerâmicas” por exportar manilhas, telhas e tijolos para todo o Brasil.

Em virtude de desentendimentos políticos e interesses do empreendimento da colonização, Jatay perde a Comarca para Cornélio Procópio, é extinto enquanto município e passa a pertencer novamente a São Jerônimo. Pela Lei nº 199, de 30 de dezembro de 1.943, Jatay tornou-se um distrito de Assaí, com o nome de Jataízinho (JATAIZINHO, 2015).

A emancipação política definitiva do Município de Jataízinho somente acontece em 10 de outubro de 1.947, pela Lei Estadual nº 2/1.947. A instalação solene do Município ocorreu no dia 08 de dezembro de 1.947, sendo nomeado Prefeito o Sr. Dionízio Striquer.

A origem do nome Jatahy é uma referência à grande quantidade de árvores na região denominadas “jatobá” ou “jataí” (*Hymenaeacourbari*). Em seus troncos, as abelhas, que também eram denominadas jataí (*Trigonajaty*) pelos índios kaingang, produziam um excelente mel.

Atualmente, a cidade possui 12.687 habitantes, tem como prefeito o senhor Wilson Fernandes, eleito em 2020 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) (IBGE, 2021).

O Índice de Desenvolvimento Humano Social (IDH) que mede a qualidade de vida no município, tomando como base o desenvolvimento educacional, de saúde, habitacional e lazer, no Município de Jataizinho, está registrado com 0,687, próximo ao índice nacional 0,715, abaixo, porém, da média do estado do Paraná 0,749 (IPARDES, 2016).

A escolha do cenário da pesquisa se deu pela oportunidade oferecida pela Promotora de Justiça Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna, da 2ª Promotoria de Ibiporã -PR, meio ambiente e infância e juventude, em apoiar o presente projeto de Formação de Educadores Ambientais para os professores da rede municipal de Jataizinho-PR. Conforme já mencionado, o interesse da Promotora de Justiça por este projeto também se deu devido ao projeto de Redução de danos decorrente do uso abusivo de agrotóxicos em Jataizinho-PR (Anexo A).

De acordo com o presente Relatório, foram apresentados estudos sobre contaminação de água e alimentos por agrotóxicos, bem como sobre fiscalização e alternativas viáveis e acessíveis de manejo integrado de pragas e doenças. Ao final foi lavrada ata do encontro e formalizada, pelos presentes, Carta de Intenções de Trabalho, com linhas de ação compreendidas como necessárias para aprimorar os trabalhos de fiscalização e aprimorar a segurança ambiental e sanitária na agricultura e no comércio de agrotóxicos.

Os dois primeiros e importantes objetivos formalizados foram a materialização de trabalho em rede e a avaliação de diagnóstico da situação de comércio e uso abusivo de agrotóxicos. A partir desses dois pontos, uma vez vencida a etapa de formação do comitê institucional de trabalho, foram analisados os pontos da Carta de Intenção e discutidas as possibilidades de ação dentro das competências de cada um dos serviços, diligência que permitiu a definição de Plano Operativo de Trabalho em quatro eixos: diagnóstico, assistência técnica e extensão rural, educação ambiental e fiscalização a serem desenvolvidos, em especial, em uma área prioritária, a Microbacia do Tigrinho, cuja execução é coordenada pelo Ministério Público e acompanhada por todos os integrantes e permitiu diversos progressos, os quais merecem destaque.

2.a. Formação de Rede de Institucional como Comitê de Trabalho; Diagnóstico; Conscientização dos Agricultores e Capacitação em Boas Práticas

Os primeiros 03 itens da Carta de Intenções deliberaram a necessidade de formação de Comitê/Rede de atuação para aprimorar o combate ao uso de agrotóxicos na Comarca de Ibiporã, que abrange Jataizinho, formar diagnóstico a respeito da situação de uso de agrotóxicos, do manejo do solo e a respeito da venda de veneno.

As instituições que desenvolvem trabalhos na seara da assistência técnica e extensão rural, fiscalização e **educação ambiental** foram acionadas para disponibilizar informações sobre comércio, armazenamento, uso de agrotóxicos, e a EMATER e a ADAPAR relataram os principais problemas vivenciados, sumariamente expostos acima.

O Comitê Institucional de Articulação sobre Agrotóxicos foi formado em 27 de Julho de 2019 (fls. 23/24 – MPPR-0062.17.000592-0) e o Plano Operativo de Trabalho foi finalizado em 07 de Novembro de 2017 (fls. 50/55), registrando a intenção de promover o trabalho com ênfase nas propriedades da Microbacia do Tigrinho e desenvolver ações em 04 eixos – educação ambiental, assistência técnica e extensão rural, diagnóstico e fiscalização.

As normas orientadoras do uso de agrotóxicos no Município de Jataizinho, ao lado das determinações estaduais e federais pertinentes, foram compiladas na Recomendação Administrativa nº 09/2017 (grifo nosso).

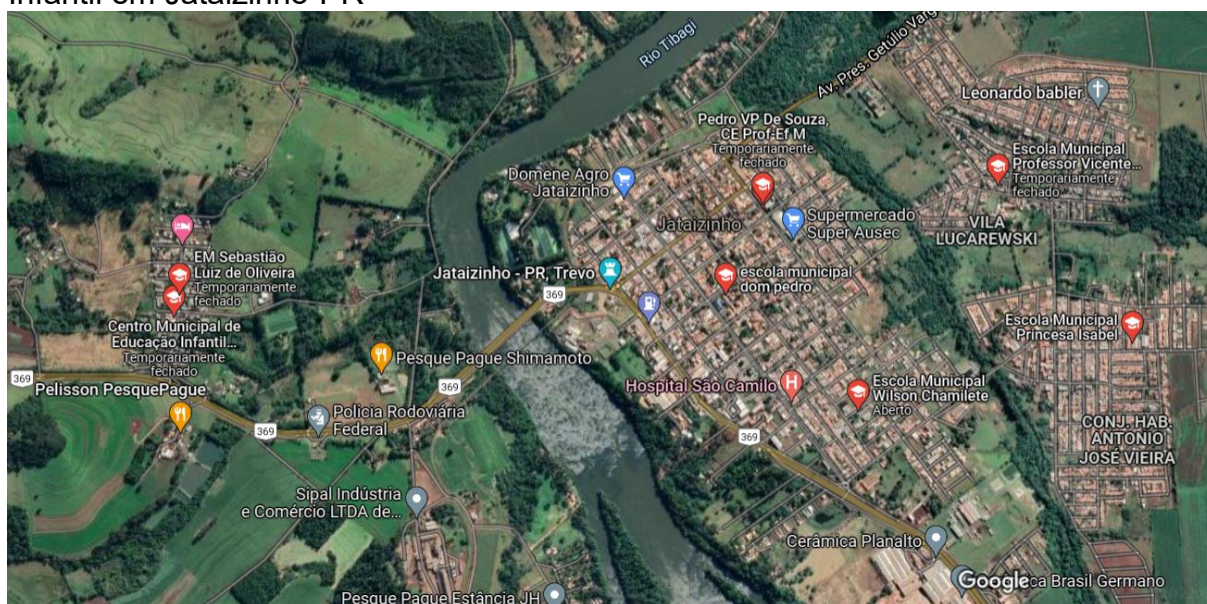
Após o histórico apresentado, será abordado, a seguir, o panorama educacional municipal com ênfase no ensino fundamental, modalidade de ensino que compõe este estudo.

2.8.1 Rede Municipal de Educação do Município de Jataizinho- PR

O objetivo deste subitem é apresentar uma caracterização geral da educação do município de Jataizinho. O texto se assenta em dados extraídos dos documentos oficiais como leis, decretos, bem como, em dados estatísticos divulgados pelo Ministério da Educação, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2022) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No âmbito educacional, Jataizinho conta com dois centros municipais de educação infantil, quatro escolas municipais de ensino fundamental anos iniciais, uma escola especial e duas escolas estaduais que atendem ao ensino fundamental anos iniciais e finais e ao ensino médio. Figura 2.

Figura 2- Localização das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil em Jataizinho-PR



Fonte: Google, 2022.

O Ensino Fundamental anos iniciais é a etapa com o maior número de matrículas, de acordo com os dados apresentados pelo IPARDES (2022, p. 19). Quadro 2 e 3.

Quadro 2- Matrículas no ensino regular segundo a modalidade de ensino e a dependência administrativa

MODALIDADE DE ENSINO	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação Infantil	-	501	17	518
Creche	-	176	06	182
Pré-escola	-	325	11	336
Ensino Fundamental	652	786	58	496
Ensino Médio	444	-	-	444
Educação profissional	-	-	-	-
Educação Especial	-		70	79
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	-	6	38	44
Ensino Fundamental	-	6	38	44
Ensino Médio	-	-	-	-
TOTAL	1.096	293	113	2.502

Fonte: Caderno Estatístico (IPARDES, 2022, p.17). Org. A autora, 2022

Quadro 3- Docentes na educação básica segundo a modalidade de ensino e a dependência administrativa

MODALIDADE DE ENSINO	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação Infantil	-	53	05	58
Creche	-	32	03	35
Pré-escola	-	22	03	25
Ensino Fundamental	1	45	16	00
Ensino Médio	28	-		- 28

Educação profissional	-	-	-	-
Educação Especial	-	06	11	17
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	-	01	06	07
Ensino Fundamental	-	01	06	07
Ensino Médio	-	-	-	-
TOTAL	49	0	22	159

Fonte: Caderno Estatístico (IPARDES, 2022, p.17). Org. A autora, 2022.

As instituições municipais são coordenadas pelo Departamento de Educação e Cultura “órgão central da administração pública do Município responsável pela gestão da rede municipal de ensino”. O Departamento conta com a figura do diretor e das assessorias pedagógicas de educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e monitoramento do Plano de Ações Articuladas (PAR).

O Departamento de Educação e Cultura de Jataizinho é ligado ao Núcleo Regional de Educação da cidade de Cornélio Procópio - PR, que determina direções organizacionais, pedagógicas e administrativas.

De acordo com o Plano Municipal de Educação de Jataizinho, “como todos os municípios próximos a grandes centros urbanos, a população de Jataizinho está sofrendo um decréscimo ano a ano”. É o que se pode constatar pelo número de matrículas de alunos no ensino fundamental, que diminui paulatinamente, conforme indica o censo escolar do INEP/MEC. A projeção de crescimento estimada pelo IBGE, no entanto, com base nas estatísticas anteriores, indica que a população de Jataizinho está crescendo em média 1% ao ano (JATAIZINHO, 2015, p. 10).

Em 2009, as escolas municipais de Jataizinho aderiram ao Ensino fundamental de nove anos, que foi instituído pela lei 11.274, de 6 de janeiro de 2006. A lei estabeleceu o ano de 2010 como prazo final para que os municípios realizassem a transição do ensino de 8 para 9 anos.

Nenhuma das escolas municipais de ensino fundamental oferta o atendimento em período integral, porém, nos anos de 2014 e 2015, as escolas

receberam recursos do Programa Mais Educação que objetivou promover a ampliação da jornada escolar. Segundo o Ministério da Educação, o Programa:

Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação (BRASIL, 2016c, p.1).

Atualmente, o Programa não está sendo realizado nas escolas em virtude do atraso dos repasses financeiros aos municípios. A gestão da educação é um elemento fundamental para que se garanta a oferta e a qualidade do ensino e, neste sentido, conhecer a organização da gestão das instituições escolares pode subsidiar a compreensão do panorama educacional municipal.

Conforme documento apresentado pelo Departamento de Educação de Jataizinho, sobre a educação ambiental no âmbito formal das escolas municipais do Município, a fundamentação encontra-se respaldo na PNEA, no Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global.

No referido documento é mencionado: "... a educação ambiental assume um caráter crítico, político e emancipatório, sendo responsável pela transição ideológica desenvolvimentista para a noção de sociedades sustentáveis, formada a partir de princípios democráticos, participação conjunta e comunitária nas ações ambientais (UNESCO, 2007).

A definição da educação ambiental é dada no artigo 1º da Lei nº 9.795/99 como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Mesmo apresentando um enfoque conservacionista, essa definição coloca o ser humano como responsável individual e coletivamente pela sustentabilidade, ou seja, se fala da ação individual na esfera privada e de ação coletiva na esfera pública (2007, p.26)

Como mencionado acima, a educação ambiental como conteúdo escolar obrigatório se faz extremamente importante no que se refere à construção do caráter crítico e social dos alunos, visto que estes se encontram cada vez mais engajados em movimentos políticos e detêm opiniões ativas. Desta forma, tal ensino contribui para a tomada de decisões conscientes e decisórias na sociedade.

A Educação Ambiental é componente dos currículos e das propostas pedagógicas das escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental. Contemplados como quesito obrigatório, estes conteúdos, no ensino fundamental, perpassam as disciplinas e a abordagem é realizada de forma interdisciplinar ao longo do ano letivo como determina os preceitos didáticos e metodológicos. Neste sentido, este trabalho, não se limita a tarefas estanques restritas a datas comemorativas, mas integra o currículo pedagógico.

Na Educação Infantil o trabalho referente à Educação Ambiental é contemplado no eixo “Natureza e Sociedade”, no qual os alunos são incentivados a conhecer e reconhecer desde a mais tenra idade os elementos do meio ambiente, e os cuidados necessários.

O Plano Municipal de Educação de Jataizinho em sua meta 2 (dois) no item 2.28 define a obrigatoriedade de ofertar no Ensino Fundamental a educação ambiental e prevê como premissa obrigatória.

Desenvolver educação para a diversidade e o meio ambiente, como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com as leis vigentes, considerando a educação para os direitos humanos, educação ambiental, relação étnico racial, educação do campo e educação de jovens, adultos, adolescente e idosos (Lei municipal nº 1037/2015).

Este trabalho está fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Lei 9.795/99 regulamentada pelo Decreto nº 4281 de 25 de Junho de 2002, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Neste sentido, entende-se que o trabalho educacional e conceitual previsto para a educação ambiental é desenvolvido desde o início do processo da municipalização do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série no ano de 1992, pelas escolas municipais e posteriormente com as demais escolas a partir de 2002 e 2009, respectivamente, com a municipalização das Escolas Municipais de Educação Infantil Ieda Tanaka e Santa Luzia.

Além de ser componente curricular, a educação ambiental também é trabalhada pelos professores que participam das parcerias com os programas:

Agrinho, Copati, Cooperjovem, Visita Embrapa, Folha Cidadania, Econorte. Os professores participam de formações ofertadas, trabalham os conteúdos

de maneira integrada, desenvolvem projetos e participam de concursos realizados ao longo do ano letivo. Quadro 4.

Todos esses projetos envolvendo as empresas, são muito bem recebidos pelos professores, foram mencionados através do questionário, e aparece muito presente nas falas dos professores, conforme será evidenciado no decorrer do trabalho.

Quadro 4 - Projetos desenvolvidos em Jataizinho-PR

AGRINHO	<p>Agrinho é o maior programa de responsabilidade social do Sistema FAEP, resultado da parceria entre o SENAR-PR, FAEP, o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação, da Justiça e da Cidadania, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Agricultura e do Abastecimento, os municípios paranaense e diversas empresas e instituições públicas e privadas (AGRINHO, 2020).</p> <p>Disponível em: < https://www.sistemafaep.org.br/agrinho/></p>
COPATI	<p>A preocupação com o dramático índice de degradação ambiental detectado no Rio Tibagi levou municípios, a Klabin e membros da Sociedade Civil Organizada a se unirem para criação de uma Instituição com o objetivo de desenvolver projetos direcionados à conscientização ambiental. Assim nasceu em 21 de setembro de 1989 o COPATI – Consórcio Intermunicipal para a Proteção Ambiental do Rio Tibagi, uma Instituição idealizada muito antes das discussões ambientais ganharem força em nosso país. Ainda em 1989, o COPATI, em parceria com o Governo do Paraná, Prefeituras e a KLABIN, iniciou uma série de ações socioambientais: educação ambiental nas escolas e empresas, recomposição de matas ciliares, repovoamento do rio com peixes, prevenção a caça e pesca predatórias, gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, entre outras ações que são realizadas até os dias de hoje. O COPATI era até então um Consórcio Público, com a participação apenas de prefeituras no seu quadro de associados. A descontinuidade administrativa das Prefeituras que mudavam seus gestores e suas prioridades de quatro em quatro anos colocavam o trabalho em xeque. Dessa forma, em 1997, os Associados aprovaram uma importante mudança no Estatuto da Instituição permitindo a incorporação de empresas e organizações da sociedade civil como membros associados. Essa etapa constitui um marco na história do COPATI, uma vez que promoveu a democratização e o fortalecimento institucional da Organização.</p> <p>www.copati.org.br/copati/</p>

COOPERJOVEM	<p>O Cooperjovem é um programa alinhado com as competências da Base Nacional Comum Curricular e tem por objetivo, por meio da aprendizagem baseada em projetos e com protagonismo da comunidade escolar, promover a: Educação cooperativista, Educação empreendedora, Educação financeira e Educação ambiental.</p> <p>Além de contemplar competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os eixos de atuação, o Cooperjovem está alinhado com o Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, no critério Sociedade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. São agendas importantes nacional e internacionalmente que reforçam o comprometimento com uma sociedade mais justa. O Cooperjovem envolve diferentes parceiros e responsabilidades, todos fundamentais ao sucesso do programa: Sescop, Cooperativas, Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino, parceiros comprometidos com a transformação social e em especial as escolas e cooperativas educacionais.</p> <p>Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/servico/7/cooperjovem></p>
EMBRAPA SOJA	<p>A Embrapa Soja realiza ações que contribuem para o uso responsável dos recursos naturais. Todos os anos, alunos de ensino médio, fundamental e graduação visitam o Espaço de Educação Ambiental (foto), espaço voltado para o ensino de práticas sustentáveis e preservação do meio ambiente. Além dessas atividades, a Unidade ainda desenvolve capacitações com empregados e estagiários para a correta e segura utilização de insumos e equipamentos de laboratório e de campo. Desde 2003, o Bosque Verde Vivo, arboreto funcional criado dentro da Embrapa Soja com plantio de árvores de várias espécies pelos próprios empregados, tem como objetivo homenageá-los e despertar nos visitantes o interesse pela preservação ambiental. Outras atividades compõem as ações voltadas ao meio ambiente, como o programa de coleta seletiva de lixo, os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para descarte correto de resíduos e a captação de água das chuvas para utilização na irrigação de experimentos. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/responsabilidade-socioambiental> Acesso em:</p>
FOLHA CIDADANIA	<p>O programa Folha Cidadania do Jornal Folha de Londrina é um programa de incentivo à leitura, associado ao PJE (Programa Jornal e Educação). Com o objetivo de reduzir o índice do analfabetismo funcional, o Folha Cidadania leva o jornal às escolas para ser utilizado como material pedagógico complementar. Sua missão é apresentar o jornal aos educadores como ferramenta eficaz no processo de aprendizagem, capaz de estimular a leitura crítica, escrita e interpretação, e desta forma influenciar na melhoria dos níveis educacionais e na construção da cidadania efetiva, norteada pela participação social. O Programa proporciona orientação pedagógica aos educadores e diversas atividades culturais e ambientais. Disponível: https://www.facebook.com/folhacidadania/</p>

Fonte: AGRINHO; COPATI; COOPERJOVEM; EMBRAPA SOJA; FOLHA CIDADANIA. Org. Autora, 2022.

No decorrer da pesquisa, são apontados elementos, como por exemplo, os questionários e algumas atividades práticas, que demonstram a presença do curso de formação dos professores realizado pelo COOPERJOVEM, tal curso, também estava sendo concretizado no ano de 2019, com atividades nos sábados.

A seguir será apresentada algumas informações sobre esse projeto, que foram extraídos do site oficial do COOPERJOVEM.

Quadro 5 – Informações projeto Cooperjovem

FORMAR PROTAGONISTAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE CONSCIENTE, COLABORATIVA E PRÓSPERA.

○ *Cooperjovem*

○ *Cooperjovem é um programa alinhado com as competências da Base Nacional Comum Curricular e tem por objetivo, por meio da aprendizagem baseada em projetos e com protagonismo da comunidade escolar, promover a:*

- Educação cooperativista
- Educação empreendedora
- Educação financeira e
- Educação ambiental

○ *Uma contribuição para o futuro, uma resposta para a sociedade*

Além de contemplar competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os eixos de atuação, o Cooperjovem está alinhado com o Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, no critério Sociedade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. São agendas importantes nacional e internacionalmente que reforçam o comprometimento com uma sociedade mais justa.

Quem faz acontecer

O Cooperjovem envolve diferentes parceiros e responsabilidades, todos fundamentais ao sucesso do programa: SESCOOP, Cooperativas, Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino, parceiros comprometidos com a transformação social e em especial as escolas e cooperativas educacionais.

Implantar o Cooperjovem nos municípios da área de atuação é uma grande oportunidade para que as cooperativas possam praticar o princípio de INTERESSE PELA COMUNIDADE e fazer com que toda a escola conheça mais e melhor sobre o cooperativismo.

Para as Secretarias de Educação e Escolas, o desenvolvimento do Programa Cooperjovem traz consigo o protagonismo de educadores e educandos, valorizando o que cada um deles tem de melhor.

○ Aprendizagem Baseada em Projetos

A BNCC reforça que a “*educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza*” (BRASIL 2013). Além disso, entre as competências gerais, que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica, ela destaca o desenvolvimento da competência de empatia e cooperação, que tem como objetivo formar sujeitos capazes de respeitar as diferenças, trabalhar em equipe, tomar decisões, realizar ações e projetos de forma cooperativa.

Para que a aprendizagem do programa colabore para a cidadania democrática e para a construção de propósitos coletivos a partir do trabalho cooperativo, a educação cooperativista está como eixo central e transversal que cruza e conecta os demais pilares.

E para engajamento e protagonismo do aluno essas competências são adquiridas no decorrer das missões do Cooperjogo.



Fonte: Disponível em:

<<https://www.somoscooperativismo.coop.br/servico/7/cooperjovem#:~:text=O%20Cooperjovem%20%C3%A9%20um%20programa,Educa%C3%A7%C3%A3o%20empreendedora&text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental>>

Segundo o Departamento de Educação de Jataizinho, com o apoio desses projetos, espera-se em longo prazo, promover a sensibilização dos alunos com a natureza, fomentar o interesse dos mesmos pela agricultura, esta responsável pela arte de cultivar e fornecer alimentos, e por fim, estreitar a relação dos alunos com a terra, nossa incrível, preciosa e eterna morada.

Essa relação das empresas com as escolas, é o principal meio de propagação ideológica do discurso da sustentabilidade (do capital) e as intervenções que as empresas fazem a partir de cursos, materiais didáticos e projetos, Deste modo, a ambientalização do currículo escolar é realizada pela iniciativa das empresas, através de cursos de formação continuada e materiais didáticos (LOUREIRO, 2014).

De acordo com Loureiro (2014), o eixo central discursivo desses projetos está no empreendedorismo, na solidariedade entre as pessoas (concebidas fora das relações de produção) e na ação moralmente orientada como elementos capazes de gerar a sustentabilidade. Essa tese, típica do novo padrão de sociabilidade do capital, faz com que a EA seja um instrumento ideológico de apaziguamento de conflitos ambientais, entrando em contradição com as propostas críticas existentes no campo e que visam à superação de desigualdades e de transformação social como condição para o enfrentamento da crise ambiental.

Nos próximos tópicos serão apresentados a trajetória realizada pela pesquisadora, na implantação do curso de formação de educadores ambientais no Município de Jataizinho-PR.

2.9 CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Muitos questionamentos surgiram, por exemplo: - Por meio de que processo será inserido a problemática ambiental na escola para gerar reflexões sobre o meio ambiente do Município? – Como abordar ocasiões de reflexões e troca de saberes? – Quais situações poderiam ser realizadas para a construção de um conhecimento sobre educação ambiental crítica na comunidade escolar?

Serão percorridos alguns caminhos metodológicos, que possibilitarão alcançar os objetivos propostos para a realização deste trabalho, tendo como base o método Dialético.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 111),

[...] a questão da metodologia é importante quando se analisa o quadro de referência utilizado; este pode ser compreendido como uma totalidade que abrange dada teoria e a metodologia específica dessa teoria, aqui, é considerada toda generalização relativa a fenômenos físicos ou sociais, estabelecida com o rigor científico necessário para que possa servir de base segura à interpretação da realidade; metodologia, por sua vez, engloba métodos de abordagem e de procedimento e técnicas. Assim, a teoria do materialismo histórico, o Método de abordagem dialético, os métodos de

procedimento histórico e comparativo, juntamente com técnicas específicas de coleta de dados, formam o quadro de referência marxista.

Conforme Gil (2008, p. 33),

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos.

Ainda Segundo Lakatos e Marconi (2003) apontam 4 (quatro) leis fundamentais do método dialético, a) ação recíproca, unidade polar ou "tudo se relaciona"; b) mudança dialética, negação da negação ou "tudo se transforma"; c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

Existem muitas contradições referente ao papel da educação para Marx, muito já se criticou e critica-se Marx em uma compreensão de que o autor não teria proporcionado o importante valor à educação, uma vez que privilegia processos objetivos e não subjetivos. Contradições à parte, atualmente ocorre uma concordância sobre a importância da educação em processos de transformação social, pensamento que no marxismo tem como Antonio Gramsci.

O entendimento de que o homem se produz por meio do trabalho, historicamente, ultrapassa uma visão metafísica do homem, adequada à educação ambiental causa o entendimento de que se é necessário formar uma nova relação com a natureza e não procurar em modelos pré-formatados um retorno a uma relação com a natureza, onde o homem não havia modificado a sua "bondade essencial". A compreensão do ser humano enquanto ser inacabado destina também à educação, o ser humano tem que aprender a ser humano, a educação também produz "determinado" homem a partir do resultado de toda a história humana, sendo inacabável o homem pode se transformar, "se os sujeitos não são mas podem vir-a-ser, a educação aparece como uma importante possibilidade" de humanização, e no caso da EA do estabelecimento de outra relação sociedade/natureza (TOZONI-REIS, 2004, p.84).

Ao tratar sobre a educação crítica Loureiro (2006, p. 52) indica o método dialético como núcleo de sua identidade, definindo-o como "um método relacional e integrador que busca analisar situações concretas de modo concreto". Isto é, possuir uma concepção histórica e contextualizada da realidade, além de compreender a dinamicidade dessa realidade, a possibilidade de superação através da contradição.

Numa perspectiva crítica entende-se, ainda, que a educação se insere numa dimensão ideológica, Saviani (2005) afirma que numa sociedade capitalista a educação recebe influência de uma ideologia liberal, que torna opaca as relações na sociedade, no caso da educação os objetivos proclamados diferem dos objetivos reais. Abre-se, assim, a possibilidade de crítica às "educações ambientais" que imbuídas dessa perspectiva liberal apresentam-se como "lutadoras" da causa ambiental enquanto estão apenas a mitigar problemas ambientais numa perspectiva focada no indivíduo e em mudanças comportamentais e moralistas, que não visualizam a estrutura social. É interessante notar que essas posturas são muitas vezes encampadas de forma ingênua, já que a perspectiva liberal é traduzida como "expressão universal", como "representativa de todos" (SAVIANI, 2005, p.230).

A concepção crítica entende, assim, que o conhecimento e o processo educativo são construções históricas, não-neutras, que podem atender a diferentes fins na sociedade. O caráter eminentemente político da educação torna-se presente, a educação deve assumir uma postura diante a realidade econômica, social, ecológica, o que na perspectiva crítica significa através da práxis (ação consciente) transformar o mundo. Neste agir prático, a educação crítica tem papel central de "conscientização, de construção coletiva e intersubjetiva do conhecimento", de ação e reflexão (LOUREIRO, 2006, p.59), deve essencialmente relacionar teoria e prática, proporcionando fundamentação consistente e consciente à prática transformadora. Reafirmando, a educação é, portanto, essencial na dinamização da transformação da sociedade, Saviani (2005, p. 246) ao discutir o processo de superação do capitalismo aponta que "por se tratar de um processo voluntário e consciente não pode prescindir do concurso da educação".

Nessa perspectiva de um entendimento sociopolítico, de compreender o sujeito em suas relações sociais, sem esquecer a singularidade individual, coloca-se a necessidade da construção de uma cidadania ecológica que

envolva uma participação plena nos planos "ideocultural e o político-econômico" em busca de uma sociedade sustentável (LOUREIRO, 2002, p.30), trata-se de mais uma vez negar abordagens individualistas, que não compreendem que a relação que os homens estabelecem com a natureza está atrelada às relações que estabelecem entre si.

2.10 PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Para coleta de dados foram utilizadas pesquisas bibliográficas, documental e aplicação de questionários pelo google forms.

O procedimento metodológico para construção do referencial teórico do trabalho foi realizada através de pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de pesquisas em livros, periódicos, apostilas do Ministério do Meio Ambiente, dissertações, teses e legislações pertinentes com informações e reflexões relevantes aos objetivos propostos.

A fundamentação teórica estruturada envolvendo, primeiro, algumas considerações iniciais sobre o Estado, desenvolvimento sustentável, o panorama das políticas públicas envolvendo a educação ambiental em sua materialidade, formação de professores em educação ambiental, os pressupostos teóricos e filosóficos acerca do entendimento de educação ambiental, buscando com isso, um confronto dialético analítico. Para esse confronto dialético, situando o entendimento dos condicionantes implicados na concepção histórico-crítica como proposta de educação para o desenvolvimento do curso. Além disso, pretendeu-se nesta análise identificar a maneira como está concebida, a educação ambiental na prática pedagógica escolar.

A partir dessa leitura, com o propósito de compreender as mudanças ocorridas neste cenário e perceber as principais controvérsias e influências ocorridas nas políticas públicas envolvendo a educação ambiental.

A pesquisa documental foi realizada através de documentos institucionais: listagem das Escolas Municipais localizadas em Jataizinho, levantamento dos trabalhos desenvolvidos em Educação Ambiental nas Escolas Municipais e Formação de professores em educação ambiental.

Os documentos analisados possibilitaram a identificação das Escolas Municipais e também as informações referentes aos projetos e atividades realizadas

nas escolas em relação à Educação Ambiental no decorrer do curso. A partir daí, foram analisados o andamento das atividades e no final poderão comparar as mudanças obtidas nas atividades.

Ainda no âmbito metodológico da análise documental, foram pesquisados documentos relacionados às políticas públicas de educação ambiental (instrumentos orientadores, comunicações internas, ofícios), que pudessem auxiliar na síntese de compreensão do entendimento a respeito da educação ambiental para as escolas da rede.

Em benefício de uma maior riqueza dos discursos construídos, em comparação com as respostas a perguntas de questionários, será realizada as entrevistas com os professores através de um roteiro previamente elaborado.

As entrevistas foram transcritas e, posteriormente, analisadas. O objetivo com a utilização das entrevistas é de investigar de que maneira os professores conduziram o que aprenderam no curso de Formação de Professores em Educação Ambiental, dentro das atividades em sala de aula e em projetos. Procurou-se entender e diagnosticar como e onde estão sendo desenvolvidos trabalhos em Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino.

Foi realizado a aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas e semi-estruturadas, direcionadas aos professores. O questionário foi dividido em duas partes: a primeira parte refere-se à formação profissional e atividade docente, a fim de se buscar uma melhor contextualização do processo de formação de cada professor e a segunda parte refere-se sua percepção sobre Educação Ambiental e como ela é trabalhada dentro da escola.

Os dados coletados na primeira parte do questionário serão utilizados para analisar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento dos trabalhos em Educação Ambiental, em relação à disponibilidade de tempo e tipo de formação que o professor possui. Colocar a segunda parte

Limites e possíveis desdobramentos da pesquisa

As questões relativas às possibilidades e limites de pesquisa estão diretamente ligadas ao objeto de análise, ou seja, à captura das determinações mais gerais e essenciais do objeto. No entanto, dentro do contexto científico, do materialismo histórico dialético, é importante ressaltar que o objeto está inserido numa conjuntura histórica e social e, portanto, sujeito às dinâmicas e à transitoriedade dessa condição. Elucidando esse aspecto, sob a ótica do rigor científico do ponto de vista do materialismo

histórico dialético, Chasin esclarece que, a subunção ativa aos escritos investigados é sempre ponto de partida e passo fundamental no autêntico procedimento de rigor; por isso mesmo, não perde de vista a íntima vinculação dos mesmos à trama real e ideal dos quadros temporais à qual pertencem, e com a qual estabelecem liames complexos de confluência e ruptura, num amplo gradiente de complicadas variações, que em outros passos exige esclarecimento (CHASIN, 2009, p. 40).

Com a propositura de capturar a “lógica das coisas”, nessa dimensão ôntica, há na pesquisa um limite implícito, que diz respeito à impossibilidade de o pesquisador cercar-se em suas categorias de análise, de todas as particularidades que compõem as diversas totalidades que interagem com o fenômeno. Isto, devido a este caráter transitório e relativo a um tempo histórico, em que o real se movimenta e, por isso, não há como apreendê-lo no seu sentido absoluto.

Entretanto, é possível apreendê-lo em sua totalidade, ou seja, com respeito às categorias colocadas pelo materialismo histórico dialético e apreender as múltiplas e principais determinações do objeto de estudo, no tempo histórico de pesquisa. Por meio do método é possível estabelecer certas configurações de estabilidade ou compreender os processos mais estáveis que configuram a realidade, permitindo, assim, afirmar apontamentos conclusivos alusivos ao objeto de pesquisa.

Dessa maneira, na dimensão do complexo examinado, segundo essa lógica, inerente a um dinamismo em suas conexões, esta pesquisa, mesmo determinada em um caráter processual e transitório (porque histórico) acerca dos resultados de análise, conseguiu apreender a totalidade em seus principais complexos racionalmente compreensíveis e estabelecer conexões lógicas, que explicam processos mais estáveis, que configuram a realidade.

No que diz respeito aos processos limitantes observados, do ponto de vista objetivo e metodológico, eles ocorreram, essencialmente, pela conjuntura dos fatores tempo e pela ausência ou dificuldade de acesso a alguns materiais documentais. Levando em conta a densidade das determinações pesquisadas, dificultou um aprofundamento maior em questões circundantes, mas determinantes na conjunção das políticas públicas de educação ambiental, como o caso da composição e mudanças na administração pública do Estado e na estrutura organizacional do órgão gestor da secretaria e suas regionais.

Um mergulho maior nesses meandros possibilitaria elucidar com mais detalhes a forma como essa dinâmica incide nas decisões e construções das

políticas públicas. Entretanto, mesmo não tendo sido possível apreender os processos subjetivos de correlação de forças de interesses diversos na construção do novo modelo da administração pública do Estado e na formatação organizacional da Secretaria de Educação, já foi possível, nessa investigação, observar e traçar algumas análises a respeito da incidência dessas mudanças no desenvolvimento das políticas públicas.

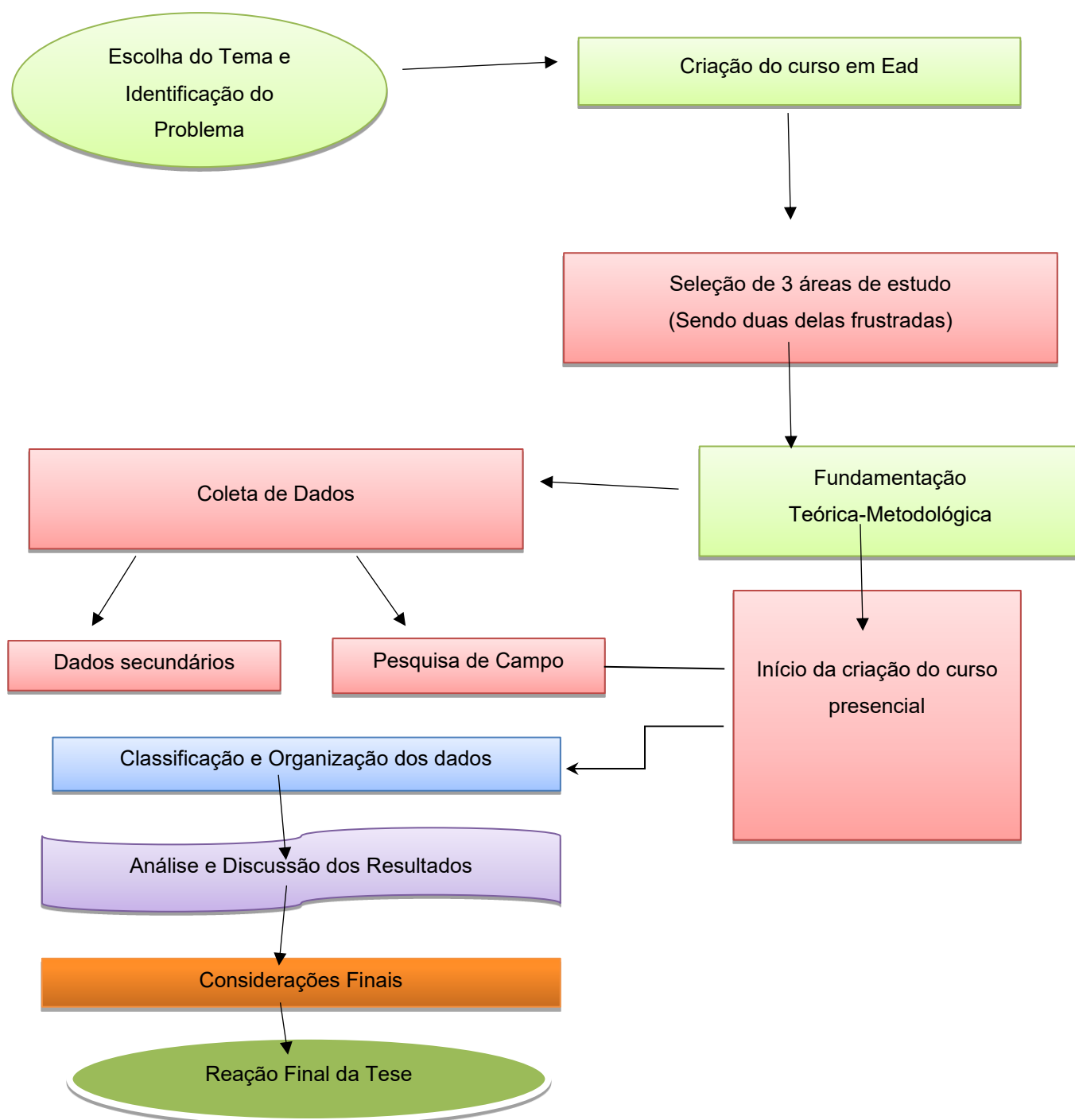
Outro aspecto identificado e interessante que se evidenciou a partir das análises feitas nesse estudo e que pode servir como base para um aprofundamento em pesquisas futuras, foi o contexto curricular consubstanciado em uma proposta histórico-crítica na Secretaria de Educação.

Identificar quais as principais controvérsias entre uma proposta curricular crítica e o modelo gerencial de Estado materializado na ação de gestão da Secretaria mostra-se como um possível caminho de investigação a se seguir, considerando, nesse contexto, os campos mais amplos de influência na construção curricular.

Nesse aspecto, é importante buscar compreender a incidência dessas influências macro na ação curricular da escola, na ação do professor, num entendimento de que a seleção dos conhecimentos e saberes reflete as correlações de forças que permeiam esse processo e formam uma síntese, que é empreendida a partir de contextos mais amplos, nacionais e internacionais, inclusive, até o desenvolvimento da micropolítica, por meio da ação docente.

Para uma maior compreensão da metodologia utilizada no desenvolvimento desta pesquisa, caminhamos por algumas fases que podem ser observados na Figura 3.

Figura 3– Fases da Pesquisa



Fonte: Autora, 2021.

2.11 ETAPAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Diante das questões acima expostas, os caminhos percorridos para a construção deste trabalho seguiram algumas as seguintes fases:

1ª fase - Escolha do tema e identificação do problema

2ª fase - Criação do curso EaD

3ª fase - Seleção da área de estudo

4ª fase - Fundamentação Teórica Metodológica

5ª fase - Coleta de dados; - dados secundários; - pesquisa de campo: realização de visitas às escolas e à comunidade para análise do território em estudo; aplicação dos questionários e imagens da escola e das práticas educativas desenvolvidas na escola.

5º fase - Classificação e organização dos dados

6º fase - Análise e discussão dos resultados

7º fase - Considerações finais

8º fase - Redação final da Tese

Foram adotados alguns procedimentos para compor o universo de análise, ou seja, os sujeitos e as escolas que fazem parte desta investigação.

No primeiro momento a presente pesquisa optou-se em fazer o curso para a Rede Municipal de Londrina- PR, sendo a cidade que reside a autora.

Houve alguns obstáculos para desenvolver o curso em Londrina. Estes obstáculos serão descritos como forma de análise para que sejam demonstradas as dificuldades para serem realizados os cursos através das Secretarias da Educação, o acesso dos pesquisadores das Universidades dentro das Secretárias, e principalmente a dificuldade de inserir um curso de formação continuada de professores em Educação Ambiental nas Secretarias da Rede Municipal. Em dezembro, foi enviado o primeiro e-mail para o apoio pedagógico, contendo o projeto do curso, todo o material em EaD, e os questionários que seriam realizados.

Algumas informações da Secretaria da Educação foram repassadas:

- A SME faz a divulgação do curso às unidades escolares, sendo que a adesão do professor é espontânea. Não será possível assegurar uma quantidade de cursistas participantes.
- A utilização do ambiente virtual de Aprendizagem (AVA/MOODLE) depende da autorização da responsável pela plataforma. A mesma é de responsabilidade da Secretaria de Governo sendo a servidora K, gestora da mesma.
- Para a utilização de questionários e entrevistas será necessário autorização do Comitê de Ética.
- Encontros presenciais - sugerimos que aconteçam à noite ou aos sábados.
- Ajustar cronograma ao nosso calendário. O evento Londrina Mais é em agosto.
- Esta semana estaremos finalizando nossas atividades e retornaremos a partir do dia 25 de janeiro, onde nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos. Se for de seu interesse podemos agendar uma reunião em 2019.

Diante o cenário, observa-se e que a presente autora, estava em contato com uma Servidora da SME desde agosto de 2018 e somente em dezembro de 2018, foi solicitado para enviar um e-mail para o apoio pedagógico da Secretaria, no qual foi demonstrado uma séria de itens que deveriam ser seguidos e o recesso no final do ano, sendo agendada a primeira reunião com o apoio pedagógico para período posterior a 25 de janeiro.

No dia 16 de dezembro, a Promotora de Justiça do Meio Ambiente e da Vara da Infância e Juventude, Révia Peixoto de Luna, da Comarca de Ibiporã, demonstrou interesse no curso e entrou em contato com a autora, para que fosse agendada uma reunião no dia 14 de fevereiro de 2019.

No dia 14 de fevereiro houve a primeira reunião no Fórum de Ibiporã, na 2ª Promotoria de Justiça, com a referida Promotora de Justiça. A mesma demonstrou muito interesse no curso, e o apoio do Ministério Público para a realização do mesmo, nas Comarcas de Ibiporã e Jataizinho-PR.

Inicialmente foi enviado um e-mail para a Promotora de Justiça com o conteúdo do curso para sua análise e posteriormente foi solicitada uma reunião para o dia 25 de fevereiro de 2019, com os Secretários da Educação de Ibiporã e de Jataizinho.

Na reunião a Promotora de Justiça apresentou a autora para os Secretários e suas respectivas coordenadoras pedagógicas, no qual, foi demonstrado o projeto do curso. Foi combinado entre os participantes, o interesse em realizar o curso para os professores do 4º ano do ensino fundamental, haja vista, que as outras séries já possuíam muitas atividades para desenvolver no decorrer do ano.

No dia 28 de fevereiro, foi encaminhado para as Secretarias, todo o conteúdo que seria desenvolvido no curso em EaD, o planejamento e o cronograma das aulas presenciais e EaD.

As duas secretarias não possuíam uma plataforma em EaD, por isso, a autora criou uma sala de aula no google classroom. Disponibilizando todo o conteúdo do curso, pastas contendo sugestões de filmes, livros, músicas, artigos, dissertações, teses, apostilas do Ministério do Meio Ambiente e livros em pdf.

Foi realizada uma reunião com a equipe pedagógica de Ibiporã no dia 21 de março no período matutino, e no período vespertino com a equipe de Jataizinho, em suas respectivas Secretarias. Neste dia, a autora teve contato com a equipe pedagógica, demonstrando o curso de maneira detalhada e confirmando as datas para iniciar o curso. Também foi solicitado, para que as coordenadoras pedissem para que os professores que fossem participar do curso, tivessem uma conta no gmail e entrassem em contato com a autora.

A Secretária da Educação do Município de Ibiporã, solicitou para a autora uma reunião de demonstração do curso para os professores no dia 22 de março às 13:00 h.

Foi apresentado para os professores e a coordenação pedagógica de Ibiporã conforme na figura 4, todo o conteúdo do curso e como seria utilizado a plataforma google classroom, por meio do data show. Também foi solicitado para que uma das coordenadoras pedagógicas entrasse em contato e informasse os contatos telefônicos e e-mails, na tentativa de conseguir um contato direto com os professores.

É importante destacar, que a fala das professoras era de resistência na participação do curso, mencionando que já trabalhavam com educação ambiental

nas escolas e que transformavam muitas sucatas em artes. Verificou-se que as professoras, não conseguiram analisar (ou não tinham a intenção de participar) que o curso que estava sendo proposto utilizando a abordagem crítica e não a conservadora, que era a percepção da maioria das professoras que estavam presentes, de acordo com as suas falas.

Figura 4- Apresentação do projeto para as professoras de Ibiporã



Fonte: Hoffmann, 2019

No dia 29 de março algumas professoras, das duas Secretarias, começaram a entrar em contato enviando seus respectivos endereços eletrônicos.

No dia 02 de Abril, foi enviado um e-mail para todos os professores que entraram em contato e para as coordenadoras pedagógicas de Jataizinho (inclusive para encaminhar para aqueles que não entraram em contato) as orientações gerais do curso. Até a referida data nenhuma das coordenadoras pedagógicas de Ibiporã havia se pronunciado.

Apenas três professoras da Rede Municipal de Ibiporã, se cadastraram na plataforma do google classroom, enquanto em Jataizinho, mesmo não tendo uma apresentação inicial sobre o curso, foram 43 professores inscritos.

No mesmo dia, devido a pequena quantidade de professores inscritos, foi enviado um e-mail para a Secretaria da Educação de Ibiporã, solicitando que a coordenadora pedagógica entrasse em contato, para que a mesma pudesse contactar os demais professores e requerendo novamente que a mesma informasse os contatos dos professores.

No dia 5 de abril a coordenadora pedagógica enviou um e-mail dizendo que havia solicitado para que os demais professores entrassem em contato para se cadastrar na plataforma, e mencionou o agendamento de uma nova reunião para o dia 17 de abril, para reformular as novas datas do curso.

Após o envio do referido e-mail, nem a Secretaria da Educação de Ibiporã, tampouco a pedagoga, entraram em contato para se justificar ou tentar encontrar meios de desenvolver o curso e uma estratégia de adesão da participação demais professores.

Não havendo interesse por parte dos professores da cidade de Ibiporã, o curso somente foi realizado para os professores do 4º ano da Rede Municipal e para as três assessoras pedagógicas do Departamento de Educação de Jataizinho-PR.

No capítulo sobre Jataizinho, será abordado a continuidade e a maneira que foi desenvolvido o curso.

Para as atividades presenciais, foram convidados os professores da 4ª série do ensino fundamental e os coordenadores das quatro escolas municipais para participarem do curso, entretanto, apenas 3 escolas participaram, no total de 12 participantes. A diretora da escola que não participou, não manifestou sua justificativa para não aderir ao curso. No final do curso, foi solicitado pelo Ministério Público a apresentação de tal justificativa. A diretora informou que houve um equívoco com relação as datas das atividades.

Também participaram por iniciativa própria as coordenadoras pedagógicas do Departamento de Educação de Jataizinho, a coordenadora de uma CMEI e o Diretor do Departamento do Meio Ambiente e Agricultura do Município.

Nas atividades em EaD, além das professoras e coordenadoras que estavam inseridas no curso presencial, também ficou disponível para todos os funcionários das escolas, e a inscrição por vontade própria do diretor do departamento do meio ambiente de Jataizinho assim, obtendo o total de 45 participantes.

3 CURSO FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS

O Curso de Formação de Educadores Ambientais, desenvolvido pela pesquisadora foi realizado com a colaboração da Promotora de Justiça Révia Peixoto de Luna do Ministério Público do Estado do Paraná, do Departamento de Educação Municipal e do Departamento Municipal do Meio Ambiente, também contando com a participação de professores da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – campus Londrina, Universidade Federal da Integração Latino- Americana, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Universidade Federal de Santa Maria e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Meio Ambiente Habitação e Urbanismo.

Conforme combinado com o Diretor do Departamento de Educação do Município, por intermédio da Promotora de Justiça Révia Aparecida Peixoto de Luna, os professores do 4º ano do ensino fundamental, as coordenadoras das escolas municipais e as assessoras pedagógicas do Departamento, participaram do curso de formação na modalidade presencial.

Já o curso na modalidade online foi disponibilizado a todos que tivessem interesse.

O material didático utilizado foi elaborado e produzido pela pesquisadora, com base nos materiais publicados pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, no qual utilizavam a linha crítica. Por se tratar de um curso gratuito, sem nenhum tipo de financiamento e na tentativa de disponibilizar uma maior quantidade de materiais para os professores, foi escolhido e utilizado este material, haja vista que as apostilas e artigos eram ofertados de maneira gratuita pela site do MMA. (Anexo D).



O Objetivo Geral do curso foi aprofundar os conteúdos sobre educação ambiental, rever conceitos, um convite para se dedicar a ler, estudar, dialogar, compartilhar experiências, refletir sobre elas, aprender uns com os outros, permitir se abrir ao novo, experimentar novas percepções e construir novas significações.

O curso de Educação Ambiental é voltado para o fortalecimento de espaços educadores, que tem como eixo orientador a perspectiva do meio ambiente em suas múltiplas dimensões:

- Social
- Econômica
- Ecológica
- Ética
- Política

Conforme as ideias de Grohe (2014, p.2) Os espaços de educadores ambientais, busca incentivar a investigação, pesquisa, descoberta, autonomia, sonhos e possibilidades, assim como o pensamento crítico e inovador.

O processo formativo do curso foi financiado pela própria pesquisadora, uma vez que, é bolsista de nível doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES.

O curso EaD possui uma carga horária de 30 horas distribuídas em 5 módulos em EaD e 50 horas desenvolvido na modalidade presencial, através da Plataforma Google Classroom, uma vez que, o departamento de educação municipal não possuía uma plataforma online.

A pesquisadora atuou na realização do curso, bem como:

- a) coordenação do curso.
- b) tutoria a distância.
- c) pesquisadora de conteúdos.
- d) professora formadora.

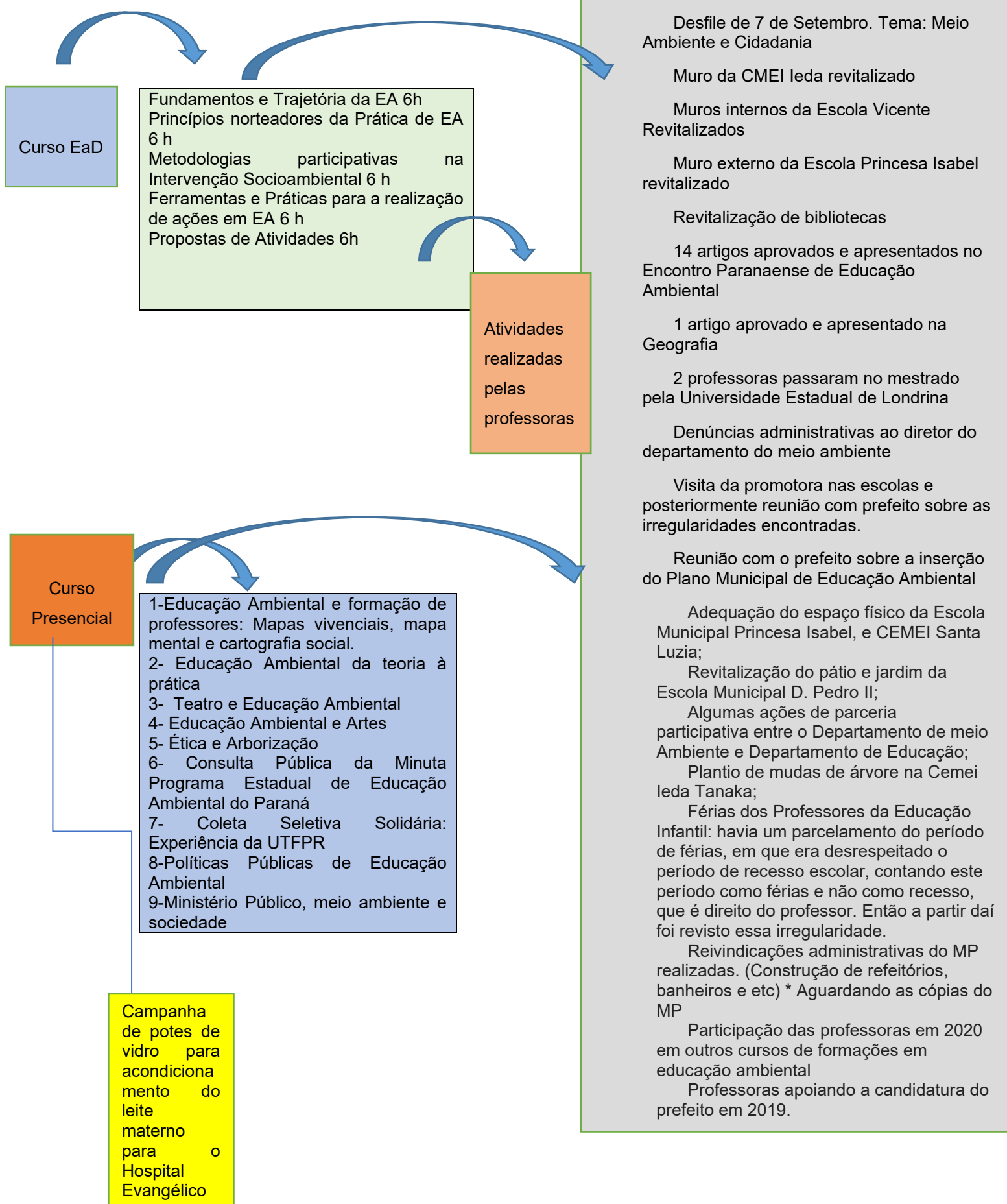
O curso em EaD iniciou em abril de 2019 para os professores da Rede Municipal de Educação de Jataizinho. Para tentar disponibilizar a formação para o maior número de pessoas, as inscrições estavam abertas a todos da Rede Municipal de Educação, assim, participaram além dos professores a equipe pedagógica do departamento de educação, os coordenadores das escolas e da CMEI, e inclusive a participação do atual diretor do Departamento de Agropecuária, Abastecimento e Meio Ambiente do Município.

O curso em sua totalidade, foi desenvolvido procurando respeitar as diferentes realidades, as potencialidades e dificuldades de cada participante, tanto em relação as suas experiências e conhecimentos prévios, quanto aos recursos humanos, materiais e naturais que a escola apresentava.

Neste sentido, com base nas concepções da Educação Ambiental Crítica, percebendo cada escola como um território educativo, com seus processos educativos, características diferenciadas, relacionadas à cultura, as relações socialmente construídas. Cada sujeito é um ser único com sua historicidade, como suas percepções de vida, de mundo, com suas experiências de vida. Tanto a escola quanto os professores possuíam dificuldades, potencialidades e desafios a serem enfrentados para o desenvolvimento dos projetos e das ações propostas.

Referindo-se ao curso como um todo, é importante destacar a resistência da direção de uma escola, em não aderir a formação, mesmo essa, sendo solicitada pelo diretor do departamento de educação e do Ministério Público. Vale destacar, que no final deste curso, esta diretora foi notificada via MP, para demonstrar o motivo do não comparecimento dos professores no curso de formação. Em resposta, a direção comunicou um mal entendido na data da realização das atividades.

3.1 ETAPAS DO CURSO



3.1.1 Início da realização do curso em Jataizinho –PR

No primeiro momento, foi disponibilizado para todos funcionários da Rede Municipal de Educação participarem do curso online através da plataforma google classroom.

Na primeira atividade presencial, os minutos iniciais, foram dedicados as apresentações e explicações sobre como o curso seria desenvolvido, e para sanar as eventuais dúvidas. Foi criado um grupo no whatsapp, onde todos os participantes do curso, tanto os na modalidade presencial, quanto os da modalidade à distância, foram adicionados. Neste grupo eram repassadas algumas informações para os participantes e no decorrer do curso se tornou o local de troca de experiências entre eles. Eles compartilhavam as atividades que estavam realizando nas escolas, dúvidas, sugestões, e etc, conforme a figura 5.

Figura 5- Mensagens das professoras no Grupo de whats app



Também foi criado um vídeo e áudios de boas vindas, e compartilhado neste grupo, para explicar como funcionava o curso.

Não existiram muitas dúvidas, mas foi disponibilizado o contato particular da autora. Outro ponto importante, antes da primeira atividade presencial, a autora demonstrou e explicou todo o processo do curso e disponibilizou os materiais para as assessoras pedagógicas, que durante todo o curso, também auxiliaram as demais professoras para sanar as dúvidas.

No decorrer de todo o curso, foi observado, que sempre as professoras se apoiavam e auxiliavam uma as outras.

Com relação ao entendimento dos participantes com as orientações supramencionadas, observou-se que a maior dificuldade das professoras era com relação a criação do e-mail no gmail, e o acesso da plataforma no google classroom. A maior dificuldade dos participantes era com relação a utilização dessas ferramentas tecnológicas, mas com a gravação de áudios e vídeos produzidos pela pesquisadora, as dúvidas foram sanadas.

3.1.2 Questionário Inicial

Na região Sul¹², a pesquisa intitulada “o que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental”, foi realizada em oito municípios, nos estados

¹²Tais requisitos foram adotados na pesquisa desenvolvida na região Sul. Em cada estado, a escolha dos municípios contemplou as capitais, como critério pré-definido. No Rio Grande do Sul, dois municípios foram escolhidos devido a sua colocação no Índice de Desenvolvimento em Educação Ambiental (IDEA) e o quarto escolhido foi a cidade do Rio Grande, por ser a sede da Furg. Em Santa Catarina, a escolha deveu-se ao melhor índice no IDEA para as três cidades, além da capital. A seleção dos municípios com os maiores índices do IDEA, excetuando as capitais dos estados e a cidade sede da universidade parceira, atendeu a um outro critério, qual seja, que o município possuísse, no mínimo, dez escolas com as seguintes características: duas escolas rurais, três escolas estaduais, três municipais e duas particulares, sendo uma católica e uma laica. Seguindo essa orientação metodológica, houve necessidade de escolher cidades com números que se aproximassem dos maiores índices do IDEA para chegar aos municípios com essa quantidade de escolas, já que os índices mais elevados não disponibilizam o número de escolas previstas. Portanto, o critério básico utilizado para a escolha dos municípios ficou subordinado ao maior índice apresentado no IDEA que contemplasse a quantidade de escolas e as especificidades indicadas. Dessa forma, não foram estabelecidos outros critérios para o desenvolvimento da pesquisa, porém torna-se relevante destacar alguns aspectos dos municípios. Do ponto de vista da gestão ambiental pública, as cidades da região Sul podem ser assim caracterizadas brevemente: O município do Rio Grande pertence à Planície Costeira Sul. Possui Estação Ecológica do Taim e Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde, as quais fazem parte de Unidades de Conservação. O município de Canela pertence à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Encontra-se nele a Floresta Nacional de Canela (unidade de conservação de uso sustentável). Novo Hamburgo localiza-se na região hidrográfica do Guaíba, pertencendo à sub-bacia do Rio dos Sinos. Porto Alegre faz parte de bacia hidrográfica do Lago Guaíba. Além disso, possui

de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A escolha dos municípios atendeu aos critérios dos pré-requisitos definidos no projeto básico, que apontavam a escolha de dois estados por região, onde um, se localiza a sede da Universidade parceira – Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg) – no caso, o Rio Grande do Sul e o outro, pelo reconhecimento de implementações de Políticas Públicas de Gestão em Educação Ambiental, que é o caso do estado de Santa Catarina (MOLON et al, 2007).

Conforme demonstrado, o questionário não foi aplicado no estado do Paraná. Devido a isso, algumas perguntas existentes no questionário da presente pesquisa foram inspiradas neste trabalho desenvolvido pelo MEC.

Entretanto, verifica-se que essa pesquisa, além de possuir uma certa arrogância no título dessa pesquisa : “o que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental, como se no processo de educação ambiental houvesse uma receita pronta, e como se tais escolas não seguissem esse modelo.

Observa-se que tais perguntas, inclusive, vão em direção oposta a linha que defendemos, ou seja, a linha crítica. Como analisar todo o processo de emancipação, cidadania, democracia, justiça ambiental? Como analisar o entendimento sobre o meio ambiente e educação ambiental com perguntas fechadas e limitadas? Como analisar tantas informações importantes com perguntas tão restritas e vagas e um número tão pequeno de escolas participantes, com relação a dimensão do Brasil, com tantas realidades sociais, econômicas, culturais e políticas diferentes.

Neste tópico será apresentado o questionário inicial com as respectivas respostas enviadas pelos professores. Essas perguntas foram adaptadas, para além de comparar com o cenário apresentado na pesquisa realizada pelo MEC, a pesquisadora pudesse conhecer um pouco mais a realidade desses participantes.

o Parque Estadual de Itapuã e o Parque Estadual do Delta do Jacuí, dentre outros. O município de Florianópolis possui Agenda 21, que trata de uma agenda de ações a serem implementadas para enfrentar adequadamente os grandes desafios do Século 21, conciliando conflitos entre proteção ambiental, desenvolvimento econômico e justiça social. Além disso, possui Unidades de Conservação, dentre elas: Estação Ecológica dos Carijós; Reserva Biológica Marinha do Arvoredo; *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*; *Parque Municipal da Lagoa do Peri* e outras. Jaraguá do Sul possui Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Itapocu. Assim como o município de Florianópolis, Joinville, possui Agenda 21. Dentre as Unidades de Conservação, cita-se: a Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca, a Estação Ecológica do Bracinho e o Parque Municipal Ilha do Morro do Amaral. Itajaí possui o Parque Nacional da Serra do Itajaí, pertencente à reserva de biomas da Mata Atlântica e Agenda 21 do Vale do Itajaí e e Biguaçu (SC). Possui também Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Itajaí.

Na tentativa de abranger o maior número de informações, uma vez que todos os professores que participaram do curso presencial obrigatoriamente participaram do curso a distância, o questionário foi enviado via google forms na fase inicial para todos os inscritos.

Será demonstrado as respostas que mais apareceram nos questionários, sendo eles, enviados por vinte e seis professores. Nesta análise seus nomes serão identificados por letras. Em algumas questões também serão demonstrados as respostas da pesquisa realizada pelo MEC.

Este questionário serviu como investigação inicial, para que a pesquisadora pudesse conhecer os cursistas, e compreender as percepções e conhecimentos prévios a respeito do tema de educação ambiental, o que esperavam do curso e suas dificuldades. As respostas foram utilizadas na construção e desenvolvimento do curso.

3.2 AMBIENTAÇÃO NA PLATAFORMA DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Se inscreveram na plataforma 45 cursistas, entretanto somente 23 concluíram o curso na modalidade EaD. Este fator se deve ao motivo da enorme dificuldade encontrada pelas professoras em utilizar as ferramentas tecnológicas, principalmente a internet. A maioria possuía dificuldades¹³ desde a criação de um e-mail até em utilizar a plataforma do google classroom.

De acordo com o quadro 6 se observa que o curso foi organizado e desenvolvido a partir de 5 módulos, Módulo de Ambientação - Módulo I Fundamentos e Trajetória da Educação Ambiental, Módulo II-Princípios norteadores da Prática de Educação Ambiental, Módulo III-Metodologias participativas na Intervenção Socioambiental, Módulo IV -Ferramentas e Práticas para a realização de ações em Educação Ambiental e Módulo V - Proposta de Atividades.

¹³ Devido a essa dificuldade observada, a Professora Simone Vallini participante do curso, desenvolveu um projeto para auxiliar os professores em utilizar a internet, que seria iniciado em 2020. Entretanto o projeto não foi iniciado devido ao Covid-19.

Quadro 6 Cronograma das aulas

	TÓPICOS DAS AULAS	DATAS (Sugestão)
Aula 1	Fundamentos e Trajetória da Educação ambiental 6 h.	1 a 20 de fevereiro
Aula 2	Princípios norteadores da Prática de Educação Ambiental 6 h.	21 de fevereiro a 12 de março
Aula 3	Metodologias participativas na Intervenção Socioambiental 6 h.	13 de março a 2 de abril
Aula 4	Ferramentas e Práticas para a realização de ações em Educação Ambiental 6 h.	03 de abril 18 de abril
Aula 5	Propostas de Atividades 6 h.	19 de abril a 30 de abril

Fonte: Autora, 2019

Nesta edição do curso também foi disponibilizado materiais via Moddle, contendo vídeo aulas, livros em pdf, apostilas do Ministério do Meio Ambiente, com atividades propostas para os professores realizarem na escola, foram adaptados à realidade de cada escola.

Devido as pesquisas anteriores realizadas pela autora, e por sua própria dificuldade em buscar materiais que abordem a concepção crítica da educação ambiental para se utilizar em sala de aula, foi disponibilizado na plataforma, sugestões de livros, artigos, vídeos (em sua maioria disponível no you tube), livros, músicas, poemas, para facilitar a utilização dos professores dentro da sala de aula com seus alunos.

Na plataforma online conforme apresentado na figura 6, foi disponibilizado em cada módulo, uma apostila criada pela pesquisadora, com conteúdo teórico, material complementar (disponível na plataforma) e contendo perguntas de acordo com o material disponibilizado e a realidade local das professoras para que as mesmas pudessem participar e interagir na plataforma do google classroom. De acordo com o calendário estipulado, os módulos eram liberados.

No decorrer do curso, era disponibilizado notícias atuais sobre questões ambientais para os participantes refletirem, sítios de cursos de capacitação de diversas áreas online. Sempre buscando, capacitar, atualizar e promover a discussão com os professores.

Figura 6- Demonstração das mensagens na plataforma do google classroom

Formação Educadores Ambientais
9 de abril de 2019

Boa tarde professores! Iremos explicar desde o começo quais os passos que vocês devem seguir para realizar este curso.
Primeiro, pedimos que respondam os dois questionários que estão disponíveis de maneira on line. Esses questionários não são de avaliação do curso, somente serão utilizados para o desenvolvimento da Tese do Doutorado.
Após, pedimos que entrem na PASTA MÓDULO 1 e depois acessem o anexo CURSO EM EaD EDUCAÇÃO AMBIENTAL AULA 1.
Nessa aula irá abordar os Fundamentos e Trajetória da Educação Ambiental.
Os demais anexos, possuem capítulos e vídeos mencionados na Aula 1.

MÓDULO 1
Fundamentos e Trajetória da Educação Ambiental. Comecem pelo Arquivo Curso EaD Educação Ambiental - Aula 1.
Os demais anexos, possuem capítulos e vídeos mencionados no curso.

- Educação Ambiental Crítica
- Curso Ead Educação Ambiental. Aula 1.pdf
- livro_ieab.pdf
- encontros e caminhos 1.pdf

Comentários da turma

Flavia Nunes 9 de abril de 2019
Boa tarde,
Obrigada Professora

Amanda Santana 11 de abril de 2019

Joséane Josi 28 de abril de 2019
A educação crítica, pode transformar a realidade no sentido da construção de sociedades sustentáveis que sejam mais justas e onde a relação dos indivíduos entre si e com o ambiente seja pautada na ética do respeito e da cooperação, valores estes essenciais para que exista qualidade de vida. Outra abordagem é a compreensão do processo educativo como ato político no sentido mais amplo, isto é, como prática social, cuja vocação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade. Sob o viés de uma concepção crítica, a educação ambiental forma-se como uma prática reflexiva, possibilitando e estimulando uma leitura crítica da realidade e a compreensão dos problemas e conflitos ambientais nela existentes, formando sujeitos capazes de decidir e atuar como sujeitos transformadores agindo de maneira individual e coletiva. Desta maneira, a Educação Ambiental coopera para o exercício pleno da cidadania e construção de uma sociedade mais democrática e solidária. Professoras: Joseane Cesa; Márcia Meier e Cleide.

Flavia Nunes 15 de abril de 2019
A autora defende a Ed. Ambiental crítica, pois acredita que está seja a formar de educar para vida, pois através desta educação podemos contribuir para a formação de pessoas consciente e comprometidas com o processo de transformação do meio onde vivemos, com atitudes e práticas que contribuam com a vida.
Dentre outras abordagens estão a Ed. Ambiental não crítica, que simplesmente busca reproduzir (notícias), imobilistas (onde busca sensibilizar), imediata (resolver o problema agora). Portanto percebo que está em nossas mão a responsabilidade de mudar está forma de Educar, cabe a nos educadores transformar a vida de nossos educandos a fim de transformar a sociedade atual, com participação concreta.
Percebo que as diversas abordagens se dão por conta dos momentos históricos vividos do crescimento desordenado da sociedade, em que nos dias atuais estamos "colhendo o que plantaram" os frutos colhidos são apenas reflexos do "Não" Preocupação com o futuro, de um mundo capitalista que visa apenas o lucro, e não a VIDA.

Comentários da turma

Amanda Santana 13 de abril de 2019
Defende porque contemplo uma preocupação com o desenvolvimento da Educação Ambiental Crítica na perspectiva educacional busca fomentar a compreensão e a crítica da relação sociedade e natureza características da atual forma de organização capitalista, do qual são decorrentes uma diversidade de impactos ambientais e diferentes expressões da exploração do ser humano pelo próprio ser humano. Sendo assim, passamos a refletir sobre o fenômeno educativo ambiental que possa favorecer a formação de sujeitos para a transformação do atual quadro social, no sentido de emancipação e participação social.

Inald maria lima poeira 17 de abril de 2019
Ao analisar o texto percebe-se que todo processo de educação precisa estar alinhado com um processo de formação humana, pautada na convivência de forma reflexiva do ponto de vista da compreensão e do relacionamento com o outro, como também nos aspectos políticos, já que toda relação humana perpassa pelas relações políticas de convivência, portanto o sujeito por meio do conhecimento precisa ter reflexo de mudança. Pensando nisso toda mudança provoca um novo paradigma, assim a educação ambiental permite uma abordagem abordagem para além de uma alternativa sustentável momentânea, mas que realmente transforme atitudes que perdure por gerações, garantindo a qualidade de vida.

joice lacerda 17 de abril de 2019
Joice Lacerda
Procurando respeitar, considerar e cuidar. Meu ambiente é como um tudo em nossa volta, fazendo críticas quando necessário e dando o devido valor, procurando sempre saber o que o ser humano está causando no meio ambiente para destruir ou modificar de um modo negativo. Mostrando o nosso melhor e acreditando que é possível a preservação.

Formação Educadores Ambientais
13 de abril de 2019

PERGUNTA 2 Disponível no Módulo 1 Aula 1
Leia o texto Educação Ambiental crítica: nomes e endereçamentos da Educação, de Isabel Cristina de Moura Carvalho, disponível na aula 1 e tente responder às questões abaixo:
Explique porque a autora defende que por meio da Educação Ambiental Crítica se pode apostar na possibilidade de construção de um outro mundo possível?
Que outras abordagens tem a Educação Ambiental que se diferencia desta? O que você pensa sobre existir diferentes abordagens em Educação Ambiental?

Sobre a plataforma do google classroom, devido a pequena quantidade de atividades presenciais oferecidas pelo Departamento da Educação, a pesquisadora criou um grupo no whatsapp, para gravar vídeos e áudios, explicando como utilizar a plataforma. Este mesmo grupo criado, também foi utilizado para o acompanhamento para sanar as dúvidas dos participante sobre o curso a distância e presenciais e para haver uma maior interação do grupo. Esse grupo, foi de extrema importância para a pesquisadora, sendo utilizado também, como maneira de se aproximar mais afetivamente e motivacionalmente dos participantes, sendo também um instrumento para os participantes demonstrarem as atividades que eles estavam realizando nas escolas e para a comunidade, no decorrer do curso.

As atividades foram elaboradas, organizadas e desenvolvidas, buscando sempre um processo de reflexão-ação-reflexão, associando a teoria e a prática.

Esta metodologia também era orientada para que os professores adotassem para realização das atividades na escola junto aos professores e com os alunos, buscando construir espaços dialógicos e participativos.

3.2.1 Curso presencial

Inicialmente foi disponibilizado um questionário com diversas questões para identificação da realidade que a escola estava inserida, dos conhecimentos prévios dos cursistas, das percepções de meio ambiente, de Educação Ambiental, dos problemas ambientais, da prática docente (Anexo C).

É importante ressaltar que tanto o último módulo do curso em EaD, quanto o conteúdo das atividades presenciais, foram sendo desenvolvidas no decorrer do curso, de acordo com os temas que eram trazidos pelos próprios cursistas.

A proposta do presente curso também era de abordar sobre a unidade sociedade-natureza, no sentido de compreensão da natureza como totalidade dinâmica auto-organizada, sobre autonomia e cidadania, transformação individual e coletiva e como a educação ambiental poderia ser ministrada de maneira permanente dentro da sala de aula.

Para isso, o presente curso contou com profissionais de diversas áreas, para que os cursistas pudessem observar e refletir, como os temas que envolvem o meio ambiente podem ser trabalhados e discutidos sob diferentes óticas, conforme quadro 7.

Quadro 7 - Professores convidados

TEMAS / ATIVIDADES PRESENCIAIS	Palestrante
Aula 1 - Educação Ambiental e formação de professores: mapas vivenciais, mapa mental e cartografia social	Dra Léia Aparecida Veiga Depto Geografia / UNILA
Aula 2 - Educação Ambiental da teoria a prática.	Clarissa Gaspar Massi – Doutoranda Depto Geociências / UEL
Aula 3 - Teatro e Educação Ambiental.	Dra Eloiza Torres Depto Geociências/ UEL
Aula 4 - Educação Ambiental e Artes	Graduandos em artes / UEL Edinan Calva e Priscila Sousa Anunciação
Aula 5 - Ética e Arborização	Dra Patricia Rosa Depto Biologia – UEL
Aula 6 - Consulta Pública da Minuta Programa Estadual de Educação Ambiental do Paraná	Dra Fabiana Campos SEDEST/PR
Aula 7 - Coleta Seletiva Solidária: Experiência da UTFPR Londrina	Dra Tatiane Dal Bosco Depto de engenharia ambiental UTFPR
Aula 8 - Políticas Públicas de Educação Ambiental	Wanderleia Coelho CAOP/ MPPR
Aula 9- Ministério Público, Meio ambiente e Sociedade	Révia Peixoto de Luna Promotora de Justiça do meio ambiente e da infância e juventude MP/PR

Fonte: MASSI, 2019

Também merece destaque, que os palestrantes participaram de maneira gratuita, com muita boa vontade. Devido a isso, as atividades foram realizadas de acordo com a disponibilidade de cada um. Ressalte-se, que todas as

instituições eram públicas, não havendo nenhum tipo de interesse e intervenção de instituições privadas.

Conforme reunião realizada com o Diretor do Departamento de Educação e com a Promotora de Justiça da educação e meio ambiente, iriam participar do curso tanto de maneira, como de maneira presencial, os professores da 4ª série do ensino fundamental das 4 (quatro) Escolas Municipais. Porém, de maneira presencial, somente participaram os professores e coordenadores de 3 (três) Escolas Municipais. Conforme já mencionado, após ser questionado pelo MP, a diretora da Escola não participante, alegou ter confundido as datas.

Assim, participaram do curso 6 (seis) professoras da 4ª série do ensino fundamental, uma coordenadora de cada escola, e 3 (três) assessoras pedagógicas do Departamento da Educação, totalizando 12 participantes.

Foi extremamente importante a participação das coordenadoras das escolas e das assessoras pedagógicas do Município. As próprias coordenadoras, passaram a se tornar multiplicadoras, elas realizavam reuniões, compartilhavam os materiais e todo o conteúdo com os professores e familiares de cada escola.

De maneira voluntária, participaram a coordenadora da CMEI Ieda Tanaka e o Diretor do Departamento do Meio Ambiente, assim, o curso contou com a participação de 14 (quatorze) integrantes de modo presencial.

No decorrer do curso foram realizados 9 (nove) encontros formativos presenciais e 4 (quatro) com aulas gravadas, dos quais 6 (seis) encontros ocorreram na Biblioteca Cidadã em Jataizinho.

Nos encontros presenciais eram realizados debates, reflexões e a construção coletiva da proposta.

Tanto as atividades a distância, quanto as presenciais, buscavam compreender, refletir, discutir e construir uma ação pedagógica e educativa crítica/emancipatória, considerando as diferentes realidades e processos educativos existentes nas escolas e no Município.

3.2.2 Atividade Presencial 1 - Educação Ambiental e Formação de Professores: mapas vivenciais, mapa mental e cartografia social

O primeiro encontro presencial foi realizado no dia 16 de abril, na Biblioteca Cidadã em Jataizinho-PR. Surgiu a possibilidade daquele momento de estar presente na região, a Professora Dra Léia Aparecida Veiga Departamento de Geografia – UNILA, que trabalha em Foz do Iguaçu.

Os principais objetivos deste primeiro encontro foram de apresentar a pesquisadora e a professora convidada, dialogar sobre a proposta e desenvolvimento do Curso; conhecer pessoalmente os cursistas, suas vivências, suas experiências em projetos de Educação Ambiental, suas expectativas; explicar as formas de acesso e trabalho no ambiente virtual de aprendizagem moodle; trabalhar com o tema representações sociais e mapas mentais.

Na abertura, foi realizada a proposta do curso e a forma que iria ser desenvolvido, posteriormente foi ministrado a atividade com a Professora convidada.

Foi solicitado que todos se apresentassem, compartilhando um pouco de suas vivências em projetos de Educação Ambiental, foram questionados sobre sua participação em projetos de EA ou se desenvolviam, bem como os trabalhos foram realizados na escola ou que estavam em andamento.

Na primeira etapa a professora convidada ministrou a atividade: Educação Ambiental e formação de professores: mapas vivenciais, mapa mental e cartografia social (conforme figura 7) e abordou sobre os seguintes temas:

- Interdisciplinaridade
- Conceito de lugar
- Conceito de Paisagem
- Mapeamento espacial
- Mapas Mentais
- Cartografia social

Figura 7 - Professora ministrando a primeira aula na Biblioteca Cidadã



Fonte:Hoffmann, 2019

Essa atividade foi extremamente importante, para que as professoras pudessem conhecer os diversos problemas socioambientais existentes no município e refletirem sobre os problemas socioambientais e onde se localizam.

Na segunda etapa a professora Léia apresentou um mapa impresso em uma folha A0 de Jataizinho, e pediu para as professoras separarem em dois grupos.

Após, solicitou que elas desenhasssem no mapa os problemas socioambientais de Jataizinho, em suas devidas localizações. Conforme figura 8.

Figura 8 -Professoras participando da atividade de cartografia social



Fonte: MASSI, 2019

Estes momentos presenciais de troca de experiências, de diálogo, de reflexões sobre as percepções de vida, de mundo, de sociedade, das questões ambientais, o exercício da escuta, da fala, do relato dos sonhos e desafios de cada um, como seres humanos e educadores oportunizaram momentos de aprendizagens e crescimento coletivo.

Temas que surgiram: Descarte incorreto de resíduos sólidos, queima de resíduos sólidos, alagamento, casas construídas próximas ao Rio Tibagi, loteamentos irregulares, má sinalização de trânsito. Neste momento, não foi mencionado a utilização de agrotóxicos.

O Diretor do Departamento do Meio Ambiente como participante do curso, no decorrer da primeira atividade relatou as ações ambientais realizadas em relação à questão dos resíduos, saneamento básico e arborização urbana.

3.2.3 Atividade presencial 2 - Educação Ambiental da Teoria a Prática

Foi realizada pela pesquisadora no dia em maio na Biblioteca Cidadã em Jataizinho, a segunda atividade presencial com o tema: Educação Ambiental da Teoria a Prática.

Inicialmente foi solicitado aos cursistas que falassem sobre como eram realizadas as atividades de educação ambiental. O que elas entendiam sobre o meio ambiente e educação ambiental?

É importante ressaltar que pelo fato de a pesquisadora ter elaborado todo o material do curso, bem como os temas das aulas presenciais, tanto nesta atividade como nas demais, os conteúdos abordados nas atividades presenciais eram conexos com o conteúdo disponibilizado na plataforma e principalmente com a realidade dos cursistas.

Foi abordado alguns pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Ambiental Tradicional e Educação Ambiental Crítica/Emancipatória, Meio Ambiente e sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, que já estavam disponíveis na plataforma (Figura 9a). Após foi demonstrada uma pequena entrevista realizada pelo Prof. Dr Jorge Sobral da Silva Maia¹⁴ (figura 9b).

Figura 9a e b- Atividade Ministrada pela pesquisadora e entrevista do Prof Dr Jorge Sobral



Fonte: Hoffmann, 2019

Na entrevista, o Professor Jorge Sobral através de uma maneira muito sucinta, aborda sobre Educação Ambiental Crítica, Sustentabilidade e exemplos de como trabalhar a educação ambiental na educação básica.

É importante mencionar que paralelamente, várias vídeos-aulas estavam sendo disponibilizadas na plataforma, também sendo solicitados para que os participantes assistissem. Como por exemplo, as vídeos-aulas da especialização em

¹⁴ Programa Há Controversas – Educação Ambiental – Entrevista com o Prof Dr Jorge Sobral da Silva Maia. <<https://www.youtube.com/watch?v=6PO47pZHUo0&t=2s>>

Saneamento Ambiental pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, ministradas pelo professor Dr Jorge Sobral da Silva Maia, sendo elas: 1) Elementos Históricos¹⁵, 2) Conceitos para a Educação Ambiental¹⁶.

Posteriormente, foi realizada a oficina “Árvore dos Sonhos” conforme demonstrado na figura 10, uma metodologia participativa que neste momento foi inserida para como um instrumento de análise pela pesquisadora, para verificar os pontos negativos e positivos implícitos dos participantes e os problemas socioambientais no entorno das escolas.

Figura 10- Professoras participando da construção da árvore dos sonhos



Fonte: MASSI, 2019

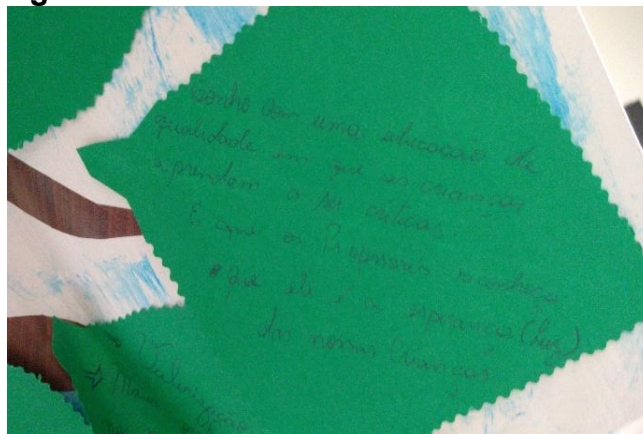
Esta atividade também estava disponibilizada na plataforma, sendo solicitado para que os coordenadores de cada escola elaborassem essa oficina, para auxiliar os professores a construírem e debaterem sobre as principais dificuldades e as potencialidades para desenvolver os trabalhos em cada escola.

Foi solicitado para os integrantes escreverem os sonhos pessoais e coletivos cortados em papéis em formas de folhas conforme figura 11, sendo lidos e após colados na árvore. Em seguida, verificou-se que existem muitos sonhos que são comuns e que podem se transformar em realidade. Uma pessoa ficou responsável para realizar o registro dos sonhos relatados por todos.

¹⁵ Educação Ambiental - Elementos Históricos – Professor Dr Jorge Sobral da Silva Maia – Canal EAD UENP < <https://www.youtube.com/watch?v=2XNiUuAk3Is&t=68s>>

¹⁶ Conceitos para a Educação Ambiental < https://www.youtube.com/watch?v=pJ24_PmeY8M&t=126s>

Figura 11- As folhas contendo os sonhos das professoras



Fonte: Autora, 2019

Sonho com uma educação de qualidade em que as crianças aprendam a ser críticas. E que os professores reconheçam que são a esperança das nossas crianças (Educadora X).

Sonhos:

Valorização profissional e pessoal

Menos não e mais sim

Mais participação da família

Mais aprendizagem dos alunos

Mais ação do poder público

Escolas revitalizadas e coloridas

Espaços sem a presença de lixo

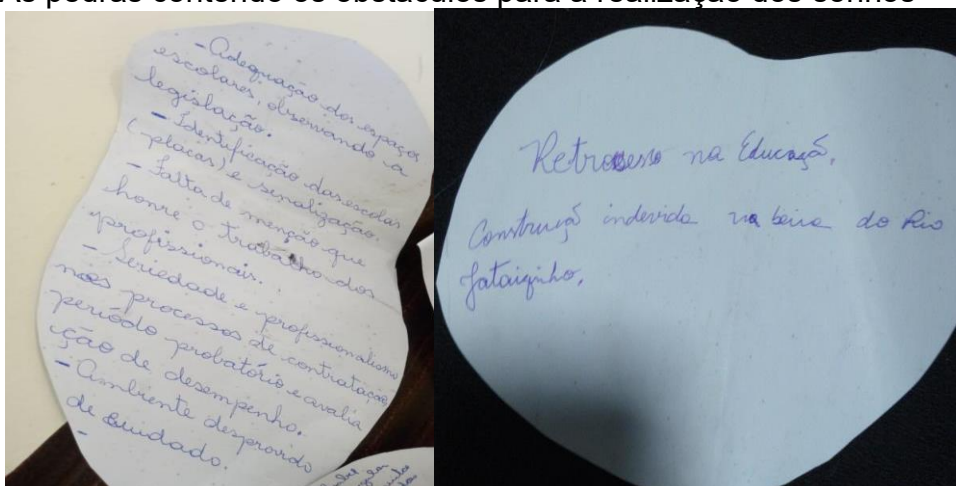
Observou-se que a maioria das participantes mencionou a valorização profissional e pessoal como sendo o seu maior sonho. As falas destas profissionais eram de cansaço extremo, descontentamento, problemas emocionais que estavam interferindo a saúde. Relato de mulheres, que estavam pensando em abandonar a profissão, se sentiam incapazes, desmotivadas.

Outro ponto muito debatido, foi com relação a maior participação da família nas atividades escolares. Os professores sentem falta de interação mais ativa e presente da família com o processo de desenvolvimento das crianças nas escolas.

Posteriormente, foram realizados outros questionamentos fundamentais para orientar inicialmente as reflexões e debates: Quais os principais problemas da escola e comunidade escolar? A pesquisadora abordou a seguinte reflexão: “Para chegar aos sonhos, temos pedras no caminho, que nos servem como obstáculo”. Um trajeto foi traçado recortado no papel. Os cursistas também responderam à pergunta: “Quais são os problemas que atrapalham alcançar nossos

sonhos?” Os participantes escreveram novamente um problema pessoal e coletivo em papéis cortados em forma de pedra, leram e colaram no caminho, conforme figura 12.

Figura 12– As pedras contendo os obstáculos para a realização dos sonhos



Fonte: Autora, 2019

Lembrei de um curso que participei em que o palestrante disse: que a comunidade chegava em determinado bairro e sabia onde se localizava porque tinha escolas. Não existe placas de sinalização indicando os locais onde se encontram as Escolas. Existe uma escola que atende surdos que há 15 anos não possui placas de sinalização e muitas escolas não possuem nem identificação. (...) Eu entendo que tenho que me valorizar enquanto profissional. Falta uma menção que honre o trabalho do profissional, pois quando encontra uma falha, essa falha aflora de tal forma que tudo de positivo que o profissional desenvolveu cai por terra. Acredito que essa menção honrosa servirá como uma motivação para os profissionais. (Educadora J).

Eu tenho que compreender o meu valor, não posso esperar que alguém o reconheça. Tenho que entender que sou professor e detenho certo conhecimento e quando é o momento de dar a minha opinião, vou lá e me escondo, não estou indo á luta, estou me escondendo. Que profissional que eu estou sendo? Eu quero o valor mas quem vai dar o meu valor? Se eu mesma não dou o meu valor e não luto por eles e pelas minhas opiniões (Educadora P).

Novamente, a valorização pessoal e profissional apareceu como sendo um dos temas mais mencionados. Os obstáculos mais citados pelos participantes foram:

Obstáculos:

- Falta de comprometimento pais/ alunos/ profissionais
- Lixo na rua/ entulho
- Jogar lixo em frente das escolas
- Queimada de lixo

- Bueiros entupidos
- Pais estacionando indevidamente
- Falta dos alunos
- Falta interesse da família
- Falta solidariedade
- Faltam condições para desenvolver atividades
- dentro da sala de aula
- Construções perto do rio
- Falta de Manutenção nas escolas
- Banheiros e escadas com acessibilidade
- Placas de sinalização
- Falta de portão na escola
- Pintura na escola
- Poluição
- Falta de cooperação
- Falta de recursos humanos para desempenhar a fiscalização
- Baixo autoestima
- Desvalorização
- Professores ficando doentes
- Má gestão pública em todos os setores não apenas desta gestão
- Individualismo
- Falta de contratação de funcionários – Só tem o Diretor do Meio Ambiente no Departamento do Meio Ambiente e Agricultura e mais nenhum outro funcionário. Se tornando quase que impossível apenas um servidor desenvolver toda a demanda e projetos na área do meio ambiente.

Esta atividade serviu como análise para que a pesquisadora pudesse verificar e principalmente conhecer as necessidades pessoais e coletivas dos participantes.

Ressalte-se que o tema agrotóxico em nenhum momento foi mencionado pelas professoras.

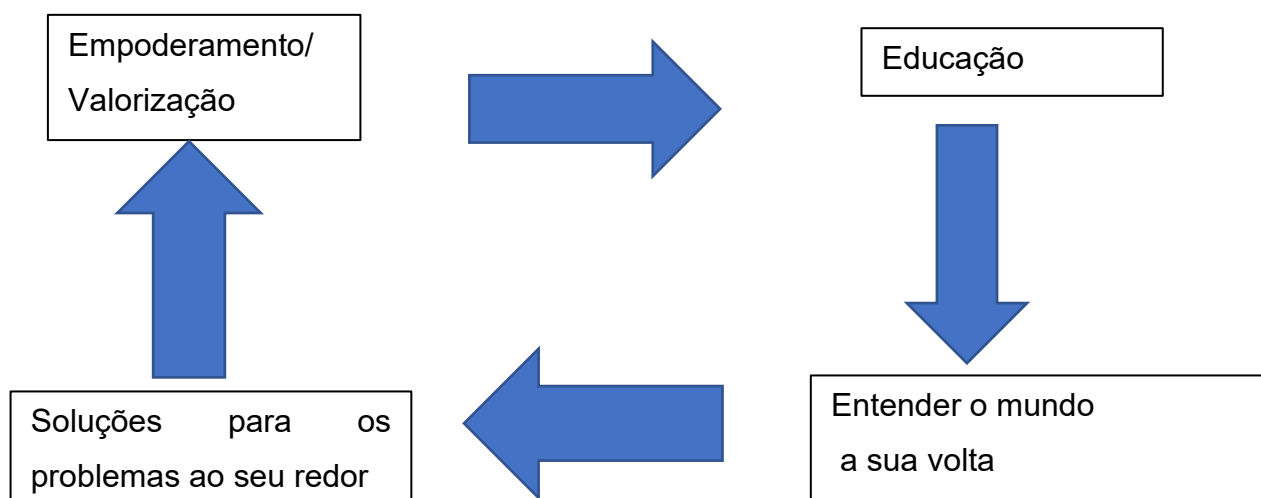
Diante os resultados, a primeira atitude tomada, foi trabalhar com a valorização e empoderamento destas professoras. Resgatando sua autoestima, seu amor por elas, pelo outro, pela vida, pela escola e pela profissão. Partiu-se da

premissa que quando uma pessoa está bem consigo mesma, se sentindo valorizada, ela possui mais condições emocionais, para trabalhar e estudar.

No grupo de WhatsApp, semanalmente era enviados sugestões de filmes com temas envolvendo a valorização da profissão de professora, vídeos e mensagens motivacionais. A pesquisadora passou a chamá-las sempre de “Professoras Maravilhosas”.

Este trabalho de valorização pessoal e empoderamento, não estava presente no pré-projeto. Com isso, foi necessário estudo sobre o tema e sempre procurar meios de motivar essas professoras no decorrer do curso. Isso aconteceu no decorrer do curso, onde a pesquisadora procurou motivar tanto no grupo, quando elas a procuravam para conversar em particular.

Ficou claro, ser impossível as professoras discutirem e abordarem temas como saneamento básico, resíduos sólidos, desigualdade social, por exemplo, sendo que não se sentiam valorizadas, com vontade de desistir da profissão. A partir do momento em que as professoras começaram a se valorizar, a sentir donas de si, a se sentir fortes, as coisas em sua volta começaram a mudar. As professoras passaram a ser responsáveis pelas reivindicações e transformações ocorridas dentro e fora da escola conforme será demonstrado no decorrer da presente pesquisa. Este processo pode ser melhor demonstrado conforme a figura 13.

Figura 13 – Processo de empoderamento e mudanças socioambientais

Fonte: Autora, 2019

Com isso, busca-se educar as pessoas para que elas enquanto cidadãos possam ser capazes de entender o seu contexto, o mundo a sua volta, promovendo mudanças em direção ao empoderamento dos indivíduos, por consequência atuando com eficiência no sentido de resolver ou manifestar soluções para os problemas que estão presentes ao seu redor.

Esta oficina foi de suma importância para o desenvolvimento do projeto, no qual auxiliou no conhecimento das diferentes realidades, dos sonhos e dos obstáculos vivenciados pelos professores, proporcionando que a pesquisadora pudesse adaptar os conteúdos, as abordagens, as atividades e instrumentos utilizados no decorrer do curso. Principalmente, conhecer os problemas individuais de cada participante.

Estas informações eram importantes para que o curso pudesse contribuir na ressignificação da prática docente ou potencializar a prática da Educação Ambiental Crítica, para promover uma educação construída e pensada a partir da escola e dos sujeitos que dela fazem parte.

Isto posto, de acordo com os temas que foi trazido pelas professoras, foi elaborado todo o conteúdo das atividades presenciais.

3.2.4 Atividade Presencial 3 - Teatro e Educação Ambiental

A atividade foi ministrada pela Profa Dra Eloiza Torres do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, no dia 06 de junho, com o tema: Teatro e Educação Ambiental.

Objetivos da atividade eram:

- Apresentar uma série de possibilidades de utilização de materiais didáticos como suporte para a prática de Educação Ambiental na Educação Infantil

Específicos:

- Ressaltar o uso da sucata como material importante para o desenvolvimento das técnicas;

- Ressaltar o lúdico como meio eficaz de transposição didática dos conteúdos de educação ambiental;

- Reforçar o uso do teatro e das redes sociais como youtube para divulgação das práticas (vovó fofuxa)

A professora demonstrou vários tipos de fantoches e os materiais utilizados (Figura 14). Demonstrando que, todos os fantoches podem ser confeccionados pelas próprias professoras.

- Fantoches de vara ou espetos;
- Fantoches com as mãos;
- Fantoches de luvas;
- Fantoches de copinhos ou saquinhos.
- Fantoches com garrafa pet
- Fantoches com legumes, folhas, sementes
- Fantoches de massa.

Figura 14- Professora convidada demonstrando os diversos materiais para construir um fantoche



Fonte: MASSI, 2019

Também foi demonstrado pela Professora Eloiza, sobre como é realizada a dramatização com fantoches, devendo o texto deve ser curto, com mensagem direta, sem rodeios, os diálogos devem ser de ação rápida e curta.

Muitas vezes, o próprio professor deverá escrever o texto, confeccionar os bonecos, apresentar e discutir a informação contida no texto com os alunos.

No cotidiano da sala de aula, o professor pode optar por transmitir o maior número de tarefas ao aluno, visto que as mesmas ajudam no desenvolvimento da criança como um todo, sendo apenas um direcionador das atividades.

No decorrer da atividade a Professora Eloiza foi direcionando o tema para as práticas: sugerindo teatro de fantoches com caixas de leite, conforme figura 15. As professoras confeccionaram fantoches com o material disponibilizado e em seguida criaram e apresentaram algumas estórias para os participantes.

Figura 15- Teatro com fantoches realizado pelas professoras



Fonte: MASSI, 2019

A intenção da Professora também era de apresentar que com sobras de elementos, como por exemplo: tecido, lã, caixas de leite, também podem ser utilizados na confecção de materiais didáticos.

Na última etapa as professoras se fantasiaram e apresentaram uma história pautada na atividade cartografia social realizada na oficina anterior pela Professora Léia. Os participantes contaram sobre o processo de urbanização da cidade de Jataizinho-PR, figura 16.

Figura 16- Teatro realizado pelas professoras



Fonte: MASSI, 2019

É importante demonstrar que mesmo se tratando de atividades lúdicas, os professores podem utilizar uma abordagem crítica em sua fala, e na narrativa de suas histórias, e não ficar limitados apenas nos comportamentos.

3.2.5 Atividade Presencial 4 – Educação Ambiental e Artes

A reivindicação da pintura dos muros feita pelos professores do curso, foram desenvolvidos do Centro Municipal de Educação Infantil Ieda Garcia Tanaka - CMEI.

O objetivo da presente atividade era revitalizar o muro da CMEI e fazer com que os professores e por consequência os munícipes que transitam no redor da CMEI, refletissem sobre as questões ambientais e valorizassem este espaço. Também demonstrar técnicas de pintura para ser utilizado pelos professores em sala de aula e a utilização de elementos naturais que podem ser utilizados como “tintas naturais”¹⁷.

A presente autora, entrou em contato com um professor do curso de artes da Universidade Estadual de Londrina, e o mesmo disponibilizou um tempo de sua aula para a pesquisadora propor para os alunos, a atividade da pintura do muro da CMEI em Jataizinho. Dos mais de 35 alunos presentes, apenas dois aceitaram participar.

No dia 21 de junho de 2019 (domingo), no período matutino, os dois alunos do curso de artes, inicialmente demonstraram para as professoras como a educação ambiental e artes poderiam ser trabalhadas em conjunto. Foi importante fazer com que as professoras conseguissem perpassar a educação ambiental na disciplina de artes. De modo que, incluíam esse aprendizado dentro da sala de aula.

Este cenário foi motivador para que a realização da atividade de Artes¹⁸ atuasse com educação ambiental redor do CMEI e, por consequência, agindo de maneira indireta no cotidiano das pessoas que frequentam o CMEI e transitam naquele local. O muro não pintado, contendo pichações, apresentava um cenário de

¹⁷ APOSTILA GRATUITA ENSINA A FAZER TINTAS NATURAIS. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://CICLOVIVO.COM.BR/MAO-NA-MASSA/FACA-VOCE-MESMO/APOSTILA-GRATUITA-ENSINA-A-FAZER-TINTAS-NATURAIS/](https://ciclo Vivo.com.br/mao-na-massa/faca-voce-mesmo/apostila-gratuita-ensina-a-fazer-tintas-naturais/)>

¹⁸ Para maiores informações:

CALZA, E. A. ANUNCIAÇÃO, P. S. MASSI, C. G.; GARCIA, C. L. A pintura mural como educação ambiental: atividade realizada com professores da rede municipal de Jataizinho-PR. Encontro Paranaense de Educação Ambiental (17. : 2019 : Londrina, PR). Anais do XVII EPEA, [do] IV Colóquio Internacional em Educação Ambiental [e da] II Mostra Paranaense de Educação Ambiental [livro eletrônico] / organizadoras: Jeani Delgado Paschoal Moura...[et al.] ; [coordenação editorial: ZysmanNeiman]. – São Paulo : Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2020. 1 Livro digital (3 v.) : il.

abandono, de acúmulo de descartes incorretos de resíduos sólidos, configurando um ambiente desagradável, demonstrado na figura 17.

Figura 17- Muro antes de ser pintado pelos professores e alunos



Fonte: Autora, 2019.

Como maneira de sensibilização e reflexão, o mural foi realizado por intermédio da arte, com criatividade e técnica de pintura nos muros. Priscila e Ednan, alunos do curso de Artes, também ensinaram técnicas de pinturas e sobre a utilização de elementos naturais para fazer tinta natural. Foi disponibilizado para os participantes materiais¹⁹ que forneciam sugestões, como por exemplo: é possível obter o pigmento amarelo do abacate, com a casca do ovo adquire a cor branca, terra, açafreão e beterraba também são exemplos de matérias-primas para as tintas naturais.

As Artes e a Educação Ambiental estão entrelaçadas nessa atividade pedagógica mobilizando visualmente com as pinturas nos muros a população atuante no entorno escolar. Foi apresentado pelos alunos de artes o seguinte planejamento das atividades, conforme quadro 8.

¹⁹ Segundo o artista capixaba Jhon Bermond, a tinta teve origem em elementos encontrados na natureza, ou seja, toda tinta era natural. O artista compartilha em sua cartilha online o contexto histórico da arte da pintura e, em seguida, explica formas de obter as tintas, assim como quais substâncias aglutinantes devem ser utilizadas – além dos fixadores e conservantes naturais. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7u8ZE-vXclLbVAycm1HLUIBSWVaT2ZhZH1S0IYajZaOXZB/view?resourcekey=0-FfgTlnkt3nrmp_I15ZLsw>

Quadro 8- Educação Ambiental no Ensino de Arte

<p>TÍTULO: Educação Ambiental no Ensino de Arte</p> <p>Justificativa Educação ambiental no ensino de arte (Meio Ambiente como espaço direitos e deveres) Oficina pintura mural com plantas regionais</p> <p>Fio condutor, tema ou questão problematizadora Conscientização da comunidade escolar de questões sobre Educação Ambiental</p> <p>O que os alunos podem aprender?</p> <p>Os alunos terão a capacidade de ter um olhar mais consciente referente aos elementos ambientais e discorrer sobre o cuidado e manutenção deles. Através da execução de uma pintura mural terão a noção de fatura em grande dimensão</p> <p>Metodologia Discussão sobre o tema Educação Ambiental, desenho como projeto, e pintura mural como vivência pratica e poética na execução desse projeto</p> <p>Conteúdos Discussão da necessidade do ensino, de forma interdisciplinar, das questões que abrange o meio ambiente onde esse não está restrito somente aos recursos naturais, visto que o cidadão também tem participação efetiva e direta, seja na questão cultural, social, política e econômica. Lidando com os problemas que envolve esse tema e abordando ele dentro da sala de aula</p> <p>Avaliação Não haverá avaliação formal se dando apenas pela formação continuada dos professores em relação ao tema condutor.</p>

Fonte: Priscila Asunção.

Importante destacar, que os alunos do curso de artes também tiveram acesso a alguns materiais sobre educação ambiental na perspectiva crítica e utilizaram tais atividades e referencial teórica na disciplina de estágio.

Os dois alunos do curso de artes demonstraram para os professores as pinturas impressas dos pintores Rimón Guimarães e Zéh Palito.

A partir das ideias, os professores desenharam nas folhas sulfites com grafite e cor. Posteriormente, discutiram os trabalhos coletivamente, apresentaram à turma e, por fim, pintaram os muros.

Os painéis pintados nos muros segundo apresentado na figura 18, são a realização de sonhos e de ideias que valorizam a preservação ambiental. Foram realizados pelos professores protagonistas das escolas públicas, mobilizados pelo

respeito ao meio em que vivemos e cuidadosos do caminho que conduz ao espaço físico escolar, pois nele, se projetam e realizam sonhos.

Figura 18- Aluna do curso de artes com os professores e alunos pintando o muro



Fonte: MASSI, 2019

Com a intervenção das categorias existentes na educação popular, como solidariedade, diálogo, amorosidade, identidade, cooperação e coletividade, é possível realizar ações pedagógicas que humanizam o ambiente escolar democratizando a cultura, a ciência e o conhecimento. Respeitar o lugar da escola para não haver desrespeito por parte das relações de poder.

Esta atividade vivenciada numa CMEI pelas professoras das escolas públicas municipais de Jataizinho, é um exemplo prático de conexão envolvendo a realidade específica da CMEI e a construção coletiva de saberes e aprendizagens. Para finalizar a pintura no muro, o grupo de professores compareceu durante mais dois domingos conforme figura 19.

Figura 19- Muro finalizado



Fonte: Autores, 2019

O ambiente em torno da pintura mural contribuiu para a estética da preservação do meio ambiente; o desenho e a cor indicam que é possível modificar um lugar degradado em espaço limpo e de propostas que valorizam o meio ambiente.

O grupo que trabalhou na pintura mostrou, no final, que começaram a pensar nos cuidados com o espaço público e, sobretudo, em torno da escola onde eles mesmos convivem.

Assim, a partir desse trabalho, o grupo será, ao mesmo tempo, propagador e cuidador do entorno do muro da escola. Além, é claro, da mensagem exposta no painel com cores, linhas e imagens que potencializam a sensibilização diante das plantas e da natureza de um modo geral.

A partir desta atividade, todas as escolas e a CMEI que participaram do curso também foram revitalizadas, por iniciativa dos próprios professores.

Enquanto coordenadora, notei que revitalizar a escola fez toda a diferença na vida dos funcionários e alunos da escola. Os professores estavam vindo com mais ânimo na escola, se sentiam mais pertencidos a escola. Os alunos ficaram encantados com as mudanças e passaram a cuidar melhor do meio ambiente escolar. As pessoas cuidam mais daquilo que gostam (depoimento coordenadora 1).

A direção, coordenação e os professores, verificaram o quanto era importante a escola estar pintada e revitalizada. Esse cuidado com a escola trouxe muitos benefícios para os todos os funcionários da escola, os mesmos se sentiam mais felizes.

3.2.6 6 Atividade Presencial 5 - Arborização Urbana para a ética do cuidado na escola

No dia 15 de agosto de 2019, a atividade foi ministrada pela Profa Dra Patricia Rosa do Departamento de Biologia Geral da Universidade Estadual de Londrina, com o tema : “ Arborização Urbana para a ética do cuidado na escola”.

Objetivo: Instruir, formandos e professores, sobre o plantio de árvores de passeio, de praça e de habitação à luz do Plano Diretor de Arborização do Município de Londrina, Lei n. 11.996, de 30 de Dezembro de 2013, com enfoque em uma linguagem acessível, e práticas de cuidado das árvores recomendadas às crianças deste nível de ensino.

A atividade foi empregada com base no Plano Diretor de Arborização de Londrina, pois em Jataizinho este plano ainda não foi criado.

Na primeira etapa, a Professora Patrícia discutiu e ouviu das professoras de Jataizinho como ocorreu o processo de urbanização do Município, conforme.

Posteriormente, foram discutidos os seguintes temas:

Arborização urbana, princípios constitucionais de proteção ambiental, motivos para arborizar e alguns pontos do Plano Diretor de Arborização do Município de Londrina.

Na segunda etapa, a professora Patrícia entregou uma tela de coleta manual impressa para cada cursista (figura 20), para que eles analisassem as árvores encontradas ao redor da Biblioteca Cidadã, no local onde a atividade estava sendo ministrada, e preenchessem o quadro.

Figura 20- Tela de coleta manual fornecido pela professora

Quadro 1 – Tela de coleta manual
Table 1 – Manual collection screen

I - LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO																																							
Data: / /		Via Pública:			N°		Bairro:																																
Nome Comum:		Gênero:			espécie:		Calçada: (m)		Rua: (m)																														
II - DIMENSÕES (CM)																																							
Altura Geral:			Altura da 1ª Ramificação:			Diâmetro da Copa:		PAP:																															
III - BIOLOGIA																																							
Estado geral		Equilíbrio geral		Fitosanidade		Intensidade		Local/ataque		Injúrias	Ecolgia	Fenologia																											
ótimo <input type="checkbox"/>	bom <input type="checkbox"/>	regular <input type="checkbox"/>	péssimo <input type="checkbox"/>	morta <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	Caulo <input type="checkbox"/>	Copa <input type="checkbox"/>	Palço <input type="checkbox"/>	Broca <input type="checkbox"/>	Inseto <input type="checkbox"/>	Bateria <input type="checkbox"/>	Formiga <input type="checkbox"/>	Lagarta <input type="checkbox"/>	Cochonilha <input type="checkbox"/>	Vaquinha <input type="checkbox"/>	Leve <input type="checkbox"/>	Médio <input type="checkbox"/>	Pesado <input type="checkbox"/>	Ausente <input type="checkbox"/>	Caulo <input type="checkbox"/>	Raiz <input type="checkbox"/>	Frutos <input type="checkbox"/>	Flores <input type="checkbox"/>	Ramos <input type="checkbox"/>	Folhas <input type="checkbox"/>	Lesão grave <input type="checkbox"/>	Lesão média <input type="checkbox"/>	Lesão leve <input type="checkbox"/>	Lesão ausente <input type="checkbox"/>	Vandalismo <input type="checkbox"/>	Insetos <input type="checkbox"/>	Ninhos <input type="checkbox"/>	Líquens <input type="checkbox"/>	Epífitas <input type="checkbox"/>	Parasitas <input type="checkbox"/>	Folha <input type="checkbox"/>	Flor <input type="checkbox"/>	Fruto <input type="checkbox"/>
IV - ENTORNO E INTERFERÊNCIAS																																							
Local geral		Localização relativa		Pavimento		Afloramento de raiz		Participação		Tipo faixa		Tráfego																											
Cent. central <input type="checkbox"/>	Calçada <input type="checkbox"/>	Praça <input type="checkbox"/>	Via pública <input type="checkbox"/>	Junto a guia <input type="checkbox"/>	Junto a divisa <input type="checkbox"/>	Centrada <input type="checkbox"/>	Terra <input type="checkbox"/>	Cimento <input type="checkbox"/>	Pedra <input type="checkbox"/>	Cerâmico <input type="checkbox"/>	Grama <input type="checkbox"/>	Calçada <input type="checkbox"/>	Canteiro <input type="checkbox"/>	Construção <input type="checkbox"/>	Leito carroçável <input type="checkbox"/>	Isolada <input type="checkbox"/>	Duas ou mais <input type="checkbox"/>	Derivação <input type="checkbox"/>	1ª ria <input type="checkbox"/>	2ª ria <input type="checkbox"/>	Tel <input type="checkbox"/>	Leve <input type="checkbox"/>	Pesado <input type="checkbox"/>	Médio <input type="checkbox"/>															
Recuo? <input type="checkbox"/>		Situação adequada? <input type="checkbox"/>		Manilha <input type="checkbox"/>		Solo pavimentado <input type="checkbox"/>		Árvore dentro do imóvel <input type="checkbox"/>																															
Fiação		Posteamento		Iluminação		Sinalização		Muro/Construção																															
Atual <input type="checkbox"/>	Potencial <input type="checkbox"/>	Ausente <input type="checkbox"/>	Atual <input type="checkbox"/>	Potencial <input type="checkbox"/>	Ausente <input type="checkbox"/>	Atual <input type="checkbox"/>	Potencial <input type="checkbox"/>	Ausente <input type="checkbox"/>	Atual <input type="checkbox"/>	Potencial <input type="checkbox"/>	Ausente <input type="checkbox"/>																												
V - DEFINIÇÃO DE AÇÕES																																							
Ação executada					Ação recomendada																																		
Poda leve <input type="checkbox"/>	Poda pesada <input type="checkbox"/>	Planto <input type="checkbox"/>	Reparos de danos <input type="checkbox"/>	Controle <input type="checkbox"/>	Substituição <input type="checkbox"/>	Ampliação de canteiro <input type="checkbox"/>	Poda leve <input type="checkbox"/>	Poda pesada <input type="checkbox"/>	Planto <input type="checkbox"/>	Reparos de danos <input type="checkbox"/>	Controle <input type="checkbox"/>	Substituição <input type="checkbox"/>	Ampliar canteiro <input type="checkbox"/>																										
Qualidade da ação: Ótima <input type="checkbox"/>					Boa <input type="checkbox"/>					Regular <input type="checkbox"/>					Péssima <input type="checkbox"/>					Outra: <input type="text"/>																			

Fonte: R. Árvore. Viçosa-MG, v. 26, nº 5

Cada cursista portava uma trena, no qual foram aprendendo com a professora, como analisar a árvore e medi-la (figura 21) conforme os requisitos existentes no quadro. Como por exemplo, a metragem do distanciamento da árvore para a via pública.

Figura 21- Professores medindo o distanciamento da árvore

Fonte: Autora, 2019

Na última etapa, foram plantadas pelas professoras de Jataizinho, mudas de árvores na CMEI Ieda, conforme figura 22.

Figura 22– Professores plantando as árvores



Fonte: MASSI, 2019.

A coordenadora se comprometeu de cuidar das árvores e fazer com que as crianças também pudessem auxiliar neste processo do desenvolvimento das árvores. Figura 23.

Figura 23 – Professores com as mudas plantadas



Fonte: VIRGINIA, 2019.

A partir desta atividade as professoras de Jataizinho, vislumbraram práticas de interesse de Educação Ambiental, que gerem resultados efetivos no manejo adequado das árvores e sua relação sadia com as pessoas.

Depois da atividade de ética e arborização, passei a olhar o plantio das árvores na cidade com outros olhares. Agora sei quando o plantio da árvore está correta ou não e também sei da importância do Plano Municipal de Arborização (depoimento professora J).

Ressalte-se que nesta atividade também participaram o diretor do meio ambiente e suas duas estagiárias do curso de engenharia ambiental.

Gostei bastante dessa atividade, inclusive irei pegar esse quadro de coleta manual como modelo para as fiscalizações no município (diretor do departamento do meio ambiente).

3.2.7 Atividade Presencial 6 - Consulta Pública da Minuta Programa Estadual de Educação Ambiental do Paraná

No dia 04 de setembro de 2020, a Universidade Estadual de Londrina sediou a Consulta Pública da Minuta Programa Estadual de Educação Ambiental do Paraná, promovida pela Secretaria do Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST) demonstrado na figura 24.

Figura 24 – Consulta Pública da Minuta Programa Estadual de Educação ambiental do Paraná



Fonte: Universidade Estadual de Londrina, 2019

A responsável pelo evento na UEL foi a professora Dra Patrícia de Oliveira Rosa da Silva, do Departamento de Biologia Geral, do Centro de Ciências Biológicas (CCB). A consulta foi direcionada a todos os públicos interessados em discutir questões socioambientais por meio da Educação Ambiental.

O principal objetivo foi discutir o teor da Minuta do Programa Estadual de Educação Ambiental do Paraná, para sugerir alterações com vistas à melhoria e sucesso na implementação em diversos setores da sociedade: público, privado e não-governamental.

A consulta foi mediada pela professora Dra Fabiana Cristina de Campos, diretora de Políticas Públicas da SEDEST. Também contou com a presença da professora Wanderléia Aparecida Coelho, representando o Ministério Público do Paraná.

Devido a importância do tema e da participação nas audiências públicas, sendo assunto já discutido no módulo 4 do curso, as professoras participaram da audiência pública, conforme figura 25.

Figura 25 – Professoras participando da Consulta Pública da Minuta Programa Estadual de Educação Ambiental do Paraná



Fonte: E.H. MASSI, 2019

As professoras, ouviram o teor da Minuta e discutiram sobre alguns pontos, como por exemplo, sobre o processo de formação dos professores, na qual foi mencionada que a mesma ocorreria de maneira on line.

3.2.8 Atividade Presencial 7 - Coleta Seletiva Solidária: Experiência da UTFPR Londrina

No dia 28 de setembro de 2019, as professoras de Jataizinho participaram de uma atividade ministrada pela Profa Dra Tatiane Dal Bosco²⁰ e com os alunos do curso de engenharia ambiental do grupo de coleta seletiva, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – campus Londrina, conforme figura 26. O tema da atividade era : “ Coleta Seletiva Solidária: Experiência da UTFPR Londrina”.

Figura 26 – Atividade realizada pela professora Dra Tatiane Dal Bosco



Fonte: Autora, 2019

Foi abordado sobre o Decreto Federal nº 5.940/06 e alguns pontos da Lei Federal 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, como, gerenciamento de resíduos sólidos, a ordem prioritária do gerenciamento de resíduos sólidos. Também foi demonstrado as ações de conscientização para alunos e servidores, a política de sustentabilidade da UTFPR, a economia de recursos naturais, fonte de renda dos catadores e cumprimento da legislação.

Os professores participaram de uma dinâmica sobre a importância da rede de relacionamentos (figura 27) e do quiz de perguntas e respostas sobre resíduos sólidos.

²⁰ A professora está desenvolvendo um projeto para os professores e servidores das escolas sobre resíduos sólidos início do ano de 2020.

Figura 27– Professores participando da dinâmica da teia



Fonte: Autora, 2019

Para dar início à dinâmica a professora Tatiane pediu para os participantes formarem uma roda, e posteriormente pegou o rolo do barbante e amarrou em seu dedo indicador, se apresentou e jogou o rolo para outro participante, o mesmo procedimento foi realizado com todos participantes. No final, o barbante formou uma grande teia no meio do círculo formado pelos integrantes do grupo.

Foi solicitado que os participantes observassem o emaranhado de conexões formadas e a professora Tatiane falou sobre a importância da rede dos relacionamentos, que sozinhos não conseguimos desenvolver nossos projetos, por isso era necessárias as conexões. Neste momento a professora Tatiane aproveitou e instigou as professoras ao perguntar: o que te move?

Um sonho? Ver os sorrisos dos alunos? Um objetivo claro são coisas que fazem as pessoas se moverem para alcançar seus objetivos. Quando se mantem em mente quais são os estímulos utilizados para mover, fica mais fácil recorrer a eles diante dos desânimos. Isso foi crucial para vida de muitas professoras, que no decorrer do ano, diante dos obstáculos encontrados no seu dia a dia, recordavam deste questionamento.

Na segunda etapa, foi demonstrado sobre o trabalho da comissão: atendimento a comunidade externa, cursos profissionalizantes para os catadores, gincanas solidárias e ações de sensibilização nas redes sociais.

No final, os professores conheceram o campus da Universidade, e os locais que faziam o monitoramento dos resíduos recicláveis, o local onde era realizado

o monitoramento dos resíduos orgânicos e o local de destinação, ou seja, as composteiras e os ecopontos solidários (Figura 28).

Figura 28- Ecopontos solidários



Fonte: Autora, 2019

A partir dessa atividade, as professoras passaram a solicitar a compra de copos de vidro ao invés dos copos descartáveis nas escolas.

A CMEI Ieda, criou um ponto solidário de coleta de potes de vidros com tampas, para a destinação ao Hospital Evangélico de Londrina, onde faltavam potes para armazenar leite materno.

3.2.9 Atividade Presencial 8 - Políticas Públicas de Educação Ambiental.

No dia 12 de novembro foi ministrado pela Wanderleia Aparecida Coelho, membro da equipe técnica do Centro de Apoio às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Paraná, a atividade com o título: Políticas Públicas de Educação Ambiental.

Foram abordados os principais eventos Internacionais e Nacionais envolvendo a educação ambiental e discutido sobre a importância da Lei Municipal de Educação Ambiental, conforme figura 29.

Figura 29- Apresentação sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental



Fonte: Autora, 2019

Na segunda etapa, a palestrante por residir em Curitiba-PR (veio especialmente para participar deste encontro), solicitou em conhecer as escolas que estavam participando do curso (figura 30).

Figura 30- Visita da palestrante nas Escolas Municipais



Fonte: SILVA, 2019.

Posteriormente, conforme agendado com antecedência, foi realizada uma reunião no gabinete do prefeito, conforme figura 31, contando com a presença do prefeito Sr Dirceu Urbano Pereira, do diretor da educação Celso Ribeiro, do diretor meio ambiente, do engenheiro ambiental Edson Henrique Gaspar Massi, representando a Promotora de Justiça Dra Révia Peixoto de Luna, da Wanderleia Coelho representando o CAOP e da pesquisadora, foi discutido sobre o processo de implementação da Lei Municipal de Educação Ambiental no Município (Anexo E).

Figura 31 – Reunião com o prefeito e com os diretores do departamento de educação e do meio ambiente, Wanderléia do CAOP, da pesquisadora e do representante do MP



Fonte: SILVA, 2019.

No dia seguinte, a Wanderleia Coelho solicitou a pesquisadora para que a mesma demonstrasse o processo de desenvolvimento do curso de formação de educadores ambientais. A reunião foi realizada na Universidade Estadual de Londrina, no departamento da Geociências.

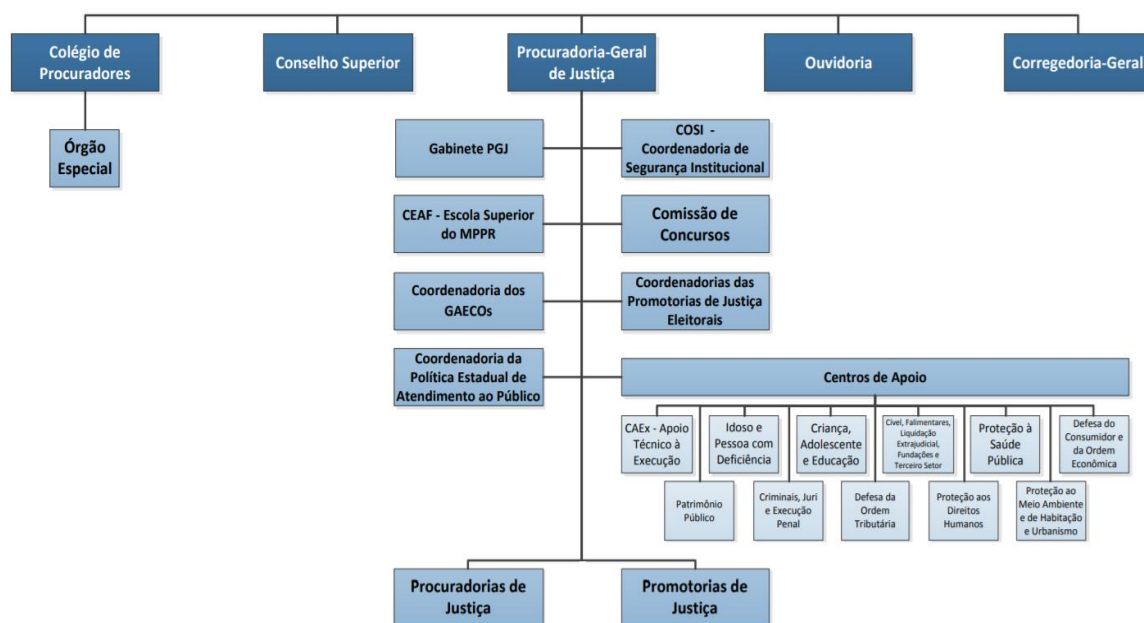
3. 2.10 Atividade Presencial 9 Ministério Público: Meio Ambiente e Sociedade

No presente tópico será demonstrado a atividade e os dados apresentados pela Promotora de Justiça Révia Peixoto de Luna e sua equipe. Optou-se em demonstrar tais informações, para exibir o diagnóstico realizado via Ministério Público.

Inicialmente a Promotora de Justiça Révia Peixoto de Luna, abordou sobre o capítulo Meio Ambiente previsto no artigo 225 da Constituição Federal, já mencionado no presente trabalho, e posteriormente sobre as funções institucionais (figura 32) do Ministério Público que estão previstas no artigo 129, incisos II e III, da CF/88, no qual estabelece:

- II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Figura 32- Estrutura do Ministério Público do estado do Paraná
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: E.H. MASSI, 2019

No segundo momento foi abordado sobre as formas e instrumentos de atuação ministerial extrajudicial. Figura 32.

- Procedimentos Extrajudiciais: Notícia de Fato, Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis;

- Possibilidades de acionamento: Requisição de providências e informações, expedição de Recomendações Administrativas e formalização de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre outras;

Figura 33 – Apresentação da Promotora de Justiça



Fonte: MASSI, 2019

Na esfera judicial:

- Ação Civil Pública;
- Execução de Termos de Ajustamento de Conduta;
- Judicialização de Medidas de Proteção - situações de risco;
- Atuação na apuração por atos infracionais e aplicação de medidas socioeducativas para adolescentes;
- Atuação como fiscal da ordem jurídica – casos de intervenção obrigatória;

Posteriormente foi abordado sobre a incorporação de Jataizinho ao Foro de Regional de Ibiporã.

A Lei Estadual nº 17.248/2012 – publicada em 31/07/2012 – transferiu Jataizinho da Comarca de Uraí para a Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Foro Regional de Ibiporã;

Ações de diagnóstico – levantamento de demandas, causas em andamento, políticas públicas a implementar;

As Competências da 2ª Promotoria se referem a:

- Defesa do Direito ao Meio Ambiente;
- Defesa e Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes e da Família;
- Defesa do Direito à Educação;

Atuação em conjunto com outras Promotorias em casos que envolvam, de forma reflexa, estas competências, como defesa da ordem urbanística, do direito à saúde e do Patrimônio Público.

O engenheiro ambiental, Edson Henrique, figura 34, repassou algumas informações sobre os resíduos sólidos:

Resíduos sólidos (IC 2014 e TAC 2016) - Obrigações do TAC:

- Elaborar e Implementar Plano e Política Municipal de Resíduos Sólidos;
- Integrar a PMGRS com a Política Municipal de Saneamento Básico;
- Identificar e fiscalizar grandes geradores de resíduos sólidos, resíduos submetidos à logística reversa e hospitalares; Exigir PGRS;
- Implementar pontos de coleta voluntária de resíduos submetidos à logística reversa;
- Implementar educação ambiental;
- Regularizar a disposição de rejeitos, coleta seletiva e envolver a cooperativa nos trabalhos;

Figura 34- Apresentação do engenheiro ambiental Edson Massi



Fonte: MASSI, 2019

Resíduos sólidos – Avanços

Elaboração de Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos*;

- Instituição de cooperativa e início do trabalho com materiais recicláveis;

- Cessão de barracão para a cooperativa;

- Início da coleta seletiva e da cobrança da taxa pelo recolhimento de resíduos sólidos;

- Início de avaliação de possíveis soluções para a disposição final de rejeitos;

Saneamento básico (IC 2013 e TAC 2017) - Obrigações:

- Elaborar Plano Municipal de Saneamento Básico (com diagnóstico e soluções para os problemas apurados);

- Elaborar projeto para superar as deficiências eventualmente apuradas e formalizar previsão orçamentária;

- Contratar, por concurso público, profissional de engenharia para o SAAE e Plano de Ação para apoio técnico enquanto não atendida a obrigação;

- Atenção, pelo SAAE, aos parâmetros mais restritivos para lançamento de efluentes após o tratamento de esgoto; respeito à outorga de uso da água para lançamento;

- Reavaliação, pelo SAAE, do atual sistema de tratamento de esgoto e planejamento de providências;

- Reavaliação dos planos de contingência do SAAE;

- Elaborado de Plano Municipal de Saneamento Básico (com diagnóstico, projetos e ações necessárias – mas, ainda não foi comprovada a previsão de orçamento);

- Elaborado Plano de ação, enquanto não contratado engenheiro por concurso público;

- Início de estudos para avaliar a eficiência do atual sistema de tratamento;

- Fiscalização preventiva da adequação do orçamento do SAAE;

Posteriormente a Assessora Patricia falou sobre a Atuação Infância e Adolescência, figura 35.

- Fiscalização e acompanhamento da demanda por vagas em CMEIS;
- Fiscalização do atendimento, estrutura física e de pessoal do CCA;
- Acompanhamento da implementação dos Planos Decenais de Direitos da Criança e do Adolescente e de Atendimento Socioeducativo;
- Acompanhamento da implementação do serviço de escuta especializada e do fortalecimento das ações de enfrentamento da violência praticada contra crianças e adolescentes;
- Fiscalização do Serviço de Acolhimento Institucional – Execução - - TAC para contratar e capacitar cuidadoras;
- Fiscalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;
- Acompanhamento do CMDCA e do orçamento do Município;
- Acompanhamento do Plano Nacional de Alimentação Escolar e da implementação da merenda orgânica;
- Elaboração do TAC para a Casa Abrigo.

Figura 35- Apresentação da Assessora Patricia



Fonte: MASSI, 2019

Por fim, foi realizada uma atividade com os professores para que eles escrevessem e falassem sobre os problemas socioambientais do Município. Mais uma vez, verificou-se, que não foi mencionado o tema “agrotóxico”, motivo esse, que causou muito espanto e preocupação para a promotora de justiça. Figura 36.

Figura 36 - Atividade realizada com os professores



Fonte: Massi, 2019

Trecho das falas:

Eu pensava que tudo era de responsabilidade da gestão pública, por causa desse curso, comece a entender e saber que não, que eu tenho o dever, assim como eu também tenho meus direitos. Comecei a perceber o quão forte eu sou e o que eu tenho que fazer para mudar a minha realidade e os problemas que enfrento no meu dia-a-dia.

Após ouvir as professoras, dias depois, a Promotora de Justiça visitou todas as escolas do Município, juntamente com o engenheiro ambiental, onde posteriormente fizeram uma reunião com o prefeito. Foi realizado uma série de reivindicações administrativas pela promotora de Justiça, no anexo H.

. É importante destacar, que o papel da promotora de justiça foi extremamente importante na vida das professoras da rede Municipal de Jataizinho. Pelo fato ser uma promotora de justiça mulher, essas professoras se sentiram representadas como mulheres, elas sentiam orgulho da coragem e do papel dessa promotora de justiça perante a sociedade e de certa forma, essas professoras também passaram a se sentirem mais fortes.

4 ALGUNS RESULTADOS REALIZADOS PELOS PROFESSORES DE MANEIRA CONJUNTA

Durante o curso foi orientado que os professores organizassem um grupo de debates e diálogos, elegendo um coordenador, e repassassem alguns resultados para a pesquisadora.

Também ocorreu a inclusão de outros materiais didáticos pelas professoras pesquisadoras, adaptando a realidade dos cursistas como já mencionado e pela necessidade de inclusão de outros materiais com abordagem crítica dos conteúdos.

No decorrer do curso algumas atividades foram realizadas em conjunto pelos professores, sendo elas:

- a) Desfile de 7 de setembro
- b) Mutirão de limpeza
- c) Pintura estádio de futebol
- d) Participação no EPEA
- e) Campanhas pelas redes sociais
- f) Revitalização escolas

Todas as atividades partiram por iniciativa e vontade das professoras. Nenhuma atividade foi estabelecida pela pesquisadora.

4.1 DESFILE 7 DE SETEMBRO

O desfile de 7 de setembro, contou com a participação das 4 (quatro) Escolas Municipais, e das (2) duas CMEIs, dos integrantes da Cooperativa de materiais recicláveis, Prefeito, Secretários, demais funcionários públicos e com as pessoas da comunidade.

As três escolas que participaram do curso levaram para as ruas e para a comunidade o tema: Meio Ambiente, Educação e Cidadania.

Através das faixas, fantasias, cartazes e teatro, foram abordados os temas sobre o Rio Tibagi²¹, consumo e consumismo, alimentação saudável, direitos e deveres, elementos da natureza, dengue, gerenciamento de resíduos sólidos, conforme demonstrado nas figuras 37 “a” e “b”:

Figura 37 “a” e “b”- Alunos participando do desfile de 7 de setembro



Fonte: ANTONHOLI, 2019

Ressalte-se, que o tema meio ambiente foi escolhido pelas próprias professoras e os assuntos apresentavam questões locais, que foram trabalhadas com os alunos no decorrer do ano e que para os professores seria importante também expor para a comunidade.

Procurou-se através deste evento levar ao conhecimento da comunidade de Jataizinho o que estava sendo ensinado aos alunos e fazer com que cada um reflita sobre seu papel na sociedade, figura 38.

²¹ Localizado no limite entre as cidades de Ibiporã e Jataizinho está o Rio Tibaji (popularmente Tibagi), que percorre 41 municípios do Paraná, com as nascentes entre os municípios de Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa e foz no Rio Paranapanema (fronteira entre os estados de Paraná e São Paulo), integrando a Bacia do Rio que leva o nome do estado. “O nome Tibaji deriva do idioma indígena. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire aponta em seu livro sobre sua viagem ao Sul do Brasil que o termo seria traduzido como “Feitoria de Machado” (Tiba = “feitoria”, e ji = “machado”); entretanto, como descrito pelo pesquisador Edmundo Alberto Mercer o termo significaria “muitas cachoeiras” (Tiba = “muito”, e ji = “cachoeiras”).” Área da bacia 25.239 km².
Fonte: <http://culturaeturismo.ibipora.pr.gov.br/conteudo/ver/id/67/rio-tibagi>

Figura 38- Alunos participando do desfile



Fonte: Antonholli, 2019

Os alunos levaram as mensagens sobre não destruir e respeitar a natureza, sobre a ligação envolvendo a saúde humana e a natureza, sobre cidadania, direitos e deveres.

Conforme demonstrado nas figuras 39 “a” e “b”, foi abordado sobre o tema gerador resíduos sólidos, gerenciamento dos resíduos sólidos, especialmente sobre o consumo e consumismo.

Figura 39 “a” e “b” Alunos apresentando sobre o consumismo e capitalismo



Fonte: Antonholli, 2019

O tema resíduos sólidos foi muito abordado, devido ao fato de estar sendo inserido naquele ano (2019) a coleta seletiva no Município. A intenção dos professores e alunos era também de demonstrar que o consumismo, se refere a uma

ação de comprar em excesso e sem necessidade, sendo estimulada por impulso ou desejo de comprar e que está relacionado com os impactos ambientais e questões sociais, culturais e econômicas. Figura 40.

Figura 40 - Alunos apresentando sobre consumo e consumismo



Fonte: Vallini, 2019

De acordo com o roteiro utilizado e apresentado pelos professores, conforme os trechos a seguir:

O consumismo é diferente do consumo, que é caracterizado pela ação de realizar compras necessárias – como água e alimentação. O consumismo é presente nas sociedades capitalistas e tem se mostrado um reflexo da globalização e da mídia.

Um dos fatores que incentivam o consumo desacerbado é a denominada por obsolescência programada. Trata-se de uma estratégia dos produtores em criar produtos que possuem um prazo curte de vida ou se tornam obsoletos em um período breve. Deste modo, os consumidores são levados a adquirir versões mais novas do bem ou serviço em questão.

Outro fator que influencia o crescimento do consumo descontrolado é a chamada Indústria Cultural. A indústria cultural obtém lucro a partir da determinação de padrões de interesses. Deste modo, criam-se modelos de comportamentos de consumo para atender a demanda de venda das empresas. A base da cultura de

massa são o , assim, diariamente as populações são bombardeadas por anúncios publicitários que vinculam de maneira direta a compra de um produto com a felicidade do consumidor, ocorrendo o processo de alienação e ilusão. Deste modo, com a intervenção da mídia as pessoas começam a acreditar que o vazio e a insatisfação sentidos por várias pessoas podem ser preenchidas por produtos e consumo.

Os impactos causados pelo consumismo podem trazer consequências ambientais. Com a crescente busca por produtos, mais elementos naturais precisam ser extraídos para suprir a essa procura. Quando existe um aumento no processo de produção dos bens e serviços, a degradação ambiental também se eleva, muitas vezes causada pela emissão de gases poluentes e a contaminação da água e do solo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 92% da população mundial vive em locais em que a qualidade do ar está fora dos padrões indicados para a saúde. Ainda, os estudos da World Wide Fund for Nature (WWF) demonstram que são explorados aproximadamente 50% recursos a mais do que o planeta pode repor.

Outra questão demonstrada, é que o consumismo está ligado a produção de resíduos sólidos que por consequência também aumenta. De acordo com o Panorama dos Resíduos Sólidos 2018/2019, produzido pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe), em 2018 foram gerados no Brasil 79 milhões de toneladas de resíduos. Desse total, 92% foram coletados. Isso significa uma pequena melhora em relação ao ano anterior, já que, se a produção de lixo aumentou 1%, a coleta aumentou 1,66%. Dos resíduos coletados em 2018, 59,5% receberam destinação adequada nos aterros sanitários, uma melhora de 2,4% em relação a 2017 (ABRELPE, 2019). Esse número é amplamente afetado pela obsolescência, tanto programada quanto psicológica, que faz o consumo de produtos tecnológicos crescer consideravelmente.

Conforme apresentado nas figuras 41, segundo relato dos professores, era de demonstrar que a percepção do meio ambiente não está limitada apenas aos elementos naturais, mas sim as questões sociais, econômicas, culturais, políticas e que “tudo ao nosso redor faz parte do meio ambiente”.

Figura 41- Aluno carregando a faixa com os dizeres: “Tudo ao nosso redor faz parte do meio ambiente”



Fonte: ANTONHOLI, 2019

Conforme apresentado na figura 42, a intenção era de demonstrar para a sociedade que para os objetivos em comum serem alcançados é necessário a união das pessoas e de várias instituições, de maneira que raramente as metas são alcançadas quando apenas uma pessoa ou poucas pessoas contribuem, por isso, “com a união de todos faremos a diferença”.

De acordo com o questionário e com as falas das professoras, muitos projetos não são concretizados ou terminam em um curto prazo de tempo, devido a participação de uma ou poucas pessoas.

Figura 42 – Alunos participando do desfile com a faixa: Com a união de todos faremos a diferença



Fonte: VALLINI, 2019

Nas figuras 43 e 44, foram abordados sobre alguns temas locais. Na figura 43 foi apresentado o tema sobre a importância em valorizar e preservar o Rio Tibagi, e paralelamente sobre a água.

Figura 43 – Alunos participando do desfile com os dizeres: “Devemos valorizar e preservar o rio Tibagi”



Fonte: VALLINI, 2019

O segundo tema tratava sobre a dengue, figura 44. Foi apresentado, que este assunto tem relação com a saúde humana, meio ambiente e com o descarte incorreto dos resíduos sólidos.

Figura 44 – Alunos carregando a faixa com os dizeres: “Dengue se você agir podemos evitar”



Fonte: VALLINI, 2019

Um dos momentos ápice do desfile, foi a apresentação das pessoas que trabalham na Cooperativa Cooper Jatay, conforme figura 44. Para os professores, a questão dos resíduos sólidos também abrange a esfera social e principalmente a desigualdade social. Segundo os professores uma grande quantidade de pessoas, que não conseguem emprego, acaba trabalhando com a venda, com o recolhimento, dentre inúmeras formas, de resíduos sólidos. Os resíduos sólidos acabam sendo o meio de sobrevivência destas pessoas, seja como fonte de renda, seja como alimentação das sobras de comida. Enquanto muitas pessoas consomem cada vez mais produtos e alimentos, uma outra parcela de pessoas, passa fome.

A intenção das professoras era de mostrar que a reciclagem, além de ser importante no processo de diminuição da extração dos elementos naturais, também é importante como fonte de renda para muitas pessoas.

Figura 44- Caminhão da coleta seletiva participando do desfile



Fonte: ANTONHOLI, 2019

Infelizmente existe muito preconceito com as pessoas que sobrevivem com a coleta e a venda dos resíduos sólidos, são pessoas invisíveis para uma parcela da sociedade, mesmo desempenhando um papel essencial para a cidade. Por isso, o intuito dos professores era demonstrar para a comunidade a importância dessas pessoas para o Município, valorizando-as enquanto pessoas e profissionais e demonstrando seu papel fundamental para a sociedade.

Outro momento importante foi o teatro realizado pelos alunos do 5º ano da Escola Municipal Dom Pedro. Os alunos falaram sobre meio ambiente em uma visão integral, sobre consumismo, obsolescência programada, impactos ambientais,

sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sobre a cooperativa COOPERJATAY.
 Figura 45.

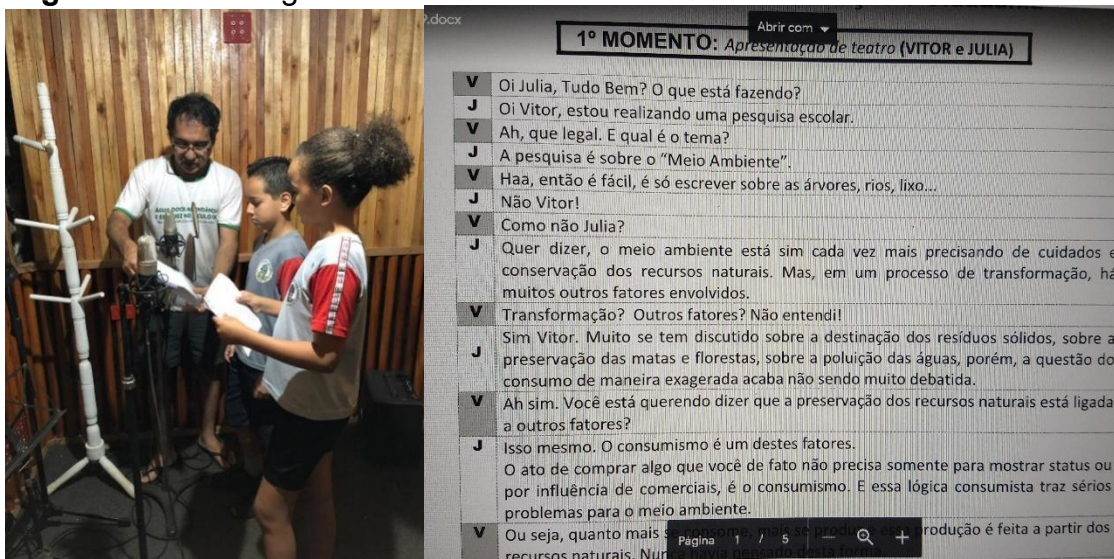
Figura 45- Alunos apresentando o teatro



Fonte: VALLINI, 2019.

É importante demonstrar que por trás dos bastidores deste desfile, existiram muitas pesquisas, muito esforço, muita dedicação, muita criatividade, por parte desses professores, conforme figura 46.

Figura 46- Alunos gravando as falas do teatro no estúdio



Fonte: VALLINI, 2019

4.2 MUTIRÃO DE LIMPEZA

Algumas professoras e seus familiares, se reuniam no decorrer do ano de 2019 e realizaram mutirões de limpeza em espaços públicos (Figura 46).

Praças públicas eram limpas, jardins eram criados e cuidados, hortas urbanas criadas em um projeto em desenvolvimento em 2020²².

Figura 46- Professoras e familiares participando de mutirões de limpezas em espaços públicos



Fonte: NUNES, 2019

Para essas professoras, assim como será demonstrado em capítulos posteriores, é muito importante as pessoas viverem em ambientes mais limpos e agradáveis. Assim, gerando bem estar e uma melhor qualidade de vida para elas e para toda a comunidade.

Os professores apresentaram no XVII Encontro Paranaense de Educação Ambiental um artigo sobre a revitalização da Praça Frei Timóteo²³ no centro de Jataizinho.

²²Projeto suspenso em 2020 devido ao Covid-19

²³ANTONHOLI. A.; PEREIRA. I. M. L.; MASSI, C.G. **Educação Ambiental não formal: revitalização da praça Frei Timoteo de Castelnuovo em Jataizinho-PR.** Encontro Paranaense de Educação Ambiental (17. : 2019 : Londrina, PR). Anais do XVII EPEA, [do] IV Colóquio Internacional em Educação Ambiental [e da] II Mostra Paranaense de Educação Ambiental [livro eletrônico] / organizadoras: Jeani Delgado Paschoal Moura...[et al.] ; [coordenação editorial: ZysmanNeiman]. – São Paulo : Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2020. 1 Livro digital (3 v.) : il.

4.3 PINTURA ESTÁDIO DE FUTEBOL

Um dos pedidos realizados pelas professoras e pelo diretor do meio ambiente, foi a pintura do muro do estádio de futebol.

A intenção da pintura de muros, não se referia apenas em deixar o local mais bonito, mas também, expor no mural temas para que as pessoas que ali transitassem refletissem sobre tais questões (figura 47).

Figura 47 – Professores pintando o muro do estádio de futebol



Fonte: ANTONHOLI, 2019

As pinturas realizadas neste muro, contaram com a colaboração de muitas mãos. Além das professoras, o diretor do meio ambiente e suas duas estagiárias, voluntários de Londrina (amigos da pesquisadora) e alunos do Colégio Estadual Parigot de Souza de Jataizinho, conforme figura 48.

Figura 48- Professores e alunos do Colégio Estadual Parigot de Souza pintando o muro do estádio



Fonte: Autora, 2019

Os professores do Colégio Estadual Parigot de Souza, pediram a permissão para que os alunos pudessem pintar. Para eles, essa atividade além de demonstrar a cooperação, também foi oportunizado aos alunos que expressassem as artes e suas reflexões sobre assuntos como ideologia de gênero, racismo, inclusão e questões socioambientais.

Foi representado no muro questões como: gerenciamento de resíduos sólidos, fauna, flora, mulher jogando futebol, cadeirante jogando basquete, mulheres negras praticando esportes, dentre outros. Figura 49.

Figura 49 - Professores, voluntários, prefeito Dirceu e o Diretor do Departamento do Meio Ambiente



Fonte: NUNES, 2019

Com o sucesso dessas atividades realizadas na CMEI Ieda, nos muros do estádio de futebol e nas escolas, como será abordado no decorrer da presente pesquisa, o diretor do meio ambiente entrou em contato com a rede globo, para que fosse realizada uma pequena reportagem sobre esse trabalho desenvolvido no município.

A presente pesquisadora teve a oportunidade de falar na tv, no programa “Meio Dia Paraná” de maneira breve, sobre sua tese do doutorado, em especial sobre as pinturas que os professores estavam realizando no Município de Jataizinho-PR. Figura 50.

Figura 50- Pesquisadora dando Entrevista para o jornal meio dia da RPC afiliada da rede globo



Meio Dia Paraná - Londrina >

Muro de escola em Jataizinho se transforma para ensinar educação ambiental para os alunos

1 min Exibição em 11 nov 2019

Professores e pedagogos se uniram para ensinar educação ambiental e cidadania aos alunos, através da revitalização das escolas e da arte nos muros. [ver mais](#)

Fonte: Disponível em : <https://globoplay.globo.com/v/8077809/>

4.4 PARTICIPAÇÃO NO XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EPEA E IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Encontro Paranaense de Educação Ambiental - EPEA é um evento itinerante, que tem caráter regional, mas já possui articulação internacional, sendo o segundo evento que recebe palestrantes e alguns participantes nacionais internacionais.

Os EPEAs são organizados pela REA-PR e sediados por uma Universidade Pública do Paraná e articula os membros da rede nos oito polos regionais que estão estabelecidos no estado do Paraná: Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Paranavaí. Esse evento bi-anual se constitui provavelmente como o mais antigo evento de educação ambiental

brasileiro, que continua com suas edições regulares e tem sido uma referência ao oferecer importante espaço acadêmico de pesquisa e troca de experiência entre os mais destacados pesquisadores e profissionais brasileiros, atuantes da área.

Geralmente, os valores para as inscrições dos eventos são relativamente altos, com isso, muitas pessoas deixam de participar. Pensando nisso, foi solicitado ao diretor do departamento de educação, que o referido departamento custeasse as inscrições de pelo menos uma professora de cada escola e das assessoras pedagógicas. Assim, a contribuição foi concedida e sete professoras puderam participar (Figura 51 “a” e “b”).

Figura 51 “a” e “b”- Professores de Jataizinho, diretor do departamento do meio ambiente, a pesquisadora e sua orientadora, participando do evento



Fonte: MASSI. E.H.G., 2019

É importante destacar que a maioria dos professores nunca havia produzido em um trabalho científico. Com isso, a pesquisadora criou canais de auxílio para ajudar os professores na construção desse material. Deste modo, verifica-se o empenho destes professores não somente em realizar as atividades práticas, mas também, a dedicação em estudar para fundamentar e construir um artigo científico e para apresentar de maneira oral.

As professoras de Jataizinho tiveram 14 artigos aceitos e apresentados no Encontro Paranaense de Educação Ambiental e IV Colóquio Internacional em Educação Ambiental – UEL, conforme quadro 10.

Quadro 9- Artigos aceitos e apresentados pelos professores no EPEA 2019²⁴

<p>1. MASSI, C. G.; TORRES, E. C. . FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM JATAIZINHO-PR. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-12.</p>
<p>2. LIMA, I. M. ; MASSI, C. G. ; NUNES, F. M. ; MARQUES, M. A. . Agenda 21 Escolar em Jataizinho-PR: Limites e possibilidades de ensino e aprendizagem. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019.</p>
<p>3. SILVA, A. V. ; MASSI, C. G. ; TORRES, E. C. . O REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ: APONTAMENTOS ACERCA DA ABORDAGEM AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, LONDRINA. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-12.</p>
<p>4. ANTONHOLI, A. ; MASSI, C. G. ; MASSI, E. H. G. ; HOFFMANN, E. C. H. . EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM IBIPORÃ-PR. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-12.</p>
<p>5. MASSI, C. G.; HOFFMANN, E. C. H. ; SILVA, A. V. . Árvore dos sonhos: Princípios e Práticas de Educação Ambiental no Colégio Estadual Manoel Bandeira em Cambé- PR. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-12.</p>
<p>6. CALZA, E. A. ; ANUNCIACAO, P. S. ; MASSI, C. G. ; GARCIA, C. L. . A pintura mural como educação ambiental: atividade realizada com professores com professores da rede municipal de Jataizinho. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV</p>

²⁴Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/issue/view/748>>

COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-12.

7. SILVA, A. V. ; MASSI, C. G. ; TORRES, E. C. . A utilização do vídeo como recurso na educação infantil: Trabalhando sobre resíduos sólidos. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-12.

8.VALLINI, S. A. ; MASSI, C. G. ; LACERDA, J. J. F. ; BOGO, G. . Educação Ambiental: Uma questão social e de cidadania. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-4.

9.VALLINI, S. A. ; MASSI, C. G. ; BISSI, E. G. . Brincando de Bazar na Escola: Prática Pedagógica Interdisciplinar em Sala de Aula. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-4.

10. ANTONHOLI, A. ; LIMA, I. M. ; MASSI, C. G. . EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL: REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA FREI TIMOTEO DE CASTELNUOVO EM JATAIZINHO- PR. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-4.

11.SILVA, C. A. ; ROCHA, C. R. S. ; MASSI, C. G. . Mosquito da dengue, procurado morto recompensa: sua vida. In: Clarissa Massi, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-4.

12.MASSI, C. G.; NUNES, F. M. ; VAZ, J. A. C. . Educação Financeira e Ambiental: atividade realizada pelo SICOOB - ouro verde em uma escola municipal de Jataizinho-PR. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-4.

13.SOBREIRA, C.L; SILVA, E.G.; JESUS. B.F.M. O teatro como ferramenta para a educação ambiental: Escola Municipal Princesa Isabel em Jataizinho-PR. Educação Financeira e Ambiental: atividade realizada pelo SICOOB - ouro verde em uma escola municipal de Jataizinho-PR. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL

EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-4.

14.SOBREIRA. C. L. ; FURLAN. A. A.; LIMA. M. S. M.; `PEREIRA. N. C. Educação Ambiental e artes: da pintura de muros à cidadania.O teatro como ferramenta para a educação ambiental: Escola Municipal Princesa Isabel em Jataizinho-PR. Educação Financeira e Ambiental: atividade realizada pelo SICOOB - ouro verde em uma escola municipal de Jataizinho-PR. In: XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 'Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades' II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019, Londrina. XVII ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA ?Com Ciência? nos 20 anos da Política Nacional de Educação Ambiental IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL "Educação Ambiental no Mundo: Diferentes Realidades" II MOSTRA PARANAENSE DE E, 2019. p. 1-4.

Fonte: Autora, 2019

Todas as atividades apresentadas conforme figuras 52 “a” e “b” foram realizadas no decorrer do curso de formação. Todas elas tiveram como base o material disponibilizado no curso e auxílio da pesquisadora.

Figura 52 “a” e “b”- Professores apresentando seus trabalhos no EPEA



Fonte: Autora, 2019

As sete professoras e o diretor do departamento do meio ambiente participaram em todos os dias no evento. Tiveram a oportunidade de conhecer alguns palestrantes, compartilharam conhecimentos e experiências com educadores de vários locais do estado do Paraná e do Brasil. As professoras apresentaram seus trabalhos venceram seus medos de falar em público e se sentiram muito valorizadas.

Alguns depoimentos dos professores:

Clarissa, agradeço pelas oportunidades, só participando do evento para ter a noção da dimensão. Adorei tudo! (depoimento Profa S)

Obrigada por tudo Clarissa. Foi maravilhoso! (Depoimento Profa F)

Realmente foi muito gratificante participar (depoimento profa C)

Foi muito gratificante, todos deveriam ter pelo menos uma oportunidade dessa na vida. Muito obrigada por ter nos oferecido o conhecimento necessário nesse dia (depoimento profa G).

Obrigada Clarissa! Realmente foi muito importante participar e ver tantas pessoas se interessando por nossos trabalhos. (Depoimento profa A)

Voltei renovada desse encontro! Obrigada pela oportunidade (depoimento profa B)!

Obrigada por dar esse impulso, nos ajudar e acreditar na gente. Como eu disse um dia para a Dra Revia, Jataizinho tem muita coisa boa também. Foi muito bom esses dias, momentos de reflexão e de traçar novos horizontes, sair da nossa caixinha e ir multiplicando os conhecimentos. Mais uma vez agradeço por todo o empenho (depoimento prof M).

A participação desse evento serviu como estímulo para os participantes. Eles foram muito elogiados pelos trabalhos e isso fez muita diferença na vida deles enquanto pessoas e profissionais. Infelizmente, a classe dos professores da rede básica, é muito desvalorizada e nesse evento, fez com que elas pudessem refletir inclusive sobre a importância delas na vida de cada aluno, o quanto o papel delas é importante na sociedade.

Vale ressaltar, que com muito desempenho, boa vontade e demonstrando que quando existem oportunidades, essas professoras podem conquistar muitas etapas, e alcançar seus sonhos, a professora Andreia Virginia e a professora Simone Andrade Vallini, passaram na seleção do mestrado pela Universidade Estadual de Londrina, a primeira no mestrado em geografia e segunda no mestrado em educação. A participação nesse evento, principalmente na produção de artigos e apresentações orais, foi elemento fundamental no processo de seleção, uma vez que, as produções acadêmicas²⁵ é critério de avaliação nos processos de seleção.

²⁵ Capítulo de livro:

VALLINI, S. A. A.; MASSI, C. G. . EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RESÍDUOS SÓLIDOS: PROMOVENDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR EM SALA DE AULA.. Educação Ambiental e Geografia VI - Sensibilizações, práticas e desafios. 1ed.: Amazon, 2020, v. , p. 33-40.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.VALLINI, S. A. A.; MASSI, C. G. ; LACERDA, J. J. F ; BOGO, G. . EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA

Neste mesmo ano, devido a repercussão do grande número de trabalhos aprovados no evento, foi realizada uma reportagem sobre o curso de formação de educadores ambientais em Jataizinho-PR, pela Agência UEL de Notícias. Figura 53.

Figura 53- Matéria publicada no Agência Uel de notícias

Agência UEL de Notícias

Londrina, Quinta-Feira, 27 de Janeiro de 2022 - Busca

18/11/2019 · Agência UEL de Notícias · Jornal Notícias

Pesquisadora mobiliza rede municipal de Jataizinho e reforça educação ambiental

Agência UEL

Estudantes da rede municipal de Jataizinho no Desfile do 7 de Setembro, tendo o meio ambiente como tema (FOTOS: Arquivo Pessoal)

"O curso ofertado promoveu um contato mais direto com a educação ambiental, além de proporcionar possibilidades para a elaboração de atividades que busquem o desenvolvimento de uma visão crítica em relação aos problemas ambientais, não só dos alunos, mas da família também". A declaração é da professora Simone Aparecida de Andrade Vallini, da rede municipal de educação de Jataizinho, norte do estado.

"A oportunidade foi a motivação para tentar mestrado em Geografia, pensando nos problemas ambientais vivenciados no nosso município, atrelando a questões do planejamento urbano. É um passo importante para crescimento profissional". As expectativas são da Andreia Virginia, que também é professora da rede municipal de Jataizinho.

As professoras Simone e Andreia são alunas do curso Formação de Educadores Ambientais voltados para professores da rede de educação do município de Jataizinho. A iniciativa do curso é da estudante do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em nível de doutorado, Clarissa Gaspar Massi, orientanda da professora Hoiza Torres, do Departamento de Geociências, do Centro de Ciências Exatas (CCE).

Notícias

- 17-12-2021
15h14 17/12/21 Revista do Meio-Dia (UEL FM)
- 16-12-2021
13h55 16/12/21 Revista do Meio Dia (UEL FM)
- 15-12-2021
16h53 15/12/21 Revista do Meio-Dia (UEL FM)
- 14-12-2021
13h31 14/12/21 Revista do Meio-Dia (UEL FM)
- 13-12-2021
13h16 13/12/21 Revista do Meio Dia (UEL FM)

QUESTÃO SOCIAL E DE CIDADANIA. In: Encontro Paranaense de Educação Ambiental - XVII EPEA IV Colóquio Internacional em Educação Ambiental, 2019, Londrina. XVII EPEA, 2019. p. 1-12.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1.VALLINI, S. A. A.; MASSI, C. G. ; BISSI G. Edleusa . BRINCANDO DE BAZAR NA ESCOLA: PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR EM SALA DE AULA. In: Encontro Paranaense de Educação Ambiental - XVII EPEA IV Colóquio Internacional em Educação Ambiental, 2019, Londrina. Encontro Paranaense de Educação Ambiental - XVII EPEA.

Apresentações de Trabalho

1. VALLINI, S. A. A.. Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental Crítica. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

A atividade formativa conta com apoio da promotora Revia de Paula Luna, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Paraná. Durante as atividades participaram como professores convidados, além da UEL, nomes das universidades do Norte do Paraná (UENP), Federal de Santa Maria (UFSM), Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

"Esse curso ajuda os professores da rede pública de educação de Jataizinho a refletir com seus alunos, como eles podem trabalhar a educação ambiental de maneira interdisciplinar e permanente", afirma Clarissa. Ela aponta como um problema comum as queimadas na área urbana. Outro desafio era a reciclagem de lixo com a separação em domicílios. "A educação ambiental ultrapassa a escola, chegando às famílias. Isso envolve questões sociais também", ressalta a doutoranda.



Professores da rede de educação de Jataizinho em revitalização de espaço escolar

Clarissa Massi explica que a educação ambiental é tema da sua tese e o curso foi viabilizado na modalidade semipresencial, sendo 44 horas presenciais e 30 horas a distância (EaD). Todo o material para o curso foi disponibilizado por Clarissa,

formada em Geografia e bacharel em Direito. Nas atividades a distância são cerca de 40 professores e o grupo presencial tem a participação de 12 professores. Antes de elaborar o conteúdo, Clarissa aplicou um questionário junto aos participantes para coletar informações sobre a temática do curso.

"Disponibilizo os conteúdos EaD - referências, textos, vídeos, links, - por meio do *Google Class Room*, por ser uma plataforma gratuita", explica Clarissa. O *Google Class* é um sistema para gerenciar conteúdo voltados para as escolas e que busca facilitar a criação, a distribuição e a avaliação de trabalhos escolares. O aplicativo foi lançado pela *Google* em 2014.

Clarissa Massi contabiliza os resultados do curso de formação. Os professores de Jataizinho apresentaram 17 trabalhos durante o Encontro Paranaense de Educação Ambiental (EPEA), evento internacional sediado na UEL de 15 a 17 de outubro. Juntamente com o EPEA foi realizado o 4º Colóquio Internacional em Educação Ambiental e a 2º Mostra Paranaense de Educação Ambiental.

Segundo ela, muitas professoras tiveram a iniciativa de revitalizar espaços das próprias escolas para realização de atividades com os estudantes, potencializando o processo de ensino e de aprendizagem. "Muitas foram à escola, no final de semana, para ajudar nessa revitalização". Ainda no Desfile de 7 de setembro, estudantes da rede desfilaram tendo o meio ambiente como tema.

É autorizada a livre circulação dos conteúdos desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, desde que citada a fonte.

Fonte:

Disponível em: <http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=29642>

A professora Andreia Virginia Silva, coordenadora da CMEI Ieda Garcia Tanaka, participou do curso de formação de educadores ambientais de maneira voluntária. No decorrer do curso, a professora apresentou dois trabalhos no EPEA, um trabalho na Semana de geografia da UEL e II Simpósio nacional de geografia e gestão territorial- SINAGGET²⁶, 2019, participou na elaboração de um capítulo de livro organizado pela profa Dra Eloiza Torres²⁷ e do evento Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado IV Colóquio de Geografias Territoriais Paranaenses XXXVI Semana de Geografia da UEL²⁸. Mesmo o curso sendo

²⁶ SILVA, A. V. ; MASSI, C. G. ; VEIGA, L. A. As concepções/ideias de água na Educação Infantil a partir de desenhos das crianças. In: XXXV SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL E II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL - SINAGGET, 2019, Londrina. XXXV SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEL E II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL - SINAGGET, 2019. p. 1-12.

²⁷ MASSI, C. G.; VEIGA, L. A. ; SILVA, A. V. . EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CASA DO CAMINHO: AÇÕES PEDAGÓGICAS ENVOLVENDO LUDICIDADE E RESÍDUOS SÓLIDOS. In: Eloiza Cristiane Torres. (Org.). Educação Ambiental e Geografia VI - Sensibilizações, práticas e desafios. 6ed.: Amazon, 2020, v. , p. 01-25.

²⁸ MASSI, C. G.; SILVA, A. V. MASSI, M.H.G.; Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental: O

desenvolvido em específico para as professoras do ensino fundamental, ela conseguiu replicar a fundamentação teórica para o ensino infantil.

4.5 CRIAÇÃO DE PÁGINAS NAS REDES SOCIAIS

No decorrer dos encontros, as professoras começaram a avaliar que muitos episódios aconteciam na cidade, na escola e que por falta de comunicação, na maioria das vezes as pessoas não tinham conhecimento.

Com isso, cada escola criou uma página no facebook, demonstrando as notícias das escolas e criaram em conjunto a página Edu Ambiental Jataizinho.

Nesta página foi divulgado notícias, informativos e campanhas da cidade. A página foi criada com o intuito de levar temas da cidade que estão ligados a educação ambiental a toda comunidade.

Foram exibidos temas sobre a dengue, como as atividades realizadas pelas crianças, informativos sobre cuidados com a saúde, com os recipientes com água parada e o mapeamento dos locais com casos confirmados no Município, figura 54 “a” e “b”.

Figura 54 “a” e “b”- Página Edu Ambiental Jataizinho

Edu Ambiental Jataizinho
Publicado por pc
16 de fevereiro de 2020 às 22:57 · 🌐

Pessoal, DENGUE MATA!!!

Pontos pretos
SUSPEITA DE DENGUE
Pontos vermelhos
CASOS CONFIRMADOS
Verifiquem seus quintais!



Edu Ambiental Jataizinho
Publicado por Clarissa Massi
16 de fevereiro de 2020 às 23:14 · 🌐

Atividade realizada em 2019 pela Profa Cenira Silva Cenira Silva da Escola Vicente em Jataizinho - PR

Na primeira etapa os educandos foram convidados a se sentarem em uma roda de conversa, onde os mesmos foram desafiados a responder a seguinte pergunta: Por que o mosquito Aedes Aegypti transmissor da dengue, zika e chikungunya se prolifera com tanta facilidade em nosso município? Diante dos conhecimentos prévios, foram mobilizados para a realização das atividades de leitura, escrita, confecção de cartazes e ações que levaram os educandos a transformações individuais e coletivas; de dentro para fora, ou seja, da escola para casa. Na próxima etapa ficou combinado que o conhecimento... Mais



Fonte: NUNES, 2019

Um dos assuntos abordados, foi sobre os resíduos sólidos, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, o gerenciamento de resíduos sólidos, sobre a coleta seletiva, com informações do dias da coleta e sobre a queima de resíduos sólidos. Figura 55 “a” e “b”.

Figura 55 “a” e “b”- Divulgação dos dias da coleta de materiais recicláveis e distribuição do papa pilhas nas escolas



Edu Ambiental Jataizinho
Publicado por: ...
22 de janeiro de 2020 às 19:24 · 🌐



Edu Ambiental Jataizinho
Publicado por: ...
14 de fevereiro de 2020 às 17:45 · 🌐

JATAIZINHO RECICLA

Iniciamos nossa coleta seletiva com as **RECICLÁVEIS**, em breve a separação de orgânicos e rejeitos. **Vamos separar sem parar. Colabore com o Meio Ambiente!**



Os recicláveis poderão ser colocados em sacos plásticos, sacolas de supermercados ou caixas de papelão

Atenção: Coloque seus resíduos recicláveis no dia destinado a coleta em seu bairro.
O caminhão inicia a coleta sempre às 7h!

FIQUE ATENTO (A) AO DIA DA COLETA DE RECICLÁVEIS EM SEU BAIRRO!

Segunda-feira: Área Rural (Taquari, Frei Timóteo, Águas das Flores e Balneário Tibagi). BR 369 e parque do Ipê e PR 443.

Terça-feira: Centro, chácaras a beira rio, Conjuntos - Família Inouhe, José Correia de Lacerda, Jd. Maria Julia, Resid. Stefhany, Jd. Novo Rio, Jd. Paraíso e Loteamento Tibagi

Quarta-feira: Conjuntos: Antônio José Vieira, Jesuino Loures Salinet, Octaviano H. Duarte, Zezé Quirino, Alto da Boa Vista (Pombal).

Sexta-feira: Vila Frederico, Vila Bernardes, Vila Pavão, Residencial Frei Jerônimo, Conj. Guido Zanini, Conj. Manoel Novisk, Conj Milton Felix e Jardim Bela Vista.

JATAIZINHO, O INÍCIO DE UMA NOVA *Realização*

MARABÁ, Cidade do Meio Ambiente

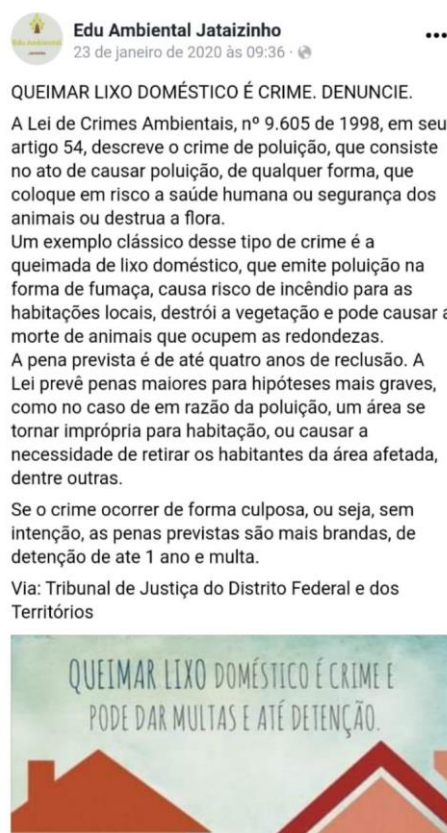
E hoje, o diretor do departamento do meio ambiente, Adriano Antonholi, entregou para todas as Escolas Municipais e CMEIs de Jataizinho, um papa pilhas. As professoras irão ensinar os alunos a depositarem as pilhas que já foram utilizadas em suas residências, para serem descartadas no papa pilhas. Os 16 papa pilhas foram confeccionados, pelo Adriano e pelas estagiárias Isabella e Jéssica do Departamento do Meio Ambiente. Parabéns a todos!! 🙌👏❤️



Fonte: NUNES, 2019

Os habitantes do município ainda possuem enraizado o hábito de queimar os resíduos sólidos e esse fato acontecia muitas vezes durante a semana, sendo que em vários momentos do dia as pessoas enxergavam a fumaça em vários pontos da cidade. Figura 56.

Figura 56- Divulgação sobre o crime de queimar resíduos sólidos



Fonte: NUNES, 2019

Para tentar diminuir esses episódios, nas redes sociais eram abordados os danos que as queimadas traziam ao meio ambiente e a saúde das pessoas, além de ensinar de como era realizado o procedimento para se fazer a denúncia pela via administrativa e pelo MP.

Jataizinho não possui fiscalização municipal ambiental, sendo assim, de competência do Instituto Água e Terra - IAT. Deste modo, as pessoas foram instruídas a anotar o nome da pessoa que estava cometendo tais infrações, seu endereço, a data e horário do episódio e ser encaminhado ao diretor do departamento do meio ambiente.

Cada escola, possuía uma responsável para alimentar o facebook com tais informações.

4.6 RESULTADOS APRESENTADOS PELAS ESCOLAS

Foi solicitado no mês de maio de 2019 aos professores que apresentassem no mês de dezembro, em conjunto, um relatório de cada escola participante, demonstrando as atividades que foram realizadas no decorrer do curso. Porém das Quatro escolas participantes, duas enviaram um relatório demonstrando as atividades. As coordenadoras das duas escolas que não entregaram os relatórios, alegaram o acúmulo de serviço, e enorme dificuldade em escrever os projetos.

Outros fatores que também foram importantes, se referem ao fato de as professoras apoiarem e participarem através de uma maneira muito ativa na campanha para um dos candidatos a prefeito do Município. Sendo que este candidato havia entrado em contato com as professoras pedindo a apoio, e caso ele se elegeesse, uma das professoras assumiria cargo de Diretora do Departamento da Educação do Município, cargo esse, ocupado por um mesmo nome há 20 anos.

4.6.1 Relatório 1 - Escola Municipal Professor Vicente Rodrigues Monteiro

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Tornar a Escola um ambiente cooperativo transformador estimulando toda a comunidade e por em prática os conhecimentos adquiridos no curso em relação à Educação Ambiental.

Objetivos Específicos:

- Implantar práticas no ambiente escolar e momentos de reflexão que promova a cooperação, valorize e preserve o ambiente no qual está inserido.
- Despertar em nossos educandos o prazer de colaborar e desenvolver bons hábitos e atitudes com relação ao meio ambiente.
- Tratar a Dengue como uma questão ambiental e de saúde pública.
- Incentivar a participação da comunidade na implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos em nosso município.

- Sensibilizar a comunidade local sobre a necessidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos.

- Revitalizar o ambiente escolar, tornando-o mais agradável e convidativo a aprendizagem.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DECORRER DO PROJETO:

- Trabalho com diversos gêneros textuais a respeito do Meio Ambiente e Resíduos Sólidos.

- Criação dos comitês de Apoio e Avaliação com funções relacionadas ao ambiente interno e externo da sala de aula.

- Coleta de embalagens de amaciantes de roupas para confecção das floreiras

- Trabalhar o conteúdo relacionado à separação de materiais recicláveis com todos os alunos da escola.

- Colocar três lixeiras em cada sala de aula para separação do resíduo orgânico,, recicláveis e rejeitos.

- Oficinas para confeccionar jogos e brinquedos com materiais recicláveis com cada turma.

- Dinâmica das árvores dos sonhos para a definição do Projeto.

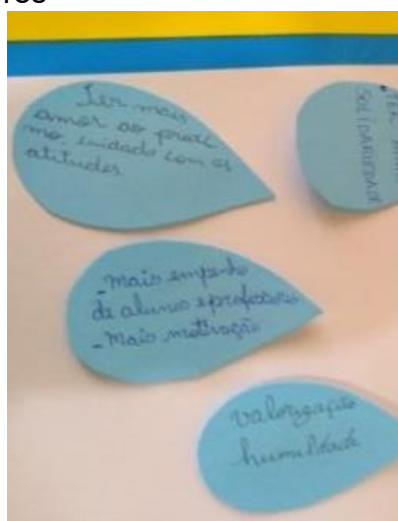
Primeiramente é importante mencionar novamente que somente 3 professoras desta escola participaram do curso de formação de educadores ambientais e que os conhecimentos e materiais adquiridos foram compartilhados (na medida do possível) com os demais professores interessados. É importante observar, que ainda ocorre uma certa dificuldade em trabalhar a EA em sala de aula, ou demonstrar e escrever as atividades que foram realizadas na mesma. É notório que é mais fácil para um professor visualizar projetos em EA, e mudanças de comportamentos, do que trabalhar com temas que exigem uma certa reflexão crítica do aluno dentro da sala de aula, melhor ainda, tais professores realizam essas atividades dentro da sala de aula, mas existe uma certa dificuldade em se expressar ou escrever sobre essas aulas.

De acordo com o projeto apresentado verifica-se a presença muito forte do termo “cooperação”. Estando presente nos objetivos, nas falas e nas pinturas dos muros realizados pelos professores. Isto se deve ao curso de formação oferecido pelo Cooperjovem.

Entretanto é extremamente importante que os projetos de EA, contém com a participação de várias pessoas. De acordo com as pesquisas, a grande maioria dos projetos de EA existentes nas escolas, ocorre por iniciativa de apenas um ou alguns professores, e o motivo da baixa adesão é um dos fatores que fundamentam a não existência ou a não continuação em projetos de EA nas escolas.

A primeira atividade desenvolvida foi a árvore dos sonhos, para que os professores pudessem conhecer os sonhos, os problemas socioambientais e para definir o projeto da Escola. Figuras 57 “a”, “b” e “c”.

Figuras 57 “a”, “b” e “c” – Atividade da árvore dos sonhos realizada pelos professores



Fonte: SILVA, 2019

Conforme demonstrado, a árvore dos sonhos foi a primeira atividade realizada pela escola, e a partir dessa, o projeto foi delineado. Os resultados desta atividade não foram apresentados no relatório.

A dengue é um dos maiores problemas encontrados no Município, devido a isso, foi desenvolvidas atividades relacionadas ao tema com os alunos. É importante demonstrar para os alunos que a dengue não se trata de um caso isolado, ela está ligada a questões de saúde pública, descarte incorreto de resíduos sólidos, meio ambiente, dentre outras questões.

Como resultado final, os alunos confeccionaram cartazes, vídeos, paródias e trabalhos em grupos, demonstrando que a questão da dengue esta intimamente ligado a questão ambiental. Figuras 58 “a” e “b”.

Figuras “58 “a” e “b”- Cartazes confeccionados e em exposição pelos alunos, sobre a dengue, meio ambiente e saúde



Fonte: SILVA, 2019

As professoras começaram a identificar alguns problemas locais, no caso mencionado a dengue, e procuraram discutir com as diversas áreas que estão relacionados com esse tema.

De acordo com os Relatórios “Working to overcome the global impact of Neglected Tropical Diseases” (2010 e 2013) e “Investing to overcome the global impact of Neglected Tropical Diseases” (2015), a OMS⁴, todos os anos mais de 390 milhões de casos são registrados no mundo. A dengue afeta 128 países e é considerada uma doença negligenciada pela OMS. Essa negligência está associada:

- ao crescimento desordenado e rápido das populações; - falta de estrutura básica de saneamento; - ausência de coleta de lixo ou realizada de forma inadequada, facilitando os criadouros; - aumento do uso de produtos descartáveis;
- desconhecimento da população quanto aos meios de prevenção e da doença; - resistência dos mosquitos quanto ao uso de inseticidas; - disseminação do vírus através do movimento migratório e viagens das pessoas; - rapidez dos meios de transporte, disseminando o vetor mosquito *Aedes aegypti*.

A dengue é uma das doenças negligenciadas que representam importante causa de morte e incapacidades em muitos países, em especialmente os que possuem consideráveis índices de pobreza e desigualdades sócio econômicas.

Está relacionada as questões socioambientais, com isso, verifica-se a importância da educação ambiental como instrumento para lidar com esse tema.

A educação ambiental pode ser entendida como um conjunto de ensinamentos teóricos e práticos com o objetivo de levar à compreensão e de despertar a percepção do indivíduo sobre a importância de ações e atitudes para a conservação e preservação do meio ambiente, em benefício da saúde e do bem-estar de todo. Seja qual for o conceito ou a melhor definição, o importante é criar e aperfeiçoar a consciência do grupo ou indivíduo com o meio ambiente e os recursos naturais (TOZONI-REIS, 2004).

Diante o cenário, foi realizado as atividades na Escola Municipal Professor Vicente Rodrigues Monteiro o projeto “Mosquito da Dengue, procurado Morto Recompensa: sua vida”.

Na primeira etapa os educandos foram convidados a se sentarem em uma roda de conversa, onde os mesmos foram desafiados a responder a seguinte pergunta: Por que o mosquito *Aedes Aegypti* transmissor da dengue, zika e chikungunya se prolifera com tanta facilidade em nosso município? Diante dos conhecimentos prévios, foram mobilizados para a realização das atividades de leitura, escrita, confecção de cartazes e ações que levaram os educandos a transformações individuais e coletivas; de dentro para fora, ou seja, da escola para casa.

Na próxima etapa ficou combinado que o conhecimento apreendido em sala de aula, seria compartilhado com os pais, parentes, amigos e vizinhos. Sendo assim cada educando seria um mediador de informações de como poderia acabar, diminuir a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* transmissor da dengue, zika e chikungunya. Começando com a limpeza do próprio quintal, evitando assim o aumento de novos focos do mosquito.

Posteriormente foi realizado um passeio em volta da escola para os alunos observarem a quantidade de resíduos sólidos que são jogados diariamente nas ruas por transeuntes sem nenhum respeito pelo meio ambiente e com o próximo, os alunos também percorreram no interior da escola e observaram que vários educandos

também jogavam resíduos sólidos no chão ignorando os latões de coleta expostos dentro da escola.

Na etapa final foram confeccionados cartazes em duplas, representando através de desenhos, como manter o quintal limpo, calhas, os sintomas da dengue e etc. Os cartazes foram expostos na escola e após, em locais públicos em Jataizinho, para a conscientização dos munícipes.

A atividade de confecção das floreiras para retomada do Jardim Suspenso, foi realizada com os alunos do 4º e 5º ano. O plantio de plantas ornamentais coletadas foram cultivadas pelos alunos. A atividade contou com a ajuda no plantio de flores de um voluntário da comunidade. Figuras 59 “a” e “b”.

Figura 59 “a” e “b” – Alunos participando do projeto de plantio de plantas ornamentais



Fonte: SILVA, 2019

Jardins Suspensos, pinturas nos muros, no ginásio, jardins, foram temas muito debatidos e realizados pelas professoras. Para elas, trabalhar em um ambiente mais bonito e agradável fazia toda a diferença no bem estar delas, e principalmente dos alunos, que sentiam mais motivados em frequentar uma escola bonita, alegre, colorida.

Para o plantio das mudas de plantas ornamentais, foram confeccionadas floreiras com embalagens e pneus trazidas pelos alunos e distribuídas pelos espaços da escola. Nesta atividade, além da confecção das floreiras os alunos tiveram que coletar e cultivar uma planta de seu cotidiano e replantar nas floreiras confeccionadas em grupo por eles. Além de despertar o interesse pelas plantas

também foi trabalhado a responsabilidade pelo cuidado que as pessoas devem ter pelas mesmas.

Os pátios que se encontravam em situação lastimável e demais espaços do estabelecimento escolar foram revitalizados com o empenho e dedicação dos professores fora do horário normal de trabalho e nos finais de semana. Também contaram com a participação de alguns familiares, dos funcionários da escola e do Diretor do Departamento do Meio Ambiente do município. Figura 60 “a” e “b”.

Figura 60 “a” e “b”- Antes e depois da pintura na escola



Fonte: SILVA, 2019.

A revitalização desses espaços foi de extrema importância, pois os professores perceberam que a escola é um ambiente de trabalho, é um ambiente de formação, é um ambiente de recreação e que quando o espaço está mais bonito, mais cuidado, as pessoas se sentem melhores, mais felizes, se sentem mais pertencentes daquele espaço. Figura 61 “a” e “b”.

Figura 61 “a” e “b”- Antes e depois da pintura na escola



Fonte: SILVA, 2019

As pessoas passam a ter um cuidado maior com aquilo que está bonito, com aquilo que elas amam, e que as fazem felizes. Os espaços revitalizados fizeram muita diferença na qualidade de vida dos professores, dos funcionários e alunos.

A revitalização dos muros, do ginásio e de outros espaços na escola, foram essenciais para essas professoras. Segundo uma das professoras, a escolha em começar a pintar os muros por dentro da escola e não por fora, se refere ao fato de que, as grandes mudanças devem começar de dentro. Figuras 62 “a” e “b”.

Figura 62 “a” e “b”- Professores exibindo as paredes pintadas por dentro da escola e no ginásio

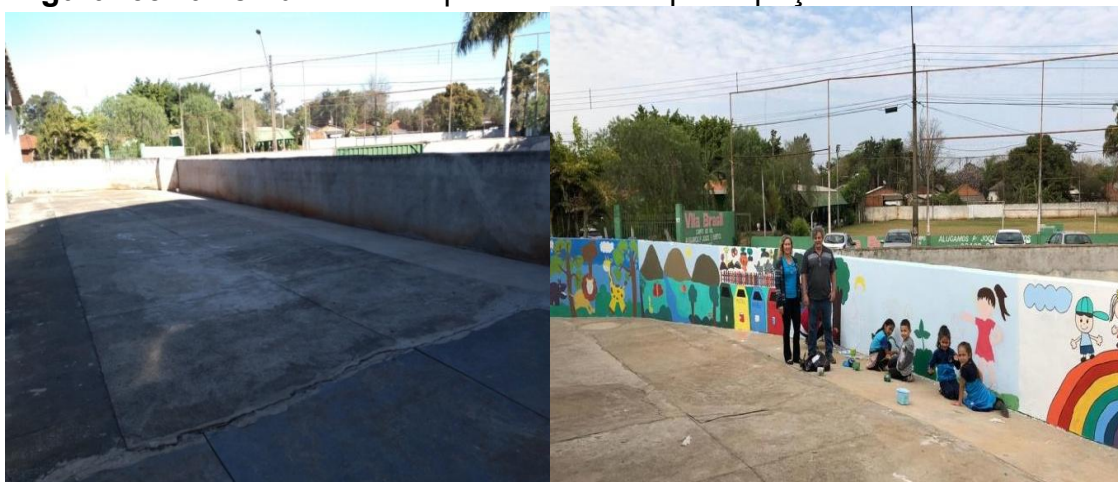


Fonte: SILVA, 2019

Para obter a participação dos alunos, cada turma ficou responsável para pintar uma parte do muro de acordo com os temas trabalhados em sala de aula.

Cada professora buscou envolver os alunos nesta atividade para incentivar a cooperação e responsabilidade com a preservação do ambiente escolar. Figura 63 “a” e “b”.

Figura 63 “a” e “b” – Muros pintados com a participação dos alunos



Fonte: SILVA, 2019

Essa atividade também foi importante para que as crianças e professores pudessem trabalhar com artes e questões e sentimentos que expressem para eles o meio ambiente. Frases como “ Cuidar da Terra é tarefa de todos” e “a cooperação faz a diferença”, também remetiam aos professores que a escola pública é um bem comum, assim como, o meio ambiente, inclusive o meio ambiente do trabalho, também são classificados como bem comum perante a Constituição Federal de 1988, portanto é dever de todos cuidar e zelar. Figura 64 “a” e “b”.

Figura 64 “a” e “b”- Frases apresentadas nos muros: Cuidar da Terra é tarefa de todos” e “a cooperação faz a diferença”



Fonte: SILVA, 2019

Segundo as professoras, a intenção delas também era de demonstrar que a escola, a praça, fundos de vale, dentre outros, são bens comuns, e que todos devem cuidar e principalmente não degradar tais espaços.

No dia 19 de setembro foi realizada uma palestra com o Diretor do Meio Ambiente: Adriano Antonholi sobre a coleta seletiva que estava sendo implantada no município e qual a forma adequada de separar os resíduos sólidos.

Figura 65.

Figura 65- Palestra com o Diretor do Meio Ambiente



Fonte: SILVA, 2019

Antes da palestra os alunos do 2º ano fizeram uma apresentação de dança com a música, para sensibilização dos presentes e uma apresentação musical com uma funcionária da escola.

No encerramento do evento contou com a exposição dos trabalhos realizados com os materiais recicláveis. Estes trabalhos tinham como objetivo chamar a atenção das pessoas sobre a questão da dengue no município e apresentar aos pais os trabalhos de reaproveitamento dos materiais recicláveis nas oficinas realizadas. Figura 66.

Figura 66- Exposição dos trabalhos realizados pelos alunos



Fonte: SILVA, 2019

A participação da família nas escolas foi um tema que apareceu com muita frequência nas falas dos professores e nas árvores dos sonhos. Para os professores é muito importante essa interação da família com a comunidade escolar, neste caso em específico, através dessas atividades conseguiam trabalhar com as famílias os temas que estavam sendo discutidos no curso, e principalmente debater as questões existentes no município, como no caso mencionado, gerenciamento de resíduos sólidos e dengue.

No dia 24 de setembro foi realizado uma passeata de conscientização sobre as questões ambientais. Para isso, foi convidado os alunos dos dois períodos e seus familiares para participar desta atividade com cartazes elaborados pelos alunos do 3º, 4º e 5º ano da escola, também foi reutilizado algumas das faixas utilizadas no desfile. O trajeto foi realizado pelos bairros próximos a Escola. Figura 67.

Figura 67- Alunos e professores participando da passeata de conscientização socioambiental das questões locais de Jataizinho



Fonte: SILVA, 2019

Para os professores levar conhecimento para a comunidade é de suma importância, além do que, os mesmos aproveitam para abordar para os alunos, sobre cidadania, de maneira em que nas passeatas as pessoas podem se unir e fazer reivindicações em acordo com algum tema que não estão contentes (algo ilegal), manifestar seus pensamentos e fazer reivindicações, entretanto, tudo sendo bem organizado, de maneira pacífica e os participantes sendo maiores de 18 anos.

Existem diferentes maneiras de exercer a cidadania além do voto. Além das maneiras tradicionais de participação na política partidária (como candidatar-se a um cargo eletivo, filiar-se ou apoiar um partido político), é possível se engajar em um conjunto de espaços de participação social garantidos por lei, ou até mesmo criar novas formas e estratégias para influenciar as políticas e decisões públicas. Outras formas de participação cidadã disponibilizado pelo site Politize:

Conhecer mais sobre os Conselhos temáticos da cidade e participar de algum deles, como o Conselho da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente, entre outros.

Participar das reuniões do Orçamento Participativo (OP) para propor que as necessidades coletivas da minha região possam, de fato, entrar no orçamento público municipal. Caso não exista um OP em minha cidade, uma opção é ir à Câmara de Vereadores para propor a sua criação.

Acompanhar as Audiências Públicas de sua cidade, seja para discussão do orçamento público, para definições do planejamento urbano municipal,

para licenças ambientais ou tantas outras questões relevantes. Quando houver outros assuntos de relevância social, propor a realização de mais audiências junto à Câmara de Vereadores.

Montar um grupo de acompanhamento das sessões legislativas que monitore de perto todo o trabalho realizado pelos vereadores, que possuem inclusive uma cartilha explicando o método utilizado. Ou simplesmente adotar um vereador para monitorar seu desempenho.

Ficar de olho nos Portais da Transparência (da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e de Autarquias municipais), tanto para acompanhar as licitações, os gastos e as receitas, quanto para ver se as informações contidas estão de acordo com a Lei de Acesso à Informação (para municípios com até 10 mil habitantes).

Solicitar ao Serviço de Informação ao Cidadão as informações públicas que desejar receber para minha atuação cidadã. Este canal de comunicação entre governo e sociedade civil – que deve funcionar nos municípios brasileiros – tem a obrigação de disponibilizar dados públicos a todos os cidadãos interessados: tudo de acordo com a Lei de Acesso à Informação.

Organizar um “observatório cidadão” que possa acompanhar as metas municipais determinadas pela Prefeitura e monitorar as políticas públicas da cidade – algo inspirado nas iniciativas da Rede Cidades por Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis, tais como: a Rede Nossa São Paulo, o Instituto Nossa Ilhéus, Ilhabela Sustentável etc.

Solicitar o compromisso do Prefeito e dos Vereadores com o Programa Cidades Sustentáveis, para que realizem a elaboração de metas municipais associadas a um conjunto de indicadores que, juntos, contribuem para uma gestão pública municipal mais sistêmica e efetiva.

Participar das Conferências temáticas que ocorrerão na cidade. Estas possuem o objetivo de debater e elaborar propostas de políticas públicas, em áreas como: direitos humanos, educação, meio ambiente, idosos, saúde, mulheres, segurança, assistência social e etc. É preciso estar atento ao calendário, pois costumam ocorrer a cada dois anos.

Articular uma rede de mobilização local, com cidadãos ativos em realizar o controle social na cidade, aos moldes do que fazem as iniciativas da rede Nossas Cidades ou a Plataforma Engajados.

Adaptar ferramentas digitais já existentes (com licenças livres e códigos abertos disponíveis) para que passem a conter informações específicas sobre minha cidade e auxiliem no controle social, tal como o Login Cidadão ou o De Olho nas Metas.

Utilizar alguns aplicativos cívicos e aproveitar a tecnologia a favor da participação e do controle social. Alguns exemplos de apps são: Colab, Poder do Voto etc.

Articular ou engajar-se em coletivos, organizações ou movimentos sociais dos quais se identifique e, assim, provocar melhorias na cidade.

Provocar ações ativistas, vinculadas ou não a movimentos sociais, também são maneiras de buscar uma maior participação nas decisões públicas e na construção daquilo que é coletivo.

Articular uma iniciativa coletiva em prol da fiscalização municipal, como o trabalho de controle social realizado pela Transparência Brasil.

Fonte: <https://www.politize.com.br/cidadania-formas-de-exercer/>

4.6.2 Relatório Escola Municipal Princesa Isabel

Título do Projeto: “Ensinando também se aprende”

Justificativa:

Promover uma aprendizagem eficiente de valorização, cuidado e preservação do meio ambiente e em especial do Rio Tibagi. O projeto foi trabalhado diretamente com o planejamento do alunos do 4º e 5º ano. (Participaram do curso de maneira presencial, uma professora do 4º ano, a coordenadora da escola e de maneira on line quatro professoras).

O projeto foi pensado na intenção de trabalhar noções de responsabilidade, autonomia e consciência ambiental, assumindo o aluno o papel de educador, valorizando sua importância e as atividades desenvolvidas.

De forma a integrar os alunos do 4º e 5º ano, aos demais alunos, fazendo uma troca de experiência e aprendizado. As turmas criaram possibilidades de aprender e ensinar. E com a comunidade local, foi divulgado os trabalhos como

forma de conscientizá-los para os problemas que o ambiente vem enfrentando, e a busca de soluções e ideias que tragam um ambiente saudável e de boa convivência.

Ao conhecer algumas propostas de trabalhos ambientais, foram elaboradas ações visando mudança pautada na aprendizagem cooperativa. Considerando que a educação está associada a diversos setores da sociedade, sendo uma importante instância no desenvolvimento de pessoas conscientes, responsáveis e comprometidos com a promoção da saúde e da preservação do meio ambiente, e que esta não são um fim em si mesmos, mas serão meios básicos para constituir competências cognitivas e sociais.

Acredita-se que o desenvolver desse trabalho, a consciência tanto dos alunos como da comunidade escolar será melhorada no que e refere ao ambiente. Pretende-se com este trabalho melhorar as condições do ambiente escolar e seu entorno, desenvolvendo compromisso de todos com o ambiente, promovendo a integração social e o vínculo positivo com a escola e a aprendizagem.

Objetivo Geral:

Promover o entendimento de maneira eficaz no que diz respeito a Educação Ambiental, criando autonomia e responsabilidade, desenvolvendo o senso crítico, proporcionando relações de interação e socialização entre as turmas para que as ações desenvolvidas passem a fazer parte de uma rotina, onde todos os envolvidos dentro de suas habilidades possam transformar o ambiente.

Objetivos Específicos:

Ampliar o conhecimento dos alunos através da abordagem do tema Meio Ambiente.

Aplicar práticas educativas que conscientizem a toda comunidade escolar para construir um ambiente saudável.

Desenvolver nos alunos um despertar para responsabilidades presentes e futuras em relação a suas atitudes.

Trabalhar noções básicas de comunicação ativa.

Promover a integração entre os diferentes níveis, com ensinamento e aprendizagens.

Metodologia:

Com o objetivo principal de promover o entendimento de maneira eficaz, fez-se necessário organizar o trabalho em três etapas:

1º Etapa: Estudando o assunto:

2º Etapa: Aprendendo e aprimorando conhecimentos.

3º Etapa: Ensinando o que aprendi.

Importante destacar que este projeto foi desenvolvido por uma professora que participou do curso apenas de maneira on line. Verifica-se, a existência dos termos “autonomia”, “desenvolver o senso crítico”, “transformar o ambiente”. Conforme Torres, dessa forma:

uma contribuição efetiva da educação escolar voltada à formação de sujeitos críticos e transformadores, tendo como horizonte a construção de conhecimento e práticas que lhes propicie uma intervenção crítica na realidade, requer a consideração da não neutralidade dos sujeitos escolares no processo de ensino e aprendizagem no qual se encontram inseridos. Assim, o *sujeito crítico e transformador* é formado para atuar em sua realidade no sentido de transformá-la, ou seja, é o sujeito consciente das relações existentes entre *sociedade, cultura e natureza*, entre *homens e mundo*, entre *sujeito e objeto*, porque se reconhece como parte de uma totalidade e como sujeito ativo do processo de transformação sócio-histórico-culturais. (TORRES, et.al., 2014, p.15)

Inicialmente, foram realizadas palestras com convidados de várias áreas para que os alunos pudessem conhecer o meio ambiente com outros olhares.

A primeira palestra foi realizada sobre os cuidados com o ambiente escolar e seu entorno. Essa palestra foi ministrada pela Assessora da Educação Especial do Departamento de Educação de Jataizinho, Inalda Maria da Lima Pereira (participante do curso). Figura 68.

Figura 68- Palestra sobre os cuidados com o nosso ambiente escolar e seu entorno



Fonte: PEREIRA, 2019

A palestra sobre a dengue foi ministrada pelos agentes e enfermeiros de saúde da comunidade local, envolvendo assuntos como limpeza do bairro e os resíduos sólidos descartados nas ruas, fundos de vales, beiradas dos rios e no entorno da escola. Figura 69.

Figura 69- Palestras com os agentes da saúde



Fonte: PEREIRA, 2019

Para as professoras era importante identificar os problemas que faziam parte do cotidiano dos munícipes, abordar os temas sob vários olhares, inclusive sendo abordado por profissionais de várias áreas e principalmente como encontrar as soluções e meios para lidar e/ou resolver tais problemas.

No decorrer das semanas, foi realizada a palestra sobre coleta seletiva com o diretor do departamento do meio ambiente Adriano Antonholi, que falou sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, a cooperativa de materiais recicláveis, os projetos desenvolvidos no município e abordou as formas que os alunos e a comunidade podem colaborar. Figura 70.

Figura 70- Palestra sobre coleta seletiva com o secretário do meio ambiente Adriano Antonholi



Fonte: PEREIRA, 2019

O tema resíduos sólidos aparece com muita frequência nas falas dos professores, sendo encarado com um dos maiores problemas existentes no Município. Esse tema foi muito abordado, principalmente pelo fato de estar sendo inserido naquele ano, em 2019, a coleta seletiva. De acordo com relatos dos professores, também era muito comum, a população queimar os resíduos sólidos nas ruas, assim, ocorrendo muitas fumaças nos espaços públicos.

Essas falas eram importantes para falar sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, sobre as legislações que envolvem este tema, os impactos ambientais e na saúde, sobre as pessoas que trabalham na cooperativa, dentre outros temas.

Foi realizado o passeio ecológico na zona rural às margens do rio Tibagi, possuindo o intuito de mostrar as belezas da região e o sentimento de pertencimento do rio. Foi promovido o passeio onde os alunos tiveram a oportunidade de apreciar a natureza de perto e refletir sobre a interação e a importância da natureza e também sobre as enchentes, que é comum no município. Figura 71.

Figura 71 - Passeio ecológico na zona rural e as margens do rio Tibagi.



Fonte: PEREIRA, 2019

No decorrer do ano, os professores também trabalharam com materiais diversificados dentro da sala de aula como: vídeos, panfletos informativos, livros didáticos e com os materiais oferecidos pelo curso. O conteúdo dos livros didáticos serviram para complementar o estudo sobre o assunto e assim os professores puderam elaborar os caminhos que deveriam seguir.

Os alunos construíram a árvore dos sonhos, demonstrando seus sonhos pessoais e com relação ao meio ambiente. Figura 72.

Figura 72 – Árvore dos sonhos



Fonte: PEREIRA, 2019

Depois de vários estudos referentes ao meio ambiente, o enxergando com um olhar envolvendo a sua totalidade, foi realizado a roda de conversa, para que os alunos pudessem tomar as decisões sobre as ações que deveriam ser realizadas, a partir de todo o conhecimento adquirido. Figura 73.

Figura 73- Roda de conversa



Fonte: PEREIRA, 2019

Os alunos verificaram que era preciso compartilhar com a comunidade esses conhecimentos. Com isso, foram confeccionados cartazes sobre o meio ambiente com um olhar mais amplo, com a interação do homem/natureza, sobre o combate a dengue, saúde e resíduos sólidos. Os cartazes foram expostos nos muros da escola, para acesso da comunidade em geral. Figura 74 “a” e “b”.

Figura 74 “a” e “b”- Confeção de cartazes sobre o meio ambiente e sobre o combate a dengue.



Fonte: PEREIRA, 2019

Figura 75- Os cartazes sendo expostos nos muros da escola para acesso da comunidade



Fonte: PEREIRA, 2019

Os professores perceberam como havia ficado bonito, o sentimento de bem estar e pertencimento com a partir da pintura do CMEI leda. Com isso, também decidiram pintar o muro da escola.

Essa atividade também contou com o auxílio da aluna Priscila, do curso de artes da Universidade Estadual de Londrina.

Um dos maiores problemas encontrados no entorno da escola, se referia ao descarte incorreto dos resíduos sólidos. Inicialmente, foi pedido para que os alunos desenhassem em um papel sulfite imagens sobre esperança, meio ambiente, cooperação e resíduos sólidos.

Com as noções iniciais dos desenhos dos alunos, a aluna de artes juntamente com as crianças e os professores, pintaram os muros.

Os muros traziam imagens que traziam como essência, cooperação, harmonia, amor, esperança e a importância de realizar o gerenciamento de resíduos sólidos.

Figura 76- Pintura do muro.



Fonte: PEREIRA, 2019

As atividades dos corações com mensagens, foi um trabalho feito com o intuito de chamar a atenção da comunidade com frases de incentivo e de conscientização ambiental que foram espalhados pelas árvores que rodeiam a escola. As crianças liam alguns livros e transcreviam alguns trechos que mais tinham gostado nos corações de dobradura. Figura 77.

Nessas atividades verifica-se que as professoras, em especial a Professora Naime, em trabalhar temas que envolvem o meio ambiente nas disciplinas de artes, português e literatura.

Figura 77 - Corações com mensagens de conscientização ambiental



Fonte: PEREIRA, 2019

Foram utilizadas as aulas de artes para confeccionar dobraduras com papéis que já tinham sido usados, para deixar o ambiente escolar mais alegre e agradável. Figura 78.

Figura 78 - Enfeitando o ambiente escolar



Fonte: PEREIRA, 2019

Ressalte-se que essas atividades foram realizadas de acordo com a realidade da escola, inclusive com relação aos materiais disponíveis a serem utilizados. Nota-se o quanto essas professoras são criativas em abordar tantos assuntos com pouca variedade de material. Observa-se, que esta professora não se limitou somente ao falar somente sobre reciclagem ou reutilização dos papéis.

Na atividade realizada com massinha caseira, buscou-se promover momentos de divertimento para construir elementos do meio ambiente. Figura 79 “a” e “b”.

Figura 79 - Massinha ecológica. Brincando com a natureza



Fonte: PEREIRA, 2019

Através dessa atividade verifica-se que os alunos começaram a ter uma percepção do meio ambiente no qual o homem está inserido e não apenas limitado aos elementos naturais.

Na atividade precisamos uns dos outros, foi desenvolvida com o intuito de entender a importância da natureza e que juntos podemos mais. Figura 80.

Figura 80- Atividade precisamos uns dos outros



Fonte: PEREIRA, 2019.

Verifica-se o olhar que esta professora teve em trabalhar com um grande leque de temas, utilizando poucos recursos, e mesmo assim, com atividades muito criativas, abordando o meio ambiente em sua totalidade e principalmente não apenas na disciplina de ciências, não somente com comportamentos. Todas essas atividades, além de serem realidades vividas por aquelas pessoas, as professoras alinhavam a teoria e a prática.

Em sala de aula, os alunos tiveram que selecionar corretamente os resíduos sólidos nas lixeiras com as cores corretas. Figura 81.

Figura 81- Atividade sobre gerenciamento de resíduos sólidos



Fonte: PEREIRA, 2019.

A próxima etapa foi chamada de “Ensinando o que aprendi”. A partir deste momento, foi solicitado para que os alunos compartilhassem o que aprenderam com os demais alunos da escola e para a comunidade.

Observa-se o quanto esse “compartilhar” os conhecimentos eram importante para essas professoras, seja compartilhar entre os alunos, com a família, com a comunidade.

A passeata ecológica foi promovida pela escola onde todos os alunos saíram em caminhada pelo bairro pedindo para que todos ajudem a cuidar do ambiente e demonstraram por meio dos cartazes, dizeres sobre o rio Tibagi. Figura 82.

Figura 82 - Caminhada entorno da escola apresentando temas ambientais para a comunidade



Fonte: PEREIRA, 2019

Mais uma vez, demonstra-se a intenção dos professores em trabalhar questões que envolvam a cidadania, a transformação da realidade das pessoas.

As formas e estratégias de participação, cidadania e controle social são infinitas. E é importante que estejam sempre conectadas àquilo que é coletivo. Isto é, a participação social, no campo democrático, precisa estar associada à ampliação de direitos, ao acesso à cidade e à inclusão social.

É muito claro que os professores analisaram a sua realidade, identificaram algumas questões, abordaram esses temas em sua totalidade, e sempre buscaram soluções para lidar com os obstáculos enfrentados e principalmente compartilhando conhecimentos, além dos muros da escola.

A turma preparou um ambiente onde receberam os alunos do pré para ouvirem estórias infantis que falassem sobre a importância da natureza e a sua relação com as pessoas. Figura 83.

Figura 83- Contação de estórias da natureza



Fonte: PEREIRA, 2019

Na atividade ensinando a plantar, as atividades foram separadas por etapas. Inicialmente os alunos prepararam a terra e o jardim para plantar. Figura 84.

Figura 84- Preparando a terra e o jardim para plantar



Fonte: PEREIRA, 2019

Posteriormente fizeram vasos utilizando as latas de alumínio. De acordo com a fala das professoras, a intenção não se trata apenas ao reutilizar uma lata de alumínio, até porque, os professores incentivam a reciclagem, mas neste caso, são os materiais que as crianças possuem em casa.

São atividades realizadas por meio das artes, da geografia, ciências, em todas essas disciplinas, trabalhando questões que envolvem o meio ambiente, neste caso em específico o tema era “ensinando a plantar”.

Posteriormente os alunos enfeitaram os vasos, utilizando a técnica de decoupage. Figura 85.

Figura 85 – Alunos enfeitando os vasos



Fonte: PEREIRA, 2019

Os alunos do 5º ano ensinaram os alunos do pré a plantar nos potinhos enfeitados por eles. Foram plantados sementes de beijo e suspiros. Os alunos trouxeram esterco para adubarem a terra. Figura 86.

Figura 86- Ensinando a plantar



Fonte: PEREIRA, 2019

Nesse momento os alunos ensinaram os alunos do pré a montar um pequeno jardim, conforme a figura 87.

Figura 87 - Construindo o jardim



Fonte: PEREIRA, 2019

Aproveitando essa oportunidade das crianças terem contato com a terra, em um momento posterior foi ensinado as camadas do solo para os alunos, utilizando bolachas. Figura 88.

Figura 88- Professora ensinando sobre as camadas do solo



Fonte: PEREIRA, 2019.

Por fim, na feira de ciências foi abordado sobre os quatro elementos da natureza: água, ar, terra e fogo. Utilizando como base os elementos da natureza, os alunos realizaram experiências científicas para mostrar esses elementos aos demais alunos e comunidade em geral. Figura 90.

Figura 90- Feira de ciências



Fonte: PEREIRA, 2019

Para as professoras, considerando os objetivos abordados e que estes são ações de cidadania onde os direitos e deveres precisam ser vividos na coletividade, e por acreditar que quanto maior o envolvimento maior poderá ser a contribuição, a turma desenvolveu este trabalho, que por ter característica com um olhar de totalidade da questão ambiental, não se encerra com este relato, mas pretende dar continuidade, pois a finalidade do ensino em qualquer circunstância, é a de intervenção na realidade. O conhecimento sobre a realidade e as formas de atuação para a sua transformação consistem no principal foco a ser enfrentado pelos educadores.

Espera-se que os alunos cumpram seu papel com os novos aprendizes, de forma responsável e dedicada. Aplicando essa aprendizagem na vida escolar, cotidianos e na vida em comunidade. Proporcionando momentos de interação, com respeito mútuo entre os alunos e o público alvo, onde ambos ensinem e aprendam.

Importante foi o prazer de trabalhar com pessoas que entendem a importância de um bom projeto, compram as ideias e trabalham em conjunto. O resultado foi ótimo, pensando no aprendizado do aluno e na sua consciência crítica, pois várias das atividades realizadas partiram de ideias dos alunos.

Verificou-se que as práticas geraram novos olhares e novos aprendizados, e que até novas metodologias de ensino apareceram para chegar ao objetivo final: um novo aprender sobre cada um.

Espera-se que os alunos cumpram seu papel com os novos aprendizes, de forma responsável e dedicada. Aplicando essa aprendizagem na vida escolar, cotidianos e ao serem inseridos no Fundamental II. Proporcionando momentos de interação, com respeito mútuo entre os alunos e o público alvo onde ambos ensinem e aprendem.

4.6.3 Relatório Parcial- Escola Municipal Dom Pedro

A coordenadora da Escola Dom Pedro, não enviou o relatório, entretanto, será demonstrado algumas atividades elaboradas por uma das professoras que também participou no curso somente de maneira on- line. Ressalte-se que em todas as escolas foram desenvolvidas atividades dentro da sala de aula, no decorrer do curso, entretanto, observou-se uma grande dificuldade por parte dos professores em transcrever tais atividades.

Esta professora em especial, sempre esteve em contato com a pesquisadora, lendo muitos materiais e sempre enviando seus planos de aula e projetos. Ela é uma das professoras que passou no mestrado em educação pela Universidade Estadual de Londrina. Nesta atividade, de acordo com as leituras realizadas pela professora, ela optou em utilizar a pedagogia histórico crítica, fundamentando toda sua atividade.

O tema escolhido foi resíduos sólidos com o título: Educação Ambiental e Resíduos Sólidos: promovendo a prática pedagógica interdisciplinar em sala de aula.

De acordo com o planejamento desta professora, o atual modo de produção e consumo, com base nos modelos do sistema capitalista, produz o consumismo exacerbado, além da grande desigualdade social. Para discutir esse conteúdo em sala de aula é importante despertar a consciência dos alunos para esses episódios que são a realidade de um grande número de pessoas em todo o país.

Este trabalho teve como objetivo principal discutir com os alunos a presença do capitalismo (de ideologias consumistas), a sua influência na vida e na

formação do indivíduo, mostrando experiências pessoais, analisando a desigualdade social e a reflexão a respeito do resíduo sólido produzido pela sociedade.

Ao trabalhar os temas consumismo, desigualdade social, fome, pobreza, impactos no meio ambiente, foi utilizado o curta-metragem “Ilha das Flores”, para despertar a atenção dos alunos e oferecer a reflexão e análise crítica sobre esses processos.

Foi realizado uma atividade com os alunos do 5º da Escola Municipal Dom Pedro II em Jataizinho – PR, na aula de Português o conteúdo interdisciplinar – “Educação e Cidadania”: Leitura, interpretação e reflexão.

Através do curta-metragem procurou-se demonstrar tais assuntos de maneira objetiva e crítica, permitindo aos alunos uma reflexão a respeito desses temas. Após a exibição do curta-metragem, a turma refletiu sobre a vida das pessoas moradoras na Ilha das Flores com a realidade delas e durante um debate os alunos refletiram sobre questões sociais, consumo, cidadania, resíduos, desigualdades sociais, oriundas pelo sistema capitalista e a ausência de políticas públicas para sanar os problemas vividos por parte da população brasileira.

Posteriormente, a turma foi dividida em duplas e trios, e cada grupo argumentou um ponto elencado no roteiro elaborado pela professora, de maneira que todos os pontos abordados no filme fossem discutidos em sala de aula, buscando soluções para tais questões socioeconômicas. Procurou-se, que todos os alunos visualizassem as problemáticas do curta-metragem como reais e próximas do nosso cotidiano.

Na atividade do dia posterior, foi trabalhado o significado das palavras consumo, consciência, consumismo, fazendo um mapa conceitual buscando relacionar o filme com temas importantes para o entendimento da sociedade, como: Cidadania, Consumismo, Impactos Ambientais, Educação e Direitos Humanos.

Por fim, a turma foi separada em grupos e tiveram acesso ao texto “Educação e Cidadania: consumo consciente”, ele encontrava-se desorganizado, as crianças recortaram as partes, fizeram a leitura do texto e por meio da interpretação, organizaram na sequência correta, colando em uma folha de jornal velho.

Diante das atividades desenvolvidas, foi possível observar que cada criança começou a refletir a respeito de sua prática, percebendo que isso pode

suscitar transformações, partindo da conscientização em ações cotidianas, permitindo uma transformação social e justa.

Como parte da prática social inicial do conteúdo possuindo como ponto de partida, que os alunos e o professor já tenham conhecimento, mesmo que precário; depois concretiza a problematização, onde se explicita os principais problemas da prática social; posteriormente realiza a instrumentalização, que são as ações didático-pedagógicas para a aprendizagem; progredindo constrói a catarse, que é a expressão organizada da nova maneira de compreender a prática social; e por último consolida esse caminho na prática social final do conteúdo que é uma nova proposta de ação a partir do conteúdo aprendido. Segundo Gasparin (2007), existem cinco passos sugeridos pela pedagogia histórico-crítica.

O primeiro passo dessa trajetória pedagógica - prática social inicial do conteúdo - é ocasião em que o professor demonstra aos alunos o tema a ser estudado, no entanto sem conceituá-lo. Procura-se neste momento provocar o aluno, incentivando-o, sensibilizando-o sobre o objeto de conhecimento. Para tal acontecimento é fundamental conhecer os sonhos que os alunos possuem acerca do tema a ser trabalhado. É importante construir uma relação envolvendo os conceitos empíricos dos principiantes com os conteúdos escolares.

Devido a isso, é importante conhecer a realidade dos educandos sugere em fazer um levantamento das relações do conhecimento dos alunos sobre a temática do estudo. A mobilização é a ocasião de promover a concepção que os alunos possuem a respeito do objeto (senso comum, "sincrese") (GASPARIN, 2007).

Dessa forma, o professor que possui uma visão clara e abreviada da realidade procura compreender e dispor a visão sincrética que os alunos possuem sobre o tema para deste modo, desenvolver o caminho trilhado no entendimento que abrange o conhecimento como uma produção humana, a partir dos modos de produção social.

A Prática Social Inicial é sempre uma contextualização do conteúdo. Se trata de um momento de conscientização do que acontece na sociedade em relação ao objeto a ser trabalhado, demonstrando que qualquer assunto a ser trabalhado em sala de aula já está presente na prática social, como parte constitutiva dela (GASPARIN, 2007).

Inicialmente, é necessário que os conteúdos sejam produzidos e organizados pelos homens e manifestados nas instituições sociais, desta forma os alunos não devem aprender somente aquilo que desejam, todavia devem tomar posse do que é socialmente necessário para os cidadãos de hoje.

Acompanhando o trajeto ocorre a problematização como passo seguinte, a qual "é o fio condutor de todo o processo de ensino-aprendizagem" (GASPARIN, 2007, p 49). Neste momento se inicia o trabalho com o conteúdo sistematizado, pois ele é compreendido como uma construção histórica, não natural; ele serve para responder às necessidades humanas.

Em função disso, de acordo com Gasparin (2007, p. 35) afirmar que a "problematização é um elemento-chave na transição entre a prática e a teoria, isto é, entre o fazer cotidiano e a cultura elaborada. É o momento em que se inicia o trabalho com o conteúdo sistematizado".

Esses conteúdos irão responder às dificuldades ocorridas pela prática social, por isso deve haver uma seleção criteriosa sobre os conteúdos que irão servir para mostrar a realidade principais problemas disseminados pela prática social devem servir como trilho para diminuir os problemas existentes no meio em que se está introduzido, e quem vai auxiliar nesta empreitada são os conteúdos estabelecidos pelo currículo escolar e selecionados pelo professor como imprescindíveis a serem dominados, ou os conhecimentos debatidos em uma unidade do programa da disciplina trabalhada que resolverão as questões postas pela prática social (SAVIANI, 2007).

Na etapa da instrumentalização os alunos e o objeto da sua aprendizagem são colocados frente a frente através da mediação do professor. É constantemente um triângulo equilátero, remetendo a uma relação triádica caracterizada pelas deliberações sociais e singulares que caracterizam os sujeitos aprendentes, o professor e o conteúdo (GASPARIN, 2007).

Esta relação se torna o auge deste procedimento de ensino. Uma vez que, as dúvidas, as aflições, os confrontos são relacionados ao desenvolvimento do conhecimento e assim da sociedade por inteiro. O professor assume seu real papel de mediador colaborando com seus alunos a desenvolverem sua representação mental do objeto do conhecimento.

Tendo em vista os dizeres de Saviani (2007, p. 71) a instrumentalização é o momento em que os estudantes se apropriam dos

[...] instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social [...] Trata-se da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem.

A quarta etapa é o trecho do trajeto em que o aluno aponta o quanto absorveu dos conteúdos trabalhados; qual seu novo grau de aprendizagem. Na prática é o resumo que o aluno faz do conteúdo aprendido, é sua aparição acerca do novo conceito adquirido. Saviani (2007, p. 72) explica dizendo que catarse é

o momento da expressão elaborada da nova forma de entendimento da prática social a que se ascendeu [...] trata-se da efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social [...] Daí porque o momento catártico pode ser considerado o ponto culminante do processo educativo, já que é aí que se realiza pela mediação da análise levada a cabo no processo de ensino, a passagem da síncrese à síntese; em consequência, manifesta-se nos alunos a capacidade de expressarem uma compreensão da prática em termos tão elaborados quanto era possível ao professor.

O aluno sai do senso comum, de suas concepções desordenadas para adentrar no plano científico. O mesmo passa a compreender a realidade se fundamentando em um olhar holístico, mais sólido e organizado. De acordo com Gasparin (2007, p. 133), "os conteúdos tornam-se verdadeiramente significativos porque passam a fazer parte integrante e consciente do sistema científico, cultural e social de conhecimentos", para assim, realizar a elaboração teórica da nova síntese e a expressão prática dela.

Por último, encontra-se a prática social final, neste momento o estudante já consegue realizar suas atividades sem ajuda da pessoa mais experiente. Através deste prisma, verifica-se

A prática social final é a confirmação de que aquilo que o educando somente conseguia realizar com a ajuda dos outros agora o consegue sozinho, ainda que trabalhando em grupo. É a expressão mais forte de que de fato se apropriou do conteúdo, aprendeu, e por isso sabe e aplica. É o novo uso social dos conteúdos científicos aprendidos na escola (GASPARIN, 2007, p. 148).

É importante que o ensino escolar transmitir à criança os conteúdos historicamente produzidos e socialmente fundamentais, elegendo o que desses conteúdos encontra-se, a cada momento do processo pedagógico, na zona de desenvolvimento próximo (DUARTE, 2007).

Em razão disso, com base nos estudos de Gasparin (2007, p. 35) afirmar que "a problematização é um elemento-chave na transição entre a prática e a teoria, isto é, entre o fazer cotidiano e a cultura elaborada. É o momento em que se inicia o trabalho com o conteúdo sistematizado". Esses conteúdos irão responder às dificuldades postas pela prática social, por isso deve haver uma seleção criteriosa acerca desses conteúdos que irão servir para mostrar a realidade.

Para introduzir o tema proposto, foi levada para sala de aula uma bandeja com alguns tomates. Neste momento a professora deixou as crianças se expressarem livremente, instigando a curiosidade delas a respeito do motivo de observar os tomates. Após este momento e as prováveis perguntas, as crianças foram questionadas com algumas questões, como: Vocês gostam de tomates? De quais formas podemos preparar o tomate? Sabem como é o cultivo deste fruto? Onde encontramos tomate para o nosso consumo?

Após esse momento, a professora perguntou aos alunos se sabiam o que é um curta-metragem explicando a elas a característica deste gênero e que assistiriam a um para depois realizarem algumas atividades.

O filme foi exibido pela primeira vez, sem nenhum roteiro inicial e nem explicações, conforme Figura 91.

Figura 91 – Alunos assistindo o curta-metragem Ilha das Flores



Fonte: VALLINI, 2019

Posteriormente a exibição do curta-metragem, novamente os alunos foram questionados sobre o fruto “tomate”, promovendo um momento de reflexão a respeito do valor que muitas vezes não damos aos alimentos que temos em nossas casas, fazendo uma comparação com a realidade daquela comunidade da Ilha das Flores.

Foi discutida a exclusão social alarmante gerada pelo modelo capitalista, a partir do seguinte fato narrado no curta-metragem: O que coloca os seres humanos da Ilha das Flores depois dos porcos na prioridade de escolha de alimentos é o fato de não terem dinheiro nem dono.

Neste contexto foi promovida uma reflexão sobre a diferença de vida daquelas pessoas moradoras da Ilha das Flores, comparando com o acesso que temos aos alimentos.

Foi realizada também, uma série de debates e atividades, enfatizando cenas que retratam o consumismo, a geração de riqueza, exclusão social. Foram abordados exemplos de locais que os alunos tenham conhecimento onde ocorram situações semelhantes às apresentadas no curta-metragem.

Em outro momento, os alunos foram organizados em duplas ou trios e proposto a eles que deveriam assistir ao filme novamente, porém baseados em um roteiro de leitura que buscava a reflexão sobre o mesmo. Assim, foi entregue o roteiro aos grupos e exibido o filme novamente.

O roteiro abordava questões, como:

1. A realidade expressa pelo filme é comum somente a Ilha das Flores, em Porto Alegre? (alegoria para uma realidade vigente em várias cidades)
2. Qual é o trajeto percorrido pelo tomate do Sr. Suzuki ao longo de todo o filme? (produto) (alimento) (lixo)
3. Qual a importância que o dinheiro tem ao longo de todo o processo do filme? (mecanismo de exclusão) (mecanismo para facilitar as transações comerciais)
4. Por que o filme cita os judeus como exemplos de seres humanos? (Jesus-judeu) (judeu-Holocausto) (judeu-não come porco)
5. Quais questões no enredo colocam o porco como protagonista temático? (porco-judeu) (porco-alimento) (porco-superior ao humano)
6. Qual o percurso do lixo ao longo do enredo? (lixo-tomate) (lixo-a trai germes e causa doenças) (lixo-humano) (lixo-cheirar mal) (questão ambiental/poluição)
7. O nome Ilha das Flores e a relação com a definição de ilha, de água e de flor;
8. Alimento (inadequado ao homem e adequado ao porco) (inadequado ao porco e adequado a um determinado tipo de homem);
9. Dono (porcos com dono) (seres humanos sem dono);
10. Primeira definição de ser humano (telencéfalo altamente desenvolvido e polegar opositor);
11. Segunda definição dos seres humanos da Ilha das Flores (telencéfalo altamente desenvolvido, polegar opositor, sem dinheiro e nenhum dono).

Após a segunda exibição, a turma foi questionada a respeito das impressões iniciais que tiveram ao assistir o curta-metragem, como: Quais são os temas abordados?; O que mais chamou a atenção?; Vocês concordam com tudo que foi apresentado?, permitindo um momento de reflexão, promovendo um fórum de discussão sobre o curta-metragem, abordando questões sociais, de consumo, cidadania e resíduos sólidos.

Os pontos elencados no roteiro foram divididos entre os grupos, onde cada grupo argumentou um ponto de forma que todos fossem discutidos em sala de aula, buscando soluções para tais questões socioeconômicas e principalmente, buscando uma reflexão sobre o nosso papel enquanto cidadão.

Toda turma participou e contribuiu de forma efetiva nesta atividade, pois os alunos dos demais grupos faziam perguntas e complementavam as falas dos colegas. A intenção seria que todos visualizem as problemáticas de "Ilha das Flores" como reais e próximas do nosso cotidiano.

Sabendo que quando é abordado sobre o Meio Ambiente, é importante refletir que esse assunto aborde temas e práticas das quais estão além da preservação dos recursos naturais. Desta forma, para dar continuidade ao que foi abordado na curta-metragem "Ilha das Flores", em uma outra aula, retornaram ao tema da aula anterior, a fim de promover por meio da oralidade e opiniões dos alunos uma ligação entre a exclusão social e o consumismo.

Foi trabalhado o significado das palavras Consumo – Consumidor – Consciência – Consciente, fazendo um mapa conceitual buscando relacionar o filme com temas importantes para o entendimento da sociedade, como: Cidadania, Consumismo, Impactos Ambientais, Educação e Direitos Humanos.

A turma foi organizada em grupos, onde cada grupo recebeu o texto "Educação e Cidadania: consumo consciente", o mesmo estava desorganizado, as crianças deveriam recortar as partes, fazer a leitura do texto e por meio da interpretação, organizá-lo na sequência e depois colá-lo em uma folha de jornal velho (já que estamos falando de cidadania e consumo consciente, devemos começar por nós mesmos essa prática).

Assim a conclusão, a correção e organização do texto foi realizada oralmente, promovendo a leitura coletiva e a discussão sobre o tema.

As propostas das atividades consistiram no registro no caderno, abordando sobre as práticas de consumo, refletindo sobre o que é necessário e o que não é necessário no consumo dos alunos.

Para concluir o trabalho nesta etapa do projeto, as crianças participaram de um teste, para verificar o nível de consumidor de cada um, debatendo com a turma que o consumismo pode causar danos ambientais e sociais irreversíveis.

O emprego do curta-metragem “Ilha das Flores” em sala de aula, propôs a abordagem dos temas de desigualdade social, fome, pobreza, meio ambiente e consumismo, oferecendo uma maneira interessante de despertar a atenção dos alunos, a reflexão e análise crítica sobre tal realidade.

No início da proposta da atividade, as crianças observaram a bandeja de tomates, muitas falaram que não gostavam, poucos disseram que sim. Esse impacto inicial foi proposital, com o objetivo de mostrar às crianças a importância de valorizar o alimento que chega as mesas e perceber a realidade em que muitas pessoas vivem e que às vezes nem se davam conta de tamanha desigualdade.

Após a transmissão do curta-metragem, foi possível retomar a discussão a respeito dos alimentos, sobre os gostos de cada um e o acesso que as pessoas tem a eles. Neste momento, as crianças ficaram pensativas.

Foi observado neste momento que as crianças se sensibilizaram com as cenas apresentadas no filme, elas foram se expondo livremente, falando sobre o que comem em suas casas, sobre o que descartam e das coisas que vão para o lixo. Importante foi observar que as crianças conseguiram refletir e se colocar no lugar do outro, ou seja, no lugar daquelas pessoas da Ilha das Flores.

Outro ponto do filme que possibilitou a discussão e reflexão da exclusão social alarmante gerada pelo modelo capitalista foi: O que coloca os homens da Ilha das Flores depois dos porcos na prioridade de escolha de comida é o fato de não possuírem dinheiro nem dono.

A razão pela qual o homem possui o polegar opositor e o tele encéfalo altamente desenvolvido, leva a refletir se realmente o homem encontra-se tão evoluído de fato quanto a outros seres, já que determinados seres humanos se encontram em condições piores que os porcos, vivendo de maneira desumana.

Não são os elementos humanos que distinguem um ser de outro, mas sim a sua condição econômica, que é gerada pelo consumo e o capitalismo. Para refletir, foi lançada a seguinte questão para a turma:

Qual é o fator que coloca aquelas pessoas a viverem tais condições de vida? Diante da interrogativa foram surgindo respostas como:

“A pobreza”, “A falta de estudos”, “Os governantes que roubam o dinheiro público”, “A falta de interesse daquelas pessoas”, “O desemprego”, “Culpa do dono dos porcos”.

A partir dessas respostas, foi possível mostrar para a turma, que realmente não há apenas um fator, mas como elas mesmo citaram, há vários que são desencadeados devido ao capitalismo.

A exibição do curta-metragem promoveu também uma série de discussões, demonstrando cenas que retratam o consumismo, a geração de riqueza, exclusão social, elencando locais que os alunos tenham conhecimento onde ocorrem situações semelhantes às apresentadas no curta-metragem.

No decorrer da atividade onde as crianças reorganizaram o texto “Consumo consciente”, foi possível conversar com a turma sobre os efeitos do consumo exagerado, foi possível elencar situações da necessidade de consumo, porém, enaltecendo o consumo consciente.

Neste momento foi possível perceber que as crianças refletiram a respeito das próprias atitudes em relação ao consumo. Elas realizaram a comparação com a vida das pessoas que viviam na Ilha das Flores. Muitas deram exemplos do dia a dia delas.

Além das crianças perceberem o nível de consumidor que cada uma é, por meio de um teste realizado em sala de aula, a turma analisou as consequências que causam o consumo exagerado, pensando na questão ambientes, da utilização dos recursos naturais, das desigualdades, onde uns consomem tanto, quanto muitos não tem nada praticamente para satisfazer suas necessidades básicas.

A pedagogia histórico-crítica é uma alternativa que pode nos libertar das amarras do mundo oficial e endossar o clamor pela resistência que o mundo real tanto precisa para eliminar a reprodução da sociedade. Para tanto, os fundamentos filosóficos da pedagogia instituída por Saviani fazem-se como elemento de luta e de solo firme para nossa caminhada.

É necessário compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo, como alerta Saviani (2008), comprometer com a transformação da sociedade e não na sua perpetuação. Encarando o trabalho pedagógico como essência da realidade do educador e o saber como meio de produção que disponibilizará forças para a mudança social.

Após a exibição do curta-metragem e as atividades abordando o consumismo, foi possível observar essa transformação de comportamento em cada criança. E o mais interessante, é que esse conhecimento não se limitou apenas a sala

de aula, pois os alunos levaram esse aprendizado e essa ideia de transformação para suas famílias.

Verificou-se a importância do uso de curtas-metragens, pois desta maneira o aluno consegue possuir uma visão real sobre determinados assuntos, facilitando sua reflexão para lidar com questões que envolvem no seu cotidiano. Observou-se também, nas atitudes e na fala das crianças, quando eles citam exemplos de casa, ou até mesmo de atividades em sala de aula, em que é possível analisar os hábitos de consumo e que questões que envolvem a desigualdade social.

Neste enfoque, conclui-se que a Educação Ambiental deve abordar valores além da preservação dos recursos naturais. Os resultados apresentados neste trabalho, nos traz a certeza da necessidade de formar uma geração consciente, percebendo que não é uma ação individual, mas sim, um trabalho coletivo, a fim de resolver os problemas sociais atuais.

Na próxima atividade, segundo o planejamento apresentado pela professora, abordaram as disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes

Foram utilizadas oito aulas, com as unidades temáticas: Leis ambientais; Resíduos sólidos; Reciclagem; Ortografia; Urbanização; Sistema de numeração decimal.

Objetivos:

Perceber que são partes integrantes do ambiente onde seus hábitos interferem no meio ambiente;

Entender a importância da coleta seletiva e da reciclagem;

Criar atitudes que modifiquem a situação atual do meio ambiente;

Perceber que as disciplinas interligadas contribuem para o aprendizado;

Promover a socialização, por meio de atividades em grupo;

Trocar ideias e conhecimentos, promovendo a aprendizagem significativa por meio da troca;

Conteúdos:

Leis ambientais;

Operações: adição, subtração, multiplicação e divisão;

Noções de dobro e triplo;

Ortografia;

Artes visuais;

Conforme relato da professora, inicialmente foi trabalhado com a turma sobre o tema meio ambiente. Foi apresentado a proposta da Maratona Interdisciplinar, onde o tema abordado foi o “Meio Ambiente”, em que foram trabalhados conteúdos das disciplinas de matemática, língua portuguesa, história, geografia, ciências e arte durante o ano letivo.

Nas duas primeiras aulas foram entregues a turma o cronograma da atividade e textos dos assuntos que foram abordados em cada etapa. A realização da atividade aconteceu em grupos de 4 ou 5 alunos. A maratona foi dividida em seis etapas (seis dias) e em cada etapa ocorreu uma atividade de determinada disciplina.

Na primeira etapa – Disciplina de Língua portuguesa: consumismo/ortografando; soletrando palavras sobre o “Consumismo”.

Na segunda etapa na disciplina de matemática abordou sobre os problemas ambientais e as operações de matemática. Figura 94.

Figura 92- Atividade Maratona Interdisciplinar



Fonte: VALLINI, 2019

Já no terceiro momento em artes criação de um brinquedo pedagógico utilizando material reciclado em sala de aula.

No quarto momento na disciplina de ciências foi abordado sobre resíduos sólidos e o quiz de perguntas e respostas.

Já na quinta etapa na disciplina de história, utilizaram a brincadeira passa ou repassa com perguntas e respostas sobre as leis ambientais. Figura 94.

Figura 95- Atividade Maratona Interdisciplinar



Fonte: VALLINI, 2019

Na sexta etapa, na disciplina de Geografia foi abordado o tema urbanização e realizada a construção de uma maquete representando a expansão do urbanismo.

Na próxima atividade, os alunos da 5ª série juntamente com a Professora Simone Vallini, produziram o curta, que traz a reflexão sobre o meio ambiente, onde a responsabilização pelo meio ambiente se tornou um ato de cidadania, proporcionando à sociedade seus direitos e deveres para a preservação da fauna, flora, e principalmente dos recursos naturais necessários para a vida humana.

Quadro 10 – Documentário

<p>TEMA: "Meio Ambiente": Educação e Cidadania</p> <p>PARTE 01: Myllena.</p> <p>Local: área próxima ao rio Tibagi.</p> <p>O que é meio ambiente para você?</p> <p>Momento em que as crianças farão entrevista com algumas pessoas, onde responderão o que é meio ambiente.</p> <p>A sociedade em geral, acredita que "meio ambiente" abrange apenas os elementos naturais, como os rios, as árvores e o solo.</p> <p>Porém, devemos observar com outra lente.</p> <p>A expressão "meio ambiente" deve ser interpretada de uma forma ampla, não se referindo apenas à natureza, mas sim a uma realidade complexa,</p>

resultante do conjunto de elementos que ocorrem dentro de sistemas naturais, artificiais, sociais e culturais.

PARTE 02: Emabuely, Higor, João Manuel e Amanda

Local: centro da cidade

Entrevistas com as pessoas.

GRAVAÇÃO 21/11/2019

PARTE 03: Myllena, Ana Clara, Vitor e toda turma.

Local: escola.

Falar sobre Meio Ambiente é falar sobre educação, acrescentando uma nova dimensão: a dimensão ambiental, contextualizada em atitudes que possam fazer a diferença, como uma prática de educação e cidadania.(MYLLENA)

A Educação ambiental é um processo de educação, responsável por formar indivíduos preocupados com os problemas ambientais. (ANA CLARA)

A Cidadania trata dos direitos humanos, da consciência e respeito aos limites e deveres sociais e do respeito à vida.(VITOR)

Cidadania e meio ambiente são dois termos normalmente ouvidos separadamente, mas que juntos criam um efeito muito positivo. (MYLLENA)

É impossível a existência da cidadania sem a devida atenção ao meio ambiente.(VITOR e ANA CLARA)

Sendo assim, para que as ações de preservação surtam efeito, é essencial...(MYLLENA)

Você perceber as necessidades do outro. (Luis Fernando)

Você cuidar e conservar do ambiente em que vive. (Denys)

Consumir apenas o necessário, evitando a prática do consumismo.

(João Eduardo)

Conservar os espaços públicos, como ruas, praças, parques.

(Ismael)

GRAVAÇÃO 22/11/2019

PARTE 04: Myllena

Local: escola

Preservar o meio ambiente é cuidar do local que habitamos, e isso inclui estar atento a alguns hábitos que podem ser muito prejudiciais para a natureza.

PARTE 05: Vitor

Local: escola

Um dos vilões da saúde humana e principal causador da poluição ambiental é a poluição do ar.

A poluição ambiental representa a degradação do solo, das águas e do ar.

PARTE 06: Luis Fernando

Local: escola

Nossa sociedade é baseada no consumo, a todo o momento somos bombardeados com propagandas de celulares, câmeras, roupas e vários outros bens de consumo.

Essa lógica consumista traz sérios problemas para o meio ambiente, porque quanto mais se consome, mais se produz e essa produção é feita a partir dos recursos naturais

PARTE 07: Claudinei

Local: escola

Ao reciclar o resíduo sólido, você reduz o consumo de matérias primas, o volume do lixo e evita a poluição, inclusive a poluição atmosférica. Desta forma, os custos com a matéria prima também são reduzidos.

Outro benefício bastante importante é geração de empregos diretos e indiretos que o trabalho de reciclagem propicia.

PARTE 08: Myllena

Local: escola

É fundamental adotarmos ações que colaboram com a preservação ambiental.

PARTE 09:

Local: escola

Cuidar do meio ambiente é...

Consumir com consciência

Utilizar e descartar com responsabilidade

Viver com dignidade

Inclusão social

Exercer a cidadania

Ter qualidade de vida

PARTE 10: Myllena

Local: escola

Se responsabilizar pelo meio ambiente se tornou um ato de cidadania

PARTE 11: Professora Simone

Local: escola

Trabalhar sobre o Meio Ambiente na escola, vai muito além de você criar um projeto, como algo que tem data de início e término.

Sempre procurei trabalhar a questão ambiental em sala de aula. Mas neste ano, o curso de Educadores Ambientais me fez perceber a Educação Ambiental de uma forma mais crítica, e isso contribuiu muito na minha prática e conseqüentemente na aprendizagem dos meus alunos.

A produção do documentário, é uma das atividades que trabalhamos durante o ano letivo, onde abordamos o tema "Meio ambiente" de forma lúdica e digital.

As crianças perceberam que cuidar do meio ambiente é mais que um projeto e sim um ato de conscientização ambiental, algo pertencente ao caráter social de cada indivíduo".

O documentário Meio Ambiente e Cidadania esta disponível em :
<https://youtu.be/6rRkIAIXGxk>

Nas atividades realizadas pela professora, verifica-se que ela tentou trabalhar em suas aulas dentro da sala de aula, com a educação ambiental através de uma maneira interdisciplinar, permanente, totalitária, e com uma perspectiva crítica.

É importante ressaltar que muitas outras atividades foram desenvolvidas no decorrer do curso, inclusive sendo algumas delas apresentadas no EPEA, entretanto, somente foram demonstradas as atividades que foram apresentadas de maneira formal para a pesquisadora.

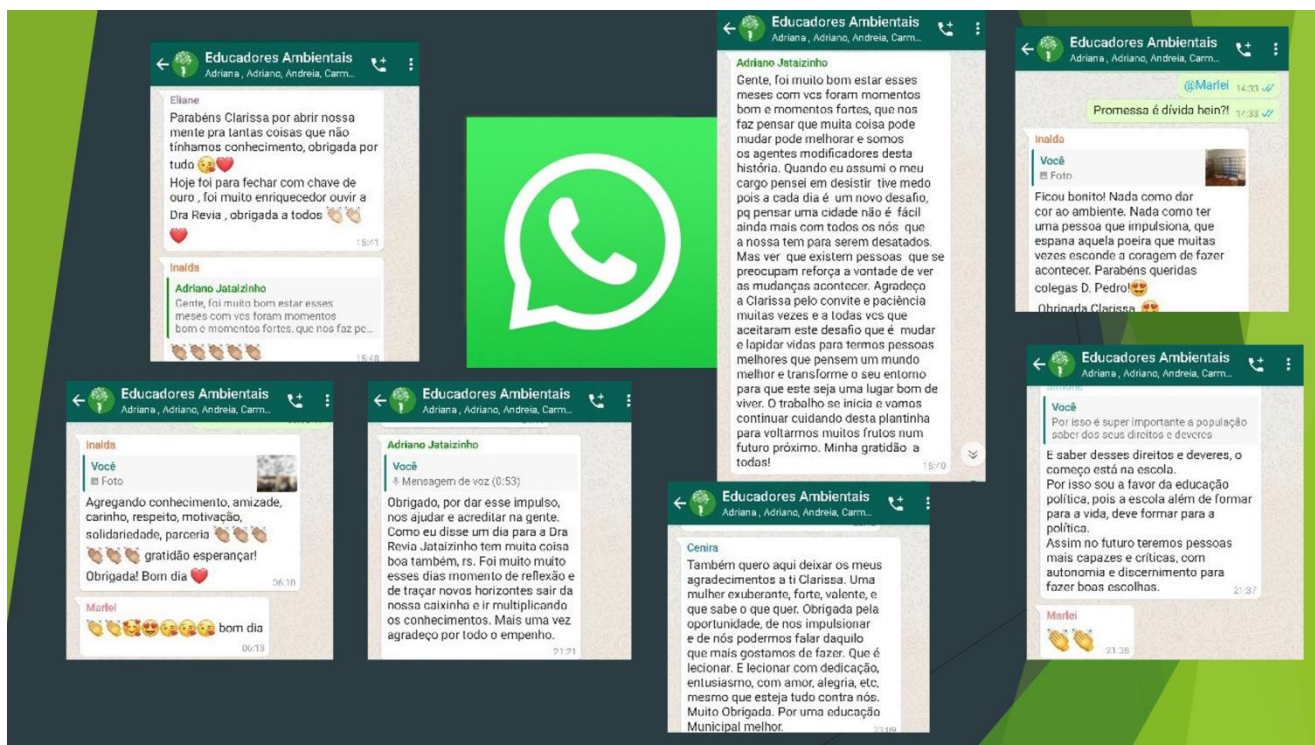
Observou-se, que é notório a quantidade de atividades realizadas pelas professoras que participaram do curso de maneira presencial dentro e fora das salas de aula, porém, houve também uma participação muito grande das professoras que somente participaram do curso de maneira on line, sou seja, somente utilizando a plataforma do google classroom e tendo acesso ao grupo do whatsapp.

Verifica-se o quanto é importante existir as atividades presenciais, mas também, que muitos professores com sua dedicação e força de vontade, utilizaram a plataforma on line e desenvolveram atividades incríveis, não apenas nas atividades da sala de aula, mas transformações na vida pessoal e profissional destas professoras.

No final de 2019, a grande maioria dos professores, se uniram, e fizeram uma campanha para a reeleição do prefeito Dirceu. O mesmo, havia entrado em contato com os professores e assumido uma série de compromissos, inclusive as reivindicações da Promotora de Justiça estavam sendo cumpridas. Caso o candidato Dirceu se reeleger-se uma das professoras, assumiria o Departamento da Educação de Jataizinho.

Os professores participaram de maneira ativa na campanha política, na procura de mudanças para o município. Entretanto, outro candidato foi eleito (por uma diferença bem pequena de votos). Houve a mudança de prefeito, de seus diretores e por consequência dos assessores pedagógicos. A promotora de Justiça e sua equipe também mudaram de Comarca.

Figura 96 – Mensagens finais dos professores



Fonte: Autora, 2022

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese que defendemos neste estudo foi que o curso de formação de professores e professoras em Educação Ambiental se pautou na perspectiva crítica como fundamentação para compreender o enfrentamento de elementos concretos que constituem o processo formativo como está inserido na realidade atual e para contribuir com a práxis emancipatória.

Conforme já apresentado, alguns dos elementos constituintes da realidade da EA nas escolas, transcorrendo pelas fontes de informação que as professoras procuram para desenvolver o processo educativo ambiental, as vulnerabilidades das políticas públicas de viés neoliberal, as pressões do setor privado na educação pública e a formação continuada proporcionada às/aos professoras atuantes. Estes requisitos enfraquecem e impedem a efetivação de uma práxis pedagógica das/os professoras/es que se torne compromissada com um processo educativo ambiental crítico, no sentido que oportunize a apreensão dos constituintes da crise socioambiental com vistas a emancipação humana por meio das especificidades existentes na educação escolar para tanto.

A particularidade em utilizar a EA Crítica, baseada no Materialismo Histórico-Dialético, um instrumento para a práxis pedagógica ampara-se no entendimento de que ela pode oferecer subsídios para que tais professoras procurem demonstrar a integração envolvendo a sociedade e natureza diante da crise socioambiental, com entendimento de que o ambiente é um espaço no qual se travam lutas entre as classes.

Para progredir na estruturação da discussão para defender a tese, o objetivo geral foi de desenvolver um curso de formação utilizando a abordagem crítica de educação ambiental junto aos professores nas escolas municipais de Jataizinho, pois considera-se necessário que as professoras adaptem os instrumentos que lhes permitam demonstrar a contraditória relação envolvendo sociedade e natureza na prática pedagógica que desenvolverão com os alunos da Educação Fundamental.

De tal modo, no decorrer deste trabalho foi apresentada a problematização da trajetória histórica e contraditória da problemática ambiental e da EA, articulando-o às concepções que baseiam o processo educativo ambiental. Além do mais, a análise apresentou como no transcorrer da história na qual surgiu a

preocupação com as questões ambientais e provocou a estruturação da EA enquanto campo teórico e prático vivenciando uma colisão política sobre como essas – problemática ambiental e EA – foram compreendidas, disseminadas e construídas. Apesar de tantos progressos, a presente pesquisa permite concluir que elas permaneceram hegemonicamente vinculadas às concepções esvaziadas da origem dos problemas que carregam.

A história de mais de quarenta anos da Educação Ambiental nas políticas públicas brasileiras, em disputa do espaço na arena política no país, diante as configurações geopolíticas e mudanças ocorridas no decorrer do processo, é caracterizada pelo ativismo e pela exigência de novos arranjos sociais, que contenham valores de transição para sociedades mais sustentáveis, igualitárias e justas. Tais obstáculos caracterizam a Educação Ambiental apresentando como uma alternativa para o enfrentamento de tal problemática e justificam a sua importância política e social, como também a função essencial educativa no desenvolvimento de uma consciência ambiental mais ampla, crítica e emancipatória.

As políticas públicas que abordam sobre Educação Ambiental, foram sofrendo mudanças no decorrer dos anos, em razão das influências neoliberais. Ao avaliar o cenário histórico e a construção das políticas públicas brasileiras, verifica-se um silenciamento ou ocultamento da Educação Ambiental nos últimos anos.

Procurou-se demonstrar que as políticas públicas, como por exemplo a BNCC, e as determinações internacionais para delineamento de políticas brasileiras, induzindo a uma percepção ideológica à educação escolar, à formação e a atuação docente e à EA, sem considerar pela emancipação humana. De fato, elas fortalecem o que está inserido de maneira histórica no campo educativo, ou seja, arranjos que persistem em fragilizar a educação pública no Brasil por meio da estruturação aos condicionantes econômicos a favor do capital e esvaziam o processo educativo ambiental.

Analisando a histórica atuação do estado do Paraná em ações relacionadas a Educação Ambiental, após a aprovação das regulamentações da Política Nacional de Educação Ambiental em 1999 e da Política Estadual de Educação Ambiental em 2013, observou-se a necessidade de um planejamento mais detalhado que oferecesse elementos para que os objetivos sejam efetivamente realizados. Deste modo foi elaborado em 2019, o Programa Estadual de Educação Ambiental (PEEA-

PR), no qual atualmente, encontra-se em fase de implantação no estado.

Vale ressaltar a importante colaboração do Ministério Público como órgão de controle social, no sentido de fazer com que a Política Estadual de Educação Ambiental tenha avançado no estado do Paraná.

Não existem muitas produções referente as Políticas Públicas de Educação Ambiental no estado do Paraná. Com isso, em contato com a Rede de Educação Ambiental do Paraná REA-PR, foi combinado para que fosse realizado futuras produções a respeito das atualizações das Políticas Públicas do estado do Paraná.

No tocante ao objetivo específico, identificar as percepções de educação ambiental compreendidas pelas professoras e a maneira como é abordada dentro da sala de aula, observou-se, por meio do questionário inicial, que a maioria possuía uma visão conservadora da educação ambiental.

Também se verificou que a educação ambiental é inserida com maior frequência na disciplina de ciências. Para a maioria dos professores, o meio ambiente é composto por recursos naturais e os trabalhos são desenvolvidos com a intenção dos alunos em entender a importância do meio ambiente, saber preservar, cuidar e preparar cidadãos conscientes. As questões que contribuíram na formação foram relacionadas à importância da “conscientização permanente” associada às “mudanças de atitude em relação ao ambiente”, a “integração da temática de forma interdisciplinar” no desenvolvimento da disciplina.

Os materiais utilizados pelos professores são livros didáticos, internet, textos informativos e apostilas fornecidas pelos projetos do Agrinho - programa do Sistema FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) feito em parceria com o SENAR-PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), COPATI, ECONORTE e COOPERJOVEM.

Segundo os professores as principais dificuldades para desenvolver trabalhos em Educação Ambiental, se refere a falta de parceria com os demais departamentos, não possuir conhecimento necessário, falta de tempo e de material. A maioria dos professores possuem formação em pedagogia e todos possuem especialização.

Conforme já mencionado, é notório que, para os autores da EA Crítica, o ambiente é compreendido como uma relação conexa entre sociedade e

natureza. Porém, de acordo com o questionário inicial aplicado, a realidade atribuída a EA transmite ao entendimento de que no cerne dos processos educativos ambientais a luta de classes realizada no ambiente ainda não é largamente compreendida, também não é ela que alicerça as propostas educativas, verificando a necessidade de que o ambiente seja tratado na EA como espaço onde ocorrem as lutas de classes. Os processos de produção, exploração, expropriação e acumulação, não somente do que é patrimônio natural, bem como da força de trabalho das/os trabalhadoras/es que permanecem excluídos do que o próprio ambiente pode oferecer unifica a tematização do ambiente e, logo, a EA.

É necessário destacar função social do Ensino Superior no país, tem se encontrado em constante questionamento e negação, ao mesmo tempo em que ocorre sucateamentos nos cursos de licenciaturas em diversas instituições por meio de políticas públicas neoliberais, torna-se fundamental entender a defesa pela especificidade da formação do professor.

O último objetivo específico, se refere em desenvolver, aplicar e avaliar o desenvolvimento e eficácia do curso de educação ambiental na linha crítica na formação continuada de professores dentro e fora da sala de aula, em Jataizinho-PR.

Na literatura, muito se discute sobre a formação do professor em educação ambiental. É depositado nas escolas a responsabilidade de trabalhar a educação ambiental, de maneira transversal, permanente e interdisciplinar, conforme previsto na Política Nacional de Educação Ambiental.

Isto posto, inicialmente, observou-se as enormes dificuldades encontradas na prática para se trabalhar com a formação de professores em educação ambiental nas escolas seja por motivos como: ausência de formação e compreensão dos próprios secretários da educação dos municípios em educação ambiental, sendo que os mesmos também, acabam confundindo educação ambiental com ciências, com questões pontuais e comportamentais. Particularmente, no Município de Londrina, verificou-se a dificuldade de retirar os professores da sala de aula para a participação do curso, e quando existe tal possibilidade, ocorre a liberação somente dos professores de ciências e sendo a participação do curso de maneira facultativa.

No município de Ibitiporã, mesmo havendo apresentação do curso para os professores, e o apoio da Secretária da Educação, verificou-se, que a maioria dos

(as) professores (as) não quiseram participar, com o discurso de que já trabalhavam com educação ambiental no seu cotidiano em sala de aula, “transformando sucata em obra de arte”.

Na experiência com esses dois Municípios, observou-se que a educação ambiental, está sendo menosprezada, isso ocorre principalmente, pelo fato de que, os professores possuem a percepção da educação ambiental de maneira conservadora e comportamental. Verificou-se também, na fala de muitos professores, que a educação ambiental se limita somente a natureza e temas que envolvem os 3 Rs.

Em Jataizinho, foi observado a importância da articulação, envolvendo o Ministério Público, o Departamento da Educação, do Meio Ambiente, e do Prefeito, para a realização do curso.

Também verificou-se, que houve inicialmente a resistência dos professores em trabalhar a educação ambiental através de uma concepção crítica, permanente e desassociada a datas comemorativas e comportamentais. Observou-se também, as dificuldades em relação à falta de recursos, espaços inadequados das escolas, falta de materiais e a não participação de integrantes de uma das escolas.

Por todos os gestores da educação, foi alegado a dificuldade de ficar retirando os professores de dentro da sala de aula para a participação do curso, com isso, vale ressaltar, a importância da participação das coordenadoras e assessoras pedagógicas. Elas se tornaram sujeitos multiplicadores, auxiliaram nos desenvolvimentos dos projetos dentro das escolas, compartilharam materiais e aprendizagens, com os demais profissionais das escolas. Todas as escolas realizaram a atividade árvore dos sonhos, organizado pela coordenadora de cada escola. Além de verificarem os sonhos pessoais, também puderam observar os sonhos e os problemas encontrados nas escolas e no seu entorno. Esses dados serviram como ponta pé inicial para o desenvolvimento dos projetos das escolas, que foram desenvolvidos sob a orientação de cada coordenadora.

É importante ressaltar que houve participação ativa das professoras que participaram tão somente do curso de maneira on line, inclusive na entrega de relatórios, participação no EPEA, nas revitalizações. Sendo que até uma das professoras participantes passou na seleção do mestrado, era cursista da modalidade on line.

Porém, ficou evidente que muitas professoras desistiram do curso, de maneira on-line, pelas dificuldades encontradas em trabalhar com ferramentas tecnológicas. Motivo esse, que serviu como base para discussão do pré-projeto do mestrado em educação pela mestranda supra mencionada.

No decorrer do curso, analisou-se através do discurso dos professores não apenas a ampliação dos conhecimentos teóricos que o curso proporcionou, mas também a reflexão e a oportunidade do desenvolvimento da práxis nos projetos trabalhados.

Foi verificada a ausência dos cursos de formações continuada dos professores em educação ambiental realizadas pelas Universidades, porém encontrou-se, a presença de vários projetos de formação com apoio de empresas do terceiro setor.

A realização deste curso foi importante, pois demonstrou, que um curso de formação em educação ambiental crítica pode ser executado, sem ter a necessidade de um grande financiamento e ser realizado em parceria com as Universidades Públicas, mas sendo necessário muita boa vontade dos participantes.

Em Jataizinho, foram realizadas uma atividade presencial por mês e paralelamente a utilização da plataforma do google classroom. Ressalte-se que em 2019, foi um momento anterior a pandemia do covid-19, sendo que tal plataforma era uma novidade repleta de dificuldades para muitos professores, inclusive havendo desistência de alguns inscritos na modalidade on-line, devido à dificuldade em manusear a plataforma e aos e-mails.

Os conteúdos das atividades presenciais e de alguns módulos, foram desenvolvidos de acordo com as necessidades trazidas e abordadas pelas próprias professoras da rede básica. Sendo que cada tema foi ministrado por um professor Doutor especialista em determinado assunto. As vivências com estes professores, foram excelentes aprendizados para as professoras de Jataizinho, que puderam ter contato com professores de várias áreas. As aulas práticas sempre eram vinculadas com o conteúdo teórico disponível na plataforma.

Mesmo com a facilitação e a abrangência de um número maior de participantes do curso em maneira on-line, também verificou-se a importância dos professores das Universidades Públicas convidadas nesses processos de formação, principalmente nos momentos presenciais. Essas ocasiões foram importantes para

que os professores da rede básica se sentissem mais confortáveis em questionamentos sobre suas atividades e vivências pessoais. Nessas atividades elas conseguiam discutir e refletir sobre os temas abordados pelos palestrantes, fazendo com que, analisassem, refletissem, e buscassem meios de lidar com tais questões. Também foi importante, que a equipe de professores, eram compostas por profissionais com formações diversas.

Em relação à participação no curso, a percepção do “meio ambiente”, e em sua totalidade, analisado através das falas, questionários, pinturas e cartazes. fez toda a diferença na maneira de se enxergar e pertencer a essa realidade e principalmente possuir maior facilidade em trabalhar este tema nas diversas áreas na escola. Para as professoras, quando ocorreu esse momento de “trocar as lentes” e enxergar todas as áreas e a complexidade que envolve o tema meio ambiente, fez toda a diferença para abordar os assuntos que envolviam essa temática.

A chave mais importante do curso, se referiu ao trabalho desenvolvido sobre a autovalorização e autoestima dos professores. Fazer com que esses profissionais olhassem suas potencialidades pessoais e profissionais, fez toda a diferença na vida dessas professoras.

No decorrer do curso, destaca-se que todos os integrantes da equipe de uma forma ou de outra interagiam em todas as atividades do curso, procurando desenvolver um trabalho coletivo e integrado.

Em diversos momentos foi demonstrado as revitalizações e pinturas realizadas nas escolas. Ocorre que essas mudanças nunca foram somente comportamentais e estéticas, mas sim, porque essas professoras acreditavam em uma escola pública de qualidade, porque acreditavam que as escolas são instrumentos de transformações sociais, porque essas mesmas escolas públicas, atendem os filhos dos proletariados, inclusive seus filhos, netos e entes queridos. Porque elas acreditam que a educação pode transformar vidas.

A intenção dessas professoras era de ofertar um melhor ambiente de estudos para essas crianças, filhos dos proletariados, por isso, toda essa dedicação em pintar e revitalizar as escolas nos finais de semana, simplesmente por acreditar na educação e no amor em lecionar. Também puderam verificaram que por ser a escola seu ambiente de trabalho, local em que passam a maior parte do tempo, ao

ficar mais alegre e bonito, também fazia muito bem para o bem-estar daquelas professoras.

As atividades de pinturas também foram muito utilizadas com os alunos, trabalhando a educação ambiental com artes.

Revitalizações das escolas, mutirões de limpeza, pinturas nos muros das escolas, do estádio e de espaços públicos, desfile de 7 de setembro com o tema meio ambiente, educação e cidadania, 14 trabalhos aprovados no EPEA, fortalecimento da classe dos professores, fortalecimento dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente do Município, reunião com o prefeito para a construção da política pública municipal de educação ambiental. São exemplos, de atividades onde os professores e professoras, se reuniam em busca de transformações da realidade vividas por eles. As revitalizações das escolas e CMEIs, as pinturas dos estádios, nunca foram somente por questões de aparência, mas tinham a intenção de cuidar de um bem público, de fazer com que as pessoas pudessem refletir sobre aquelas imagens. Segundo as professoras, as pessoas passaram a cuidar daquilo que é bonito, daquilo que elas mesmas contribuíram no processo de revitalização.

A participação no EPEA, foi extremamente importante para a vida daquelas professoras, onde puderam apresentar seus trabalhos, puderam compartilhar suas atividades, conhecer outros professores, tiveram a oportunidade de participar das palestras e mini cursos. Para a participação dessas professoras, foi importante o apoio do Diretor da Educação, que inclusive forneceu transporte e foi realizado o pagamento da inscrição dessas professoras. É importante destacar, que as professoras tiveram ajuda da pesquisadora para desenvolver os artigos, pois existiu muitas dificuldades na elaboração quanto a estruturação do artigo científico, uma vez que essas professoras estavam há muito tempo longe das academias.

Conforme já demonstrado, a participação no EPEA, foi de grande relevância para que as duas professoras pudessem ter entrado no mestrado pela Universidade Estadual de Londrina, uma vez que, existe a pontuação do currículo lattes no processo de seleção.

É importante ressaltar que, a presente pesquisadora, enquanto integrante da comissão do EPEA no ano de 2019, e membro da Rede de Educação Ambiental do Paraná, deixou claro, a importância da presença dos professores da rede básica no evento, inclusive das dificuldades vivenciadas por eles. Solicitando que

repensassem maneiras para ocorrer a presença efetiva desses professores no evento e talvez, cursos sobre como desenvolver artigos científicos, ou até mesmo espaços para que esses professores pudessem compartilhar suas atividades. Infelizmente, esses eventos são destinados aos alunos e professores das Universidades. Inclusive, fica aqui, como sugestão, para que sejam repensados os meios para incluir os professores da rede básica nesses eventos e cursos de formações para a produção de trabalhos científicos.

No final do ano de 2019, um grande número de professores apoiou e participou da candidatura do candidato Dirceu para prefeito, participando de lives, visando as transformações no Município. Sendo uma delas, que a professora Inalda Pereira, participante do curso, assumiria o cargo de Diretora do Departamento da Educação, cargo este ocupado há 22 anos pela mesma pessoa.

Duas professoras passaram no processo seletivo do mestrado pela Universidade Estadual de Londrina. Uma delas, atualmente é diretora da CMEI Ieda Takada, e foi coordenadora no ano de 2021 do curso de formação em Pedagogia Histórico Crítica, organizado pela Universidade UNIOESTE. A outra professora, atualmente é assessora pedagógica do Departamento de Educação de Jataizinho e criou um grupo para auxiliar outras professoras, no processo de seleção do mestrado.

Uma característica muito presente das professoras, era de sempre compartilhar os conhecimentos adquiridos com a comunidade, isso ficou claramente identificado, no desfile de 7 de setembro, nas passeatas e reuniões com as famílias. Nestes momentos, foram verificados que elas estavam abordando questões locais, demonstrando possíveis origens e tentativas de solucionar tais questões socioambientais, fazendo com que as pessoas pudessem refletir sobre aqueles temas. As professoras sempre tentavam mostrar além dos seus alunos, mas também para a comunidade, a interação envolvendo o homem e a natureza. Como por exemplo, demonstrando questões sobre a dengue, que era um problema real naquele município, e a ligação entre resíduos sólidos, saúde, descarte dos resíduos em fundos de vale, e assim por diante.

Outro ponto ápice da pesquisa, foi com o encontro da Promotora de Justiça, Révia Peixoto de Luna, no qual com a sua equipe falou sobre a estrutura do MP, como se faz a denúncia, o que era competência do MP, e quais os trabalhos desenvolvidos por eles no Município. Ver a promotora de justiça, principalmente uma

mulher, visitando todas as escolas, fez com que aquelas professoras se sentissem representadas em ver uma mulher forte, corajosa, atuando profissionalmente. Devido ao curso, foram realizadas quatro recomendações administrativas referente as escolas e CMEIs, conforme encontra-se em anexo.

Na presente pesquisa ficou claro, a importância de se estabelecer um processo consolidado de formação possuindo o amparo do Ministério Público, havendo, a necessidade de garantir uma política pública de formação em educação ambiental para os professores. No processo formativo é fundamental a articulação do Ministério Público e das Secretarias da Educação e do Meio Ambiente, para ter o respaldo necessário e tranquilidade para existir a formação. Não existindo esse apoio, a formação fica sob critério do professor, assim como demonstrado nos questionários, não existindo uma formação efetiva.

No anos seguintes, ocorreram muitas mudanças, principalmente devido ao COVID-19. A rotina dos professores foi modificada sendo as aulas realizadas de maneira virtual, entretanto, aqueles que tinham participado do curso, foram beneficiados por já terem conhecimento na utilização da plataforma google classroom. Devido essa pandemia, muitos cursos aconteceram de maneira virtual, com isso, de certa forma, facilitou a participação dos professores em diversos cursos de formação realizados pelas Universidades, principalmente em educação ambiental.

Considera-se que o processo instituído nesta elaboração sustentou a tese que defendemos, apontando a relevância da Educação Ambiental Crítica na formação de professoras e professores, pois ela configura-se como meio para que as/os professores apreendam a crise socioambiental e tenham subsídios para realizarem a práxis pedagógica emancipadora e transformadora necessária à EA nas escolas públicas.

Este estudo insere-se como uma colaboração ao campo em relação à necessidade de aprofundar a análise e o enfrentamento aos desafios colocados à EA na formação do professor e de solidificar os pressupostos críticos nas Universidades e escolas públicas.

Torna-se necessário que essa vontade prossiga sendo coletiva e que dialeticamente possam analisar a prática pela teoria e reformular a teoria pela prática, por meio do desenvolvimento de outras pesquisas que possuam o objeto da EA na formação de professoras, pesquisas e formações em educação ambiental crítica,

também, aos promotores de justiça do meio ambiente e da educação e para os secretários municipais da educação e do meio ambiente.

Vale mencionar que, a pesquisadora foi convidada a falar sobre o presente trabalho, para a reunião mensal do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental – GTEA, no dia 28 de setembro de 2021 das 14h30 às 16:00hs do Centro de Apoio operacional das Promotorias de Justiça e de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo. A mesma aproveitou a oportunidade, e falou para vários promotores de justiça do meio ambiente do Estado do Paraná, do Procurador de Justiça do estado do Paraná, Sr Alberto Vellozo, sobre a importância do apoio dos promotores de justiça nesses projetos, inclusive sendo esse o relato da Promotora de Justiça Revia Peixoto de Luna, no qual deixou claro, o conhecimento de muitos dos problemas existentes no município de Jataizinho através da realização do curso. O Procurador de Justiça Sr Alberto, afirmou que alguns promotores seriam convocados a participar por pelo menos uma reunião do grupo de pesquisa.

Ressalte-se também que através desses bons frutos vistos pela Promotora de Justiça Révia Peixoto de Luna, a também promotora de Justiça Rosana Araújo de Sá Ribeiro, coordenadora do Grupo de Atualização Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo - GAEMA de Campo Mourão, convidou a pesquisadora a coordenar um projeto de educação ambiental que será desenvolvido em 32 Municípios no estado do Paraná²⁹.

Vislumbra-se que alguns percursos se apresentam como essenciais nessa empreitada, o que envolve pesquisas que avancem na defesa fundamentada de outras categorias relevantes do Materialismo Histórico-Dialético para o entendimento e desenvolvimento da EA e da formação docente.

Além disso, é necessário o avanço em pesquisas que continuem a abordar sobre a EA na formação dos professores na linha crítica; que existam pesquisas preparadas a verificar a prática dos processos formativos de professoras/es em Universidades públicas que tomem a EA sustentada pelos pressupostos críticos, buscando a prática formativa, suas colaborações e restrições ao entendimento da crise socioambiental em totalidade.

²⁹ https://operobal.uel.br/cce/2021/11/26/doutoranda-de-geografia-realiza-projeto-de-educacao-ambiental-na-regiao-de-campo-mourao/?fbclid=IwAR0GoR9I7b0hYTwdUr90Gg0_fJUson5csUcHIT7mr-jgRkejimP0k460z5w

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.** In: ACSELRAD, Henri. (Org.) Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

AGUDO, Marcela de Moraes; MAIA, Jorge Sobral da Silva; TEIXEIRA, Lucas André. **A formação do professor educador ambiental crítico: o papel dos conteúdos em seu processo formativo.** In: VIII EPEA, 2015. **Anais [...]** 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321934399_A_formacao_do_professor_educador_ambiental_critico_o_papel_dos_conteudos_em_seu_processo_formativo. Acesso em: 10 de set. 2020.

ANDRADE, Maria Carolina Pires de; PICCININI, Cláudia Lino. **Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: retrocessos e contradições e o apagamento do debate socioambiental.** IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Juiz de Fora – MG. 2017. Disponível em: . Acesso em: 15 de Fev. de 2020.

ASSIS, Eveline Silva de. **A Unesco e a Educação Ambiental.** Em Aberto, v. 10, n. 49, p. 59-62, jan./mar. 1991.

BEHREND, Danielle Monteiro; COUSIN, Cláudia da Silva. Galiazzi, Maria do Carmo. **Base Nacional Comum Curricular: O que se mostra de referência à Educação Ambiental.** (2018). Ambiente & Educação, 23(2). Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/ambeduc.v23i2.8425>> Acesso em 08 de março de 2020.

BELTRAME, Matheus Maria. **Sobre o Conceito de Emancipação Humana em Karl Marx.** Problemata: R. Intern. Fil. V. 10. n. 1 2019.

BOTTOMORE, Thomas.(org) **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques: sur la théorie de l'action.** Paris: Ed. du Seuil, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. Lei N. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Brasília, 31 ago. 1981. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Lei N. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras**

providências. Brasília, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Comissão Organizadora Nacional da CONAE.** Documento Final. Brasília, 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução No 2, de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Brasília, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fórum Nacional de Educação.** Conae 2014: Documento - Final. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria No 1.144, de 10 de outubro de 2016. **Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.** Brasília, 11 out. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania.** Coordenação-geral de Educação Ambiental. Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Escolas Sustentáveis - Guia de Orientações Operacionais. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://pdeinterativo.mec.gov.br/arquivo/pdf/Guia_PDDE_2014_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Programa Nacional de Educação Ambiental.** 1 ed. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Educação Ambiental Por um Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais e Normativos.** Brasília: 2014.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que **aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014d. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTRO, Ronaldo Souza de, BAETA, Anna Maria Bianchini. **Autonomia Intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania**. In: **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania** / Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (orgs.). São Paulo: Cortez, 2002.

COELHO, Wanderléia Aparecida; TROVÃO, Ana Carolina Rubini; ROSA, Maria Arlete; **Políticas Públicas de Educação Ambiental do Paraná à luz das Oito Dimensões e dos 27 Indicadores da ANPPEA** Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis [recurso eletrônico] / organização de Maria Henriqueta Andrade Raymundo ... [et al.]. Piracicaba : MH-Ambiente Natural, 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, Cesar Augusto Soares da, LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Interdisciplinaridade e educação ambiental crítica: questões epistemológicas a partir do materialismo histórico-dialético**. 2015 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132015000300011&script=sci_arttext, Acesso em 05 de fev. 2020.

CONTRERAS, José. **Autonomia de Professores**. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela; Revisão técnica, apresentação e notas à edição brasileira: Selma Garrido Pimenta. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DELLA FONTE, Sandra Soares. **A Formação Humana em Debate**. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 127, p. 379-395, abr.-jun. 2014 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

DIEGUES, A C. **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos**. In: _____. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Annablume, Hucitec: Nupaub/USP, 2000.

DUARTE, Newton. **Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (porque Donald Schön não entendeu Luria)**. Educação & Sociedade, v. 24, n. 83, p. 601-625, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v24n83/a15v2483.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

DUPUY, Jean Pierre. **Introdução crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Tradução de José Silveira Paes. São Paulo: Global, 1984.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRIZZO, Tais Cristine Ernst; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (2018). **Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental**. *REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental*, (1), 115–127.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 3 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueia Sá. **Professores: impasses e desafios**. Brasília, DF: UNESCO, 2009. Relatório de Pesquisa.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

HACON, Vanessa. **Para além das dunas: conflitos ambientais relacionados ao Parque Estadual de Itaúnas (ES) de Janeiro**, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

HAJER, Maarten. **The politics of environmental discourse: ecological modernization and the policy process**. New York: Oxford University Press, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 7ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HERCULANO, Selene. **O campo do ecologismo no Brasil: o Fórum das ONGs para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento na Rio-92 (Unced)**. In: REIS, Elisa P. *et al.* (orgs.). *Política e cultura - visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec - Anpocs, 1996.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população 2007: agregado por distritos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico município de Jataizinho**. 2016. Disponível em:

<[http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1 .php?Municipio=86210](http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86210)>. Acesso em: 13 ago. 2020.

JANKE, Nádja. **Política nacional de educação ambiental: contradições e disputas.** 2012. 232f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru-SP, 2012.

KIST, Anna Christine Ferreira. **Concepções e práticas de Educação Ambiental: uma análise a partir das matrizes teóricas e epistemológicas presentes em escolas estaduais de ensino fundamental de Santa Maria-RS.** (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: UFSM, 2010.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental à brasileira e o contexto de robustecimento das escolas públicas.** In: VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental”, 2011. Anais [...] 2011. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0022-2.pdf. Acesso em: 12 fev. de 2020.

LAYRARGUES, Philippe Pomie. **O Cinismo da Reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental.** In: Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania / Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe PomierLayrargues, Ronaldo Souza de Castro (orgs.). São Paulo: Cortez, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomie (coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomie. **A crise ambiental e suas implicações na educação.** In: QUINTAS, J.S. (Org.) Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2ª edição. Brasília: IBAMA, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier.; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira.** Ambient. Soc., v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória.** In: Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania / Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe PomierLayrargues, Ronaldo Souza de Castro (orgs.). São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação.** Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2011.

LIMA, Joaquim Pacheco. **Os aparelhos privados de hegemonia possível e impossível na sociedade contemporânea: abordagem gramsciana sobre a relação Estado e sociedade civil.** Revista Espaço Acadêmico – nº 134, Julho, 2012.

LOTTA, Gabriela Spanghero. (2010). **Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental Transformadora**. In: Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério de Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental**. In: Pensamento complexo, dialética e educação ambiental / Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental**. Educar em Revista. Curitiba, n. 27, janeiro/junho de 2006b.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier & CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo.; LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares. **A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital**. Revista Contemporânea de Educação, v. 7, n. 14, p. 280-294, ago./dez. 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, CUNHA, Claudia Conceição. R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 52-61, jan./jun. 2012

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Trad. Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAIA, Jorge Sobral da Silva; TEIXEIRA, Lucas André; **Formação de professores e educação ambiental na escola pública: contribuições da pedagogia histórico-crítica**. 2015. Revista HISTEDBR On-line 15 (63). Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641185>> Acesso em: 10 jun 2020.

MAIA, Jorge Sobral da Silva. **Formação permanente de professores e a educação ambiental crítica no contexto da escola pública**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 11, n. 2, p. 07-19,

jul./dez. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/4702/sobralv11n2.pdf>.

Acesso em: 15 jun 2020.

MAIA, Jorge Sobral da Silva. **Os vinte anos da PNEA**. Entrevista com a professora Dra. Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 11, n. 2, p. 89-95, jul./dez. 2018b. Disponível em:

<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/4701/maia11n2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. *Educação & Sociedade*, Campinas, 27 (94), 47- 69. <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. Campinas: Autores Associados, 2011.

MARTINS, André Silva. **Sociedade Neoliberal**. Disponível em:

<<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socneo.html> >. Acesso em 06 de fev. 2021.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lucia Maria Wanderley. Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. *In*: NEVES, Lucia M. W. **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã. 2010.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo. 2010.

MASSI, Clarissa Gaspar. **Educação Ambiental Crítica como Instrumento na Política Nacional de Resíduos Sólidos: Prática pedagógica na instituição filantrópica Casa do Caminho/PR 2018**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MOLAN, Susana Inês; ANÇA, Caroline da Silva; SILVA, Dayse Melo da; SANTOS, Felipe Alonso; NOGUEZ, Janaína Amorim; FRANCO, Jussara Botelho; BARRETO, Sabrina das Neves. *In* **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental** / Organização: Rachel Trajber, Patrícia Ramos Mendonça. – Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

MUCENIECKS, Rebeca Szczawlinska. **Políticas de Educação e Meio Ambiente: O Brasil como Articulador Político no MERCOSUL**. 2016. 236f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. Perspectiva, Florianópolis, v. 29, n. 1, 229-242, jan./jun. 2011

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia**. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de set. a 02 de out. de 2013, Goiânia-GO.

O'CONNOR, James. **¿Es posible el capitalismo sostenible?** In: ALIMONDA, H. (Org.). *Ecología política, naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano**. 2016. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

PARANÁ. Lei n.º 17.505/2013 **Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental**. Diário Oficial do estado do Paraná, n.º 8875, Curitiba, PR.

PARANÁ. Deliberação n.º 04 (2013). **Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná**. Conselho Estadual de Educação, Curitiba, PR.

PARANÁ. **Programa Estadual de Educação Ambiental**. 2019, Curitiba. Disponível em: <https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/sites/conexao-ambiental/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/PEEA_abr_19.pdf> Acesso em 01 abril 2022.

ROBINSON, John. *et al.* Envisioning sustainability: Recent progress in the use of participatory backcasting approaches for sustainability research. **Technological Forecasting & Social Change**, n. 78, 2011.

QUINTAS, José Silva. **Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico**. In: Loureiro, C. F. B.; Castro, R. S. (Org.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo. 2009.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Aalbiach; BIASOLI, Semíramis, SORRENTINO; Marcos, MARANHÃO, Renata. **Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil**. Revista Ambientalmente Sustentable. Jan.dez/2017, ano XII, 1

_____. **Caderno de Indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental: processo de construção participativa e fichas metodológicas**. São José dos Campos: INPE.

REBEA. Rede Brasileira de Educação Ambiental (2018). **Carta da REBEA aos ministros da educação e do meio ambiente**. Disponível em: <<http://rebea.org.br/index.php/noticias/88-noticias/155-carta-da-rebea-aos-ministros-da-educacao-e-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

ROSA, Maria Arlete; CARNIATTO, Irene. **Política de educação Ambiental no Paraná e seus desafios**. 2015. Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental. 32(2), 339-360. <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5547>

ROSA, Maria Arlete; TROVÃO, Ana Carolina Rubini; COELHO, Wanderléia Aparecida. **Reflexões sobre a Política de Educação Ambiental no Paraná: resultados e impasses**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Edição especial XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, set.2017

SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire (orgs.). **Rumo a Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAUVÈ, Lucie. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 31(2) 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200012>. Acesso em 25 jul 2020.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do Capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas-SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Thomas Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Luciana Ferreira. **Educação Ambiental Crítica: entre ecoar e recriar**. Tese de Doutorado (Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28052009-171742/publico/TESE.pdf>. Acesso em: 10 de jun de 2020.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Silvana do Nascimento, LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **As Vozes de Professores-Pesquisadores do Campo da Educação Ambiental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil ao Ensino Fundamental**. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 26, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/pnkHjbvq7Q65L6Y6HJZQsgg/?lang=pt>. Acesso em: 02 de mar de 2020.

SILVA, Silvana do Nascimento, LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O sequestro da Educação Ambiental na BNCC (Educação Infantil - Ensino**

Fundamental): os temas Sustentabilidade/Sustentável a partir da Agenda 2030.
XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XII ENPEC
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN – 25 a 28 de junho de 2019

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. **Estado, luta de classes e política social. Políticas públicas** [recurso eletrônico]: definições, interlocuções e experiências/ org. Mara de Oliveira, Sandro Trescastro Bergue. – Dados eletrônicos. Caxias do Sul, RS : Educs, 2012.

SORRENTINO, Marcos, MARANHÃO, Renata; DINIZ, Nilo. **A Política Nacional de Educação Ambiental e os indicadores para sua avaliação.** In: *Avaliação e monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis* [recurso eletrônico]. Raymundo *et al.* orgs. 2019 Piracicaba: MH-Ambiente Natural.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Raquel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JUNIOR, Luiz Antônio. **Educação Ambiental como Política Pública.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.
<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>

STEUCK, Eliane Renata, WEILER, Jaqueline Maria Alexandre; MOTA, Junior Cesar (2015) **As instituições de ensino como Espaços Educadores Sustentáveis no Brasil: algumas reflexões.** *Ambientalmente Sustentável*, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17979/ams.2015> Acesso em 20 maio 2021.

TAMOIO, Irineu. **A política Nacional de educação ambiental.** BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação. Salto para o futuro: educação ambiental no Brasil. Brasília, DF: Tv Escola, 2008. p. 21-29. (Boletim, 1, v. 18, março de 2008).

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Princípios metodológicos da Educação Ambiental. In: **Metodologias Aplicadas à Educação Ambiental.** São Paulo: IESDE, 2006.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A interdisciplinaridade como alternativa à organização dos currículos escolares: algumas contribuições.** ComCiência, v. 1, n. 138, p. 1-8, 2012. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n138/n138a09.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos; TALAMONI, Jandira Liria Biscalquini; RUIZ, Sonia Silveira; et al. **A inserção da Educação Ambiental na Educação**

Básica: que fontes de informação os professores utilizam para sua formação? *Ciência & Educação* (Bauru), v. 19, n. 2, 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. **Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias.** *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014, Editora UFPR

TRAJBER, Raquel; MENDONÇA, Patrícia. **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao5.pdf>. Acesso em: 12 abr. de 2020.

UNTALER, Lindomar de Oliveira; BAROLLI, Elisabeth. **Educação ambiental e a formação inicial de professores: o que dizem as pesquisas?** *Olhares e Trilhas*, Uberlândia, v. 13, n. 2012.

VIEIRA, Paulo Freire. Introdução. *In*: SACHS, Ignacy; VIEIRA, Paulo Freire. (orgs.). **Rumo a Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Solange Reiguel; MORAIS, Josmaria Lopes; TORALES CAMPOS, Marília Andrade. **A educação ambiental na agenda das Políticas Públicas brasileiras: uma análise a partir do conceito do ciclo de políticas.** *Pedagogia Social. Revista interuniversitária* (2020). Terceira Época.

WILDHAGEN, Raquel Oliveira. **Sustentabilidade é atributo de quem?** Críticas às práticas de responsabilidade social empresarial a partir de um estudo em território minerador. 2015. 160f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2015. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Administracao_WildhagenRO_1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

ZHOURI, Andrea.; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.* Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ANEXOS

ANEXO A - PROJETO - REDUÇÃO DE DANOS DECORRENTE DO USO ABUSIVO DE AGROTÓXICOS. Área de Atuação: Meio Ambiente – Agrotóxicos – Fiscalização Jataizinho

Relatório dos autos com determinação de diligências.

1. Relatório

Em 10 Dezembro de 2015 foram iniciados, com reunião do Fórum Sobre Agrotóxicos, promovida em Ibiporã, os trabalhos de Combate ao Uso Abusivo de Agrotóxicos nesta comarca. O objetivo desta primeira ação foi expor as consequências do uso indiscriminado de agrotóxicos para a saúde e para o meio ambiente e promover o debate a respeito das medidas necessárias a coibir essa prática.

Foram apresentados estudos sobre contaminação de água e alimentos por agrotóxicos, bem como sobre fiscalização e alternativas viáveis e acessíveis de manejo integrado de pragas e doenças. Ao final foi lavrada ata do encontro (fls. 42/49 – MPPR-0062.16.000191-3) e formalizada, pelos presentes, Carta de Intenções de Trabalho, com linhas de ação compreendidas como necessárias para aprimorar os trabalhos de fiscalização e aprimorar a segurança ambiental e sanitária na agricultura e no comércio de agrotóxicos (fls. 59/61 – MPPR-0062.16.000191-3).

Das intenções formalizadas, algumas foram amplamente exploradas outras demandam maior direcionamento, para que sejam conquistados os avanços necessários. Ademais, algumas das intenções notadamente extrapolam o âmbito local e, portanto, as competências desta Promotoria de Execução, razão porque foram encaminhadas para avaliação pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente.

Os dois primeiros e importantes objetivos formalizados foram a materialização de trabalho em rede e a avaliação de diagnóstico da situação de comércio e uso abusivo de agrotóxicos. A partir desses dois pontos, uma vez vencida a etapa de formação do comitê institucional de trabalho, foram analisados os pontos da Carta de Intenção e discutidas as possibilidades de ação dentro das competências de cada um dos serviços, diligência que permitiu a definição de **Plano Operativo de Trabalho** em quatro eixos: diagnóstico, assistência técnica e extensão rural, educação ambiental e fiscalização a serem desenvolvidos, em especial, em uma área prioritária, a Microbacia do Tigrinho, cuja execução é coordenada pelo Ministério Público e acompanhada por todos os integrantes e permitiu diversos progressos, os quais merecem destaque.

1. Diagnóstico de Jataizinho

Após a formalização de informações, estima-se que Jataizinho desenvolva atividades agropecuárias em 13.522 ha³⁰. Ainda, verificou-se que a área colhida de soja, em grão, é 8.250 ha, a de milho é 2.240 ha e a área de trigo é 3.830 ha³¹. Dentre as culturas permanentes a Laranja registra 93ha de área colhida e o café 18 ha³².

O Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (DAAMA) informou que há **1100 (um mil e cem) cadastros de produtores rurais no Município** atualmente (meados de 2019), mas destacou que este cadastro é promovido por inscrição no INCRA, assim, um único particular pode contar com mais de um imóvel cadastrado.

Por outro lado, os dados do IPARDES indicam que há cerca de **200 proprietários de imóveis rurais no município, 26 arrendatários, 03 parceiros, 03 comodatários e 03 ocupantes**³³.

O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, conforme se infere dos autos, sempre contou com apenas 01 extensionista. Atualmente, após a aposentadoria do servidor que inicialmente acompanhou os trabalhos, foi nomeado extensionista com experiência na produção de orgânicos e os trabalhos continuam a ser acompanhados também pela Gerente Regional e por servidor da EMATER Central.

O DAAMA dispõe de um biólogo diretor de Departamento. Recentemente, o Diretor logrou vincular, com apoio da UTFPR, dois estagiários no departamento. A ADAPAR participa das ações com a presença de 01 fiscal de defesa agropecuária.

Em todo o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia Paraná (CREA/PR) há 56 (cinquenta e seis) fiscais, dos quais **apenas 12 são fiscais da engenharia agrônoma** – 06 em nível médio e 06 em nível superior. Ademais, **a Regional de Londrina, que atende Ibiporã e Jataizinho, conta com apenas 07 (sete) fiscais. Está em andamento concurso público para a contratação de fiscal da modalidade agronomia para a Regional de Londrina.**

³⁰IPARDES. Cadernos municipais – disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86210&btOk=ok> acesso em 11.07.2019

³¹IPARDES. Cadernos municipais – disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86210&btOk=ok> acesso em 11.07.2019

³²IPARDES. Cadernos municipais – disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86210&btOk=ok> acesso em 11.07.2019

³³IPARDES. Cadernos municipais – disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86210&btOk=ok> acesso em 11.07.2019

A Vigilância Sanitária conta com **02 (dois) serviços** e levantou **14 locais** que comercializavam frutas, legumes e hortaliças no Município de Jataizinho (fls. 67 – MPPR-0062.16.000199-6).

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), ao longo do feito, registou que um dos maiores problemas verificados é a prescrição de agrotóxicos por revendas sem o devido diagnóstico – informaram que, na prática, os agricultores vão até as revendas de veneno, pedem o agrotóxico que desejam utilizar e o produto lhe é prontamente vendido. Destacaram que o vendedor emite, no balcão, a nota fiscal e a receita agrônômica, geralmente por meio informatizado, os quais, em geral, sequer são lidos pelo agricultor.

Ademais a ADAPAR, ao longo dos trabalhos, reforçou a necessidade de envolvimento do CREA/PR na fiscalização das atividades dos agrônomos (que prescrevem receituários sem diagnóstico, sem conhecer a área, sem efetivamente prestar assistência técnica) e dos agricultores (estes, em especial, pelo recorrente exercício ilegal da profissão).

A EMATER informou que os principais problemas verificados pelos profissionais da extensão rural são: degradação dos solos, erosão dos solos agrícolas, contaminação e poluição dos cursos d'água e uso exagerado e inadequado de agrotóxicos e afins. Destacaram a necessidade de os educadores, integrantes do poder público, assistentes técnicos e extensionistas envolvidos nestas ações agirem com cautela, de modo a primeiro conhecer a realidade do ambiente e do agricultor antes de promoverem interferências para a evitar uma postura de imposição de mudanças radicais aos agricultores e facilitar a adesão às novas orientações (fls. 38/46 - MPPR-0062.16.000199-6).

Foi registrado ao longo do trabalho, também, o volume de agrotóxicos comercializado em Jataizinho³⁴: em **2013 – 203,1 Toneladas**; em **2014 – 184,3 Toneladas**; em **2015 – 177 Toneladas**; em **2016 – 157,5 Toneladas**; em **2017 - 170,4 Toneladas**; em **2018 - 169,9 Toneladas**.

Também foi diligenciado o volume comercializado em todo o Estado do Paraná: em **2013 – 93.137,2 Toneladas**; em **2014 – 97.615,6 Toneladas**; em **2015 – 100.572,8 Toneladas**; em **2016 – 92.160,5 Toneladas**; em **2017 – 92.398,0 Toneladas**; em **2018 – 92.904,3 Toneladas**³⁵.

Em 2014, 2015 e 2016 as culturas que mais utilizaram agrotóxicos foram, em ordem decrescente, Soja, Milho, Trigo e Citrus³⁶.

No ano de 2014³⁷, em um universo de **146 (cento e quarenta e seis)** princípios ativos prescritos para Jataizinho, os 10 (dez) mais utilizados foram Glifosato (39.861,500 kg), Equivalente Ácido de Glifosato (24.500,000 kg), Atrazina (16.664,000 kg), Óleo Mineral (15.776,050 kg), Glisofato Potássico (15.574,000 kg), Paraquate

³⁴SIAGRO, 2019.

³⁵SIAGRO, 2019.

³⁶SIAGRO, 2016

³⁷SIAGRO, 2016

(8.416,000 kg), 2,4 – D (8.033,000 kg), Acefato (5.338,000 kg) e Equivalente Ácido de 2,4-D (4.901,000 kg). **Neste ano, 66,643% dos produtos prescritos foram herbicidas.**

Em 2015³⁸, dentre **152 (cento e cinquenta e dois) princípios ativos** prescritos para uso no Município, os 12 (doze) mais aplicados foram Equivalente Ácido de Glifosato (31.067,000 kg), Glifosato (31.049,150 kg), Óleo Mineral (9.948,000 kg), Glifosato Potássico (8.574,000 kg), Atrazina (8.087,000 kg), 2,4 – D (7.736,000 kg), Imidacloprido (6.387,800 kg), Éster metílico de óleo de soja (6.322,000 kg), Zetacipermetrina (5.547,000 kg) e Paraquate (5.116,000), Acefato (4.839,000 kg) e Sal de Potássio de Glifosato (4.826,000 kg) - **54,864% dos venenos prescritos neste período são herbicidas.**

No ano de 2016³⁹, até setembro, foram prescritos **143 (cento e quarenta e três)** diferentes princípios ativos. Destes, os 12 (doze) mais prescritos foram Equivalente ácido de glifosato (18.638,000 kg), Glifosato (15.187,000 kg), Atrazina (10.316,000 kg), Glifosato Potássico (7.926,000 kg), Imidacloprido (6.092,610 kg), Paraquate (4.812,000 kg), 2,4 -D (3.677,000 kg), Óleo Mineral (3.646,000 kg), Óleo Vegetal (3.083,000 kg), Ciproconazol (2.722,000 kg), Azoxistrobina (2.564,000 kg) e Bifentrina (2.522,000 kg). **Neste espaço de tempo, 61,009% dos venenos mais utilizados foram herbicidas.**

No início dos trabalhos, em setembro de 2017, a ADAPAR pontuou que mais da metade dos produtos comercializados são **herbicidas**, bem como estimou que **cerca de 30% do agrotóxico utilizado em Jataizinho é vendido pela AGROTERRA, revenda sediada em Ibiporã e 10% é revendido pela Vilela, de Cornélio Procópio (fls. 213 – MPPR-0062.16.000199-6).**

As culturas mais plantadas em Jataizinho são, conforme dados do IPARDES⁴⁰, **soja, milho e trigo**, contudo, não há informação do SIAGRO devidamente formalizada nos autos sobre os agrotóxicos mais utilizados em cada uma destas e a indicação de época estimada de aplicação de cada veneno.

No que se refere ao crédito rural, um dos bancos que opera o crédito rural no Município de Jataizinho, informou que **de janeiro de 2018 a junho de 2019**, foram formalizados, para a atividade agrícola, **246 contratos** que somam o total de **R\$ 24.629.674,75** (vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). **Deste valor, R\$ 22.155.752,29** (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos) são **referentes a 224 contratos de custeio**. Outros **R\$ 2.337.011,71** (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, onze reais e setenta e um centavos) referentes a 20 contratos de investimento e, por fim, **R\$ 136.910,75** (cento e trinta e seis mil, novecentos e dez reais e setenta e cinco centavos) relacionados a 02 contratos de comercialização.

³⁸SIAGRO, 2016

³⁹SIAGRO, 2016

⁴⁰IPARDES. Cadernos municipais – disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86210&btOk=ok> acesso em 11.07.2019

Os valores referentes à modalidade de custeio se referem, mais especificamente a: R\$ 11.193.910,60 (onze milhões, cento e noventa e três mil, novecentos e dez reais e sessenta centavos) **à cultura da soja** (94 contratos); **R\$ 8.475.800,13** (oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos reais e treze centavos) **à cultura do milho** (99 contratos); **R\$1.565.752,35** (um milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e cinco centavos) **ao cultivo do trigo** (17 contratos). **R\$ 908.427,57** (novecentos e oito mil reais, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) **ao cultivo de laranja** (11 contratos) e outros três contratos, sem a identificação de produtos, para resguardar a identidade e o sigilo das informações dos beneficiários, indicados como “oculto”, nos seguintes valores: **R\$ 5.273,51** (cinco mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos); **R\$ 3.396,17** (três mil, trezentos e noventa e seis reais e dezessete centavos) e **R\$ 3.191,96** (três mil, cento e noventa e um reais e noventa e seis centavos).

O referido banco também informou que foram negociados em Jataizinho, no ano de **2016**, contratos no valor total de **R\$ 6.240.499,01** (seis milhões, duzentos e quarenta mil, quatrocentos e noventa e nove reais e um centavo) e, no ano de **2017**, no montante total de **R\$ 6.873.917,66** (seis milhões, oitocentos e setenta e três mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos).

Ao longo dos trabalhos também se pontuou que havia **apenas dois profissionais que prestariam assistência técnica no Município**, sendo um destes, o extensionista, hoje aposentado, da EMATER, e um particular que tem vínculo com uma revenda de agrotóxicos e seria responsável pela maior parte da assistência técnica em Jataizinho.

Apurou-se, ainda, que em Jataizinho **há apenas uma empresa registrada para o comércio de agrotóxicos** e que a maior parte do agrotóxico utilizado no Município é oriunda de revendas sediadas em outras localidades.

Foi acostada aos autos a relação nominal dos 71 agricultores que desenvolvem atividades na Microbacia do Tigrinho (fls. 148/149 – MPPR-0062.16.000199-6) e, de acordo com a EMATER e a ADAPAR o Tigrinho é manancial de captação e afluente do Tibagi.

Também cumpre destacar que Jataizinho **não registra proibições detalhadas quanto ao uso e aplicação de agrotóxicos**, uma vez que a **única regulamentação** do tema se restringe à determinação, no artigo 15, II, do Plano Diretor do Município, que **proíbe a aplicação de agrotóxicos nas proximidades de áreas urbanizadas**. Atualmente, a questão está em debate no âmbito da revisão do Plano Diretor – de fato, foi debatida, em audiência pública, a proibição de aplicação de agrotóxicos em até 300 metros do perímetro urbano, com a possibilidade de redução da metragem para 50 metros, desde que implementada faixa de proteção verde.

2. Propostas da Carta de Intenções e do Plano Operativo de Trabalho - Metas, progressos e diligências necessárias para direcionamento e progresso ainda devidos

2.a. Formação de Rede de Institucional como Comitê de Trabalho; Diagnóstico; Conscientização dos Agricultores e Capacitação em Boas Práticas

Os primeiros 03 itens da Carta de Intenções deliberaram a necessidade de formação de Comitê/Rede de atuação para aprimorar o combate ao uso de agrotóxicos na Comarca de Ibiporã, que abrange Jataizinho, formar diagnóstico a respeito da situação de uso de agrotóxicos, do manejo do solo e a respeito da venda de veneno.

As instituições que desenvolvem trabalhos na seara da assistência técnica e extensão rural, fiscalização e educação ambiental foram acionadas para disponibilizar informações sobre comércio, armazenamento, uso de agrotóxicos, e a EMATER e a ADAPAR relataram os principais problemas vivenciados, sumariamente expostos acima.

O Comitê Institucional de Articulação sobre Agrotóxicos foi formado em 27 de Julho de 2019 (fls. 23/24 – MPPR-0062.17.000592-0) e o Plano Operativo de Trabalho foi finalizado em 07 de Novembro de 2017 (fls. 50/55), registrando a intenção de promover o trabalho com ênfase nas propriedades da Microbacia do Tigrinho e desenvolver ações em 04 eixos – educação ambiental, assistência técnica e extensão rural, diagnóstico e fiscalização.

As normas orientadoras do uso de agrotóxicos no Município de Jataizinho, ao lado das determinações estaduais e federais pertinentes, foram compiladas na Recomendação Administrativa nº 09/2017.

Foram realizadas cerca de 14 (quatorze) reuniões ordinárias do Comitê desde sua formalização, **além de 04 (quatro) reuniões orientativas com informações e exposição das normas inseridas na Recomendação Administrativa aos agricultores e aos integrantes de equipes de revendas e assistências técnicas**, bem como participação de técnicos, pesquisadores, fiscais da ADAPAR, integrantes do DAAMA, extensionistas da EMATER, para a difusão de informações sobre manejo de pragas e doenças, boas técnicas de aplicação e assuntos de relevância para a agricultura, bem como de instituições financeiras, para informações e esclarecimento de dúvidas sobre o Crédito Rural, realizadas em 28 de novembro de 2017 (fls. 20 – MPPR-0062.17.001375-9), em dezembro de 2017, quando a Recomendação Administrativa foi entregue a cerca de 48 pessoas – fls. 19/20 – MPPR-0062.17.001379-1), em março de 2018 (fls. 122/123 - MPPR-0062.17.001379-1) e 08 de novembro de 2018 (fls. 413 – MPPR-0062.17.001379-1), ações que, somadas, atingiram diversas pessoas.

Ademais, a Recomendação Administrativa nº 09/2017 foi divulgada nos sítios eletrônicos do CREA/PR, ADAPAR, EMATER e Prefeitura Municipal Jataizinho, viabilizando a ampla difusão do documento.

2.b. Intensificar Ações de Fiscalização do Comércio e Uso de Agrotóxicos e no Exercício Profissional; Ações de Fiscalização na zona de Amortecimento do Parque Estadual e Zona Periurbana;

Com a formação do Comitê, deliberou-se por fomentar diversas ações de fiscalização.

2.b.1. Revendas de Agrotóxicos e Profissionais Prescritores de Agrotóxicos

Quanto às revendas de agrotóxicos, foi remetida a **Recomendação Administrativa nº 10/2017** com advertência quanto às normas a serem observadas na prescrição, comércio e armazenamento de agrotóxicos a **12 (doze) revendas e cooperativas** da região que comercializam da região que comercializam/prescrevem agrotóxicos para uso em Jataizinho, todas receberam o documento, formalizaram ciência e comprovaram tê-lo distribuído entre os integrantes de suas equipes.

Foram listados e ouvidos alguns dos agrônomos que mais prescreveram agrotóxicos para uso em Ibiporã e Jataizinho nos anos de 2016 e 2017. A respeito das atividades na Comarca, foram ouvidos 13 agrônomos.

Os relatos foram, em sua maioria, **semelhantes em relação ao modo de operação da venda de agrotóxicos e de desenvolvimento das atividades pelos integrantes das equipes**. Das oitivas se infere que as empresas operam com **um ou dois profissionais registrados como agrônomos, os quais recebem o piso salarial da categoria e trabalham como coordenadores de equipe**, formada por outros profissionais que, apesar de agrônomos e técnicos agrícolas por formação, são contratados como vendedores – também nominados como “colaboradores” ou consultores de venda” - não são remunerados conforme o piso da categoria e, apesar de alegarem não receber comissões, auferem “participação final” nos lucros da empresa, que inclui o excedente referente à venda de veneno.

Ademais, apurou-se que as revendas afirmam disponibilizar serviço de assistência técnica aos agricultores, mas são estes vendedores – que recebem valores referentes aos lucros decorrentes da venda – os profissionais que visitam as unidades produtivas e os agricultores, indicam o uso de agrotóxicos e repassam ao agrônomo “líder de equipe” ou “responsável” as informações necessárias para formalizar a prescrição do produto. De fato, a maior parte dos agrônomos prescritores ouvidos relatou que, de fato, não faz diagnóstico em campo antes de prescrever os agrotóxicos, apenas confia e referenda as informações repassadas pelo vendedor, elabora e registra a prescrição e formaliza a venda.

De outro vértice, dos relatos, apurou-se que a maioria dos profissionais ouvidos não conhecia as restrições ambientais dos territórios onde desempenham suas atividades profissionais, tampouco conheciam programas relacionados à redução e uso adequado de agrotóxicos, tais como o Programa Alimento Seguro, o PARA (Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos) e o PRONARA (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos).

Com estes relatos foi possível identificar, portanto, que diversos agrônomos atuam de modo frontalmente contrário à Lei nº 7.802/1989 e sua conduta poderia, inclusive, configurar, em tese, o crime capitulado no artigo 14 da referida Lei.

Diante da constatação, o CREA/PR foi acionado por intermédio do ofício nº 631/2018 – 2ª PJIb (expedido no Procedimento Administrativo nº MPPR-0062.17.001375-9), no qual foi reforçada a **natureza pública da instituição e das atividades desenvolvidas, bem como advertido o Gerente Regional do dever de atuar com eficiência na fiscalização e atividades que lhe são atribuídas por lei, sob pena dos servidores e agentes públicos omissos serem responsabilizados pela prática de ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92.**

Na ocasião, o CREA/PR também foi formalmente comunicado das ilegalidades apuradas pelo Ministério Público, notadamente: prescrição de agrotóxicos sem prévio diagnóstico, contratação de agrônomos como vendedores, com remuneração incompatível com o piso da categoria, para a execução de atividades de assistência técnica sem o pagamento de ART, bem como o desenvolvimento de atividades de assistência técnica sem ART pelas revendas de agrotóxicos.

De outro lado, requisitou-se o reforço de ações de educação ambiental e capacitação dos agrônomos sobre receituário agrônomo, bem como sobre a legislação de controle de contaminação, qualidade e segurança dos produtos finais.

Ademais, requisitou-se que o CREA/PR se posicionasse e indicasse um parâmetro mínimo para início das ações de fiscalização da efetiva participação dos profissionais na prescrição de agrotóxicos – uma vez que o Conselho Profissional não tinha um gatilho de fiscalização definida.

Após o acionamento, o CREA/PR trouxe uma série de informações já indicadas no tópico do diagnóstico, afirmou que promove fiscalizações de rotina nas empresas que trabalham com profissionais do Sistema CONFEA/CREA e destacou que **a fiscalização depende das informações prestadas pelas fiscalizadas, aduzindo que, muitas vezes estas se recusam a informar quais os profissionais contratados como consultores, vendedores ou representante técnico de vendas** – mesmo dispondo de poder de polícia e sendo prevista como obrigatória, para registro no CREA/PR de pessoas jurídicas, a apresentação da documentação de todos os profissionais da interessada (art. 1º, Resolução CONFEA nº 336/1989). Cumpre, portanto, reforçar ao CREA/PR que a autarquia dispõe de poderes de fiscalização e que as revendas não podem se negar a disponibilizar os documentos necessários.

Também foram registrados **diversos eventos de orientação e capacitação aos agrônomos**, bem como informada a **fiscalização dos profissionais que mais prescreveram agrotóxicos** no Estado do Paraná. Ainda, relatou que promoveria ações de fiscalização acerca de acobertamento profissional e **sedimentou um patamar de início das fiscalizações, na medida em que definiu que o profissional que acompanhe mais de 150 (cento e cinquenta) unidades produtivas deverá ser fiscalizado, para que se verifique sua real participação técnica nas prescrições.**

Com esta definição, foram requisitadas mais informações à ADAPAR – de fato, estavam registradas nos autos as receitas emitidas para uso de agrotóxicos em Ibiporã e Jataizinho, contudo, para avaliar a necessidade de fiscalização e apuração de responsabilidade, fez-se necessário identificar o número total de prescrições de cada profissional nos últimos anos.

Destarte, a partir da relação de agrônomos que mais prescreveram agrotóxicos no Município, requisitou-se à ADAPAR que encaminhasse não apenas o montante de receituários emitidos na Comarca, mas a relação total dos receituários expedidos pelos profissionais nos anos de 2017 e 2018. Acionada, a ADAPAR acostou ao feito dados do SIAGRO a respeito de 79 (setenta e nove) profissionais. Destes, extraíram-se 19 (dezenove) registram mais de 4000 prescrições em dois anos, além de 05 que mereceram destaque pela quantidade expressiva em Ibiporã e Jataizinho, ainda que não registrassem um número total tão alto quanto os demais.

Dos 19 agrônomos referidos, 14 têm vínculos com revendas de agrotóxicos e 05 com cooperativas, apenas um deles cumula atribuições em uma empresa de planejamento agrícola. Dos demais, 27 mantém vínculos com revendas de agrotóxicos e 26 com cooperativas.

Nesse passo, tendo em conta o padrão de perfil dos maiores emissores de receitas (vínculo com revendas e cooperativas, não diretamente com os agricultores, além de alto volume de receitas emitidas) e considerando que diversas das cooperativas e revendas que prescrevem agrotóxicos em Ibiporã tem sede e atuam em outras Comarcas, deliberou-se pela expedição de ofício **ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente e à Ordem Urbanística (CAOPMAHU), comunicando a informação, para análise da viabilidade de acionar os colegas das demais localidades a apurar possível responsabilidade de profissionais e empresas e as supostas irregularidades em suas áreas de competência.**

De toda forma, os dados esmiuçados permitem identificar fortes indícios de que os 19 agrônomos acima listados prescreveram agrotóxicos em desacordo com a legislação, na medida em que, diante da exorbitante quantidade de receituários, em diferentes municípios, provavelmente não promovem diagnóstico prévio e não acompanham, efetivamente, as unidades produtivas. Ademais, as revendas e cooperativas que contataram os serviços destes profissionais são, também, responsáveis por não atenderem ao dever de garantir a venda de agrotóxicos nos termos da legislação – *art. 13, 14, 'c' e 15 da Lei nº 7.802/1989; Art. 1º (...) XXXIX, Art. 66, do Decreto nº 4.074/2002*⁴¹.

⁴¹Art. 13. A venda de agrotóxicos e afins aos usuários será feita através de receituário próprio, prescrito por profissionais legalmente habilitados, salvo casos excepcionais que forem previstos na regulamentação desta Lei.

Art. 14. As responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, não cumprirem o disposto na legislação pertinente, cabem: (...) c) ao comerciante, quando efetuar venda sem o respectivo receituário ou em desacordo com a receita ou recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitário-ambientais (...);

Art. 15. Aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação pertinente estará sujeito à pena de reclusão, de dois a quatro anos, além de multa.

Para corroborar as investigações, ainda, foi solicitado apoio à equipe técnica ao CAOPMAHU, solicitando apoio da equipe técnica, notadamente a análise dos dados referentes a cada caso, buscando apurar as possibilidades de responsabilização dos profissionais.

Ainda, em relação aos profissionais, as informações foram remetidas ao **CREA/PR, com requisição de que apurem a efetiva participação dos profissionais indicados nos trabalhos necessários à emissão dos receiptuários, bem como fiscalize as revendas e cooperativas. Advertiu-se, também, que as pessoas jurídicas devem ser acionadas, diante de seu dever de prestar o serviço de modo adequado e de garantir a legalidade da atuação de seus funcionários, notadamente porquanto a prática ilícita (emissão desenfreada de receiptuários para a venda de agrotóxicos) lhes favorece financeiramente. De todo modo, o CREA/PR também foi acionado novamente para manter ações de educação ambiental e capacitação dos profissionais a respeito de sua responsabilidade técnica.**

Quanto à ADAPAR, foi acionada a fomentar e desenvolver novas ações de fiscalização, bem como a aderir ao critério inicial de fiscalização definido pelo CREA/PR (fls. 367/369 – mppr- 0062.17.001379-1). Além disso, f foi reforçada à autarquia sua natureza pública; requisitada a quantidade total de receiptuários emitidos pelos maiores prescritores de Iporã e Jataizinho; a indicação do total de unidades produtivas acompanhadas por cada um no período investigado. Em resposta, a ADAPAR apresentou diversas considerações.

De início, relatou-se que são promovidas as ações contínuas de fiscalização que lhe cabem, tanto nos estabelecimentos comerciais quanto nas cooperativas. Destacou que a fiscalização em campo tem por objetivo verificar a veracidade das informações consignadas no receiptuário e a correção do uso pelos aplicadores.

Ademais, defendeu-se, no documento, que a *“receita deve ser resultado da efetiva participação do profissional que assume a responsabilidade pela necessidade e pelos resultados do tratamento, desde que o agricultor respeite as recomendações contidas na receita e na bula do agrotóxico. Portanto, não se exige receita para legalizar a venda de agrotóxicos, mas sim para o uso”* - conclusão, contudo, contrária aos termos da legislação pátria, notadamente:

Art. 1º. Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: (...) XXXIX - receita ou receiptuário: prescrição e orientação técnica para utilização de agrotóxico ou afim, por profissional legalmente habilitado;

Art. 66. A receita, específica para cada cultura ou problema, deverá conter, necessariamente: I - nome do usuário, da propriedade e sua localização; II – diagnóstico; III - recomendação para que o usuário leia atentamente o rótulo e a bula do produto; IV - recomendação técnica com as seguintes informações: a) nome do(s) produto(s) comercial(ais) que deverá(ão) ser utilizado(s) e de eventual(ais) produto(s) equivalente(s); b) cultura e áreas onde serão aplicados; c) doses de aplicação e quantidades totais a serem adquiridas; d) modalidade de aplicação, com anotação de instruções específicas, quando necessário, e, obrigatoriamente, nos casos de aplicação aérea; e) época de aplicação; f) intervalo de segurança; g) orientações quanto ao manejo integrado de pragas e de resistência; h) precauções de uso; e i) orientação quanto à obrigatoriedade da utilização de EPI; e V - data, nome, CPF e assinatura do profissional que a emitiu, além do seu registro no órgão fiscalizador do exercício profissional. Parágrafo único. Os produtos só poderão ser prescritos com observância das recomendações de uso aprovadas em rótulo e bula.

a) Lei nº 7.802/1989 - Art. 13. A venda de agrotóxicos e afins aos usuários será feita através de receituário próprio, prescrito por profissionais legalmente habilitados, salvo casos excepcionais que forem previstos na regulamentação desta Lei.

b) Decreto nº 4.4074/2002 - Art. 64. Os agrotóxicos e afins só poderão ser comercializados diretamente ao usuário, mediante apresentação de receituário próprio emitido por profissional legalmente habilitado;

Destarte, expediu-se ofício à ADAPAR, reforçando o dever da instituição de operar de acordo com as determinações legais cabíveis, em especial a previsão da receita como condicionante da venda, e não apenas do uso de agrotóxicos, pois o receituário deve, obrigatoriamente, lhes preceder.

A ADAPAR também argumentou a impossibilidade de adotar o critério pautado pelo CREA/PR, pois cada região teria uma característica própria e haveria outros fatores a serem considerados nas fiscalizações da ADAPAR, que não se confundem com as do CREA/PR e que devem ser promovidas continuamente. **Entretanto, afirma que, em atendimento à provocação, será conferida maior atenção aos profissionais que mais prescreveram receitas.**

Destarte, acionou-se a **ADAPAR, requisitando que comprove as ações de fiscalização promovidas em Ibiporã e Jataizinho em 2018 e já realizadas em 2019**, inclusive a quantidade de coletas e análises de alimentos, bem como a indicação das ações de fiscalização realizadas para avaliar a veracidade do diagnóstico e das informações constantes de receituários expedidos pelos agrônomos que mais prescrevem receitas na Comarca.

Ao longo da execução dos trabalhos a ADAPAR também foi acionada, diante da notícia de prescrição e uso irregulares do agrotóxico **VERDICT R** e outros de mesmo princípio ativo), para promover fiscalizações, em especial para verificar a prescrição em período incompatível com o da cultura para o qual tem sido prescrito e verificar o efetivo respeito ao período de carência do produto (fls. 435/467 – MPPR-0062.17.001379-1). Com o acionamento, foram desencadeadas diversas ações fiscalizatórias, as quais culminaram nas seguintes ações, a princípio, na formalização de 02 (dois) autos de infração relacionados à diligência.

Contudo, diante dos termos de notificação identificou-se a necessidade de informações complementares. Destarte, deliberou-se pelo acionamento da ADAPAR para a remessa integral de todos os processos administrativos referentes às autuações, para aprimorar a compreensão do caso, documentos que deverão instruir os Inquéritos Cíveis que serão instaurados para apurar a responsabilidade civil pertinente.

Por fim, o TECPAR e a ADAPAR foram questionados e negaram a consolidação dos dados decorrentes das análises promovidas no âmbito do Programa Alimento Seguro. Com efeito, a ADAPAR, guardião das informações repassadas pelo TECPAR, enunciou, em breve síntese, um pequeno compilado dos resultados, mas destacou que não há uma análise detida das amostras e dados registrados. **A**

informação denuncia falha relevante, uma vez que não conhecer os dados a fundo dificulta a transparência do programa e dificulta o acesso da população à informação que lhe é de direito – notadamente porquanto custeia, com tributos, as análises e o desenvolvimento das atividades da ADAPAR. Ainda, sem uma análise efetiva dos resultados, fica prejudicada a eficiência da definição das ações de fiscalização e da definição das prioridades para os períodos futuros.

Portanto, a ADAPAR também foi acionada a sistematizar e conferir publicidade aos dados do Programa Alimento Seguro e considerá-los no planejamento de ações fiscalizadoras.

2.b.3. Técnicos Agrícolas - Formação e Realização de atividades Insalubres

Quanto ao desenvolvimento de ações por técnicos agrícolas, diante da proibição legal de crianças e adolescentes desenvolverem atividades insalubres (art. 7º, inciso XXXIII, CF), foram promovidas ações para apurar a formação e o desenvolvimento dos trabalhos por profissionais já formados que ainda não atingiram a maioria.

O trabalho desempenhado por técnicos agrícolas envolve a prescrição de agrotóxicos e assistência técnica com relação a ajustes/regulação de máquinas e aplicação de veneno, de modo que, além de contato na profissão, os estudantes provavelmente seriam expostos a atividades insalubres ao longo de sua formação.

Destarte, foi acionado o CAOP de Proteção à Infância e Juventude, cuja equipe reforçou que aos técnicos agrícolas é conferida a atribuição para o trabalho na assistência técnica no uso de agrotóxicos, contudo, os adolescentes **não podem executar estes serviços, que configuram violação de seus direitos** (fls. 329/338 – MPPR-0062.17.001375-9).

Em paralelo, acionou-se a Secretaria de Estado da Educação, requisitando informações e documentos (fls. 496/498 - MPPR-0062.17.001375-9). Em resposta, a Secretaria de Educação informou que há 18 colégios agrícolas e 13 casas familiares e, no ano de 2017, aproximadamente 1300 alunos concluíram o curso.

Ademais, informou que *“para a formação técnica dos estudantes a proposta curricular não contempla na sua ementa a prescrição e assistência técnica no que se refere aos agrotóxicos, conforme se observa no Plano de Curso”* e *“contemplam a conscientização dos futuros profissionais a respeito do controle biológico como forma de controle alternativo ao uso de agrotóxico, rotação de culturas dentre as estratégias para reduzir a frequência do controle químico e manejo integrado de pragas na perspectiva do processo produtivo rural com bases sustentáveis. Pela análise da organização dos conteúdos verifica-se que os estudos contemplam o conhecimento das correntes de agricultura alternativa, bem como as bases da Legislação e certificação de produção agroecológica e orgânica”*.

Com as informações, emergiu nova questão – os técnicos agrícolas são legalmente autorizados a prescrever agrotóxicos, mas não recebem formação específica neste sentido. Destarte, promoveu-se reunião com a Secretaria de

Educação para comunicar a inconsistência no currículo, ocasião em que a equipe destacou que será proposta uma alteração no currículo de formação destes profissionais, de modo a suprir a falha (fls. 518 – MPPR-0062.17.0001375-9). **Na sequência, as informações coletadas foram remetidas ao CAOPMAHU para que sejam determinadas ações cabíveis em continuidade no âmbito do Estado** (fls. 519/522 – MPPR-0062.17.0001375-9).

Por outro lado, dada a possibilidade de os técnicos agrícolas se inscreverem nos conselhos profissionais ainda adolescentes, foram diligenciadas informações sobre a quantidade de profissionais nestas condições, bem como verificou-se o andamento das providências para a constituição efetiva do Conselho Profissional dos Técnicos Agrícolas.

Verificou-se que à época da resposta do CREA/PR havia um profissional de 17 anos habilitado e inscrito no conselho. Ademais, apurou-se que o CREA/PR continua responsável pelo recolhimento das taxas e fiscalização dos técnicos agrícolas enquanto não materializada a estrutura do conselho próprio.

Destarte, foi expedida Recomendação Administrativa ao CREA/PR para que informe e fiscalize as atividades de técnicos agrícolas, de modo a impedir o desenvolvimento de atividades insalubres por profissionais adolescentes. Ainda, deliberou-se pela solicitação ao CAOPMAHU de informações a respeito das diligências eventualmente promovidas após o recebimento das informações pela 2ª Promotoria de Justiça.

2.b.4. Fiscalização de Transporte de Produtos Perigosos e Estradas

Foram requisitadas informações ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Rodoviária Federal a respeito da fiscalização de transporte de cargas perigosas e se verificou a competência da PRF para as diligências.

Destarte, foram ouvidos dois policiais rodoviários federais que relataram a rotina de fiscalização, indicaram que promovem ações por amostragem e que a maior parte das irregularidades está em transportes clandestinos.

De outro vértice, os policiais rodoviários ressaltaram que os maiores problemas se referem aos acidentes com cargas perigosas, que causam grandes prejuízos ambientais. Pontuaram que as estradas não contam com estruturas para a mitigação de danos perto de mananciais, para evitar a propagação de poluição em caso de derramamento etc.

Nesse passo, oficiou-se a concessionária TRIUNFO ECONORTE para as providências necessárias a aprimorar a gestão das rodovias no que se refere à prevenção de danos, contudo, a empresa respondeu que sua responsabilidade de limita à conservação do pavimento, sinalização vertical e horizontal das rodovias, sem contemplar obras de melhoria, bem como afirmou que são poucos os acidentes registrados com cargas perigosas e que a sinalização atual é suficiente para evitá-los (fls. 375/411 – MPPR- 0062.17.001375-9).

Após a informação, diligenciou-se análise do contrato firmado pelo Estado do Paraná *Secretaria de Estado de Transportes* Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR e a Concessionária ECONORTE (Contrato de Concorrência Pública Internacional nº 001/96; Contrato nº 071/97), documento do qual se identifica a possibilidade de a concessionária implementar obras de manutenção ou aprimoramento, tais como as necessárias para desviar derramamentos de cargas perigosas em mananciais ou áreas de interesse ambiental, bem como aprimorar a sinalização, com mais informações, orientações e limites específicos de velocidade em locais com mais risco de dano ou de grande importância para a preservação.

Destarte, tendo em conta que a questão se refere ao Estado como um todo, de modo que extrapola as atribuições desta Promotoria de Execução, **oficiou-se o CAOPMAHU**, remetendo a sugestão, para deliberação e determinação dos encaminhamentos eventualmente necessários.

2.b.5. Crédito Rural

Diante do volume de recursos financiado via crédito rural e tendo em conta a necessidade de assegurar a adequação dos investimentos – notadamente evitar que recursos subsidiados com patrimônio público sejam investidos em ações lesivas ao meio ambiente ou mesmo em expressa contradição à lei – também foram determinadas diversas providências.

Por ocasião das oitivas dos profissionais que mais prescreveram agrotóxicos nos municípios de Ibiporã e Jataizinho já foram identificadas algumas informações referentes ao crédito rural – com efeito, os profissionais relataram que atendem agricultores que financiam suas lavouras, bem como informaram que fazem receituários agronômicos nestes casos, porquanto os profissionais das empresas de planejamento agrícola não elaboram os necessários receituários agronômicos, mas apenas acompanham a lavoura para elaborar os laudos necessários a comunicar à instituição financeira a evolução da cultura.

Destarte, para complementar a investigação, foram ouvidos dois agrônomos proprietários de empresas de planejamento agrícola que trabalham com a elaboração de projetos para financiamento de lavouras e com o acompanhamento destas, os quais relataram que, de fato, em que pese indicarem o uso de determinados venenos, não fazem a sua prescrição, **a qual é formalizada pelos agrônomos das revendas** – o que identifica um contrassenso na operação dessa assistência técnica e possibilita inferir, ao menos, que esta está sendo realizada (ao menos o diagnóstico – se pressupormos que este está sendo promovido – e a prescrição) pelas empresas que revendem insumos. Portanto, concluiu-se que, nesse cenário, há beneficiários do crédito rural cujo uso de agrotóxico é avaliado e prescrito por agrônomos contratados por empresas revendedoras de veneno, mesmo diante da vedação expressamente consignada no manual de crédito rural.

Ainda, também foi ouvido o gerente de instituição financeira Ibiporã, que relatou que o dinheiro financiado é liberado, por determinação em regulamento interno, **diretamente aos fornecedores**, inclusive revendas de agrotóxicos, **e que não é exigida nota fiscal no momento da transferência do valor**, que também pode

ser dispensado mediante o uso de um cartão disponibilizado ao agricultor; e relatou que a forma de pagamento é definida pela própria instituição financeira. Ademais, foi ouvido o agrônomo da instituição e ambos relataram que o projeto/orçamento apresentado é comparado com o orçamento parâmetro da instituição financeira, para verificar a compatibilidade entre estes, avaliação realizada pelos próprios gerentes da instituição financeira.

Outrossim, o agrônomo da instituição financeira relatou que não é o responsável pela avaliação de todos os projetos e planos de custeio, os quais são avaliados pela equipe de funcionários da área financeira do banco, por intermédio de um orçamento base que lhes é disponibilizado, de modo que estes avaliam se o orçamento apresentado está de acordo com o modelo e, caso positivo, diante do cumprimento das demais condicionantes, o crédito é liberado.

O agrônomo do banco também relatou que não havia, na época da oitiva, nas análises para a liberação de crédito, verificação das condições quanto à **localização do imóvel** para não permitir a liberação de valores para custeio de agrotóxicos em locais onde a aplicação é proibida pela legislação.

Portanto, tendo em conta que as instituições financeiras têm atribuições e, em verdade, têm o dever de promover a adequada fiscalização da aplicação das verbas, podendo estabelecer a forma de liberação dos valores financiados, bem como de realizar ações de fiscalização, inclusive com requisição de documentos, vistorias etc; além da obrigação de manter equipe especializada no crédito rural, estabelecer e manter normas operacionais, além de difundi-las para as equipes, foi expedida a **Recomendação Administrativa nº 06/2018⁴² a 06 instituições financeiras que operam na Comarca.**

⁴² **Recomendação Administrativa nº 06/2018 (...)**

1. MANEJO E DISPONIBILIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL CONFORME AS NORMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

1.1. Que promovam a gestão do crédito rural em conformidade com os preceitos constitucionais e legais que impõem o dever de proteção do meio ambiente, notadamente realizando a revisão dos regulamentos internos da instituição, de modo a permitir maior fiscalização e assegurar que os valores não sejam aplicados em desconformidade com as exigências legais sobre venda, uso e aplicação de agrotóxicos;

2. FISCALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Tendo em conta que a expedição de receita agrônômica pressupõe, quando elaborada em conformidade com a lei, exercício de atividade de assistência técnica, a qual não pode ser realizada em favor dos beneficiários do crédito rural, por agrônomos vinculados a empresas que revendem agrotóxicos, que instituem meios de fiscalização que permitam conhecer os reais responsáveis pela assistência técnica prestada aos agricultores, **de modo a evitar que a quantidade de agrotóxico utilizada pelos beneficiados seja determinada por profissionais vinculados à venda de veneno;**

2.2. Que seja avaliada a possibilidade de se exigir, para a liberação do pagamento, a apresentação de notas fiscais e receiptários agrônômicos, providência que permite verificar o profissional prescritor e verificar se este é vinculado a empresas que vendem agrotóxicos, enquadrando-se na hipótese de proibição do crédito rural;

2.3. Que promovam ações de fiscalização contínua da assistência técnica realizada pelas empresas privadas conveniadas à instituição financeira, orientando-os acerca da necessidade de promover um acompanhamento completo e eficaz ao agricultor, notadamente nos casos em que os trabalhos são também custeados via crédito rural;

2.4. Que avaliem a possibilidade de incluir nas minutas de contrato as vedações pertinentes à assistência técnica enunciadas pelo Manual de Crédito Rural e promovam a capacitação das equipes para orientação devida dos agricultores;

2.5. Que programem ações contínuas de fiscalização, de modo a evitar que o dinheiro do Crédito Rural seja investido em uso abusivo de agrotóxicos;

3. DAS CAUTELAS QUANTO AO FINANCIAMENTO DE AGROTÓXICOS ADQUIRIDOS ANTECIPADAMENTE

3.1. Tendo em conta que a instituição financeira promove a liberação progressiva dos valores, que reavaliem as orientações internas para implementar a adoção de medidas que assegurem o cumprimento da legislação acerca da prescrição, venda e uso de agrotóxicos, em especial para permitir que o agrotóxico seja pago ao fornecedor apenas após a apresentação do receiptário agrônômico atestando a necessidade técnica de sua aplicação na lavoura financiada, o qual deverá ter sido prescrito por profissional que não se enquadre ou não esteja vinculado a empresas que se enquadrem nas vedações do manual de crédito rural no que se refere à assistência técnica;

4. ORÇAMENTOS BASE E VERIFICAÇÃO DE PROJETOS/PLANOS/ORÇAMENTOS APRESENTADOS PARA VIABILIZAR O FINANCIAMENTO DE LAVOURA

4.1. Que reavaliem o modo como são atualmente fixados os custos estimados como financiamento para cada lavoura, buscando adotar critérios que permitam viabilizar um uso racional de agrotóxicos, tais como os resultados do MIP/MID publicados regularmente pela EMATER e EMBRAPA, de modo a resguardar o meio ambiente e garantir que o dinheiro público não seja destinado a uso abusivo de agrotóxicos;

4.2. Que avaliem os critérios da instituição para definição das hipóteses de dispensa ou não exigência de assistência técnica para a apresentação de orçamentos e projetos destinados a pautar a liberação do crédito rural, buscando assegurar a exigência de projeto técnico para situações complexas e/ou de custo mais elevado;

5. OBRIGATORIEDADE DE VERIFICAR AS VEDAÇÕES LEGAIS DE APLICAÇÃO/USO DE AGROTÓXICOS

5. Que sejam incluídas nos sistemas informativos das instituições financeiras, bem como **capacitadas** as equipes técnica e financeira, acerca do **dever** de avaliar a localização dos imóveis nos quais serão executadas as atividades financiadas de modo a **não financiar o uso de agrotóxicos em áreas nas quais a aplicação é**

Na referida documentação, foram expostas as inconsistências verificadas na gestão do crédito rural e requisitada a definição de providências e aprimoramentos pelas instituições financeiras, divididas em alguns eixos: manejo do crédito rural conforme as normas de proteção ambiental; fiscalização, avaliação de regulamento interno e da forma de pagamento; cautelas quanto a agrotóxicos adquiridos antecipadamente; critérios para a definição de orçamentos base e verificação de projetos/orçamentos apresentados para financiamento de lavoura; e a obrigatoriedade de verificar as vedações legais para uso de agrotóxico quando dos financiamentos.

Em atenção ao documento, os acionados remeteram respostas, indicado mais minúcias sobre a operação do crédito, mas ainda não atenderam, plenamente, aos termos da Recomendação para a adequação do crédito rural na Comarca. Com efeito, as instituições acataram alguns dos termos da recomendação, contudo, apenas uma destas propôs algum avanço na ponderação de normas/questões locais por ocasião da análise dos pedidos de financiamento.

Dos documentos, destacam-se alguns pontos importantes. As instituições financeiras, em sua maioria, indicam que cabe às empresas conveniadas promover o acompanhamento devido das lavouras e, inclusive, prescrever o uso de agrotóxicos, quando necessário. A maioria destas afirma que, nos termos de convênio, estão indicadas as proibições e deveres destas empresas, **contudo, tais documentos não foram remetidos ao Ministério Público. Cumpre, portanto, requisitar, de todas as instituições financeiras, o modelo de minuta de formalização de convênio com empresas de assistência técnica e o banco, bem como a indicação das empresas/profissionais conveniados para atuar em casos de financiamentos pleiteados nos municípios de Ibiporã e Jataizinho. A diligência é indispensável para que se identifique se constam, do contrato de convênio, as obrigações do profissional de assistência técnica, em especial quanto ao manejo de pragas e doenças na propriedade.**

Ademais, quanto às vedações, cumpre requisitar o aprimoramento das instituições financeiras sobre a questão – de início, reforça-se que a proibição de uso em área urbana não é privilégio de Ibiporã e Jataizinho - destarte, a organização das instituições é imperiosa e inafastável. Contudo, Ibiporã conta com **particularidades** que devem ser **averiguadas pelo banco, quando da exigência da documentação pelo interessado. Note-se**, permitir o financiamento de agrotóxicos em áreas nas quais o uso é proibido é respaldar o seu uso nestes locais e, logo, respaldar atividade ilegal. Ao contribuir com a atividade ilegal o banco, inclusive como pessoa jurídica, pode responder pelo crime ambiental praticado pelo agricultor, notadamente porquanto o financiamento de atividade ilícita favorece os rendimentos do banco – de modo que é inafastável o dever das instituições bancárias de **impedir o financiamento de agrotóxicos em áreas proibidas.**

Ainda, deliberou-se pela identificação das diligências que devem ser determinadas a cada instituição, a depender das respostas encaminhadas, bem como acioná-las a providenciar mecanismos de gestão que possibilitem a identificação das propriedades – nas normativas de orientação interna, por exemplo, bastaria incluir a

advertência de atenção às normas locais e à determinação da ANVISA (quanto à aplicação de agrotóxicos na zona urbana). Quanto aos documentos, seria **importante exigir certidão do município atestando que o imóvel não está inserido na zona urbana** (o que vale para Ibiporã e Jataizinho), bem como determinar que estas propriedades sejam acompanhadas por responsável técnico e promover, também, a definição de orçamento base sem a indicação de uso de agrotóxicos para as áreas onde é proibida a aplicação de agrotóxicos.

Ademais, ainda o Estado do Paraná conta com restrições específicas, que também se aplicam aos Municípios de Ibiporã e Jataizinho, notadamente a SEIN 22/85, cuja revogação foi contestada judicialmente e permanece em vigor, por força de decisão judicial, sendo que é imperioso que a instituição também adote providências para não custear aplicação de agrotóxicos nas proximidades de escolas, hospitais, moradias e núcleos urbanos em desacordo com a legislação.

Quanto à fiscalização dos recursos no que se refere à compra de agrotóxicos e prescrição, **cumpra requisitar, além da minuta de convênio, informações:** como são operados os pagamentos (àquelas que ainda não responderam); comprovar o cumprimento do art. 9^a do decreto nº 58.380/1966; em especial – disponibilizar normas básicas para as operações (cópias); indicar o responsável pelo assessoramento dentro do banco; apresentar custos estimados por hectare e por cultura financiada. **Cumpra reforçar que utilizar os números oficiais, decorrentes dos trabalhos desenvolvidos pela EMATER e EMBRAPA, que refletem a gestão de lavouras com um efetivo manejo, que reduz o uso de agrotóxicos, diminui os riscos da empresa, porquanto garante mais lucro aos produtores.**

Outrossim, deve-se requisitar, de cada instituição financeira, os valores totais contratados, referentes a cada linha de financiamento, nos anos de 2016, 2017, 2018 e até junho de 2019, além da comprovação das últimas capacitações dos funcionários e a disseminação das normas quanto às restrições ambientais.

Para otimizar a promoção de diligências específicas, é mister, também, a instauração de **Procedimento Administrativo específico para acompanhar as melhorias a serem implementadas na gestão do Crédito Rural na Comarca**, em especial para fomentar maior atenção às normas ambientais municipais e que interfiram na qualidade ambiental dos municípios que a integram.

2.b.6. Diagnóstico e Fiscalização das Áreas Prioritárias; Educação Ambiental;

Durante os trabalhos identificou-se que há 71 imóveis na Microbacia do Tigrinho e elaborou-se questionário para vistoria e diagnóstico nestes. Contudo, as ações não foram implementadas porquanto as equipes argumentaram, em mais de uma oportunidade, sobrecarga de trabalho.

Diante da quantidade de imóveis, é imperioso que se definam estratégias para otimizar a diligência e viabilizar o diagnóstico da Microbacia. Analisando os dados, infere-se que há **04 (quatro) imóveis com mais de 150 ha, e**

também 04 (quatro) com metragem entre 50 e 150 ha, os quais podem ser eleitos como prioritários para a fiscalização.

Os demais imóveis têm metragem inferior a 50 ha. Com relação a estes, pode-se eleger como locais prioritários para vistoria aqueles nos quais se registra uso mais intensivo de agrotóxicos. Destarte, cumpre requisitar da ADAPAR as informações necessárias, bem como incluir no Plano de Trabalho a definição das vistorias.

De outro vértice, destaca-se que foram formalizadas parcerias com as universidades para fomentar a pesquisa. Com efeito, foi finalizado e remetido para análise pela Procuradoria Geral de Justiça Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério Público e UTPFR – Campus Londrina, para iniciar estudos sobre a definição de métodos para a análise econômica de danos ambientais. Neste mesmo instrumento, está contemplada a pesquisa da contaminação da água de Ibiporã por agrotóxicos.

Ainda, foram iniciadas ações para formalizar parceria com a Universidade Estadual de Londrina para diagnóstico do **Ribeirão Jacutinga** e da população de abelhas no Município, bem como a identificação dos efeitos dos agrotóxicos mais comercializados no Município nas espécies identificadas.

Também foram iniciadas as ações para formalizar parceria com a Universidade Estadual de Londrina para diagnóstico e caracterização do ar na Comarca.

Entretanto, evidenciou é necessário avançar no envolvimento dos produtores que desenvolvem atividades agrícolas nas áreas prioritárias, de modo que **cabe pensar ações mais direcionadas e o convite pessoal dos proprietários para debates informativos**, giros técnicos e ações em campo como mais um passo no Plano de Trabalho.

Por outro lado, para acompanhar o desenvolvimento das parcerias firmadas com as universidades e viabilizar o incentivo às ações que beneficiarão o Município de Ibiporã, munindo os agentes públicos de dados técnicos para respaldar o aprimoramento de políticas públicas, deliberou-se pela instauração de Procedimento Administrativo específico para o fomento à pesquisa e compensação ambiental.

3. Vigilância Sanitária – Fiscalização de Agrotóxicos e Domissanitários

A vigilância sanitária participa com regularidade das ações do comitê e atuou na formalização do grupo de trabalho.

Inicialmente acionada, a VISA relatou que executa vistoria nos estabelecimentos para renovação de alvará e licença sanitária, e destacou que não há grandes depósitos de agrotóxicos no Município de Jataizinho (fls. 54 – MPPR-0062.16.000199-6).

A equipe da Saúde também indicou 14 estabelecimentos que comercializam ou fornecem frutas, legumes e hortaliças no Município de Jataizinho, nos quais promoveu ações de fiscalização para exigir a adequação à RDC 748/2014

SESA e à determinação de rotulagem. Outrossim, quanto à coleta e análise de amostras, destacou a necessidade de acionamento da 17ª Regional de Saúde para apoio nestas ações (fls. 67 – MPPR-0062.16.000199-6).

De outro vértice, foi acionada a Chefia da 17ª Regional de Saúde a promover ações de apoio técnico para a equipe de Vigilância de Saúde do Município (fls.140/141 – MPPR-0062.16.000199-6), bem como foram indicadas ações realizadas pelo Município, como a integração de informações com a ADAPAR e o acionamento do Estado para viabilizar apoio para a implementação das ações referentes à contaminação da população por agrotóxicos. Em resposta, a Regional de Saúde informou que promoveu ações de capacitação em todo o Estado para as ações referentes à implementação de fiscalização de rotulagem dos produtos *in natura* (fls. 167/168 - MPPR-0062.16.000199-6).

Em janeiro de 2018 o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção à Saúde informou o início das ações pertinentes ao Plano Estadual de Vigilância e Atenção à Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos do Estado do Paraná - 2017-2019 (fls. 681/682 – MPPR-0062.16.000191-3).

Houve progresso na implementação do Plano Estadual de Vigilância às Populações Expostas aos Agrotóxicos do Estado do Paraná, conforme informou a equipe da 17ª Regional de Saúde, que relatou diversas ações já promovidas em diferentes regionais e a constituição do Grupo de Trabalho – Agrotóxicos. Ademais, informaram *“Em relação ao monitoramento de alimentos desenvolvemos na 17ª Regional de Saúde a coleta de amostras para o PANVET e PARA – PR. De outubro a novembro deste ano foram coletadas 20 amostras de alimentos (...) todas no Município de Londrina por orientação da SESA Central. As amostras de alimentos e água são definidas pela SESA Central que, no momento, solicitou que fossem recolhidas apenas no Município de Londrina. Ainda não há divulgação dos resultados das análises pela SESA Central”* (fls. 523/555 – MPPR-0062.17.001375-9).

Por outro lado, ao longo dos trabalhos desenvolvidos não houve a definição de ações para a fiscalização dos domissanitários, de modo que se determinou ao engenheiro ambiental, que integra a equipe desta Promotoria de Justiça, a promoção de diligências, para apurar dos agrotóxicos, dentre os 27 agrotóxicos, cuja fiscalização se impõe por determinação da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 – Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro, quais compõem produtos domissanitários. Com a informação, cumpre diligenciar, do departamento de saúde e do departamento de meio ambiente a identificação dos estabelecimentos que vendem domissanitários para diligenciar ações de fiscalização.

Destarte, indispensável que, na redefinição do Plano de Trabalho, sejam incluídas ações, no eixo de fiscalização, referentes a esta demanda, bem como seja instaurado Procedimento Administrativo específico para acompanhar estas ações.

Nos mesmos autos, podem-se incluir outras demandas relacionadas à qualidade ambiental, uso de agrotóxicos e vigilância sanitária, como a municipalização do Plano Estadual de Vigilância e Atenção à Saúde de Populações

Expostas aos Agrotóxicos do Estado do Paraná, bem como o fomento e o aprimoramento das ações referentes ao alimento seguro, de modo a, inclusive, pleitear junto à SESA Central a disponibilização de algumas coletas/amostras nos municípios de Ibiporã e Jataizinho.

Cumpre, também, questionar os moldes de execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que prevê a análise de produtos de origem animal por alguns agrotóxicos⁴³.

De outro vértice, foram analisados e compilados dados referentes à detecção e contaminação por agrotóxicos no Siságua para avaliar a situação de Ibiporã e Jataizinho na questão. Mas, para aprimorar informações e documentar a rotina de fiscalizações do Siságua e de monitoramento da potabilidade de água, determinou-se a instauração de procedimento específico para verificar as ações referentes à contaminação deste recurso ambiental por agrotóxicos.

4. Incentivo à Produção Agroecológica; Incentivo à Produção e Comércio de Produtos Orgânicos; Unidades de Referência

Ao longo do Trabalho a EMATER relatou as ações desenvolvidas em unidades de referência no Município, inclusive ações de aprimoramento técnico, encontros e giros tecnológicos com os agricultores.

Com relação ao incentivo à produção agroecológica, Jataizinho avançou no primeiro semestre de 2019. Conforme informado na reunião ordinária do comitê realizada no mês de julho de 2019, houve a implementação do projeto treino visita, com o envolvimento de 05 agricultores para o cultivo de tomate orgânico e difusão das técnicas necessárias. Foram realizadas diversas visitas e encontros ao longo dos cerca de 150 dias de acompanhamento e um evento final, para divulgação de um “passo a passo” da técnica e para questionamentos pelos agricultores, ocasião em que compareceram cerca de 50 produtores. Ademais, consta que está definido mais uma rodada de trabalhos, mais ampla, com cerca de 25 unidades produtivas.

De outro lado, para ampliar ações, deliberou-se a identificação dos produtores orgânicos no Município de Jataizinho, ou aqueles interessados em produção agroecológica ou orgânica, colacionar sua qualificação e identificar quais alimentos produzem, como estão suas certificações e como comercializam seus produtos. Com as informações, podem-se planejar ações para fomentar esta modalidade de produção, tais como giros técnicos, encontros de orientação e divulgar técnicas para angariar mais interessados.

Identificando-se, também, quantos e quais os produtores orgânicos de Ibiporã, pode-se verificar quais ações pertinentes para incentivar o comércio destes produtos - ex: inclusão de pontos de vendas em feiras, contato com feira orgânica em Londrina, fomentar meios de identificação de potenciais compradores etc.

⁴³<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/plano-de-nacional-de-controle-de-residuos-e-contaminantes>

De outro vértice, um importante mecanismo de fomento à produção orgânica é a Lei Estadual nº 16751/2010, que institui, no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio, a merenda escolar orgânica e determina a implantação progressiva da norma, de acordo com condições e cronogramas elaborados pela Secretaria de Estado da Educação, até que 100% da rede de ensino público se adéque.

O Estado do Paraná também publicou o Decreto Estadual nº 9117/2018, que instituiu Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual – GT I-E, para promover estudos e apresentar propostas para regulamentar a referida legislação, integrado por diversas instituições do Estado, inclusive o Ministério Público e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, com presidência dos trabalhos pela FUNDEPAR.

Ademais, em 2018, a Sra. Maria Teresinha Ritzmann, uma das representantes da FUNDEPAR no grupo, participou de encontro do Paraná Agroecológico e informou que o Estado do Paraná acompanha, pelo sistema do Estado (www.merenda.pr.gov.br/merenda/), tais como a evolução de compra de orgânicos por Município, bem como a quantidade de gêneros alimentícios adquiridos anualmente.

Destarte, deliberou-se pela instauração de Procedimento Administrativo específico para promover o fomento da produção agroecológica, a iniciar pela busca de dados dos agricultores, bem como pelo acionamento da FUNDEPAR para a disponibilização de dados referentes ao Município de Ibiporã. Ademais, definiu-se pela expedição de ofício do Departamento de Educação requisitando, também, a indicação dos dados referentes à compra de produtos orgânicos e da agricultura familiar para a merenda nas escolas do município.

Ainda, cumpre fomentar, por parte da Secretaria de Estado e Departamento Municipal de Educação e de Meio Ambiente, ações de educação ambiental envolvendo o tema merenda, alimentação orgânica e agrotóxicos. Para tanto, nos autos que acompanham as ações de educação ambiental (MPPR-0062.17.001376-7), definiu-se pelo acionamento do Chefe do Executivo e do Núcleo Regional de Educação, requisitando informações de quais os conteúdos relacionados aos agrotóxicos, seus efeitos sobre a saúde e o meio ambiente difundidos nas escolas. Após, pela inclusão, no âmbito do Plano de Trabalho, das ações para difundir ações informativas no âmbito da educação formal e informal.

5. Logística Reversa das Embalagens de Agrotóxicos

Com relação à logística reversa, verificou-se, ao longo dos trabalhos, que as ações de recebimento e logística reversa são desenvolvidas de modo contínuo pela ANPARA, que recebe as embalagens vazias, bem como são promovidos encontros em pontos de entrega duas vezes ao ano para recebimento das embalagens vazias em locais mais próximos aos agricultores. Cumpre, portanto, continuar acompanhando as ações já definidas.

6. Fiscalizações - PARAQUATE

A ANVISA, por intermédio da RDC nº 117/2017 determinou a proibição do ingrediente ativo PARAQUATE a partir de 22 de setembro de 2020 – de modo que ficam proibidas a produção, a importação, a comercialização e a utilização de produtos técnicos e formulados à base do ingrediente ativo Paraquate no Brasil.

A normativa também impôs uma séria de restrições e cuidados para venda e uso de agrotóxicos com o princípio ativo Paraquate. Com efeito, **determinou a proibição imediata de uso para abacate, abacaxi, aspargo, beterraba, cacau, coco, couve, pastagens, pera, pêsego, seringueira, sorgo e uva, bem como a aplicação costal, manual, aérea e por trator de cabine aberta. Também indica providências de controle e registro das vendas, além do dever de orientação formal aos agricultores**, que devem assinar termo de reconhecimento de risco e de responsabilidade, que deve ser anexado à receita agrônômica.

No sítio eletrônico da ADAPAR contam informações, indicações de uso e doses de ao menos dois produtos formulados com o princípio ativo, nos quais ainda não constam as **advertências e restrições determinadas pela ANVISA - ALAMOS⁴⁴ – ainda prevê o uso para couve e seringueira – mas a ANVISA expressamente proibiu; e GRAMOXONE⁴⁵ – ainda prevê modalidades de aplicação já banidas, por exemplo.**

Destarte, para acompanhar a fiscalização, verificar o atendimento às determinações da saúde e avaliar o rigor na prescrição e advertência aos agricultores, mas, especialmente, para evitar a prescrição em superdosagem/culturas inadequadas ou em desconformidade com a lei, diante da proximidade da proibição definitiva de uso, **cumpra instaurar Procedimento Administrativo específico**. Nos novos autos, oficie-se a ADAPAR para adequação dos informes disponíveis em sítio eletrônico e para promover rodada de fiscalização de uso, prescrição e adequação da venda de produtos com PARAQUATE. Oficie-se, também, o CREA/PR para que promova ou comprove ações de advertência e orientação aos profissionais a respeito da proibição do PARAQUATE e da proximidade do banimento do uso, bem como promova rodadas de fiscalização para apurar a responsabilidade/adequação na prescrição do produto.

Ademais, oficiem-se os estabelecimentos e cooperativas que vendem produtos para uso em Ibiporã e Jataizinho, requisitando a comprovação das providências implementadas e orientações formalizadas à equipe diante da proibição e banimento próximo do PARAQUATE.

8. Conclusões

Registrados os avanços e ações que devem ser realizadas para a continuidade dos trabalhos, determino a realização de todas as diligências determinadas neste relatório. Ademais, remeta-se cópia do relatório a todos os integrantes do Comitê Institucional de Articulação sobre Agrotóxicos, bem como

⁴⁴<http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/Bulas/Herbicidas/paraquat200slamos.pdf>

⁴⁵<http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/Bulas/Herbicidas/gramoxone200210318.pdf>

acostem-se ao feito, em mídia digital, os gráficos e tabelas elaborados para facilitar o acesso e a compreensão dos dados compilados neste feito.

Ibiporã, 31 de Julho de 2019.

Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna
Promotora de Justiça

ANEXO B - Carta do Fórum de Políticas Socioambientais do Estado do Mato Grosso

Nós, participantes do Fórum de Políticas Socioambientais, reunidos no Dia Internacional do Meio Ambiente, vimos a público denunciar as diversas ações do governo no nível federal, com inúmeros retrocessos que ferem a desejada sustentabilidade planetária. Estas ações revelam o completo descompromisso com as questões ambientais e ausência de conhecimento tanto em relação às causas 328 > sumário propulsoras dos colapsos climáticos e danos ambientais em geral (queima de combustíveis fósseis, desmatamento, queimadas, pecuária invasiva, uso e liberação indiscriminada de agrotóxicos, omissão na regularização fundiária, entre outros).

Nesse sentido, se alinha aos setores mais degradantes, conservadores, responsáveis pelo aumento do desmatamento e das queimadas, poluição de corpos hídricos, perda de pescado e biodiversidade em geral, aumento de conflitos com ameaças de morte, e muitas vezes assassinatos, principalmente das lideranças do campo.

Com a sistemática política de desmonte das autarquias, em especial dos espaços de participação responsáveis pela manutenção das 334 Unidades de Conservação, bem como as áreas da União, é utilizado o falso pretexto de uma suposta “indústria da multa”. Desta forma, lança mão de dispositivos legais (Decretos e Medidas Provisórias) que obedecem a uma racionalidade e intencionalidade muito bem demarcada, revelando o objetivo sórdido da destruição dos ecossistemas e de todas as comunidades de vida! Não há, por parte deste governo, nenhuma ação em prol de algum programa socioambiental, seja em ato normativo ou fomento da participação democrática, que assegurem uma política de sustentabilidade, não meramente econômica, mas plena em suas dimensões ecológicas, sociais, culturais e de saúde integral.

Alguns exemplos da ditadura institucional:

Lei da Mordaza:

- Decretos nº 9.690/2019 e nº 9.716/2019: Instituição da Lei da Mordaza que impõe sigilo às informações governamentais, o que, de certa forma, restringe o alcance e a compreensão da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);

- Atos e Ofícios internos que proíbem os setores de comunicação e os agentes públicos de darem informações ou A Medida Provisória 870/2019 altera atribuições de ministérios, fortalecendo o setor do agronegócio:

- O Ministério do Meio Ambiente (MMA) perde para o Ministério da Agricultura a atribuição de gestão, em âmbito federal, do Serviço Florestal Brasileiro (SFB);

- Direciona para o Ministério do Desenvolvimento Regional a Agência Nacional de Águas (ANA), antes vinculada ao Meio Ambiente; o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e a atribuição de definir a política para o setor. Em razão disso, ficará com esse ministério a parcela de compensação pelo uso de recursos hídricos devida pelas hidrelétricas, que antes cabia ao MMA;

- O texto ainda faz referência às políticas e programas ambientais para a Amazônia, e não mais à Amazônia Legal, que engloba também os estados do Mato Grosso, Tocantins e metade do Maranhão (até o meridiano 44 W); Esta Medida Provisória específica – entre outras atribuições do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – o controle de resíduos e contaminantes em alimentos. Entretanto, o Ministério da Saúde também continua com a atribuição de vigilância em relação aos alimentos, exercida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

- Extinção do Consea, que deixou de ser previsto como órgão de assessoramento à Presidência da República; Prejuízos na elaboração de políticas relacionadas à saúde, alimentação e nutrição, bem como no papel da sociedade civil na construção e no controle social de propostas voltadas à democratização e à segurança alimentar.

Decreto nº 9.760/2019, que cria o Núcleo de Conciliação Ambiental que, entre outras coisas ocasiona a/o:

- Paralisação de projetos de recuperação ambiental no valor de R\$ 1 bilhão de reais;

- Aumenta a burocracia pública com a finalidade de favorecer os infratores que cometem crimes ambientais, ao flexibilizar a aplicação de multas;

- Anistia crimes ambientais;

Desmonte do Conama – diminuição de 96 para 23 organizações titulares:

- Entidades civis foram reduzidas de 22 para quatro e serão escolhidas por sorteio;

- Retirados do Conselho Nacional de Meio Ambiente:

- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio)

- Agência Nacional de Águas (ANA);

- Representações indígenas;

- Representação sanitária;

- Representação científica feita pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);

Decreto nº 9.672/2019:

- Destituição do Órgão Gestor da Educação Ambiental, composto pelos ministérios da Educação (MEC) e do Ambiente (MMA), ferindo a Lei nº 9.795, democraticamente construída pelo Governo e Sociedade Civil;

Negligência com o caso de Brumadinho, região afetada pela mineração da Vale e que se constituiu o maior crime socioambiental do Brasil;

Corte em quase 40% dos recursos financeiros no sistema de ensino em geral, mas principalmente das universidades públicas responsáveis pelas melhores pesquisas socioambientais do País;

Fissura no desenvolvimento científico brasileiro, por intermédio da falta de orçamento nas principais agências de fomento às pesquisas socioambientais;

Decreto nº 9759/2019 – Desmonte de conselhos da sociedade civil que têm participado e auxiliado na construção de políticas públicas:

• Este Decreto foi parcialmente barrado pelo STF, mas a princípio a manutenção de 32 órgãos colegiados representa apenas 1,2% do total de 2.593 colegiados, ferindo princípios da Constituição Federal;

O Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal por Satélite registrou aumento de 13,7% no desmatamento na região em um ano, o maior número registrado em dez anos. Entre 2017 e 2018, 7.900 km² de floresta derrubados;

109 casos de assassinatos de lideranças do campo desde 2017:

• 71 assassinatos em 2017;
• 28 em 2018 (anos eleitorais tendem a ter menos ocorrências);

• 10 casos em 2019 (até abril);

14 Terras Indígenas invadidas ou ameaçadas em menos de 60 dias de governo;

Atos da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins/MAPA:

• ATO Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2019;
• ATO Nº 7, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2019;
• ATO Nº 10, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019;
• ATO Nº 17, DE 19 DE MARÇO DE 2019;
• Liberação pelo MAPA, até o momento, de 121 novos agrotóxicos,

inclusive parte deles classificados como produtos extremamente/altamente tóxicos (50 ao total - 41% dos produtos liberados).

• Aumento em 200% na quantidade de agrotóxicos lançados no solo e no ar;

• Quase 300 tipos de agrotóxicos liberados em um ano;

Ofício Circular nº 1/2019/CC/PR (Desmonte da CONAREDD+ entre

outros) que apresenta uma lista de 23 instâncias colegiadas, e requer análise no sentido de extinção, adequação ou fusão:

• A comissão que cuida do PPCDAM e do PPCerrado;
• Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN);
• Comitê Interfederativo que cuida dos 42 programas decorrentes da tragédia de Mariana e que integra mais de 70 entes federais, estaduais e municipais;

• Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA);
• Conama (ver anotações acima); a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (CONAREDD+);

• Fórum Brasileiro de Mudança do Clima; e outros;

Decreto nº 9.745/2019:

• Negligência no acordo internacional do Clima, com discursos negacionistas da crise climática, inclusa a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas.

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO E QUESTIONÁRIO


UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Através do presente instrumento, solicitamos do Sr Prefeito Dirceu Urbano Pereira, autorização para realização da pesquisa integrante da tese de doutorado de Clarissa Gaspar Massi orientado(a) pela Profª(a) Dra Eloiza Cristiane Torres, tendo como título preliminar Formação de Educadores Ambientais: Rede Municipal de Educação de Jataizinho-PR. A coleta de dados será feita através da aplicação de questionários, conforme modelo anexo. A presente atividade é requisito para a conclusão do curso de Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização final da Instituição campo de pesquisa.



Dirceu Urbano Pereira
Prefeito de Jataizinho-PR



Profa Dra Eloiza Cristiane Torres
Orientadora
Universidade Estadual de Londrina



TERMO DE CONSENTIMENTO AOS CUIDADOS DE: **Edna Aparecida Fulan**, DIRETORA GERAL da **Escola Municipal Professor Vicente Rodrigues Monteiro** no município de Jataizinho - Paraná, cujo pesquisador responsável é a CLARISSA GASPAR MASSI, Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, propõem o PROJETO DE PESQUISA intitulado “Formação de professores em educação ambiental da Rede Municipal da Educação de Jataizinho-PR”, que consiste em uma pesquisa objeto de sua tese, a ser realizada com os professores do 4ª ano do ensino fundamental de três Escolas Municipais, durante o ano de 2019. Por meio dessa proposta de pesquisa, que inclui QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS FECHADAS E ABERTAS, pretende-se compreender os perfis dos professores das escolas municipais de Jataizinho-PR, de modo a permitir a constituição de um acervo de dados atualizados sobre a formação de professores em educação ambiental, o que poderá realimentar/atualizar os Projetos Político Pedagógicos das escolas envolvidas, assim como os materiais didáticos e os trabalhos científicos produzidos acerca do tema pela presente pesquisa. Conseqüentemente, com a organização desses dados, quer-se construir, de modo coletivo, novas estratégias didático-metodológicas, assim como novos materiais pedagógicos para que a educação ambiental possa ser inserida de maneira permanente e interdisciplinar nas escolas. Objetiva-se também Identificar as percepções de educação ambiental compreendidas pelos professores e a maneira que é abordada dentro da sala de aula; Investigar a efetividade das práticas de educação ambiental no âmbito formal, na rede municipal da Educação de Jataizinho-PR; Desenvolver, aplicar e avaliar o desenvolvimento e eficácia do curso de educação ambiental na formação continuada de professores dentro e fora da sala de aula.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Devemos esclarecer que a participação nesse estudo é voluntária e não prevê qualquer tipo de remuneração para qualquer uma das partes. Caso a escola decida por não participar da pesquisa ou caso queira desistir em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

A presente autorização abrange os usos acima indicados, tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revistas, jornais, monografias, dissertações, teses, artigos, PPPs, relatos, planos de aula, materiais didáticos, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, vídeos, entrevistas, filmes, documentários para televisão aberta e/ou fechada, internet, entre outros).

Do mesmo modo, abrange os usos para divulgação científica de pesquisas e relatórios, sem qualquer ônus aos respectivos projetos ou terceiros por essa expressamente autorizada, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza pedagógica, científica e sociocultural, voltada aos recursos teórico-metodológicos acima descritos, em todo território nacional e no exterior.

É importante ressaltar que a pesquisadora se compromete em zelar pela privacidade da identidade dos participantes; em utilizar os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho apenas para fins pedagógicos e científicos, conforme descritos entre os objetivos acima; em tornar público os resultados da pesquisa (quer sejam favoráveis ou não) em periódicos científicos e/ou em eventos científicos da área, não havendo qualquer acordo restritivo à divulgação; em zelar pelos materiais/dados obtidos ao final da pesquisa, que após disseminados em periódicos e eventos científicos da área, serão arquivados sob responsabilidade dos referidos projetos.

A escola se compromete a citar todas as vezes que fizer uso dos resultados da pesquisa, seja na atualização/alimentação do Projeto Político Pedagógico, na produção de planos de aula e/ou de materiais didáticos, na construção de artigos científicos ou nos demais documentos que se fizerem necessários. Junto aos demais profissionais da escola, a pesquisadora se

Ed. Maria Helena

comprometem a auxiliar na aplicação dos questionários, sendo este via e-mail através da plataforma google forms. Na mesma direção, a escola precisa ser esclarecida pelos aplicadores a respeito da demora e dos demais desafios que a aplicação do questionário pode gerar, das complicadas condições estruturais dos laboratórios de informática de algumas instituições. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas com a pesquisadora, Doutoranda Clarissa Gaspar Massi pelo e-mail: claragmassi@gmail.com ou pelo telefone (whatts app): (43) 99958-1002

ANTES DE ASSINAR, VER MODELO DO QUESTIONÁRIO EM ANEXO

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Edmundo Delan', is located on the left side of the page.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO Eu, **Edna Aparecida Fulan**, abaixo assinado, DIRETORA GERAL da **Escola Municipal Professor Vicente Rodrigues Monteiro**, concordo na participação dos professores do 4º ano no "PROJETO DE PESQUISA: Formação de professores em educação ambiental da rede municipal da educação de Jataizinho-PR, tendo sido devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre os propósitos deste estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade das informações por ele fornecidas. Foi-me garantido que a participação é voluntária e que poderei retirar meu consentimento a qualquer tempo, antes ou durante o desenvolvimento da entrevista, sem penalidades ou prejuízos para a minha pessoa.

Nome completo: Edna Aparecida Fulan

RG: 3.931.546-7

**DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR VICENTE RODRIGUES MONTEIRO**

Jataizinho – Paraná

Fevereiro de 2019.

Pesquisadora: Clarissa Gaspar Massi, Orientadora: Profa^o Dra. Eloiza Cristiane Torres.
Projeto de Pesquisa - Prática Docente: Formação de Professores em Educação
Ambiental Nas Escolas Municipais em Jataizinho-PR



TERMO DE CONSENTIMENTO AOS CUIDADOS DE: **Ana Paula França Nogueira**, DIRETORA GERAL da **Escola Municipal Dom Pedro II** no município de Jataizinho - Paraná, cujo pesquisador responsável é a CLARISSA GASPAR MASSI, Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, propõem o PROJETO DE PESQUISA intitulado "Formação de professores em educação ambiental da Rede Municipal da Educação de Jataizinho-PR", que consiste em uma pesquisa objeto de sua tese, a ser realizada com os professores do 4ª ano do ensino fundamental de três Escolas Municipais, durante o ano de 2019. Por meio dessa proposta de pesquisa, que inclui QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS FECHADAS E ABERTAS, pretende-se compreender os perfis dos professores das escolas municipais de Jataizinho-PR, de modo a permitir a constituição de um acervo de dados atualizados sobre a formação de professores em educação ambiental, o que poderá realimentar/atualizar os Projetos Político Pedagógicos das escolas envolvidas, assim como os materiais didáticos e os trabalhos científicos produzidos acerca do tema pela presente pesquisa. Consequentemente, com a organização desses dados, quer-se construir, de modo coletivo, novas estratégias didático-metodológicas, assim como novos materiais pedagógicos para que a educação ambiental possa ser inserida de maneira permanente e interdisciplinar nas escolas. Objetiva-se também Identificar as percepções de educação ambiental compreendidas pelos professores e a maneira que é abordada dentro da sala de aula; Investigar a efetividade das práticas de educação ambiental no âmbito formal, na rede municipal da Educação de Jataizinho-PR; Desenvolver, aplicar e avaliar o desenvolvimento e eficácia do curso de educação ambiental na formação continuada de professores dentro e fora da sala de aula.





Devemos esclarecer que a participação nesse estudo é voluntária e não prevê qualquer tipo de remuneração para qualquer uma das partes. Caso a escola decida por não participar da pesquisa ou caso queira desistir em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

A presente autorização abrange os usos acima indicados, tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revistas, jornais, monografias, dissertações, teses, artigos, PPPs, relatos, planos de aula, materiais didáticos, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, vídeos, entrevistas, filmes, documentários para televisão aberta e/ou fechada, internet, entre outros).

Do mesmo modo, abrange os usos para divulgação científica de pesquisas e relatórios, sem qualquer ônus aos respectivos projetos ou terceiros por essa expressamente autorizada, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza pedagógica, científica e sociocultural, voltada aos recursos teórico-metodológicos acima descritos, em todo território nacional e no exterior.

É importante ressaltar que a pesquisadora se compromete em zelar pela privacidade da identidade dos participantes; em utilizar os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho apenas para fins pedagógicos e científicos, conforme descritos entre os objetivos acima; em tornar público os resultados da pesquisa (quer sejam favoráveis ou não) em periódicos científicos e/ou em eventos científicos da área, não havendo qualquer acordo restritivo à divulgação; em zelar pelos materiais/dados obtidos ao final da pesquisa, que após disseminados em periódicos e eventos científicos da área, serão arquivados sob responsabilidade dos referidos projetos.

A escola se compromete a citar todas as vezes que fizer uso dos resultados da pesquisa, seja na atualização/alimentação do Projeto Político Pedagógico, na produção de planos de aula e/ou de materiais didáticos, na construção de artigos científicos ou nos demais documentos que se fizerem necessários. Junto aos demais profissionais da escola, a pesquisadora se

comprometem a auxiliar na aplicação dos questionários, sendo este via e-mail através da plataforma google forms. Na mesma direção, a escola precisa ser esclarecida pelos aplicadores a respeito da demora e dos demais desafios que a aplicação do questionário pode gerar, das complicadas condições estruturais dos laboratórios de informática de algumas instituições. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas com a pesquisadora, Doutoranda Clarissa Gaspar Massi pelo e-mail: claragmassi@gmail.com ou pelo telefone (whatts app): (43) 99958-1002

ANTES DE ASSINAR, VER MODELO DO QUESTIONÁRIO EM ANEXO

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Clarissa Gaspar Massi', is located on the right side of the page.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO Eu, **Ana Paula França Nogueira**, abaixo assinado, DIRETORA GERAL da **Escola Municipal Dom Pedro II**, concordo na participação dos professores do 4º ano no “PROJETO DE PESQUISA: Formação de professores em educação ambiental da rede municipal da educação de Jataizinho-PR, tendo sido devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre os propósitos deste estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade das informações por ele fornecidas. Foi-me garantido que a participação é voluntária e que poderei retirar meu consentimento a qualquer tempo, antes ou durante o desenvolvimento da entrevista, sem penalidades ou prejuízos para a minha pessoa.

Nome completo: Ana Paula França Nogueira

RG: 7.832.415-5

DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL

DOM PEDRO II

Jataizinho – Paraná

Fevereiro de 2019.

Pesquisadora: Clarissa Gaspar Massi, Orientadora: Profª Dra. Eloiza Cristiane Torres.
Projeto de Pesquisa - Prática Docente: Formação de Professores em Educação
Ambiental Nas Escolas Municipais em Jataizinho-PR



TERMO DE CONSENTIMENTO AOS CUIDADOS DE: **Lilian Bittencourt Kubo** DIRETORA GERAL da **Escola Municipal Princesa Isabel** no município de Jataizinho - Paraná, cujo pesquisador responsável é a CLARISSA GASPAR MASSI, Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, propõem o PROJETO DE PESQUISA intitulado “Formação de professores em educação ambiental da Rede Municipal da Educação de Jataizinho-PR”, que consiste em uma pesquisa objeto de sua tese, a ser realizada com os professores do 4^a ano do ensino fundamental de três Escolas Municipais, durante o ano de 2019. Por meio dessa proposta de pesquisa, que inclui QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS FECHADAS E ABERTAS, pretende-se compreender os perfis dos professores das escolas municipais de Jataizinho-PR, de modo a permitir a constituição de um acervo de dados atualizados sobre a formação de professores em educação ambiental, o que poderá realimentar/atualizar os Projetos Político Pedagógicos das escolas envolvidas, assim como os materiais didáticos e os trabalhos científicos produzidos acerca do tema pela presente pesquisa. Conseqüentemente, com a organização desses dados, quer-se construir, de modo coletivo, novas estratégias didático-metodológicas, assim como novos materiais pedagógicos para que a educação ambiental possa ser inserida de maneira permanente e interdisciplinar nas escolas. Objetiva-se também Identificar as percepções de educação ambiental compreendidas pelos professores e a maneira que é abordada dentro da sala de aula; Investigar a efetividade das práticas de educação ambiental no âmbito formal, na rede municipal da Educação de Jataizinho-PR; Desenvolver, aplicar e avaliar o desenvolvimento e eficácia do curso de educação ambiental na formação continuada de professores dentro e fora da sala de aula.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Devemos esclarecer que a participação nesse estudo é voluntária e não prevê qualquer tipo de remuneração para qualquer uma das partes. Caso a escola decida por não participar da pesquisa ou caso queira desistir em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

A presente autorização abrange os usos acima indicados, tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revistas, jornais, monografias, dissertações, teses, artigos, PPPs, relatos, planos de aula, materiais didáticos, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, vídeos, entrevistas, filmes, documentários para televisão aberta e/ou fechada, internet, entre outros).

Do mesmo modo, abrange os usos para divulgação científica de pesquisas e relatórios, sem qualquer ônus aos respectivos projetos ou terceiros por essa expressamente autorizada, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza pedagógica, científica e sociocultural, voltada aos recursos teórico-metodológicos acima descritos, em todo território nacional e no exterior.

É importante ressaltar que a pesquisadora se compromete em zelar pela privacidade da identidade dos participantes; em utilizar os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho apenas para fins pedagógicos e científicos, conforme descritos entre os objetivos acima; em tornar público os resultados da pesquisa (quer sejam favoráveis ou não) em periódicos científicos e/ou em eventos científicos da área, não havendo qualquer acordo restritivo à divulgação; em zelar pelos materiais/dados obtidos ao final da pesquisa, que após disseminados em periódicos e eventos científicos da área, serão arquivados sob responsabilidade dos referidos projetos.

A escola se compromete a citar todas as vezes que fizer uso dos resultados da pesquisa, seja na atualização/alimentação do Projeto Político Pedagógico, na produção de planos de aula e/ou de materiais didáticos, na construção de artigos científicos ou nos demais documentos que se fizerem necessários. Junto aos demais profissionais da escola, a pesquisadora se

comprometem a auxiliar na aplicação dos questionários, sendo este via e-mail através da plataforma google forms. Na mesma direção, a escola precisa ser esclarecida pelos aplicadores a respeito da demora e dos demais desafios que a aplicação do questionário pode gerar, das complicadas condições estruturais dos laboratórios de informática de algumas instituições. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas com a pesquisadora, Doutoranda Clarissa Gaspar Massi pelo e-mail: claragmassi@gmail.com ou pelo telefone (whatts app): (43) 99958-1002

ANTES DE ASSINAR, VER MODELO DO QUESTIONÁRIO EM ANEXO





CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO Eu, **Lilian Bittencourt Kubo**, abaixo assinado, DIRETORA GERAL da **Escola Municipal Princesa Isabel**, concordo na participação dos professores do 4º ano no "PROJETO DE PESQUISA: Formação de professores em educação ambiental da rede municipal da educação de Jataizinho-PR, tendo sido devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre os propósitos deste estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade das informações por ele fornecidas. Foi-me garantido que a participação é voluntária e que poderei retirar meu consentimento a qualquer tempo, antes ou durante o desenvolvimento da entrevista, sem penalidades ou prejuízos para a minha pessoa.

Nome completo: Lilian Bittencourt Kubo

RG: 5.694.576-8



DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL
PRINCESA ISABEL

Jataizinho – Paraná

Fevereiro de 2019.

Pesquisadora: Clarissa Gaspar Massi, Orientadora: Profaº Dra. Eloiza Cristiane Torres.
Projeto de Pesquisa - Prática Docente: Formação de Professores em Educação Ambiental Nas Escolas Municipais em Jataizinho-PR

PREZADO PROFESSOR (A), GOSTARÍAMOS DE SUA PARTICIPAÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DO PRESENTE QUESTIONÁRIO, QUE TEM POR OBJETIVO FAZER UM LEVANTAMENTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM JATAIZINHO- PR.

Pesquisadora: Clarissa Gaspar Massi, Orientadora: Profa^o Dra. Eloiza
Cristiane Torres.
Projeto de Pesquisa - Prática Docente: Formação de Professores em Educação
Ambiental Nas Escolas Municipais em Jataizinho-PR
Parte superior do formulário

Endereço de e-mail *

Você costuma trabalhar com as questões ambientais em sala de aula?
Quais? Caso seja afirmativo, são integrados aos conteúdos da disciplina?
Exemplifique:

O que você entende por meio ambiente?

Para você, qual o sentido de desenvolver trabalhos com Educação
Ambiental?

O que você entende por Educação Ambiental?

Você utiliza algum material como livro, cartilha para os trabalhos em
Educação Ambiental?

Qual critério de avaliação você utiliza para analisar um bom trabalho
em Educação Ambiental?

Em relação a sua prática ambiental docente, quais as experiências ou
conhecimentos que considera fundamental para o desenvolvimento de trabalhos em
Educação Ambiental?

Qual a temática que você gostaria que fosse abordada em um curso
de formação continuada em Educação Ambiental? Justifique:

O que você espera de um curso de formação de professores em
Educação Ambiental? Quais necessidades você encontra?

Quais as dificuldades que você encontra para desenvolver trabalhos
em Educação Ambiental?

Quais as potencialidades que a escola oferece para desenvolver
trabalhos em Educação Ambiental?

Os trabalhos desenvolvidos envolveram ou envolvem a comunidade

escolar? De que forma?

Você produz algum projeto de educação ambiental? E a escola produz? Quais as práticas que você desenvolve?

Quais foram os motivos que levaram a trabalhar com esta temática?

Quais os principais problemas que você identifica na comunidade em que você mora?

Quais os principais problemas que você identifica na comunidade escolar e no entorno dela?

Os trabalhos que são desenvolvidos na escola, atingem a comunidade? De que forma isso é realizado?

Quais as principais dificuldades que você encontra para desenvolver a educação ambiental dentro da escola?

Existe algum responsável que trabalha com educação ambiental na escola?

A escola já teve algum projeto de educação ambiental? O que levou para encerrar? O que é preciso para retomar esse projeto?

Descreva os pontos positivos do curso EaD

Descreva os pontos negativos do curso EaD

Você tem dificuldade em utilizar plataformas digitais? Você teve dificuldade para utilizar a plataforma do Google Classroom?

Você utilizou algum material oferecido na plataforma em sala de aula?
Qual (is)?

Você teve dificuldade em entender o conteúdo disponibilizado nas apostilas?

Qual foi sua maior dificuldade no curso em EaD?

Você notou alguma diferença do seu modo de refletir sobre a educação ambiental?

Houve alguma mudança nas suas atividades práticas envolvendo a educação ambiental dentro da sala de aula?

Quais os pontos positivos das aulas presenciais?

Quais pontos negativos das aulas presenciais?

Você gostou dos temas abordado nas aulas presenciais?

Dê sugestões para a melhora do curso

Descreva suas mudanças pessoais devido ao curso

1-Você costuma trabalhar com algum tema de educação ambiental em sala de aula? Quais? Caso seja afirmativo, são integrados ao conteúdo da disciplina? Exemplifique:

Profa A- Sim, é trabalhado desde o início do ano letivo. Os conteúdos são trabalhados atrelados aos Campos de Experiência, sobretudo, no campo “eu, o outro e o nós” e no “espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Parte-se do princípio do trabalho com respeito ao ambiente como o todo, partindo do espaço escolar, para a casa, bairro, cidade, planeta etc., com situações que ultrapassam a educação ambiental do reciclar, mas do cuidar de todo espaço em seu todo integrado.

Profa B- Sim. Sempre integrados aos conteúdos de geografia, ciências e língua portuguesa. Mudanças e permanências; paisagem natural e modificada. Seres Vivos no Ambiente.

Profa C - Sim, trabalho com temas ambientais integrados aos conteúdos em todas as disciplinas. Se o tema apresentado é sobre a água, este tema fará parte das discussões em matemática, quando falamos de consumo e valor a ser pago. Em ciências, sobre os benefícios e cuidados, sobre os perigos referente ao uso da água contaminada. Em Geografia sobre os limites entre os espaços, e meios de transportes na navegação, além da produção de alimentos e produção de energia. Além do trabalho realizado com produção de textos, arte, discussão sobre cidadania e preservação ambiental e muitos outros assuntos dependendo da faixa etária dos alunos e do nível de compreensão para esses assuntos.

2-O que você entende por meio ambiente?

Profa 1- Meio Ambiente trata-se em linhas gerais de todos os ambientes que nos seres humanos estamos inseridos, cujo, os recursos naturais são

base para nosso fazer diário, entretanto, pensar em meio ambiente requer análises complexas acerca de tudo que nos cerca e de nossas ações sobre o meio.

Profa 2- Entendo que o meio ambiente, e todo o espaço que nos cercam o espaço em que vivemos (casa, quarto, sala de aula, escola, rua, bairro cidade e assim sucessivamente).

Profa 3- Espaços naturais, culturais, sociais. É todo o espaço em que vivemos, incluindo-se política, transformações sociais, crises.

Como comentário das questões 1 e 2, observa-se através do questionário, bem como das atividades apresentadas, que compreender o meio ambiente sob uma nova perspectiva foi a chave para que as professoras pudessem trocar de lentes ao enxergar o meio ambiente, como menciona a Isabel Carvalho. As partir do momento em que elas começaram a enxergar o meio ambiente com sua totalidade, incluindo-se, questões sociais, culturais, econômicas, políticas e da educação. E essa nova forma de enxergar o meio ambiente, fez toda a diferença na maneira em que as professores trabalhassem a educação ambiental dentro da sala de aula. Neste momento não mais somente nas disciplinas de ciências e geografia e em datas comemorativas, conforme apresentado no primeiro questionário.

Principalmente começaram a notar que a educação ambiental antes de ser ambiental é educação, é um processo formativo.

3-Para você, qual o sentido de desenvolver trabalhos com Educação Ambiental?

Profa1- Desenvolver trabalhos com Educação Ambiental na atualidade não trata-se apenas de saber que devemos cuidar do nosso “planeta”, mas que devemos nos cuidar para habitar esse “planeta”, sendo a partir de ações de transformação que podemos tomar atitudes de mudanças e cuidados necessários para que possamos ultrapassar questões comportamentais e sermos mais críticos e refletirmos sobre o todo.

Profa 2- O principal objetivo é levar o aluno a se sentir parte do ambiente em que vivemos, procurando meios de lidar com os desafios encontrados.

Profa 3- Sim. Este trabalho está relacionado com o desenvolvimento humano e preservação da vida, seja ela humana ou animal, desenvolvimento da cidadania e valores sociais.

4-O que você entende por Educação Ambiental?

Profa 1- É um processo de formação humana, onde toda e qualquer ação que contribua para um ambiente saudável nos mais variados requisitos, seja ele, o meio natural ou social.

Profa 2- A educação ambiental vai além de uma sala de aula, deve romper o espaço escolar e atingir toda a sociedade, ocasionando mudanças de atitudes no dia a dia e reflexões.

Profa 3- Formação para uma vivência em coletividade, com olhar para o que é de todos. Em se tratando de educação ambiental não existe o “meu” e sim o “comum” e de “todos”, daí a necessidade de se tratar a educação ambiental com responsabilidade. A educação ambiental, sendo anteriormente um processo de educação, visa a transformação das pessoas. É necessário que as pessoas reflitam sobre o seu lugar, como é este lugar, como posso melhorar esse lugar?, quais as ferramentas e soluções?.

Observando as respostas 3 e 4, verifica-se que os professores começaram a olhar a educação ambiental como também sendo um processo de emancipação humana, em que o sujeito começa a analisar a sua realidade e procurar meios na tentativa de mudar os desafios ambientais encontrados no seu cotidiano e não apenas enxergando a educação ambiental como mudanças de comportamentos referentes aos elementos naturais, conforme apresentado no questionário inicial.

5-Você utiliza algum material como livro, cartilha para os trabalhos em Educação Ambiental?

Profa 1- Sim. Busco utilizar os matérias disponíveis, como histórias com valores de cuidado.

Profa 2- Partindo sempre do conteúdo proposto busco levar os alunos a refletirem sobre como cuidam ou como deveriam cuidar do ambiente em que vive.

Profa 3- Eu utilizo muitos textos informativos, pequenos vídeos e situações do entorno da escola escola para discutir com os alunos.

No questionário inicial encontrou-se presente as cartilhas do SEBRAE, pingo d' água e material do cooperjovem, neste momentos não foram

mencionados tais materiais. Os professores continuam utilizando livros, textos, vídeos, entretanto, também possuindo um olhar destinado a vivência dos alunos, não apenas direcionado ao conteúdo dos materiais didáticos, muitas vezes distante da realidade dos alunos. Deste modo, sendo abordadas questões locais, temas que fazem parte do cotidiano destes alunos.

6-Qual critério de avaliação você utiliza para analisar um bom trabalho em Educação Ambiental?

Profa 1- Parto do princípio da superação da ideia de trabalhos centralizados em apenas reciclar, reaproveitar e datas comemorativas voltadas ao trabalho como Educação Ambiental.

Profa 2- O principal critério deve ser a reflexão das mudanças da nossa realidade.

Profa 3- Como trabalho o tema associado-o a demais disciplinas utilizo como observação a avaliação formativa, onde procuro observar o desenvolvimento dos alunos por meio dos comportamentos e reflexões, porém procuro também me utilizar da avaliação somativa, na qual atribuo valores (notas) conforme exigência do sistema avaliativo, assim como as observações nos contextos dos relatórios avaliativos pedagógicos (para os alunos que não são avaliados por notas e sim por meio de parecer descritivos), porém procuro observar os resultados por meio do comportamento dos alunos, por acreditar que todo conhecimento possa gerar mudanças comportamentais.

No questionário anterior foi verificado a presença com frequência na mudanças dos comportamentos. Analisa-se a presença dos termos “superação de ideias” e reflexão das mudanças. Uma das professoras ainda menciona propor sua análise a partir de temas envolvendo questões pontuais e comportamentais.

7-Em relação a sua prática ambiental docente, quais as experiências ou conhecimentos que considera fundamental para o desenvolvimento de trabalhos em Educação Ambiental.

Profa 1- Compreender que Educação Ambiental vai para além do trabalho com meio natural, mas que integra toda a sociedade assim como seus meios de produção e a forma de utilização e extração desses.

Profa 2- Considero que a formação continuada é de extrema importância, pois mesmo sendo professores precisamos nos atualizar quanto as normas e legislações vigentes.

Profa 3- Ter conhecimento do outro, saber que o outro como eu, tem um conhecimento do espaço que conhece, e que este conhecimento pode ter relação ou não, mais que é necessário ouvir, conhecer e ponderar e assim proporcionar ao outro um novo conhecimento e assim estaremos desenvolvendo uma pratica onde ambos, aluno e professor podem crescer e contribuir um com o outro. Então acredito que a observação deve estar junto ao conhecimento para o desenvolvimento de uma prática em educação ambiental.

No questionário anterior, foi mencionado a presença de atividades práticas, experiências com artesanatos de recicláveis. Neste é mencionado a necessidade da continuação de formação de professores, para haver uma atualização. Verifica-se claramente, que os professores mudaram a sua concepção de educação ambiental, se preocupando muito com relação a formação, a enxergar o meio ambiente em sua totalidade e em aprender e compartilhar conhecimentos de acordo com suas experiências.

8- Qual temática que você gostaria que fosse abordada em um curso de formação continuada em Educação Ambiental? Justifique:

Profa 1- Capitalismo e Meio Ambiente. Vivemos em um mundo - extremamente consumista, onde o descartável é visto com um mero produto que pode ser reciclado, sem se esquecer de todo o processo de produção do mesmo e de como esse impacta no nosso cotidiano a curto e a longo prazo.

Profa 2- Preservação do espaço escolar e responsabilidade de todos.

Profa 3- Educação ambiental no contexto das disciplinas do currículo.

Anteriormente as respostas se baseavam em lixo, água, educação ambiental da teoria à prática.

É importante analisar que a maneira de compreender o meio ambiente em uma perspectiva que também envolve as questões sociais, é elemento primordial para o entendimento dos professores sobre tal tema, isso se torna claro através das respostas.

9- O que você espera de um curso de formação de professores em Educação Ambiental? Quais necessidades você encontra?

Profa 1- Espero que o curso transforme a ideia de Educação Ambiental enquanto algo relacionado apenas as questões que envolvem o meio natural, e no caso da escola que se supere aquelas semanas de conscientização do uso da água, por exemplo, como se ela foi importante apenas naquela data, ou então discursos como “água vai acabar” sem ter conhecimento de explicar que a água é um recurso natural renovável que a tomada de consciência permeia outras atitudes para além da economia. Necessidade de aprender cada vez mais e fazer uma análise crítica do todo.

Profa 2- Espero adquirir novos conhecimentos para praticá-los no dia a dia. A principal necessidade está em ampliar os conhecimentos em relação ao que é educação ambiental.

Profa 3- Uma formação com a participação de todos uma formação os professores da rede municipal. Uma formação que parta do princípio da contextualização das demais disciplinas com a educação ambiental.

10-Quais as potencialidades que a escola oferece para desenvolver trabalhos em Educação Ambiental?

Profa 1- Ora ou outra indica atividades relacionadas a datas comemorativas, e em 2019 abriu-se a oportunidade para uma formação continuada que não fosse Agrinho, Cooperjovem ou algo do tipo.

Profa 2- Espaço, tecnologias, comunidade escolar.

Profa 3- A participação e envolvimento da comunidade escolar, percebo grande participação de todos. A escola como referencia da comunidade.

O espaço físico bastante propício ao desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos. Pais e alunos participativos e envolvidos com a escola.

Neste momento uma das professoras menciona as atividades relacionadas as datas comemorativas, no qual esse tema é verificado na maioria das escolas, conforme já demonstrado por pesquisas, e os projetos de Educação Ambiental sendo desenvolvidos em sua grande maioria pelo Agrinho e Cooperjovem, e o curso da pesquisadora em 2019.

11-Os trabalhos desenvolvidos envolveram ou envolvem a comunidade escolar? De que forma?

Profa 1- Não envolvem.

Profa 2- Nem sempre, pois muitas vezes o trabalho é realizado somente com os alunos em sala de aula, deixando de envolver até mesmo os demais funcionários.

Profa 3- Sim. Envolve a comunidade escolar. Já realizamos diversos trabalhos como a contação de histórias com a participação das avós, desfile do meio ambiente, mostra pedagógica, horta na escola. Tivemos trabalhos premiados em várias situações, sendo que a grande maioria destes trabalhos tinham como foco principal a inclusão social e o meio ambiente.

12-Você produz algum projeto de educação ambiental? E a escola produz? Quais as práticas que você desenvolve?

Trabalha-se na sala de aula na rotina dos alunos, a escola em si não desenvolve nada específico.

Já realizamos vários projetos com a temática ambiental, incluindo: horta, reciclagem, cuidando do espaço escolar.

14- Quais as dificuldades que você encontra para desenvolver trabalhos em Educação Ambiental?

Profa 1- Apoio para desenvolver projetos e formação adequada para os professores, equipe pedagógica e todos os envolvidos na comunidade escolar.

Profa 2- A dificuldade das pessoas enxergarem a educação ambiental como parte do currículo.

Profa 3- As pessoas enxergarem a educação ambiental somente como comportamentos e datas comemorativas.

Observa-se a importância das pessoas compreenderem a educação ambiental através de uma concepção crítica, e não apenas conservadora e comportamental, se atentarem que a EA além de um processo formativo também está prevista em políticas públicas e na Constituição Federal.

16- Quais os principais problemas que você identifica na comunidade escolar e no entorno dela?

Profa 1 - Os problemas partem de ideias práticas de cuidado com a escola, podendo partir da ideia de descarte de lixos adequados, mudança de atitudes diárias, cuidados com a organização da sala, respeito aos limites do próximo e aos ambientes da escola, etc.

Profa 2- Lixo e entulhos que acabam ocasionando doenças como a dengue.

Profa 3 -Tivemos muitas mudanças positivas.

18- Quais as principais dificuldades que você encontra para desenvolver a educação ambiental dentro da escola?

Profa 1- Formação adequada e tomada de consciência de todos os profissionais da escola.

Profa 2- Apoio e envolvimento por parte dos superiores.

Profa 3- Formação adequada

20-A escola já teve algum projeto de educação ambiental? O que te levou para encerrar? O que é preciso para retomar esse projeto?

O único projeto que chegou a escola foi da formação de Educadores Ambientais da professora doutoranda Clarissa e foi interrompido.

O único projeto que chegou a escola foi da formação de Educadores Ambientais da professora doutoranda Clarissa e foi interrompido.

A escola não. Só da Clarissa.

21-Qual área da sua graduação?

Profa 1- Pedagogia, Geografia.

Profa 2- Pedagogia

Profa 3- Pedagogia

22-Você tem especialização? Em qual área?

Profa 1- Sim, Políticas Públicas para Educação.

Profa 2- Psicopedagogia

Profa 3- Especialização em Orientação e Supervisão Educacional, Gestão Educacional, Psicopedagogia Institucional e Clínica, Neuro Pedagogia Aplicada a Educação.

23-Você tem mestrado e doutorado?

Profa 1- Mestrado em andamento.

Profa 2- Não

Profa 3- Não. Espero um dia conseguir fazer.

Devido ao fato de duas professoras terem entrado no mestrado, esse sonho em comum de muitas outras, que também estava engavetado, começaram a ser repensados. Inclusive, as professoras mestrandas, auxiliam as outras professoras que também possuem interesse em fazer mestrado.

Dentre tantas transformações ocorridas no decorrer do curso, a principal delas foi a emancipação dessas professoras. Trabalhar com a valorização pessoal e profissional desses professores, foi peça fundamental deste projeto. Esse processo de valorização fez com que os professores passassem a enxergar como sujeitos dotados de direitos e deveres, sendo responsáveis e atuantes no processo de mudanças na realidade do seu cotidiano. Figura 96.

4.7.1 Alguns Depoimentos de Professores, Diretor do Meio Ambiente e da Promotora de Justiça

Neste tópico, serão demonstrados alguns depoimentos de duas professoras que participaram do curso, sendo uma delas, participando de maneira voluntária, do diretor do departamento do meio ambiente e da promotora de justiça. Esses depoimentos foram solicitados, para que fosse observado a opinião pessoal de cada uma dessas pessoas com relação ao desenvolvimento do curso.

Depoimento 1.

O curso realizado durante este ano (2019), em termos de vivência, experiência, conhecimento, colaboração e cooperação, pode ser qualificado como um divisor, quando falamos em meio ambiente, educação e preservação. Participar dos encontros presenciais, fazer as atividades na plataforma, realizar as leituras dos textos e de algumas legislações referente aos temas ambientais, além claro das atividades práticas, como pintura de alguns muros, plantio de mudas, observar a organização de jardins nas instituições de ensino, atividade com a promotora de justiça, pesquisas, participação nos encontros na Universidade Estadual de Londrina. Tudo isso

acontecendo ao mesmo tempo em que se iniciava a coleta seletiva no município, em que se fazia as discussões para as alterações do Plano Diretor do Município.

As necessidades de uma comunidade que precisa se reinventar, se refazer e se adequar a uma realidade que é de urgente mudança, como afirma Gadotti, 2000.

A medida em que aprendemos e nos empoderamos desse conhecimento isso nos compromete, e faz com que tenhamos a responsabilidade sobre esse conhecimento e a possibilidade de fazer parte de um contexto e analisar a realidade a partir da criticidade em relação a este contexto.

Rever os relatórios, os textos lidos durante a realização do Grupo de Estudos sobre a elaboração da Agenda 21 do município de Jataizinho, me fizeram pensar em várias situações que até então não havia percebido, principalmente em relação a atuação da população, enquanto cidadão atuante no espaço em que reside e atua, as questões relacionadas a gestão pública, quanto a observação e prática da legislação, as questões relacionadas a educação do ponto de vista da formação cidadã e do cumprimento de tarefas pontuais em datas comemorativas previstas no calendário escolar, o cumprimento de um currículo, sem pensar e agir de forma crítica, no sentido da formação do indivíduo. Não foram poucos os momentos em que em que me questioneei sobre essa formação, a minha formação, sobre o individualismo de ações que poderiam ser realizadas e quanto ainda por fazer.

E a leitura da obra do Professor Drº Jorge Sobral da Silva Maia, Educação Ambiental Crítica e Formação de Professores, (sugestão de Clarissa Massi) leva a uma reflexão desse saber que possibilita a construção de ideias, a rever conceitos de produção e consumo, mas além disso a uma reflexão crítica de uma pedagogia que tem por objetivo transformar uma sociedade que precisa rever seus conceitos. E promover ações que nos levem a uma prática de promoção do diálogo crítico e problematizador e que transforme a realidade constituída por anos de história concretizada pelo individualismo, sem objetivar o bem comum.

Diante disso penso que o conhecimento gera comprometimento, pois ao analisar a trajetória profissional que percorri durante todos esses anos percebo o quanto se pode realizar por uma ideologia constituída pelo compromisso mesmo que esteja desvinculada de um conhecimento sistematizado, mas atrelado à vontade de realizar.

Ao assumir uma sala de aula pela primeira vez, me deparei com uma experiência que a princípio me assustou, estava diante de uma sala repleta de pessoas que tinham a expectativa de aprender, com idade que variavam dos 16 aos 70 anos, olhos curiosos, querendo algo novo e eu ali insegura, porém entusiasmada pelo que estava por vir. No decorrer dos dias percebi que muitos ali esperavam apenas uma palavra de aconchego e eu aprendi muito com cada um deles, com relato de vida deles, foram 4 anos em que mais aprendi do que ensinei nesta modalidade e durante todos esses anos nas demais em que atuei. Porque para ensinar antes de tudo é preciso que tenhamos a disponibilidade de aprender, pois o dinamismo da aprendizagem é via de mão dupla, e me sinto grata por ter aprendido isso ao longo do tempo, e quando isso fica claro para nos enquanto educador/professor se minimizam as angústias desse envolvimento do aprender e do ensinar.

Ao analisar essa trajetória educacional com foco no desenvolvimento e na observação percebo o quanto se realizou, apesar dos equívocos em relação ao saber de forma adequada com a legislação além das interferências em relação as metodologias e “um deixar” cada um fazer do seu jeito, deixando de lado o foco no planejamento de ações, os desencontros de métodos e técnicas que visem aprimorar a prática pedagógica, diante de uma proposta pedagógica que se diz democrática e participativa.

Por acreditar que a educação tem como foco principal o exercício para a cidadania, que saber ler, escrever, calcular e interpretar implica em ação concreto e que busco analisar as ações pedagógicas de forma prática. E que essas não podem ser apenas cumprimentos de tarefas pontuadas, mas que a diretrizes sejam analisadas para que a aprendizagem se faça de forma integral.

Em se tratando de exercício de cidadania é importante ressaltar a importância da formação continuada, com espaço previsto para estudos, troca de experiências, preparação de atividades e planejamentos. Que viabilizem a melhoria do conhecimento e conseqüentemente a aprendizagem. Ações realizadas por impulso podem trazer conseqüências negativas além da falta de contextualização entre si.

Digo isso por já ter vivenciado tais situações, muitas vezes por falta de conhecimento e pela ânsia de realização. Um exemplo disso foram algumas ações que realizamos no entorno das escolas em que atuei, como: plantio de árvores, coleta de resíduos as margens dos rios, enfim, foram ações desconectadas e pontuais, que

tinham seus objetivos para o momento, mas que hoje após estudos percebemos que não produzem os efeitos necessário de uma formação para a cidadania.

Ações como essas perduraram por um longo tempo, diante disso afirmo a necessidade de focar na formação continuada dos professores, para uma transformação social.

Por: Inalda Maria da Lima Pereira

Professora do Ensino Fundamental de Jataizinho.

Jataizinho, 04 de dezembro de 2019.

Depoimento 2-

Durante o ano de 2019 a Rede Básica Municipal de Jataizinho, foi contemplada com o curso de Formação de Educadores Ambientais ofertado pela professora doutoranda Clarissa, como sendo parte do seu projeto de doutorado.

O curso foi ofertado na modalidade presencial e remota, oportunizando aos professores da rede, sobretudo, dos Anos Finais do Ensino Fundamental de apropriarem de materiais que superassem a ideia de Educação Ambiental comportamental e restrita a disciplina de Ciências ou Geografia.

A transformação da consciência restrita dos professores se deu em meio a atividades e palestras/aulas voltados ao ambiente como um todo, como sendo nosso espaço de convivência social, cujo os recursos naturais são integrados e indissociáveis do ser humano e das suas atitudes.

Compreender que os estudos voltados a Educação Ambiental superam a ideia que estamos abitolados, atrelados a ações pontuais e como já mencionado restrita a uma ou outra disciplina, foi um processo de mudança, não apenas de conceito, mas, de consciência ambiental, a qual abrange para além dos cuidados com o meio natural, ele engloba o todo, e, articula-se em uma ideia diária de cuidados com os espaços que estamos inseridos, respeitando tudo que nós é oferecido e sendo agentes transformadores.

Educação Ambiental tratada com reflexões acerca de um espaço integrado, se torna algo efetivado, e de possibilidades de compreender não apenas sua abrangência e sua importância, mas, a emergência de se mudar, de se apresentar como sujeito ativo nesse espaço, como aquele que é tão responsável quanto nossos

governantes.

Pensar em uma Educação Ambiental de mudança e transformação social deve-se partir do princípio da formação daqueles que serão agentes socializadores, com conteúdos que superem noções básicas e meramente comportamentais, com conceitos que caminhem rumo a quebra de um ciclo restritivo a um fazer esvaziado de significado e sem nenhuma reflexão.

Diante os depoimentos e questionários observa-se a importância da formação dos professores em educação ambiental através de projetos que envolvem as Universidades e não projetos em parceria com empresas privadas, como já ocorre.

Aprender a trocar as lentes e enxergar o meio ambiente e sobre também uma perspectiva social, fez toda a diferença para compreender a educação ambiental.

A educação ambiental passou de simples comportamentos, como no caso citado por uma das professoras, em uma campanha de garrafas pets e que arrecadaram uma quantidade tão grande que acabou se tornando um outro problema, ou somente, como no caso em transformar garrafas pets em um puff, em processos de transformações, onde as pessoas passaram a verificar o seu lugar naquela sociedade e identificar os problemas vividos no seu cotidiano, e buscar meios de como saná-los.

As professoras passaram a ser agentes transformadoras da realidade daquele município. Passaram a verificar que elas possuem seus direitos e deveres, que elas podem participar de maneira mais ativa na política, nos Conselhos Municipais, dentre outras situações.

Perceberam a importância deste processo de emancipação, vivida por elas, dentro de suas casas, como professoras, como mulheres, como cidadãs de Jataizinho.

Essas professoras amam lecionar, e provaram que podem fazer a diferença no município e principalmente na vida daquelas crianças que estudam em escolas municipais públicas, filhos de proletariados, que assim como elas podem atuar como sujeitos transformadores de sua realidade.

Andreia Virginia

Professora

Depoimento 3-

“ Como Promotora de Justiça na Comarca de Ibiporã/Foro Regional de Londrina, com atribuição na área ambiental, diante da análise da necessidade de elaboração de um Projeto local, que abarcasse uma real fiscalização na seara do uso (indevido e abusivo) de agrotóxicos, foi criado, pensado e elaborado, pela Promotoria de Justiça de Ibiporã, da qual era titular, o PROJETO - REDUÇÃO DE DANOS DECORRENTE DO USO

ABUSIVO DE AGROTÓXICOS – com a colaboração de diversas Instituições como: Secretaria Municipal de Abastecimento e Meio Ambiente (SAAMA); Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER; Secretaria Municipal de Saúde; Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia Paraná (CREA/PR); Instituto Ambiental do Paraná -IAP; Unidade Londrina; UTPFR – Campus Londrina; Universidade Estadual de Londrina – UEL; vindo a formar-se um comitê interdisciplinar, para execução deste Plano Operativo de Trabalho, que se constituiu em quatro eixos: diagnóstico, assistência técnica e extensão rural, educação ambiental e fiscalização. Referido trabalho teve início em 10 dezembro de 2015, estendendo-se ao menos até meados do ano de 2020, quando ainda ali atuava.

Assim, no EIXO referente a EDUCAÇÃO AMBIENTAL, foi apresentado pela então Doutoranda - CLARISSA GASPAR MASSI – uma proposta, que seria tema da sua tese de Doutorado, para fins de aplicação nos Municípios que compunham a Comarca, sendo então, aceito, realizado e desenvolvido no Município de Jataizinho/PR, juntos as Escolas Municipais, onde foi ministrado curso para as Professoras, onde se trouxe uma visão absolutamente diferente do que conheciam, e experienciavam até então.

A formação trazida pela Ilustre Doutoranda foi de tamanha importância, que realmente mudou-se em curto espaço de tempo, uma realidade local. Mostrou referida profissional, a Educação Ambiental, sob uma ótica crítica, que teria que se dialogar com outras e diversas áreas; deveria se “ pactuar para executar”, e, para tanto, os envolvidos, teriam que entender o real papel do exercício da cidadania, trazendo a baila, inclusive, o uso dos sentidos e sentimentos, para

real compreensão da diversidade da questão.

Mostrou a Nobre Doutoranda - Clarissa Gaspar Massi – que deveria haver na Educação Ambiental a cooperação de todas as áreas, como: filosofia, direito, história, geografia, psicologia, pedagogia entre outras; que, os conceitos locais da municipalidade, deveriam ser ampliados; que a educação ambiental é permanente e continuada, que, para tanto, haveria de se construir o coletivo municipal, com mobilizações, programas municipais, e, inclusão de “ pessoas executoras”.

Neste caminhar, formaram-se consciências cidadãos, vieram à baila a sede de conhecimento, algumas das profissionais que receberam o curso da Ilustre Doutoranda, buscaram outra formação para dar continuidade ao trabalho, houve a descoberta de sentimentos que estavam guardados, e quando externalizados, escolas foram pintadas, reformadas, com esforço e dedicação de todos, desfile cívico organizado, com temas ambientais, numa comunidade de apenas 11mil habitantes, que ainda lutava contra um “ fechamento de lixão à céu aberto”, aguçou-se a necessidade de maior participação na formação inclusive das políticas municipais, conhecendo-se todos os agentes municipais envolvidos.

Enfim, foram muitas conquistas trazidas, através desta profissional, que, com sua dedicação, inteligência singular, e visão crítica sob a ótica da educação ambiental, foi fundamental para diversas transformações, o que enriqueceu brilhantemente o trabalho que havia proposto no EIXO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Se tivesse que repetir, faria exatamente tudo de novo, da mesma forma, com o trabalho desta memorável Doutoranda- Clarissa Gaspar Massi”

Londrina, 20 de janeiro de 2022

Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna
Promotora de Justiça

Depoimento 4-

O trabalho realizado pela Doutoranda Clarissa Gaspar Massi, foi um divisor de águas na realidade do município de Jataizinho e modo de ver a Educação ambiental, veio de encontro a um trabalho de educação ambiental e mudanças que

estava começando a realizar através de meu trabalho como o início da coleta seletiva. A Clarissa trouxe uma proposta de reflexão crítica sobre a educação ambiental o que possibilitou os educadores conseguirem observar que a participação deles no processo da construção da educação ambiental formal vai muito além dos muros da escola e é para toda vida e pode mudar muitas vidas para melhor.

No decorrer do processo nossos educadores puderam desenvolver várias atividades e ampliar sua compreensão sobre o assunto. Aplicaram estas práticas ambientais de acordo com a característica de cada Escola Municipal e CEMEIs, como pinturas em espaços da Escola retratando meio ambiente e dando um aspecto alegre a Escola, ambientação do espaço da biblioteca, plantio de mudas de árvores no interior de um dos CEMEIS e outras atividades diversas.

Enquanto Diretor de Meio Ambiente daquele período e gestão municipal tive a oportunidade de participar diretamente do processo de formação e algumas práticas como pinturas em muros de prédios públicos para retratar aspectos do Meio Ambiente com intuito de sensibilizar a população.

Dentre todo o trabalho realizado vi vários pontos positivos, mas o maior deles foi, os educadores terem uma mudança de visão em relação ao Meio Ambiente, vindo a ter um olhar mais crítico e adquirindo o sentido de pertencimento em que todos nós somos e fazemos parte do ambiente e se não cuidarmos ou ficarmos omissos a situações, estaremos deixando que se destrua o Ambiente e os impactos diretamente e indiretamente sempre chegarão a nós muitas vezes em um curto espaço de tempo.

Finalizo agradecendo a Doutoranda Clarissa por ter acreditado no potencial de nossas Educadoras que já faziam muito e muitas vezes nem percebiam pela falta de continuidade de seus trabalhos, com este trabalho desenvolvido acredito que a semente foi plantada e já está dando frutos com professoras que se despertaram para voltar a Universidade e realizarem o mestrado buscando se aperfeiçoar cada vez mais em busca de uma educação de qualidade.

Adriano Antonholi

Ex. Diretor de Agropecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de
Jataizinho

Biólogo e Professor.

ANEXO D - ATA DA REUNIÃO SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM JATAIZINHO-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO
Estado do Paraná

ATA DA REUNIÃO COM CAOP MAHU.

Realizada no prédio da Prefeitura Municipal de Jataizinho, localizado Avenida Getúlio Vargas, número 494, centro, estado do Paraná, no período vespertino, do dia dezoito dias (18) de novembro (11) do ano de dois mil e dezoito (2018), as quatorze horas constatou-se a presença dos seguintes membros: Dirceu Urbano Pereira (Prefeito), Adriano Antonholi- Diretor de Meio Ambiente, Celso Ribeiro- Diretor de Educação, Clarissa Gaspar Massi – Doutoranda de Educação ambiental, Flavia Maria Nunes- Representante do Departamento de Educação, Edson Henrique Gaspar Massi- Engenheiro Ambiental, estagiário da 2ª Promotoria de Justiça de Ipirorã e a Senhora Wanderléia Coelho representante do núcleo de Educação Ambiental do CAOP MAHU; Após a apresentação dos membros a senhora Wanderléia explicou sua função junto ao CAOP e as Leis que amparam a Educação Ambiental, realizou uma breve reflexão sobre os problemas atuais relacionados as questões ambientais, falou ainda sobre o pensar a educação ambiental nos municípios. Ressaltou que o município tem pessoas engajadas e capacitadas. O prefeito falou sobre a importância de todo esse trabalho e o que vivenciamos ainda no município a carência da população ainda em relação ao entendimento as boas praticas ambientais. A senhora Wanderléia falou que em fevereiro será entregue aos prefeitos uma cartilha que trata da Educação Ambiental Municipal e será formado um grupo no município para tratar do tema e desenvolver as políticas ambientais no município. O prefeito se mostrou aberto às mudanças e melhorias. destacou as dificuldades que encontramos mas que mesmos nestas dificuldades a um esforço da equipe técnica para buscar parceiros. O senhor Celso Ribeiro explicou sobre o trabalho que é realizado nas Escolas sobre a educação formal. Disse ainda que a Escola pode trabalhar com os alunos, mas fora dela não existe possibilidade e que existe a necessidade de se estender as Escolas Estaduais. A doutoranda Clarissa explicou que as questões ambientais podem ser vivenciadas de forma interdisciplinar. O senhor Celso disse que trabalho do município vai ate o 5º ano e depois existe a necessidade de desenvolver estas atividades com o Fundamental II e Médio. A Senhora Wanderléia ressaltou que a política municipal de educação ambiental não é somente para educação formal. O engenheiro Edson falou sobre a importância da continuidade do processo e também que existe no Ministério Publico um procedimento a cerca da educação ambiental e que é importante assegurar o processo de formação de professores de educação ambiental. O prefeito sugeriu a participação e formação dos lideres religiosos. Wanderléia sugeriu a participação das associações de moradores e da comunidade. Foi discutido os problemas ambientais, resíduos sólidos, ocupação irregular. Foi ainda demonstrando os projetos e as parcerias e as benfeitorias para o município MP, UEL, UTFPR. Sendo o que tínhamos para o momento encerramos a presente reunião.

Edson
Wanderléia
Clarissa
Flavia

ANEXO E- RECOMENDAÇÕES ADMINISTRATIVAS - MP



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÁ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORA

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 12/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por sua Promotora de Justiça adiante assinada, no uso de suas atribuições legais; com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 vem EXPEDIR RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA, requisitando ao destinatário, adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO que, de acordo com os artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal o Ministério Público é instituição permanente à qual incumbe zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição e promover as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal traz a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, d, CF) e elenca diversos direitos fundamentais, os quais explicitam e positivam o sistema de valores materializado pela Constituição Federal, são base de todo o ordenamento jurídico e se afiguram como verdadeiras diretrizes para a interpretação e aplicação de todo o ordenamento jurídico¹;

CONSIDERANDO que os direitos fundamentais demarcam “uma obrigação ao Estado de colocar à disposição dos indivíduos prestações de natureza jurídica e material”, ou seja, “além dos direitos de prestação jurídica, temos os direitos de prestação material que visam reduzir desigualdades fáticas”;².

CONSIDERANDO que dentre as várias características dos direitos fundamentais está a EFETIVIDADE que enuncia o dever de o Poder Público, em suas ações, sempre se voltar para o cumprimento destes direitos, que funcionam como verdadeiros parâmetros de organização e limitação dos poderes constituídos, representando prestações que vinculam os Poderes Públicos, inclusive o Poder Executivo, conforme ensina o mestre Bernardo Gonçalves: “a Administração Pública, em seu sentido mais amplo (...) está estritamente vinculada à observância dos direitos fundamentais, sob pena de nulidade de seus atos. Ainda, aqueles que atestam a duvidosa existência de um espaço discricionário para a ação administrativa, acabam por reconhecer que dentro desse

1 GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. 9ª Ed. Juspodivm. 2017.

2 Idem citação 2.



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORA

espaço deve-se priorizar o atendimento dos direitos fundamentais, como elementos necessários para a concretização do bem e da finalidade pública³;

CONSIDERANDO que as crianças e adolescentes são titulares de todos os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e respaldados pelas demais normas do ordenamento jurídico (arts. 3º e 4º, Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre os quais os direitos à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade (art. 227, CF), que lhes devem ser garantidos com **ABSOLUTA PRIORIDADE**;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 4º, complementa a lição constitucional e enuncia que a **ABSOLUTA PRIORIDADE** compreende preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude: *Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: (...) c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;*

CONSIDERANDO que o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente enuncia que as crianças e adolescentes também são asseguradas a **proteção integral de seus direitos, inclusive as oportunidades para lhes possibilitar seu desenvolvimento pessoal em condições de dignidade**: *Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;*

CONSIDERANDO que da determinação de **PROTEÇÃO INTEGRAL** decorrem uma série de princípios, dentre os quais o **princípio do melhor interesse da criança e do adolescente**, postulado que impõe, na análise do caso concreto deve-se sempre buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança ou adolescente, que confira maior concretude aos seus direitos fundamentais;

³ Idem cit. 01.



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÁ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORA

CONSIDERANDO que o direito ao respeito, enunciado no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **determina a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente:** *Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais;*

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente também impõe no art. 18, o **dever de se resguardar a dignidade das crianças e adolescentes**, por intermédio da salvaguarda de tratamento desumano ou constrangedor: *Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;*

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – **disciplina a educação escolar e determina que o ensino seja ministrado, dentre outros, com base nos seguintes princípios:** *Art. 3º (...) IX - garantia de padrão de qualidade; (...) XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;*

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.394/1996, o dever com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: *Art. 4º (...) IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;*

CONSIDERANDO que no dia 12 de Dezembro de 2019 foi realizada vistoria na Escola Municipal Infantil Fundamental Dom Pedro II (EMEIEF), ocasião em que foram evidenciadas irregularidades graves e falhas estruturais inadmissíveis, que violam o direito à educação adequada e de qualidade, além dos direitos à segurança, dignidade, saúde e respeito dos alunos da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO que foi elaborado relatório técnico, por engenheiro ambiental, acerca das condições atuais de funcionamento da **ESCOLA MUNICIPAL INFANTIL FUNDAMENTAL DOM PEDRO II**, no qual foram indicadas as inconsistências apuradas, as normas que evidenciam as graves inconsistências, e a organização destas por gravidade e urgência;

CONSIDERANDO que o relatório técnico segue anexo e íntegra, para todos os efeitos, esta Recomendação Administrativa;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÃ

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento urgente das inconsistências mais graves e de planejamento para assegurar a integral adequação da instituição de ensino a médio e longo prazo para viabilizá-la que o ensino se desenvolva de forma a proteger de forma adequada e sistemática dos direitos fundamentais dos alunos de Jataizinho;

RECOMENDA-SE ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação a implementação de todas as providências necessárias à integral adequação da estrutura e funcionamento da ESCOLA MUNICIPAL INFANTIL FUNDAMENTAL DOM PEDRO II (EMEIF):

A – ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NA COZINHA E DISPENSA:

A.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.1.a Adequar as estruturas de botijão de gás, mangueira de gás e outros às normas da ABNT – promovendo as trocas urgentes dos equipamentos necessários para garantir a segurança das crianças e das equipes;

a.1.b. Adequar o planejamento de merenda e os cardápios, que devem ser devidamente assinados e cujo cumprimento deve ser comprovadamente fiscalizado pela nutricionista; e adequar os alimentos disponibilizados, substituindo alimentos altamente processados e refrigerantes por opções adequadas conforme o Programa Nacional de Alimentação Escolar, tais como frutas e vegetais produzidos de forma orgânica;

a.1.c. Formalizar protocolos e registros das fiscalizações realizadas pela nutricionista referentes à merenda e atendimento aos cardápios;

a.1.d. Realizar todas as providências necessárias para avaliação da estrutura pelo Corpo de Bombeiros e, na sequência, implementar as alterações/reformas necessárias para viabilizar a emissão do Certificado/Alvará necessário para o funcionamento;

A.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.2.a. Adequar janelas para permitir melhor circulação de ar e conforto térmico, de acordo com projeto elaborado com ART.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÃ

a.2.b. Adequar a gestão de resíduos sólidos na instituição de ensino, inclusive com a disponibilização de mobiliário adequado, orientações aos professores e, em especial, servidores a respeito da forma correta de segregar e destinar os resíduos sólidos;

A.3. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.3.a. Adequar o mobiliário da cozinha, substituindo-o por estruturas mais adequadas para a cozinha, que facilitem o adequado armazenamento de alimentos e instrumentos, permitam a adequada circulação de pessoas e operação dos trabalhos.

B – ENTRADA DA ESCOLA:

B.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

b.1.a. Avaliação técnica da estrutura, em especial o teto, que tem diversas rachaduras, e as paredes, que estão desgastadas e mofadas, para adequação e pintura devidas, tudo conforme projeto técnico com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

C – SALAS ADMINISTRATIVAS:

C.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

c.1.a. Avaliação técnica da estrutura e adequação para impedir infiltrações, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura; bem como a limpeza e pintura do local, para extinguir o mofo e a umidade;

C.2. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:



MINISTÉRIO PÚBLICO **DO ESTADO DO PARANÁ**

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORA

c.2.a. Mobiliário de forma adequada as salas, substituindo mobiliários antigos e avariados por mobiliários novos ou ao menos em boas condições de uso e disponibilização de mobiliário mínimo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos com qualidade;

c.2.b. Mobiliário as salas de forma adequada ao desenvolvimento dos trabalhos;

D – PÁTIO EXTERNO E CORREDORES INTERNOS:

D.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 60 (SESSENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

d.1.a. Avaliação técnica da estrutura, em especial o teto, que tem diversas rachaduras, e as paredes, que estão desgastadas e mofadas, para adequação e pintura devidas, tudo conforme projeto técnico com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

D.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

d.2.a. Avaliação técnica de toda a estrutura do CMEI, em especial para a adequação devida das rachaduras e eventuais falhas na estrutura do prédio, além de outras eventuais avarias, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

d.2.b. Adequação de toda a estrutura do prédio para permitir a acessibilidade a pessoas com deficiência, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura em conformidade com as normas cabíveis;

d.2.c. Adequação do piso, implementando uma estrutura antiderrapante, a fim de evitar acidentes, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

D.3. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:



MINISTÉRIO PÚBLICO **DO ESTADO DO PARANÁ**

IBIPORÁ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÁ

d.3.a. Instalar lixeiras para segregação correta dos resíduos sólidos, a fim de incentivar os educandos a uma consciência ambiental;

D.4. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

d.4.a. Adequar a altura do muro da escola, que faz divisa com o Posto de Saúde, executado conforme projeto técnico com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

E – BANHEIROS:

E.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

e.1.a. Instalar assentos adequados em todos os vasos sanitários dos banheiros;

e.1.b. Instalar mobiliário/estrutura para o adequado armazenamento de materiais nos banheiros e proibir o acúmulo destes em cima dos boxes/cabines (verificado em vistoria) diante do risco de acidentes;

e.1.c. Disponibilizar continuamente papel higiênico e demais produtos de higiene;

E.2. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

e.2.a. Adequar as estruturas que separam os boxes/cabines e as paredes, conferindo maior privacidade aos usuários, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

F – SALAS DE AULA:

F.1. SITUAÇÃO CRÍTICA - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

f.1.a. Instalar ar-condicionado nas salas de aula e adequar janelas para permitir melhor circulação de ar e conforto térmico, de acordo com projeto elaborado com ART.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORA

f.1.b. Adequar as lousas das salas de aula, substituindo-as por lousas novas ou em boas condições de uso para melhor utilização pelos professores.

G – REFEITÓRIO:

G.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.1.a. Adequar janelas para permitir melhor circulação de ar e conforto térmico, de acordo com projeto elaborado com ART.

g.1.b. Avaliação técnica da estrutura, em especial as paredes, que contém infiltrações, para adequação e pintura devidas, tudo conforme projeto técnico com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

G.2. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.2.a. Adequar as mesas e cadeiras das salas de aula, substituindo-as por mesas e cadeiras novas ou em boas condições de uso, melhorando a ergonomia para uso dos educandos.

H. SALA DOS PROFESSORES:

H.1. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

h.1.a. Adequar a abertura da sala dos professores com a biblioteca para evitar ruídos/barulhos que atrapalhem o bom desenvolvimento dos professores.

h.1.b. Mobiliariar de forma adequada as salas, substituindo mobiliários antigos e avariados por mobiliários novos ou ao menos em boas condições de uso e disponibilização de mobiliário mínimo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos com qualidade;

I – PARQUINHO:

I.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:



MINISTÉRIO PÚBLICO *DO ESTADO DO PARANÁ*

IBIPORÁ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÁ

i.1.a. Adequação dos brinquedos, substituindo-os por novos ou em bom estado de conservação, a fim de evitar acidentes e riscos aos educandos.

K – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E ATENÇÃO ÀS NORMAS E INFORMAÇÕES INSCRITAS NO RELATÓRIO ANEXO

K.1. Formalizar o planejamento orçamentário a curto, médio e longo prazo, para adequar todos os pontos indicados nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo, inclusive nas leis orçamentárias municipais;

K.2. Sejam realizadas todas as adequações inscritas nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo na forma das normas de segurança e técnicas inscritas no referido expediente, as quais condicionam o atendimento a este documento.

Assinala-se o prazo de 15 (quinze) dias para informações e os prazos inscritos no corpo desta Recomendação Administrativa para sanar as demais inconsistências indicadas, ressalvando-se, desde já, a responsabilidade civil e penal atinente, caso não se dê o devido cumprimento aos termos deste documento.

Encaminhe-se a presente Recomendação Administrativa ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação para cumprimento, bem como à Direção da ESCOLA MUNICIPAL INFANTIL FUNDAMENTAL DOM PEDRO II, ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção às Crianças e Adolescentes, para conhecimento; Registre-se no PRO-MP.

OS DESTINATÁRIOS DEVERÃO CONFERIR A PRESENTE A PUBLICIDADE DEVIDA, COM SUA AMPLA DIVULGAÇÃO LOCAL, POR TODO O MEIO DE IMPRESSA POSSÍVEL, INCLUSIVE AFIXAÇÃO NOS EDITAIS DA PREFEITURA DE IBIPORÁ E CONSELHO TUTELAR DE IBIPORÁ.

Ibiporá, 15 de Maio de 2020.

RLUNA

Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna
Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 15/2020

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, por sua Promotora de Justiça adiante assinada, no uso de suas atribuições legais; com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 vem **EXPEDIR RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA**, requisitando ao destinatário, adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO que, de acordo com os artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal o Ministério Público é instituição permanente à qual incumbe **zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição e promover as medidas necessárias a sua garantia;**

CONSIDERANDO que a Constituição Federal traz a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, d, CF) e elenca diversos direitos fundamentais, os quais explicitam e positivam o sistema de valores materializado pela Constituição Federal, **são base de todo o ordenamento jurídico e se afiguram como verdadeiras diretrizes para a interpretação e aplicação de todo o ordenamento jurídico**¹;

CONSIDERANDO que os direitos fundamentais demarcam **“uma obrigação ao Estado de colocar à disposição dos indivíduos prestações de natureza jurídica e material”,** ou seja, **“além dos direitos de prestação jurídica, temos os direitos de prestação material que visam reduzir desigualdades fáticas”**².

CONSIDERANDO que dentre as várias características dos direitos fundamentais está a **EFETIVIDADE** que enuncia o dever de o Poder Público, em suas ações, sempre se voltar para o cumprimento destes direitos, que funcionam como verdadeiros parâmetros de organização e limitação dos poderes constituídos, representando prestações que vinculam os Poderes Públicos, inclusive o Poder Executivo, conforme ensina o mestre Bernardo Gonçalves: **“a Administração Pública, em seu sentido mais amplo (...) está estritamente vinculada à observância dos direitos fundamentais, sob pena de nulidade de seus atos. Ainda, aqueles que atestam a duvidosa existência de um espaço discricionário para a ação administrativa, acabam por reconhecer que dentro desse espaço deve-se priorizar o atendimento dos direitos fundamentais, como elementos necessários para a concretização do bem e da finalidade pública”**³;

CONSIDERANDO que as crianças e adolescentes são titulares de todos os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e respaldados pelas demais normas do ordenamento jurídico (arts. 3º e 4º, Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre os quais os direitos à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade (art. 227, CF), **que lhes devem ser garantidos com ABSOLUTA PRIORIDADE;**

1 GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. 9ª Ed. Juspodivm. 2017.

2 Idem citação 2.

3 Idem cit. 01.

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 4º, complementa a lição constitucional e enuncia que a **ABSOLUTA PRIORIDADE** compreende **preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude**: *Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: (...) c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;*

CONSIDERANDO que o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente enuncia que as crianças e adolescentes também são asseguradas a **proteção integral de seus direitos, inclusive as oportunidades para lhes possibilitar seu desenvolvimento pessoal em condições de dignidade**: *Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;*

CONSIDERANDO que da determinação de **PROTEÇÃO INTEGRAL** decorrem uma série de princípios, dentre os quais o **princípio do melhor interesse da criança e do adolescente**, postulado que impõe, na análise do caso concreto deve-se sempre buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança ou adolescente, que confira maior concretude aos seus direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que o direito ao respeito, enunciado no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **determina a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente**: *Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais;*

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente também impõe no art. 18, o **dever de se resguardar a dignidade das crianças e adolescentes**, por intermédio da salvaguarda de tratamento desumano ou constrangedor: *Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;*

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – disciplina a educação escolar e determina que o ensino seja ministrado, dentre outros, com base nos seguintes princípios: *Art. 3º (...) IX - garantia de padrão de qualidade; (...) XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;*

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.394/1996, o dever com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: *Art. 4º (...) IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;*

CONSIDERANDO que no dia 12 de Dezembro de 2019 foi realizada vistoria na ESCOLA MUNICIPAL WILSON CHAMILETE, ocasião em que foram evidenciadas irregularidades graves e falhas estruturais inadmissíveis, que violam o direito à educação adequada e de qualidade, além dos direitos à segurança, dignidade, saúde e respeito dos alunos da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO quem dentre os problemas evidenciados estão deste mobiliário insuficiente e inadequado (ausência de armários, bancos sem assento, mesas e cadeiras inadequados, sanitários sem assento e sem papel higiênico) até falhas estruturais mais graves (estrutura de gás de cozinha inadequada, infiltração de água nas paredes, janelas pequenas que dificultam a circulação do ar, telhado antigo e avariado, falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, bueiros sem proteção), dentre outros vários como gestão inadequada de resíduos e uso de copos descartáveis;

CONSIDERANDO que foi elaborado relatório técnico, por engenheiro ambiental, acerca das condições atuais de funcionamento da ESCOLA MUNICIPAL WILSON CHAMILETE, no qual foram indicadas as inconsistências apuradas, as normas que evidenciam as graves inconsistências, e a organização destas por gravidade e urgência;

CONSIDERANDO que o relatório técnico segue anexo e integra, para todos os efeitos, esta Recomendação Administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento urgente das inconsistências mais graves e de planejamento para assegurar a integral adequação da instituição de ensino a médio e longo prazo para viabilizá-la que o ensino se desenvolva de forma a proteger de forma adequada e sistemática dos direitos fundamentais dos alunos de Jataizinho;

RECOMENDA-SE ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação a implementação de todas as providências necessárias à integral adequação da estrutura e funcionamento da ESCOLA MUNICIPAL WILSON CHAMILETE:

A – ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NA COZINHA:

A.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.1.a. Adequar o planejamento de merenda e os cardápios, que devem ser devidamente assinados e cujo cumprimento deve ser comprovadamente fiscalizado pela nutricionista;

a.1.b. Formalizar protocolos e registros das fiscalizações realizadas pela nutricionista referentes à merenda e atendimento aos cardápios;

a.1.c. Realizar todas as providências necessárias para avaliação da estrutura pelo Corpo de Bombeiros e, na sequência, implementar as alterações/reformas necessárias para viabilizar a emissão do Certificado/Alvará necessário para o funcionamento;

a.1.d. Avaliar se os materiais utilizados são propícios para as atividades desempenhadas, e analisar a data de validade de cada material.

B – PÁTIO E CORREDOR EXTERNO:

B.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 60 (SESSENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

b.1.a. Adequar os muros baixos da escola, em especial para garantir a segurança dos educandos e funcionários, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

B.2. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

b.2.b. Adequação de toda a estrutura do prédio para permitir a acessibilidade a pessoas com deficiência, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura em conformidade com as normas cabíveis.

C – BANHEIROS:

C.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

d.1.a. Disponibilizar materiais de higiene continuamente para evitar e conter possíveis contaminações.

d.1.b. Instalar assentos adequados em todos os vasos sanitários dos banheiros;

D – REFEITÓRIO:

D.1. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

d.1.a. Adequação de toda a cobertura do CMEI (telhados, forros, estruturas, etc.) de modo a extinguir buracos, infiltrações e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

E – OUTRAS ADEQUAÇÕES IMPORTANTES:

E.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

e.1.a. Adequar os ônibus que realizam o transporte dos educandos que residem na área rural (90 alunos);

E.2. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

e.2.a. Verificar a informação de que dois professores possuem desvio de função sob coordenação do Diretor de Departamento de Educação.

e.2.b. Verificar a informação de que a Escola Municipal Wilson Chamilete recebe doações de diversas empresas com o aval do Diretor de Departamento de Educação, situação que diverge das outras instituições de ensino.

F – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E ATENÇÃO ÀS NORMAS E INFORMAÇÕES INSCRITAS NO RELATÓRIO ANEXO

F.1. Formalizar o planejamento orçamentário a curto, médio e longo prazo, para adequar todos os pontos indicados nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo, inclusive nas leis orçamentárias municipais;

F.2. Sejam realizadas todas as adequações inscritas nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo na forma das normas de segurança e técnicas inscritas no referido expediente, as quais condicionam o atendimento a este documento.

Assinala-se o prazo de 15 (quinze) dias para informações e os prazos inscritos no corpo desta Recomendação Administrativa para sanar as demais inconsistências indicadas, ressalvando-se, desde já, a responsabilidade civil e penal atinente, caso não se dê o devido cumprimento aos termos deste documento.

Encaminhe-se a presente Recomendação Administrativa ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação para cumprimento, bem como à Direção da ESCOLA MUNICIPAL WILSON CHAMILETE ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção às Crianças e Adolescentes, para conhecimento; Registre-se no PRO-MP.

OS DESTINATÁRIOS DEVERÃO CONFERIR A PRESENTE A PUBLICIDADE DEVIDA, COM SUA AMPLA DIVULGAÇÃO LOCAL, POR TODO O MEIO DE IMPRESSA POSSÍVEL, INCLUSIVE AFIXAÇÃO NOS EDITAIS DA PREFEITURA DE IBIPORÃ E CONSELHO TUTELAR DE IBIPORÃ.

Ibiporã, 15 de Maio de 2020.

RLUNA

Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna
Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por sua Promotora de Justiça adiante assinada, no uso de suas atribuições legais; com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 vem **EXPEDIR RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA**, requisitando ao destinatário, adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO que, de acordo com os artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal o Ministério Público é instituição permanente à qual incumbe zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição e promover as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal traz a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, d, CF) e elenca diversos direitos fundamentais, os quais explicitam e positivam o sistema de valores materializado pela Constituição Federal, são base de todo o ordenamento jurídico e se afiguram como verdadeiras diretrizes para a interpretação e aplicação de todo o ordenamento jurídico¹;

CONSIDERANDO que os direitos fundamentais demarcam “uma obrigação ao Estado de colocar à disposição dos indivíduos prestações de natureza jurídica e material”, ou seja, “além dos direitos de prestação jurídica, temos os direitos de prestação material que visam reduzir desigualdades fáticas”;².

CONSIDERANDO que dentre as várias características dos direitos fundamentais está a EFETIVIDADE que enuncia o dever de o Poder Público, em suas ações, sempre se voltar para o cumprimento destes direitos, que funcionam como verdadeiros parâmetros de organização e limitação dos poderes constituídos, representando prestações que vinculam os Poderes Públicos, inclusive o Poder Executivo, conforme ensina o mestre Bernardo Gonçalves: *“a Administração Pública, em seu sentido mais amplo (...) está estritamente vinculada à observância dos direitos fundamentais, sob pena de nulidade de seus atos. Ainda, aqueles que atestam a duvidosa existência de um espaço discricionário para a ação administrativa, acabam por reconhecer que dentro desse espaço deve-se priorizar o atendimento dos direitos fundamentais, como elementos necessários para a concretização do bem e da finalidade pública”*³;

CONSIDERANDO que as crianças e adolescentes são titulares de todos os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e respaldados pelas demais normas do ordenamento jurídico (arts. 3º e 4º, Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre os quais os direitos à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade (art. 227, CF), que lhes devem ser garantidos com **ABSOLUTA PRIORIDADE**;

1 GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. 9ª Ed. Juspodivm. 2017.

2 Idem citação 2.

3 Idem cit. 01.

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 4º, complementa a lição constitucional e enuncia que a **ABSOLUTA PRIORIDADE** compreende **preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude**: *Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: (...) c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;*

CONSIDERANDO que o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente enuncia que as crianças e adolescentes também são asseguradas a **proteção integral de seus direitos, inclusive as oportunidades para lhes possibilitar seu desenvolvimento pessoal em condições de dignidade**: *Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;*

CONSIDERANDO que da determinação de **PROTEÇÃO INTEGRAL** decorrem uma série de princípios, dentre os quais o **princípio do melhor interesse da criança e do adolescente**, postulado que impõe, na análise do caso concreto deve-se sempre buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança ou adolescente, que confira maior concretude aos seus direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que o direito ao respeito, enunciado no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **determina a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente**: *Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais;*

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente também impõe no art. 18, o **dever de se resguardar a dignidade das crianças e adolescentes**, por intermédio da salvaguarda de tratamento desumano ou constrangedor: *Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;*

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – disciplina a educação escolar e determina que o ensino seja ministrado, dentre outros, com base nos seguintes princípios: *Art. 3º (...) IX - garantia de padrão de qualidade; (...) XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;*

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.394/1996, o dever com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: *Art. 4º (...) IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;*

CONSIDERANDO que no dia 12 de Dezembro de 2019 foi realizada vistoria na ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR VICENTE RODRIGUES MONTEIRO, ocasião em que foram evidenciadas irregularidades graves e falhas estruturais inadmissíveis, que violam o direito à educação adequada e de qualidade, além dos direitos à segurança, dignidade, saúde e respeito dos alunos da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO quem dentre os problemas evidenciados estão deste mobiliário insuficiente e inadequado (ausência de armários, bancos sem assento, mesas e cadeiras inadequados, sanitários sem assento e sem papel higiênico) até falhas estruturais mais graves (estrutura de gás de cozinha inadequada, infiltração de água nas paredes, janelas pequenas que dificultam a circulação do ar, telhado antigo e avariado, falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, bueiros sem proteção), dentre outros vários como gestão inadequada de resíduos e uso de copos descartáveis;

CONSIDERANDO que foi elaborado relatório técnico, por engenheiro ambiental, acerca das condições atuais de funcionamento da ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR VICENTE RODRIGUES MONTEIRO, no qual foram indicadas as inconsistências apuradas, as normas que evidenciam as graves inconsistências, e a organização destas por gravidade e urgência;

CONSIDERANDO que o relatório técnico segue anexo e integra, para todos os efeitos, esta Recomendação Administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento urgente das inconsistências mais graves e de planejamento para assegurar a integral adequação da instituição de ensino a médio e longo prazo para viabilizá-la que o ensino se desenvolva de forma a proteger de forma adequada e sistemática dos direitos fundamentais dos alunos de Jataizinho;

RECOMENDA-SE ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação a implementação de todas as providências necessárias à integral adequação da estrutura e funcionamento da ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR VICENTE RODRIGUES MONTEIRO:

A – ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NA COZINHA:

A.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.1.a. Adequar o planejamento de merenda e os cardápios, que devem ser devidamente assinados e cujo cumprimento deve ser comprovadamente fiscalizado pela nutricionista;

a.1.b. Formalizar protocolos e registros das fiscalizações realizadas pela nutricionista referentes à merenda e atendimento aos cardápios;

a.1.c. Realizar todas as providências necessárias para avaliação da estrutura pelo Corpo de Bombeiros e, na sequência, implementar as alterações/reformas necessárias para viabilizar a emissão do Certificado/Alvará necessário para o funcionamento;

A.2. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.2.a. Adequar o teto da cozinha, de modo a extinguir buracos, rachaduras e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

A.3. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.3.a. Mobiliário adequadamente a cozinha, substituindo mobiliários antigos e avariados por mobiliários novos ou em bom estado de conservação, para melhor desenvolvimento dos trabalhos.

B – SALAS ADMINISTRATIVAS:

B.1. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

b.1.a. Mobiliário de forma adequada as salas, substituindo mobiliários antigos e avariados por mobiliários novos ou ao menos em boas condições de uso e disponibilização de mobiliário mínimo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos com qualidade;

b.1.b. Adequar a estrutura das salas administrativas, em especial o teto precário, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

C – PÁTIO E CORREDOR EXTERNO:

C.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 60 (SESSENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

c.1.a. Realizar todas as providências necessárias para avaliação da estrutura pelo Corpo de Bombeiros e, na sequência, implementar as alterações/reformas necessárias para viabilizar a emissão do Certificado/Alvará necessário para o funcionamento;

C.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

c.2.a. Avaliação técnica de toda a estrutura, em especial para a adequação devida das infiltrações que podem comprometer a estrutura física dos tetos dos corredores, além de outras eventuais

avarias, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

c.2.b. Adequação de toda a estrutura do prédio para permitir a acessibilidade a pessoas com deficiência, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura em conformidade com as normas cabíveis.

C.3. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

c.3.a. Adequação de toda a estrutura do CMEI (em especial as paredes) de modo a extinguir buracos, infiltrações e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

D – BANHEIROS:

D.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

d.1.a. Disponibilizar materiais de higiene continuamente para evitar e conter possíveis contaminações.

E – SALAS DE AULA:

E.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO ITEM D.1.A PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

e.1.a. Adequação de toda a cobertura do CMEI (telhados, forros, estruturas, etc.) de modo a extinguir buracos, infiltrações e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura; **Esta providência deve ser contemplada e executada em conjunto com a descrita no item d.1.a, destacando-se que, conforme o relatório, a situação do pátio externo é mais crítica, de forma que, quando do planejamento da execução, devem-se programar primeiro aqueles reparos e, na sequência, a adequação das salas de aula, nos prazos estabelecidos;**

E.2. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

e.2.a. Adequação de toda a estrutura do CMEI (em especial as paredes) de modo a extinguir buracos, infiltrações e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

F – REFEITÓRIO:

F.1. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.1.a. Adequar janelas para permitir melhor circulação de ar e conforto térmico, de acordo com projeto elaborado com ART.

G – SALA COM MATERIAIS ESPORTIVOS:

G.1. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.1.a. Adequação de toda a cobertura do CMEI (telhados, forros, estruturas, etc.) de modo a extinguir buracos, infiltrações e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

H – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E ATENÇÃO ÀS NORMAS E INFORMAÇÕES INSCRITAS NO RELATÓRIO ANEXO

H.1. Formalizar o planejamento orçamentário a curto, médio e longo prazo, para adequar todos os pontos indicados nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo, inclusive nas leis orçamentárias municipais;

H.2. Sejam realizadas todas as adequações inscritas nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo na forma das normas de segurança e técnicas inscritas no referido expediente, as quais condicionam o atendimento a este documento.

Assinala-se o prazo de 15 (quinze) dias para informações e os prazos inscritos no corpo desta Recomendação Administrativa para sanar as demais inconsistências indicadas, ressalvando-se, desde já, a responsabilidade civil e penal atinente, caso não se dê o devido cumprimento aos termos deste documento.

Encaminhe-se a presente Recomendação Administrativa ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação para cumprimento, bem como à Direção da ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR VICENTE RODRIGUES MONTEIRO, ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção às Crianças e Adolescentes, para conhecimento; Registre-se no PRO-MP.

OS DESTINATÁRIOS DEVERÃO CONFERIR A PRESENTE A PUBLICIDADE DEVIDA, COM SUA AMPLA DIVULGAÇÃO LOCAL, POR TODO O MEIO DE IMPRESSA POSSÍVEL, INCLUSIVE AFIXAÇÃO NOS EDITAIS DA PREFEITURA DE IBIPORÃ E CONSELHO TUTELAR DE IBIPORÃ.

Ibiporã, 15 de Maio de 2020.

RLUNA

Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÃ

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 13/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por sua Promotora de Justiça adiante assinada, no uso de suas atribuições legais; com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 vem **EXPEDIR RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA**, requisitando ao destinatário, adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO que, de acordo com os artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal o Ministério Público é instituição permanente à qual incumbe **zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição e promover as medidas necessárias a sua garantia;**

CONSIDERANDO que a Constituição Federal traz a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, d, CF) e elenca diversos direitos fundamentais, os quais explicitam e positivam o sistema de valores materializado pela Constituição Federal, são base de todo o ordenamento jurídico e se afiguram como verdadeiras diretrizes para a interpretação e aplicação de todo o ordenamento jurídico¹;

CONSIDERANDO que os direitos fundamentais demarcam “uma obrigação ao Estado de colocar à disposição dos indivíduos prestações de natureza jurídica e material”, ou seja, “além dos direitos de prestação jurídica, temos os direitos de prestação material que visam reduzir desigualdades fáticas”².

CONSIDERANDO que dentre as várias características dos direitos fundamentais está a EFETIVIDADE que enuncia o dever de o Poder Público, em suas ações, sempre se voltar para o cumprimento destes direitos, que funcionam como verdadeiros parâmetros de organização e limitação dos poderes constituídos, representando prestações que vinculam os Poderes Públicos, inclusive o Poder Executivo, conforme ensina o mestre Bernardo Gonçalves: *“a Administração Pública, em seu sentido mais amplo (...) está estritamente vinculada à observância dos direitos fundamentais, sob pena de nulidade de seus atos. Ainda, aqueles que atestam a duvidosa existência de um espaço discricionário para a ação administrativa, acabam por reconhecer que dentro desse*

1 GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. 9ª Ed. Juspodivm. 2017.

2 Idem citação 2.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORA

espaço deve-se priorizar o atendimento dos direitos fundamentais, como elementos necessários para a concretização do bem e da finalidade pública”³;

CONSIDERANDO que as crianças e adolescentes são titulares de todos os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e respaldados pelas demais normas do ordenamento jurídico (arts. 3º e 4º, Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre os quais os direitos à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade (art. 227, CF), **que lhes devem ser garantidos com ABSOLUTA PRIORIDADE;**

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 4º, complementa a lição constitucional e enuncia que a **ABSOLUTA PRIORIDADE** compreende preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude: *Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: (...) c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;*

CONSIDERANDO que o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente enuncia que as crianças e adolescentes também são asseguradas a **proteção integral de seus direitos, inclusive as oportunidades para lhes possibilitar seu desenvolvimento pessoal em condições de dignidade:** *Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;*

CONSIDERANDO que da determinação de **PROTEÇÃO INTEGRAL** decorrem uma série de princípios, dentre os quais o **princípio do melhor interesse da criança e do adolescente**, postulado que impõe, na análise do caso concreto deve-se sempre buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança ou adolescente, que confira maior concretude aos seus direitos fundamentais;

³ Idem cit. 01.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORA

CONSIDERANDO que o direito ao respeito, enunciado no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, determina a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente: *Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais;*

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente também impõe no art. 18, o dever de se resguardar a dignidade das crianças e adolescentes, por intermédio da salvaguarda de tratamento desumano ou constrangedor: *Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;*

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – disciplina a educação escolar e determina que o ensino seja ministrado, dentre outros, com base nos seguintes princípios: *Art. 3º (...) IX - garantia de padrão de qualidade; (...) XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;*

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.394/1996, o dever com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: *Art. 4º (...) IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;*

CONSIDERANDO que no dia 12 de Dezembro de 2019 foi realizada vistoria na Escola Municipal Princesa Isabel, ocasião em que foram evidenciadas irregularidades graves e falhas estruturais inadmissíveis, que violam o direito à educação adequada e de qualidade, além dos direitos à segurança, dignidade, saúde e respeito dos alunos da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO que foi elaborado relatório técnico, por engenheiro ambiental, acerca das condições atuais de funcionamento da ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA ISABEL, no qual foram indicadas as inconsistências apuradas, as normas que evidenciam as graves inconsistências, e a organização destas por gravidade e urgência;

CONSIDERANDO que o relatório técnico segue anexo e integra, para todos os efeitos, esta Recomendação Administrativa;



MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORA

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento urgente das inconsistências mais graves e de planejamento para assegurar a integral adequação da instituição de ensino a médio e longo prazo para viabilizar que o ensino se desenvolva de forma a proteger de forma adequada e sistemática dos direitos fundamentais dos alunos de Jataizinho;

RECOMENDA-SE ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação a implementação de todas as providências necessárias à integral adequação da estrutura e funcionamento da ESCOLA MUNICIPAL INFANTIL FUNDAMENTAL PRINCESA ISABEL:

A – ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NA COZINHA E DISPENSA:

A.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.1.a. Adequar as estruturas de botijão de gás, mangueira de gás e outros às normas da ABNT – promovendo as trocas urgentes dos equipamentos necessários para garantir a segurança das crianças e das equipes;

a.1.b. Adequar o planejamento de merenda e os cardápios, que devem ser devidamente assinados e cujo cumprimento deve ser comprovadamente fiscalizado pela nutricionista; e adequar os alimentos disponibilizados, substituindo alimentos altamente processados e refrigerantes por opções adequadas conforme o Programa Nacional de Alimentação Escolar, tais como frutas e vegetais produzidos de forma orgânica;

a.1.c. Formalizar protocolos e registros das fiscalizações realizadas pela nutricionista referentes à merenda e atendimento aos cardápios;

a.1.d. Realizar todas as providências necessárias para avaliação da estrutura pelo Corpo de Bombeiros e, na sequência, implementar as alterações/reformas necessárias para viabilizar a emissão do Certificado/Alvará necessário para o funcionamento;

A.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.2.a. Adequar a gestão de resíduos sólidos na instituição de ensino, inclusive com a disponibilização de mobiliário adequado, orientações aos professores e, em especial, servidores a respeito da forma correta de segregar e destinar os resíduos sólidos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÁ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÁ

A.3. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.3.a. Adequar o mobiliário da cozinha, substituindo-o por estruturas mais adequadas para a cozinha, que facilitem o adequado armazenamento de alimentos e instrumentos, permitam a adequada circulação de pessoas e operação dos trabalhos.

A.4. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (SESENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.4.a. Mobiliário de forma adequada a dispensa, que facilitando o adequado armazenamento de alimentos e instrumentos e a operação dos trabalhos.

B – ENTRADA DA ESCOLA:

B.1. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

b.1.a. Instalar placa informativa que confira uma identificação para a Instituição de Ensino.

C – SALAS ADMINISTRATIVAS:

C.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

c.1.a. Avaliação técnica da estrutura e adequação para impedir infiltrações, buracos e ondulações, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura; bem como a limpeza e pintura do local, para extinguir o mofo e a umidade;

C.2. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

c.2.a. Mobiliário de forma adequada as salas, substituindo mobiliários antigos e avariados por mobiliários novos ou ao menos em boas condições de uso e disponibilização de mobiliário mínimo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos com qualidade;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÁ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÁ

c.2.b. Mobiliário as salas de forma adequada ao desenvolvimento dos trabalhos;

D – PÁTIO E CORREDORES EXTERNOS:

D.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 60 (SESSENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

d.1.a. Avaliação técnica da estrutura e adequação para impedir infiltrações, buracos e ondulações, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura; bem como a limpeza e pintura do local, para extinguir o mofo e a umidade;

D.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

d.2.a. Adequação de toda a estrutura do prédio para permitir a acessibilidade a pessoas com deficiência, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura em conformidade com as normas cabíveis.

D.3. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

d.3.a. Avaliação técnica de toda a estrutura do CMEI, em especial para a adequação devida das rachaduras e eventuais falhas na estrutura do prédio, além de outras eventuais avarias, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

E – BANHEIROS:

E.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

e.1.a. Instalar banheiro adequado, executado conforme projeto técnico, com ART, devidamente mobiliado (assentos, boxes suportes para papel e papel toalha etc), com quantidade suficiente de gabinetes, para uso pelos educandos;

e.1.b. Disponibilizar continuamente materiais de higiene para conter possíveis contaminações.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÁ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÁ

E.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

e.2.a. Instalar assentos adequados em todos os vasos sanitários dos banheiros;

F – SALAS DE AULA:

F.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO ITEM D.2 PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO

f.1.a. Adequação de toda a cobertura do CMEI (telhados, forros, estruturas etc) de modo a extinguir buracos, infiltrações e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura; Esta providência deve ser contemplada e executada em conjunto com a descrita no item d.1.a;

f.1.b. Incluir no projeto do item f.1.a. a adequação prioritária das salas de aula, em específico os pisos das salas, realizando sua substituição e manutenção urgentes.

F.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO

f.2.a. Adequação das salas de aula para impedir o escoamento de água da chuva dentro da sala de aula (de forma a possibilitar, também, a retirada do cano instalado na parede interna da sala), bem como a manutenção, limpeza e pintura, para extinguir umidade e mofo;

F.3. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO

f.1.a. Mobiliário as salas de forma adequada ao desenvolvimento dos trabalhos;

G – REFEITÓRIO:

G.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA APRESENTAR PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA EXECUÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÃ

g.1.a. Adequar, mediante avaliação técnica e projeto com ART, o refeitório, de forma a instalá-lo mais próximo à cozinha e em local coberto e protegido da chuva e intempéries;

G.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.2.a. Viabilizar a adequação do atual refeitório enquanto não atendido o item g.1.a, em especial com instalação de soluções para proteção dos educandos da chuva;

g.2.b. Mobiliário de forma adequada o refeitório, substituindo mobiliários antigos e avariados por mobiliários novos ou ao menos em boas condições de uso e disponibilização de mobiliário mínimo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos com qualidade;

G.3. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.3.a. Disponibilizar lixeiras adequadas no refeitório, de acordo com as normas de separação adequada de resíduos sólidos, com orientação do Diretor de Meio Ambiente;

H – BIBLIOTECA:

H.1. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

h.1.a. Disponibilizar mobiliário novo ou em boas condições de uso para melhor desenvolvimento dos trabalhos.

h.2.a. Disponibilizar livros novos ou em boas condições de uso.

H.2. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

h.2.a. Adequar o mobiliário, substituindo-o por novos ou em boas condições de uso e que se sejam adequados ao melhor desenvolvimento do trabalho;

I – OUTRAS ADEQUAÇÕES IMPORTANTES:

I.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – ADEQUAÇÃO EM 15 DIAS:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÃ

i.1.a. Adequar a estrutura dos banheiros da escola, que não foi finalizado pelo Município e, após vistoria, foi verificado que os banheiros não são ligados na rede de esgoto do SAAE, restando a dúvida quanto à destinação dos efluentes.

i.1.b. Adequar a estrutura da Quadra Poliesportiva, que não foi finalizada pela construtora.

i.1.d. Apurar a denúncia de imparcialidade na manutenção e gestão de escolas municipais (inclusive no que se refere à autorização para receber apoio da comunidade), tendo em conta que a Escola PRINCESA ISABEL está em situação grave, de completo abandono e falta de estrutura, enquanto outras escolas do município tem recebido apoio da comunidade e amparo do Poder Público, reforçando que a distribuição desigual de recursos pode configurar **atuação pessoal da administração pública e caracterizar, em tese, ato de improbidade administrativa, na forma da Lei nº 8.429/92;**

i.1.e. Apurar a situação da hora atividade, diante da informação de sua realização parcial.

I.2- SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

I.2.a. Adequar a estrutura do refeitório, diante da informação de que os educandos ficam expostos às intempéries.

K – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E ATENÇÃO ÀS NORMAS E INFORMAÇÕES INSCRITAS NO RELATÓRIO ANEXO

K.1. Formalizar o planejamento orçamentário a curto, médio e longo prazo, para adequar todos os pontos indicados nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo, inclusive nas leis orçamentárias municipais;

K.2. Sejam realizadas todas as adequações inscritas nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo na forma das normas de segurança e técnicas inscritas no referido expediente, as quais condicionam o atendimento a este documento.

Assinala-se o prazo de 15 (quinze) dias para informações e os prazos inscritos no corpo desta **Recomendação Administrativa para sanar as demais inconsistências indicadas, ressalvando-se,**



MINISTÉRIO PÚBLICO **DO ESTADO DO PARANÁ**

IBIPORÃ - 2ª PROMOTORIA DA COMARCA DE IBIPORÃ

desde já, a responsabilidade civil e penal atinente, caso não se dê o devido cumprimento aos termos deste documento.

Encaminhe-se a presente **Recomendação Administrativa** ao **Prefeito de Jataizinho** e ao **Diretor de Educação** para cumprimento, bem como à **Direção da Escola PRINCESA ISABEL**, ao **Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente** e ao **Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção às Crianças e Adolescentes**, para conhecimento; Registre-se no PRO-MP.

OS DESTINATÁRIOS DEVERÃO CONFERIR A PRESENTE A PUBLICIDADE DEVIDA, COM SUA AMPLA DIVULGAÇÃO LOCAL, POR TODO O MEIO DE IMPRESSA POSSÍVEL, INCLUSIVE AFIXAÇÃO NOS EDITAIS DA PREFEITURA DE IBIPORÃ E CONSELHO TUTELAR DE IBIPORÃ.

Ibiporã, 15 de Maio de 2020.

RLUNA
Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna
Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por sua Promotora de Justiça adiante assinada, no uso de suas atribuições legais; com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 vem **EXPEDIR RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA**, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO que, de acordo com os artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal o Ministério Público é instituição permanente à qual incumbe zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição e promover as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal traz a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, d, CF) e elenca diversos direitos fundamentais, os quais explicitam e positivam o sistema de valores materializado pela Constituição Federal, são base de todo o ordenamento jurídico e se afiguram como verdadeiras diretrizes para a interpretação e aplicação de todo o ordenamento jurídico¹;

CONSIDERANDO que os direitos fundamentais demarcam “uma obrigação ao Estado de colocar à disposição dos indivíduos prestações de natureza jurídica e material”, ou seja, “além dos direitos de prestação jurídica, temos os direitos de prestação material que visam reduzir desigualdades fáticas”;²

CONSIDERANDO que dentre as várias características dos direitos fundamentais está a EFETIVIDADE que enuncia o dever de o Poder Público, em suas ações, sempre se voltar para o cumprimento destes direitos, que funcionam como verdadeiros parâmetros de organização e limitação dos poderes constituídos, representando prestações que vinculam os Poderes Públicos, inclusive o Poder Executivo, conforme ensina o mestre Bernardo Gonçalves: “a Administração Pública, em seu sentido mais amplo (...) está estritamente vinculada à observância dos direitos fundamentais, sob pena de nulidade de seus atos. Ainda, aqueles que atestam a duvidosa existência de um espaço discricionário para a ação administrativa, acabam por reconhecer que dentro desse espaço deve-se priorizar o atendimento dos direitos fundamentais, como elementos necessários para a concretização do bem e da finalidade pública”³;

CONSIDERANDO que as crianças e adolescentes são titulares de todos os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e respaldados pelas demais normas do ordenamento jurídico (arts. 3º e 4º, Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre os quais os

1 GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. 9ª Ed. Juspodivm. 2017.

2 Idem citação 2.

3 Idem cit. 01.

direitos à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade (art. 227, CF), que lhes devem ser garantidos com **ABSOLUTA PRIORIDADE**;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 4º, complementa a lição constitucional e enuncia que a **ABSOLUTA PRIORIDADE** compreende **preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude**: *Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: (...) c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;*

CONSIDERANDO que o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente enuncia que as crianças e adolescentes também é assegurada a **proteção integral de seus direitos, inclusive as oportunidades para lhes possibilitar seu desenvolvimento pessoal em condições de dignidade**: *Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;*

CONSIDERANDO que da determinação de **PROTEÇÃO INTEGRAL** decorrem uma série de princípios, dentre os quais o **princípio do melhor interesse da criança e do adolescente**, postulado que impõe, na análise do caso concreto deve-se sempre buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança ou adolescente, que confira maior concretude aos seus direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que o **direito ao respeito**, enunciado no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **determina a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente**: *Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais;*

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente também impõe, no art. 18, o **dever de se resguardar a dignidade das crianças e adolescentes**, por intermédio da salvaguarda de tratamento desumano ou constrangedor: *Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;*

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – disciplina a educação escolar e determina que o ensino será ministrado, dentre

outros, com base nos seguintes princípios: Art. 3º (...) IX - garantia de padrão de qualidade; (...) XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.394/1996, o dever com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: Art. 4º (...) IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

CONSIDERANDO que no dia 11 de Dezembro de 2019 foi realizada vistoria no CMEI IEDA TANAKA, ocasião em que foram evidenciadas irregularidades graves e falhas estruturais inadmissíveis, que violam o direito à educação adequada e de qualidade, além dos direitos à segurança, dignidade, saúde e respeito dos alunos da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO quem dentre os problemas evidenciados estão desde mobiliário insuficiente e inadequado (ausência de armários, bancos sem assento, mesas e cadeiras inadequados, sanitários sem assento e sem papel higiênico) até falhas estruturais mais graves (estrutura de gás de cozinha inadequada, infiltração de água nas paredes, janelas pequenas que dificultam a circulação do ar, telhado antigo e avariado, falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, bueiros sem proteção), dentre outros vários como gestão inadequada de resíduos e uso de copos descartáveis;

CONSIDERANDO que foi elaborado relatório técnico, por engenheiro ambiental, lotado na 2aPJ, que acompanhou a vistoria feita "in loco", acerca das condições atuais de funcionamento do CMEI IEDA TANAKA, no qual foram indicadas as inconsistências apuradas, as normas que evidenciam as graves inconsistências, e a organização destas por gravidade e urgência;

CONSIDERANDO que o relatório técnico segue anexo e integra, para todos os efeitos, esta Recomendação Administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento urgente das inconsistências mais graves e de planejamento para assegurar a integral adequação da instituição e longo prazo para a viabilizar que o ensino se desenvolva de forma a proteger de forma adequada e sistemática dos direitos fundamentais dos alunos de Jataizinho;

RECOMENDA-SE ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação, a implementação de todas as providências necessárias à integral adequação da estrutura e funcionamento do CMEI IEDA TANAKA:

A. ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NA COZINHA E DISPENSA:

A.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.1.a) Adequar as estruturas de botijão de gás, mangueira de gás e outros às normas da ABNT –

promovendo as trocas urgentes dos equipamentos necessários para garantir a segurança das crianças e das equipes;

a.1.b) Adequar o armazenamento de botijões de gás, atualmente dispostos na dispensa, às normas de segurança inscritas no relatório técnico anexo.

a.1.c) Adequar o planejamento de merenda e os cardápios, que devem ser devidamente assinados e cujo cumprimento deve ser comprovadamente fiscalizado pela nutricionista;

a.1.d) Formalizar protocolos e registros das fiscalizações realizadas pela nutricionista referentes à merenda e atendimento aos cardápios;

a.1.e) Realizar todas as providências necessárias para avaliação da estrutura pelo Corpo de Bombeiros e, na sequência, implementar as alterações/reformas necessárias para viabilizar a emissão do Certificado/Alvará necessário para o funcionamento, comunicando-se tal prazo ao Ministério Público;

A.2 – SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.2.a. Adequar janelas para permitir melhor circulação de ar e conforto térmico, de acordo com projeto elaborado com ART.

a.2.b. Adequar a gestão de resíduos sólidos na instituição de ensino, inclusive com a disponibilização de mobiliário adequado, orientações aos professores e, em especial, servidores à respeito da forma correta de segregar e destinar os resíduos sólidos;

A.3 – SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.3.1. Adequar o mobiliário da cozinha, substituindo-o por estruturas mais adequadas para a cozinha, que facilitem o adequado armazenamento de alimentos e instrumentos, permitam a adequada circulação de pessoas e operação dos trabalhos.

A.4 – SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.4.a. Promover a destinação final ambientalmente adequada de todos os eletrodomésticos avariados e inutilizáveis, conforme orientação do Diretor de Meio Ambiente;

a.4.b. Mobiliар adequadamente a dispensa para organizar o armazenamento de alimentos, insumos e instrumentos;

B – ENTRADA DO CMEI IEDA TANAKA

B.1 – SITUAÇÃO CRÍTICA – 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

b.1.a. Adequação do boeiro localizado na entrada da instituição de ensino para cessar o risco de acidentes.

C. SALAS ADMINISTRATIVAS**C.1 – SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:**

c.1.a. Mobiliário de forma adequada as salas, substituindo mobiliários antigos e avariados por mobiliários novos ou ao menos em boas condições de uso e disponibilização de mobiliário mínimo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos com qualidade;

D – PÁTIO EXTERNO**D.1 – SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 60 (SESSENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:**

d.1.a. Adequação de toda a cobertura do CMEI (telhados, forros, estruturas etc) de modo a extinguir buracos, infiltrações e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

D.2 – SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

d.2.a. Avaliação técnica de toda a estrutura, em especial para a adequação devida das rachaduras e eventuais falhas na estrutura do prédio, além de outras eventuais avarias, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

d.3. Adequação de toda a estrutura do prédio para permitir a acessibilidade a pessoas com deficiência, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura em conformidade com as normas cabíveis.

E – BANHEIROS**E.1- SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:**

e.1.a. Instalar assentos adequados em todos os vasos sanitários;

e.1.b. Instalar estruturas e suportes para a higienização devida e secagem de mãos.

e.1.c. Instalar suportes para papel higiênico nas cabines e disponibilizar o papel de forma contínua, em quantidade suficiente;

e.1.d. Instalar mobiliário/estrutura para o adequado armazenamento de materiais nos banheiros e proibir o acúmulo destes em cima dos boxes/cabines (verificado em vistoria) diante do risco de acidentes;

F – SALAS DE AULA

F.1 – SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – PRAZO ITEM D.1.A PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO

F.1.a. Adequação de toda a cobertura do CMEI (telhados, forros, estruturas etc) de modo a extinguir buracos, infiltrações e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura; Esta providência deve ser contemplada e executada em conjunto com a descrita no item d.1.a, destacando-se que, conforme o relatório, a situação do pátio externo é mais crítica, de forma que, quando do planejamento da execução, deve-se programar primeiro aqueles reparos e, na sequência, a adequação das salas de aula, nos prazos estabelecidos;

G. REFEITÓRIO

G.1- SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.1.a. Adequar janelas para permitir melhor circulação de ar e conforto térmico, de acordo com projeto elaborado com ART.

G.2- SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.2.a. Adequar o mobiliário, em especial com mesas e cadeiras adequadas;

G.3- SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.3.a. Disponibilizar lixeiras adequadas no refeitório, de acordo com as normas de separação adequada de resíduos sólidos, com orientação do Diretor de Meio Ambiente;

g.3.b. Extinguir o uso de copos descartáveis, substituindo-os por copos de material lavável e reutilizável, de forma a economizar recursos públicos e ambientais e evitar gerar resíduos desnecessários;

H. LAVANDERIA E FUNDOS

H.1. SITUAÇÃO CRÍTICA- 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

h.1.a. Adequar a organização, com a limpeza e retirada de materiais e resíduos do local onde deveria ser depositado gás;

h.1.b. Adequar o espaço de depósito de gás, com a reparação de avarias e a instalação de sinalização adequada, em conjunto com as medidas de atendimento aos itens a.1.a e a.1.b.

H.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – 30 (TRINTA) DIAS ADEQUAÇÃO:

h.2.1. Adequar instalações hidráulicas conforme projeto técnico com ART;

H.3. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

h.3.1. Adequar janelas para permitir a adequada ventilação do local conforme projeto técnico com ART;

H.4. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

h.4.1. Instalar mobiliário adequado, novo ou em boas condições de uso;

I. OUTRAS ADEQUAÇÕES IMPORTANTES

I.1 – SITUAÇÃO CRÍTICA – ADEQUAÇÃO EM 15 DIAS:

i.1.a. Verificar a carga horária de professores, diante da notícia de que não usufruem de hora-atividade tampouco de férias na forma da lei, situações que prejudicam a qualidade do ensino, e planejar instrumentos de valorização dos profissionais;

i.1.b. Verificar, com urgência, o contrato de disponibilização de merenda e o seu efetivo cumprimento (as ações de fiscalização deverão ser promovidas também pela nutricionista e devidamente formalizadas) diante da denúncia de que o CMEI não recebe alimentos de forma adequada e contínua ou os recebe em desacordo com as normas (mais de um mês sem receber carne bovina, mas recebem refrigerantes);

i.1.3. Identificar e implementar medidas a serem imediatamente implementadas para melhorar a acessibilidade de alunos com deficiência;

I.2- SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – 60 (SESENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

i.2.1. Aumentar, de forma eficiente e progressiva, o consumo de alimentos não processados e livre de agrotóxicos, bem como alimentos oriundos da agricultura familiar;

I.3. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

i.3.1. Verificar a possibilidade de instalar horta no espaço físico do CMEI para aprimorar a alimentação na escola e permitir que o tema seja tratado de forma educativa com as crianças;

J. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E ATENÇÃO ÀS NORMAS E INFORMAÇÕES INSCRITAS NO RELATÓRIO ANEXO

J.1. Formalizar o planejamento orçamentário a curto, médio e longo prazo, para adequar todos os pontos indicados nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo, inclusive nas leis orçamentárias municipais;

J.2. Sejam realizadas todas as adequações inscritas nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo na forma das normas de segurança e técnicas inscritas no referido expediente, as quais condicionam o atendimento a este documento.

Assinala-se o prazo de 15 (quinze) dias para informações e os prazos inscritos no corpo desta Recomendação Administrativa para sanar as demais inconsistências indicadas, ressalvando-se, desde já, a responsabilidade civil e penal atinente, caso não se dê o devido cumprimento aos termos deste documento.

Encaminhe-se a presente Recomendação Administrativa ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação para cumprimento, bem como à Direção do CMEI IEDA TANAKA (dando esta ciência aos professores), ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção às Crianças e Adolescentes, para conhecimento; Registre-se no PRO-MP.

OS DESTINATÁRIOS DEVERÃO CONFERIR À PRESENTE A PUBLICIDADE DEVIDA, COM SUA AMPLA DIVULGAÇÃO LOCAL, POR TODO O MEIO DE IMPRESSA POSSÍVEL, INCLUSIVE AFIXAÇÃO NOS EDITAIS DA PREFEITURA DE IBIPORÃ E CONSELHO TUTELAR DE IBIPORÃ.

Ibiporã, 22 de Abril de 2020

R. Luna

Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna
Promotora de Justiça

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 12/2020

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, por sua Promotora de Justiça adiante assinada, no uso de suas atribuições legais; com fulcro no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 vem **EXPEDIR RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA**, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação;

CONSIDERANDO que, de acordo com os artigos 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal o Ministério Público é instituição permanente à qual incumbe **zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição e promover as medidas necessárias a sua garantia;**

CONSIDERANDO que a Constituição Federal traz a dignidade humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, d, CF) e elenca diversos direitos fundamentais, os quais explicitam e positivam o sistema de valores materializado pela Constituição Federal, **são base de todo o ordenamento jurídico e se afiguram como verdadeiras diretrizes para a interpretação e aplicação de todo o ordenamento jurídico**⁴⁶;

CONSIDERANDO que os direitos fundamentais demarcam **“uma obrigação ao Estado de colocar à disposição dos indivíduos prestações de natureza jurídica e material”,** ou seja, **“além dos direitos de prestação jurídica, temos os direitos de prestação material que visam reduzir desigualdades fáticas”**;⁴⁷

CONSIDERANDO que dentre as várias características dos direitos fundamentais está a **EFETIVIDADE** que **enuncia o dever de o Poder Público, em suas ações, sempre se voltar para o cumprimento destes direitos, que funcionam como verdadeiros parâmetros de organização e limitação dos poderes constituídos**, representando prestações que vinculam os Poderes Públicos, inclusive o Poder Executivo, conforme ensina o mestre Bernardo Gonçalves: **“a Administração Pública, em seu sentido mais amplo (...) está estritamente vinculada à observância dos direitos fundamentais, sob pena de nulidade de seus atos. Ainda, aqueles que atestam a duvidosa existência de um espaço discricionário para a ação administrativa, acabam por reconhecer que dentro desse espaço deve-se priorizar o atendimento dos direitos fundamentais, como elementos necessários para a concretização do bem e da finalidade pública”**⁴⁸;

CONSIDERANDO que **as crianças e adolescentes são titulares de todos os direitos fundamentais** assegurados pela Constituição Federal e respaldados pelas demais normas do ordenamento jurídico (arts. 3º e 4º, Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre os quais os direitos à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade (art. 227, CF), **que lhes devem ser garantidos com ABSOLUTA PRIORIDADE;**

⁴⁶GONÇALVES, Bernardo. Curso de Direito Constitucional. 9º Ed. Juspodivm. 2017.

⁴⁷Idem citação 2.

⁴⁸Idem cit. 01.

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e Adolescente, no artigo 4º, complementa a lição constitucional e enuncia que a **ABSOLUTA PRIORIDADE** compreende **preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude**: *Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: (...) c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;*

CONSIDERANDO que o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente enuncia que as crianças e adolescentes também é assegurada a **proteção integral de seus direitos, inclusive as oportunidades para lhes possibilitar seu desenvolvimento pessoal em condições de dignidade**: *Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;*

CONSIDERANDO que da determinação de **PROTEÇÃO INTEGRAL** decorrem uma série de princípios, dentre os quais o **princípio do melhor interesse da criança e do adolescente**, postulado que impõe, na análise do caso concreto deve-se sempre buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança ou adolescente, que confira maior concretude aos seus direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que o **direito ao respeito**, enunciado no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, **determina a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente**: *Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais;*

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente também impõe, no art. 18, o **dever de se resguardar a dignidade das crianças e adolescentes**, por intermédio da salvaguarda de tratamento desumano ou constrangedor: *Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;*

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – **disciplina a educação escolar e determina que o ensino será ministrado, dentre outros, com base nos seguintes princípios**: *Art. 3º (...) IX - garantia de padrão de qualidade; (...) XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;*

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.394/1996, o dever com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: *Art. 4º (...) IX - padrões*

mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

CONSIDERANDO que no dia 11 de Dezembro de 2019 foi realizada vistoria no CMEI SANTA LUZIA, ocasião em que foram evidenciadas irregularidades graves e falhas estruturais inadmissíveis, que violam o direito à educação adequada e de qualidade, além dos direitos à segurança, dignidade, saúde e respeito dos alunos da rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO que foi elaborado relatório técnico, por engenheiro ambiental, acerca das condições atuais de funcionamento do CMEI SANTA LUZIA, no qual foram indicadas as inconsistências apuradas, as normas que evidenciam as graves inconsistências, e a organização destas por gravidade e urgência;

CONSIDERANDO que o relatório técnico segue anexo e integra, para todos os efeitos, esta Recomendação Administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento urgente das inconsistências mais graves e de planejamento para assegurar a integral adequação da instituição de ensino a médio e longo prazo para a **viabilizar que o ensino se desenvolva de forma a proteger de forma adequada e sistemática dos direitos fundamentais dos alunos de Jataizinho;**

RECOMENDA-SE ao Prefeito de Jataizinho e ao Diretor de Educação a implementação de todas as providências necessárias à integral adequação da estrutura e funcionamento do CMEI SANTA LUZIA:

A. ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NA COZINHA E DISPENSA:

A.1. SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.1.a) Adequar as estruturas de botijão de gás, mangueira de gás e outros às normas da ABNT – promovendo as trocas urgentes dos equipamentos necessários para garantir a segurança das crianças e das equipes;

a.1.b) Adequar o planejamento de merenda e os cardápios, que devem ser devidamente assinados e cujo cumprimento deve ser comprovadamente fiscalizado pela nutricionista; e adequar os alimentos disponibilizados, substituindo alimentos altamente processados e refrigerantes por opções adequadas conforme o Programa Nacional de Alimentação Escolar, tais como frutas e vegetais produzidos de forma orgânica;

a.1.c) Formalizar protocolos e registros das fiscalizações realizadas pela nutricionista referentes à merenda e atendimento aos cardápios;

a.1.d) Realizar todas as providências necessárias para avaliação da estrutura pelo Corpo de Bombeiros e, na sequência, implementar as alterações/reformas necessárias para viabilizar a emissão do Certificado/Alvará necessário para o funcionamento;

A.2 – SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.2.a. Adequar janelas para permitir melhor circulação de ar e conforto térmico, de acordo com projeto elaborado com ART.

a.2.b. Adequar a gestão de resíduos sólidos na instituição de ensino, inclusive com a disponibilização de mobiliário adequado, orientações aos professores e, em especial, servidores a respeito da forma correta de segregar e destinar os resíduos sólidos;

A.3 – SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.3.1. Adequar o mobiliário da cozinha, substituindo-o por estruturas mais adequadas para a cozinha, que facilitem o adequado armazenamento de alimentos e instrumentos, permitam a adequada circulação de pessoas e operação dos trabalhos.

a.3.2. Orientar servidores e colaboradores a não deixar objetos pessoais na dispensa, em especial isqueiros e cigarros;

A.4 – SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

a.4.a. Mobiliar adequadamente a dispensa para organizar o armazenamento de alimentos, insumos e instrumentos;

B – ENTRADA DO CMEI SANTA LUZIA**B.1 – SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:**

b.1.a. Avaliação técnica da estrutura, em especial o teto, que tem diversas rachaduras, e as paredes, que estão desgastadas e mofadas, para adequação e pintura devidas, tudo conforme projeto técnico com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

C. SALAS ADMINISTRATIVAS**C.1 –SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:**

c.1.a. Avaliação técnica da estrutura e adequação para impedir infiltrações, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura; bem como a limpeza e pintura do local, para extinguir o mofo e a umidade;

D. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

d.1.a. Mobiliário de forma adequada as salas, substituindo mobiliários antigos e avariados por mobiliários novos ou ao menos em boas condições de uso e disponibilização de mobiliário mínimo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos com qualidade;

d.1.b. Mobiliário as salas de forma adequada ao desenvolvimento dos trabalhos;

D – PÁTIO E CORREDOR EXTERNOS

D.1 – SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 60 (SESSENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

d.1.a. Avaliação técnica da estrutura e adequação para impedir infiltrações, buracos e ondulações, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura; bem como a limpeza e pintura do local, para extinguir o mofo e a umidade;

D.2 – SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 DIAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO:

d.2.a. Avaliação técnica de toda a estrutura do CMEI, em especial para a adequação devida das rachaduras e eventuais falhas na estrutura do prédio, além de outras eventuais avarias, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura;

d.2.b. Adequação de toda a estrutura do prédio para permitir a acessibilidade a pessoas com deficiência, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura em conformidade com as normas cabíveis.

D.3 - SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

d.3.a. Conferir destinação ambientalmente adequada para os eletrodomésticos avariados depositados de forma precária no CMEI;

E – BANHEIROS

E.1 - SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

e.1.a. Instalar banheiro adequado, executado conforme projeto técnico, com ART, devidamente mobiliado (assentos, boxes suportes para papel e papel toalha etc), com quantidade suficiente de gabinetes, para uso pelos educandos;

e.1.b. Adequar o banheiro do corredor, que não está funcionando, de forma a adequá-lo e torná-lo próprio para o uso – inclusive com a instalação de assentos, suportes para papel, papel toalha etc;

E.2 – SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

e.2.a. Instalar assentos adequados em todos os vasos sanitários dos banheiros;

e.2.b. Instalar mobiliário/estrutura para o adequado armazenamento de materiais nos banheiros e proibir o acúmulo destes em cima dos boxes/cabines (verificado em vistoria) diante do risco de acidentes;

F – SALAS DE AULA**F.1 – SITUAÇÃO CRÍTICA - PRAZO ITEM D.2 PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA A EXECUÇÃO**

f.1.a. Adequação de toda a cobertura do CMEI (telhados, forros, estruturas etc) de modo a extinguir buracos, infiltrações e todas demais avarias evidenciadas, tudo conforme projeto técnico, com ART e execução com material seguro e apropriado, apto a assegurar a segurança e salubridade da estrutura; **Esta providência deve ser contemplada e executada em conjunto com a descrita no item d.1.a;**

f.1.b. Incluir no projeto do item f.1.a. a **adequação prioritária das salas de aula** para impedir o escoamento de água da chuva dentro da sala de aula (de forma a possibilitar, também, a retirada do cano instalado na parede interna da sala), bem como a manutenção, limpeza e pintura **urgentes, para extinguir umidade e mofo;**

F.2 – SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – ADEQUAÇÃO EM 60 (SESSENTA) DIAS

f.2.a. Adequar, Adequar, mediante avaliação técnica e projeto com ART, as janelas das salas de aula, para viabilizar maior circulação de ar e conforto térmico;

f.2.b. Adequar todo o piso das salas de aula, reparando lajotas quebradas e espaços que podem causar acidentes ou mesmo riscos aos alunos;

G. REFEITÓRIO**G.1 - SITUAÇÃO CRÍTICA – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA APRESENTAR PROJETO E 90 (NOVENTA) DIAS PARA EXECUÇÃO**

g.1.a. Adequar, mediante avaliação técnica e projeto com ART, o refeitório, de forma a instalá-lo mais próximo à cozinha e em local coberto e protegido da chuva e intempéries;

G.2. SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.2.a. Viabilizar a adequação do atual refeitório enquanto não atendido o item g.1.a, em especial com instalação de soluções para proteção dos educandos da chuva;

g.2.b. Mobiliário de forma adequada o refeitório, substituindo mobiliários antigos e avariados por mobiliários novos ou ao menos em boas condições de uso e disponibilização de mobiliário mínimo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos com qualidade;

G.3 - SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 (NOVENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

g.3.a. Disponibilizar lixeiras adequadas no refeitório, de acordo com as normas de separação adequada de resíduos sólidos, com orientação do Diretor de Meio Ambiente;

g.3.b. Extinguir o uso de copos descartáveis, substituindo-os por copos de material lavável e reutilizável, de forma a economizar recursos públicos e ambientais e evitar gerar resíduos desnecessários;

H. LACTÁRIO

H.1. SITUAÇÃO CRÍTICA - 15 (QUINZE) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

h.1.a. Disponibilizar geladeira nova ou em boas condições de uso para o armazenamento dos alimentos do lactário;

H.2. SITUAÇÃO DE MÉDIA PRIORIDADE – 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

h.2.a. Adequar janelas para permitir melhor circulação de ar e conforto térmico, de acordo com projeto elaborado com ART.

H.3. SITUAÇÃO DE BAIXA PRIORIDADE – 90 DIAS PARA ADEQUAÇÃO

h.3.a. Adequar o mobiliário, substituindo-o por novos ou em boas condições de uso e que se sejam adequados ao melhor desenvolvimento do trabalho;

h.3.b. Orientar servidores e colaboradores a tomar cuidados devidos diante da proximidade do local com a dispensa de produtos de limpeza, armazenando-os de forma que não estejam em local aberto nem ao alcance de alunos;

I. OUTRAS ADEQUAÇÕES IMPORTANTES

I.1 – SITUAÇÃO CRÍTICA – ADEQUAÇÃO EM 15 DIAS:

i.1.a. Adequar o atendimento das equipes das escolas pelo Departamento de Educação, que tem o dever de receber as notícias de inconsistências e comprovar as providências determinadas para adequação, em especial **diante da informação de que a escola teria oficiado o Departamento mais de 70 vezes, sem resposta** – cumpre, ainda, cientificar que as omissões e negligência deliberada no atendimento aos direitos das crianças pode configurar, inclusive, ato de improbidade administrativa, nos moldes da Lei nº 8.429/92;

i.1.b. Cientificar o Prefeito e o Departamento de Educação da **importância de mobilizar a comunidade para auxiliar nos reparos e apoio à escola, reforçando que o envolvimento da comunidade é primordial para manter a qualidade da educação, bem como de seu dever de autorizar as escolas a aceitarem apoio, doações sem encargos, auxílio com reparos e manutenções providenciadas pela comunidade para aprimorar a situação dos educandos;**

i.1.c. Verificar, com urgência, o contrato de disponibilização de merenda e o seu efetivo cumprimento (as ações de fiscalização deverão ser promovidas também pela nutricionista e devidamente formalizadas) diante da denúncia de que o CMEI não recebe alimentos de forma adequada e contínua ou os recebe em desacordo com as normas (mais de um mês sem receber carne bovina, mas recebem refrigerantes) e, inclusive, diante da notícia **de falta de alimentação suficiente;**

i.1.d. Apurar a denúncia de imparcialidade na manutenção e gestão de escolas municipais (inclusive no que se refere à autorização para receber apoio da comunidade), tendo em conta que o CMEI SANTA LUIZIA está em situação grave, de completo abandono e falta de estrutura, enquanto outras escolas do município tem recebido apoio da comunidade e amparo do Poder Público, reforçando que a distribuição desigual de recursos pode configurar **atuação pessoal da administração pública e caracterizar, em tese, ato de improbidade administrativa, na forma da Lei nº 8.429/92;**

i.1.e. Apurar a situação da remuneração das cozinheiras, diante da afirmação de que deveriam receber adicional de periculosidade;

J.1 - SITUAÇÃO DE ALTA PRIORIDADE – 60 (SESSENTA) DIAS PARA ADEQUAÇÃO:

j.1.a. Aumentar, de forma eficiente e progressiva, o consumo de alimentos não processados e livre de agrotóxicos, bem como alimentos oriundos da agricultura familiar;

K. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E ATENÇÃO ÀS NORMAS E INFORMAÇÕES INSCRITAS NO RELATÓRIO ANEXO

K.1. Formalizar o planejamento orçamentário a curto, médio e longo prazo, para adequar todos os pontos indicados nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo, inclusive nas leis orçamentárias municipais;

K.2. Sejam realizadas todas as adequações inscritas nesta Recomendação Administrativa e no relatório anexo na forma das normas de segurança e técnicas inscritas no referido expediente, as quais condicionam o atendimento a este documento.

Assinala-se o **prazo de 15 (quinze) dias para informações e os prazos inscritos no corpo desta Recomendação Administrativa para sanar as demais inconsistências indicadas**, ressalvando-se, desde já, a responsabilidade civil e penal atinente, caso não se dê o devido cumprimento aos termos deste documento.

Encaminhe-se a presente Recomendação Administrativa ao **Prefeito de Jataizinho** e ao **Diretor de Educação para cumprimento, bem como à Direção do CMEI SANTA LUZIA, ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção às Crianças e Adolescentes, para conhecimento; Registre-se no PRO-MP.**

OS DESTINATÁRIOS DEVERÃO CONFERIR À PRESENTE A PUBLICIDADE DEVIDA, COM SUA AMPLA DIVULGAÇÃO LOCAL, POR TODO O MEIO DE IMPRESSA POSSÍVEL, INCLUSIVE AFIXAÇÃO NOS EDITAIS DA PREFEITURA DE IBIPORÃ E CONSELHO TUTELAR DE IBIPORÃ.

Ibiporã, 15 de Maio de 2020

**Révia Aparecida Peixoto de Paula Luna
Promotora de Justiça**